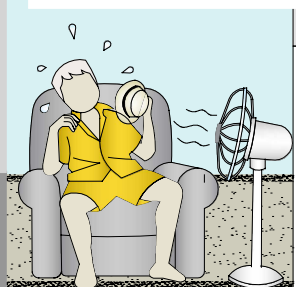
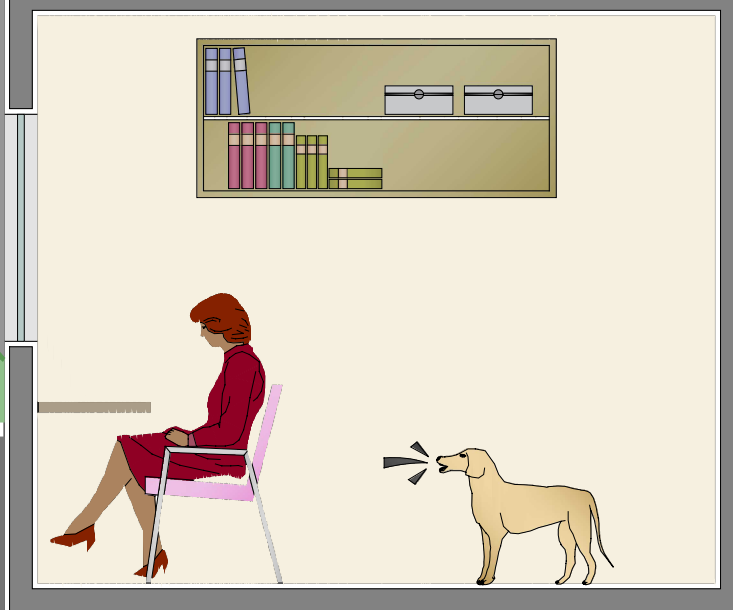
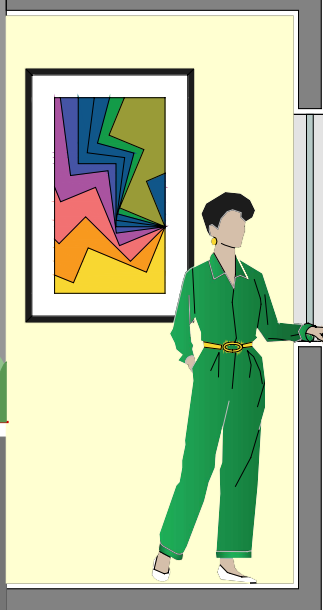


PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO DA
PRIVACIDADE HABITACIONAL:
da construção do instrumental à aplicação em estudo exploratório



PRISCILA FERREIRA DE MACEDO

Orientadora: Sheila Walbe Ornstein
Coorientadora: Gleice Azambuja Elali



PRISCILA FERREIRA DE MACEDO

Proposição de um modelo de avaliação da privacidade habitacional:
da construção do instrumental à aplicação em estudo exploratório

Versão corrigida

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Tecnologia da arquitetura

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Co-orientadora: Prof. Dra. Gleice Azambuja Elali

São Paulo (SP)

2023

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO(A) AUTOR(A) E ANUÊNCIA DO(A) ORIENTADOR(A).
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 20 de junho de 2023.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Macedo, Priscila Ferreira de
Proposição de um modelo de avaliação da privacidade habitacional: da construção do instrumental à aplicação em estudo exploratório. / Priscila Ferreira de Macedo; orientador Sheial Walbe Ornstein. coorientador Gleice Azambuja Elali - São Paulo, 2023.
313f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Tecnologia da Arquitetura.

1. Habitação. 2. Privacidade. 3. Apartamento. 4. Modelo I. Ornstein, Sheila Walbe, orient. II. Elali, Gleice Azambuja, coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me guiou nessa jornada e, que pelos pequenos acontecimentos da vida, ao longo desses 4 anos, me fazia ter a força e coragem para continuar nessa caminhada.

Aos meus pais e irmãos por compreenderem a importância desse desafio, pelo apoio, paciência e incentivo.

Às minhas orientadoras Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein e Profa. Dra. Gleice Azambuja Elali pela colaboração na pesquisa e na minha formação acadêmica, mas especialmente, pela atenção, disponibilidade e interesse que sempre demonstraram.

Aos membros da banca de qualificação Prof. Dr. Hartmut Günther e Profa. Dra. Cibele Taralli pelas sugestões e contribuições ao trabalho, especialmente relacionados ao estudo exploratório.

Aos demais professores da FAU USP que fizeram parte dessa pesquisa, especialmente ao Prof. Dr. João Meyer, que me auxiliou e orientou no início dessa jornada.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela autorização das ausências durante às minhas aulas e pesquisa empírica, e, especialmente aos colegas de trabalho da Superintendência de Infraestrutura (INFRA), pela convivência e por apoiarem o desenvolvimento desta tese.

À administração do condomínio de estudo e ao arquiteto responsável pelo projeto pela disponibilidade em participar da pesquisa e pelo reconhecimento da sua importância. Aos moradores do condomínio por participarem e colaborarem com a construção desse trabalho. Aos especialistas que contribuíram para o desenvolvimento do modelo, pelos comentários e recomendações valiosas.

A todas as pessoas próximas e queridas, e até mesmo aquelas distantes ou desconhecidas, que de alguma forma acompanharam e contribuíram para o caminhar e encerramento dessa etapa: muito obrigada!

RESUMO

MACEDO, P. F. **Proposição de um modelo de avaliação da privacidade habitacional: da construção do instrumental à aplicação em estudo exploratório**. 2023. 313f. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Apesar dos avanços da literatura sobre os conceitos de privacidade, ainda é escassa a produção de estudos empíricos específicos sobre a privacidade habitacional, com a sistematização dos constructos e ferramentas que permitam avaliá-la. Diante da necessidade constante de revisão dos conceitos da privacidade e dos modos de morar dos brasileiros e de um possível descompasso entre estes e os desejos dos seus moradores, a **questão central** que norteou a pesquisa foi: Como avaliar a privacidade na habitação, especialmente em apartamentos? Pressupondo-se que as necessidades de privacidade dos moradores se expressam e são reveladas pelo ambiente e pelo comportamento socioespacial humano, levantou-se como **hipótese** que a avaliação de atributos físicos, sociais e psicológicos, inerentes aos ambientes (construídos ou projetados) ou à percepção dos usuários, permite definir indicadores de desempenho para a avaliação da privacidade habitacional. O **objetivo geral** foi: construir um modelo conceitual para avaliação da privacidade habitacional, com foco no ambiente construído, no comportamento dos usuários ou nas relações sócioespaciais humanas decorrentes dessa interação, que subsidie a construção de diagnósticos sobre privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão no ambiente doméstico. Para alcançar este objetivo, a tese **estruturou-se** em seis etapas distintas: 1) revisão da literatura; 2) modelo preliminar; 3) avaliação do modelo; 4) discussão dos resultados da avaliação; 5) modelo final; 6) análise dos resultados. Baseado em uma extensa revisão da literatura, em um painel de especialistas e em um estudo exploratório, o modelo proposto expressou seu potencial de uso em escalas mais abrangentes, após validação estatística e aplicação em diferentes estudos pilotos. Os resultados podem contribuir para elaboração de diagnósticos, que ao apontarem as potencialidades e os problemas de habitações, sugiram recomendações que impliquem na melhoria do produto arquitetônico e do processo de projeto de habitações, pelo incremento da sua qualidade. As principais **contribuições** foram: i) no âmbito teórico-metodológico: a disseminação do métodos envolvidos com a criação de modelos conceituais no âmbito das avaliações do objeto arquitetônico e a compilação dos atributos, indicadores de desempenho e instrumentos utilizados para avaliação da privacidade em habitações; ii) na prática de projeto: a proposição de um guia que pode direcionar o desenvolvimento de pesquisas sobre a privacidade habitacional e as avaliações dos objetos arquitetônicos e dos comportamentos socioespaciais que o envolve. Espera-se, portanto, que as discussões e resultados apresentados possam implicar em avanços sobre como os

projetos de arquitetura podem contribuir para a obtenção da privacidade desejada pelos seus moradores.

Palavras-chave: modelo de avaliação, habitação, privacidade, territorialidade, espaço pessoal, solidão, aglomeração.

ABSTRACT

MACEDO, P.F. **Proposal of a housing privacy evaluation model: from the construction of the instrument to the application in an exploratory study**. 2023. 311f. Thesis (Doctoral in Architectural Technology) – School of Architecture and Urbanism of University of São Paulo, São Paulo, 2023.

Despite the improvements in the literature on privacy concepts, there is a lack of specific empirical studies on housing privacy with the systematization of the correlated constructs of privacy and its evaluation procedures. In view of this gap based on the need to review privacy concepts and Brazilians' ways of living and because of a possible mismatch between these phenomena and the desires of their inhabitants, the **central question** that guided the research was: How to evaluate privacy in the context of housing, especially in apartments? Assuming that the privacy needs are expressed and revealed by the housing environment and by the human socio-spatial behavior, our **hypothesis** was that the evaluation of physical, social and psychological attributes, that are inherent to the environment (built or designed) or to the users' perception, allow us to define performance indicators for the evaluation of housing privacy. Our **aim** was: to build a conceptual model for evaluate housing privacy, focusing on the built environment, on the users' behavior and on the human socio-spatial relations resulting from this interaction, which could support a deeper diagnostic review on privacy, territoriality, personal space, crowding and loneliness in the home environment. To achieve this aim, the thesis, was **structured** in six main steps: 1) literature review; 2) a preliminary model; 3) model evaluation; 4) analysis of experts' feedback and an exploratory study; 5) the final model; 6) analysis of results. Based on an extensive literature review, on a panel of experts' evaluation and on an exploratory study, the conceptual model expressed its potential for use in more comprehensive scales, after statistical validation and application in different pilot studies. Results indicate that the model could act as a diagnostic tool, by pointing out the potentialities and problems of different case study in the stage of design or use, and consequently by suggesting recommendations to the improvement of the architectural product and the housing design process, which is fundamental to increase the quality of the housing design. In this sense, the main contributions of the research were: i) in the theoretical-methodological sphere: the dissemination of the process involved with conceptual models, considering evaluations of the architectural object; and also the compilation of data about attributes, performance indicators and methodological instruments for privacy evaluation in housing; ii) for the design practice: the proposition of a guide that can lead to the development of research on housing privacy, based on evaluation of architectural objects and its socio-spatial behaviors related. We hope, therefore, that the discussions and results presented here may support improvements on how architectural designs can contribute to the achievement of the desired privacy of its residents.

Keywords: evaluation model, housing, privacy, territoriality, personal space, solitude, crowding.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo conceitual da caracterização do ciclo avaliativo do processo de projeto em edificações.....	44
Figura 2: Visão contemporânea do processo de projeto para melhoria continuada do ambiente construído.....	45
Figura 3: Etapas para construção do modelo de avaliação.....	50
Figura 4: Linha do tempo do desenvolvimento da privacidade informacional.....	71
Figura 5: Fluxograma PRISMA do protocolo de pesquisa.....	95
Figura 6: Espaço convexo e côncavo, respectivamente.....	141
Figura 7: Exemplo de planta baixa com conversão em mapa convexo e grafo justificado no exterior, respectivamente.....	141
Figura 8: Tipos de sistemas de grafos de acesso.....	142
Figura 9: a) Isovista, b) ligações entre nós e linhas, c) grafo de visibilidade (VGA).....	144
Figura 10: Processo de construção do modelo avaliativo.....	152
Figura 11: Modelo de permeabilidade de barreiras proposto por Altman (1975).....	153
Figura 12: Modelo do processo de privacidade, proposto por Dienlin (2017).....	154
Figura 13: Modelo conceitual da privacidade habitacional.....	156
Figura 14: Modelo inicial de avaliação da privacidade habitacional.....	161
Figura 15: Folders convidando os moradores para participação na pesquisa (questionário).....	175
Figura 16: Mapas das Regiões Administrativas de Natal (RN)......	180
Figura 17: Imagens aéreas dos bairros de Tirol e Petrópolis (RALeste) e dos bairros de Capim Macio e Ponta Negra (RASul), respectivamente.....	183
Figura 18: Evolução da verticalização de Natal.....	184
Figura 19: Áreas comuns do condomínio selecionado.....	185
Figura 20: Implantação geral do condomínio.....	186
Figura 21: Plantas dos apartamentos, conforme projeto divulgado pela construtora.....	188
Figura 22: Plantas baixas dos apartamentos com indicação do sistema construtivo e forro de gesso.....	190
Figura 23: Nuvem de palavras da descrição de como é o lugar onde a pessoa se sente em casa.....	195
Figura 24: Usos do solo do entorno do caso de estudo.....	207
Figura 25: Planta do acesso ao condomínio.....	207
Figura 26: Acesso externo ao condomínio.....	208
Figura 27: Calçada na via coletora e na via local, respectivamente.....	208

Figura 28: Presença de lixo na área onde deveria ser a calçada e manifestações patológicas no muro, respectivamente	209
Figura 29: Praças circulares que distribuem as circulações, sem sinalização sobre os percursos	210
Figura 30: Rampa e escada com corrimãos, mas com ausência de guarda corpos em trechos em desnível	210
Figura 31: Estacionamento descoberto	211
Figura 32: Vista a partir da entrada do edifício, com destaque para o "núcleo" verde apontado pelo arquiteto nos equipamentos de uso comum	212
Figura 33: Implantação com medição de distâncias entre torres	214
Figura 34: Muro de divisa do jardim na altura da janela	215
Figura 35: Apartamento com nível de piso abaixo da circulação adjacente	215
Figura 36: Distâncias das unidades térreas para a circulação das áreas comuns do condomínio	216
Figura 37: Uso de fechamentos opacos para impedir visualização interna do apartamento	216
Figura 38: Uso de fechamentos opacos para impedir visualização interna do apartamento circulação no limite do muro do apartamento	216
Figura 39: Distâncias das torres para as fontes de ruídos (pavimento tipo).	218
Figura 40: Grafo de acesso enraizado no exterior e inequação de acessibilidade	220
Figura 41: Mapa VGA de integração HH	222
Figura 42: Isovista a partir da entrada da UH	223
Figura 43: Lista de variáveis de avaliação da privacidade habitacional	235
Figura 44: Modelo de avaliação de privacidade habitacional	238

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Artigos selecionados por tema chave (n=78 publicações).....	97
Gráfico 2: Total de publicações por ano, por tema-chave (n=78 artigos).....	97
Gráfico 3: Quantidade de publicações por contexto geográfico (n = 78 artigos).....	99
Gráfico 4: Principais constructos avaliados por dimensão da privacidade (n=78 artigos)...	100
Gráfico 5: Principais instrumentos utilizados para avaliação da privacidade habitacional (n=78 artigos).....	101
Gráfico 6: Conceitos de privacidade habitacional (n=42 respondentes)	195
Gráfico 7: Comportamentos para alcançar a privacidade desejada no interior da habitação (n=42 respondentes)	196
Gráfico 8: Grau de satisfação com a privacidade (n=42 respondentes).....	196
Gráfico 9: Frequência com incômodos (n=42 respondentes).....	197
Gráfico 10: Estratégias de enfrentamento às invasões de privacidade (n=42 respondentes)	198
Gráfico 11: Escala de estresse percebido com o interior do apartamento (n=42 respondentes)	199
Gráfico 12: Frequência de percepções de inadequação espacial da área interna do apartamento (n=42 respondentes)	200
Gráfico 13: Resultado da escala de solidão (UCLA simplificada) (n=42 respondentes)	201
Gráfico 14: Frequência de percepções relacionadas à solidão (n=42 respondentes).....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese da pesquisa	24
Quadro 2: Conceitos de modelo, em estudos científicos e na arquitetura e urbanismo	32
Quadro 3: Tipos de modelos em pesquisa e projeto	33
Quadro 4: Resumo das definições relacionadas ao modelo conceitual, de acordo com Elangovan e Rajendran (2005).....	34
Quadro 5: Etapas dos modelos conceituais revisados.....	42
Quadro 6: Etapas de construção de modelo conceitual com base na revisão da literatura realizada	48
Quadro 7: Etapas de construção de um modelo conceitual e seus objetivos fundamentais.	49
Quadro 8: Resumo dos protocolos de pesquisa.....	93
Quadro 9: Relações entre tema-chave e dimensão da privacidade (n=78 artigos).....	99
Quadro 10: Resumo dos principais constructos e instrumentos de avaliação, por tema chave.	101
Quadro 11: Variáveis de avaliação da privacidade habitacional: dimensões e indicadores de desempenho	107
Quadro 12: Constructos da dimensão física: organização espacial.....	108
Quadro 13: Constructos da dimensão física: elementos arquitetônicos.....	109
Quadro 14: Constructos da dimensão física: entorno	110
Quadro 15: Constructos da dimensão física: densidade	110
Quadro 16: Constructos da dimensão física: objetos pessoais.....	111
Quadro 17: Constructos da dimensão física: tipologia habitacional	112
Quadro 18: Constructos da dimensão social: interações sociais	113
Quadro 19: Constructos da dimensão social: cultura	113
Quadro 20: Constructos da dimensão social: hierarquia de acessibilidade	114
Quadro 21: Constructos da dimensão social: controle	115
Quadro 22: Constructos da dimensão social: demarcação dos espaços.....	116
Quadro 23: Constructos da dimensão social: estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade	116
Quadro 24: Constructos da dimensão social: atividades domésticas	117
Quadro 25: Constructos da dimensão psicológica: satisfação dos usuários.....	118
Quadro 26: Constructos da dimensão psicológica: preferências dos usuários.....	119
Quadro 27: Constructos da dimensão psicológica: estresse.....	119
Quadro 28: Constructos da dimensão psicológica: significado de lar	120
Quadro 29: Constructos da dimensão psicológica: suporte social	121
Quadro 30: Constructos da dimensão psicológica: suporte social	121

Quadro 31: Relações que estruturam a privacidade habitacional e as variáveis de avaliação	122
Quadro 32: Síntese dos instrumentos para avaliação da percepção dos usuários.....	125
Quadro 33: Critérios para validação de modelo conceitual	145
Quadro 34: Resumo das relações entre as características do ambiente construído e do comportamento dos usuários e os métodos de avaliação.....	147
Quadro 35: Variáveis e procedimentos para o modelo de avaliação da privacidade habitacional	158
Quadro 36: Questões levantadas para avaliação do modelo conceitual inicial.....	162
Quadro 37: Síntese do perfil dos especialistas	163
Quadro 38: Principais recomendações de ajustes das variáveis de avaliação, por especialista	165
Quadro 39: Etapas do modelo e definições para o estudo exploratório.....	169
Quadro 40: Técnicas de pesquisa adotadas no estudo exploratório.....	171
Quadro 41: Técnicas de pesquisas e procedimentos éticos adotados	178
Quadro 42: Quadro resumo do total de UHs e distribuição por torre	187
Quadro 43: Resumo dos dados sóciodemográfico dos respondentes (n=42).....	193
Quadro 44: Avaliação da qualidade dos espaços e facilidades do entorno	209
Quadro 45: Avaliação das áreas comuns do condomínio	211
Quadro 46: Resumo das distâncias entre torres	213
Quadro 47: Resumo das distâncias entre as torres e as principais fontes de ruídos.....	217
Quadro 48: Relação entre acessibilidade (movimento) e visibilidade	222
Quadro 49: Relação ente isovista e espaços visualizados.....	223
Quadro 50: Resumo das principais tendências habitacionais resultantes da aplicação do modelo.....	230
Quadro 51: Resumo das modificações feitas no modelo inicial	236
Quadro 52: Quadros consultivos dos indicadores de desempenho	239

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEA - *American Evaluation Association*
APO - Avaliação Pós-Ocupação
APP - Avaliação Pré-Projeto
ASE - Análise Sintática do Espaço
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIM - *Building Information Modeling*
BNH - Banco Nacional da Habitação
BPE - *Building Performance Evaluation*
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF - Caixa Econômica Federal
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde
COVID-19 – *Coronavirus Disease*
ETE - Estação De Tratamento De Esgoto
EUA - Estados Unidos da América
FFC - *Federal Facilities Council*
HH – Hillier e Hanson
HIS - Habitação de Interesse Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NBR – Norma Brasileira
OMS - Organização Mundial da Saúde
PCD - Pessoas com Deficiência
PE - Painel de Especialistas
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PRISMA - *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*
PRODETUR NE - Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste
PSS - *Perceived Stress Scale*
RA - Regiões Administrativas
RANorte - Região Administrativa Norte
RALeste – Região Administrativa Leste
RAOeste - Região Administrativa Oeste
RASul - Região Administrativa Sul
RN - Rio Grande do Norte
RRA - *Real Relative Asymmetry*

RSL - Revisão sistemática da literatura

SARS-CoV-2 - Síndrome respiratória aguda grave do Coronavírus 2

SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismos

SPIDER - *Sample, Phenomenon of Interest, Design, Evaluation, Research Type*

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UCL - *University College London*

UCLA - *University of California, Los Angeles*

UH - Unidade Habitacional

USP - Universidade de São Paulo

VGA - *Visibility Graph Analysis*

ZPA - Zona de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	USO DE MODELOS EM PESQUISA: ENTRE O SABER E A PRÁTICA	28
2.1	Modelos em arquitetura: revisando o conceito	30
2.2	Modelos conceituais e sua aplicação nas pesquisas em arquitetura	34
2.2.1	Modelos conceituais e sua aplicação nas pesquisas em arquitetura	38
2.3	Avaliação em arquitetura	43
2.4	Compreensões sobre o processo de construção de modelos de avaliação	47
3	O QUE É PRIVACIDADE?	52
3.1	Noções iniciais sobre privacidade: teorias de base	52
3.2	Questões seminais: o comportamento socioespacial humano como suporte ao conceito de privacidade	56
3.2.1	Cultura e padrões proxêmicos	59
3.2.2	Distâncias pessoais	61
3.2.3	Territorialidade	64
3.2.4	Densidade X Aglomeração	66
3.2.5	Estar só X Solidão	68
3.3	Revisões contemporâneas sobre privacidade	69
3.4	Reflexões sobre a privacidade contemporânea	73
4	PRIVACIDADE HABITACIONAL	76
4.1	O surgimento da intimidade na casa e a família patriarcal	77
4.2	A família contemporânea e seus modos de morar	82
4.2.1	Décadas de 1970 e 1980: da flexibilização da família burguesa e do aumento do culto ao indivíduo	82
4.2.2	Década de 1990 e início dos anos 2000: da ascensão da internet e da fluidez das relações familiares	85
4.2.3	A partir dos anos 2003: a consolidação das redes sociais e a hiperconectividade	88
4.3	Revisão sistemática da literatura sobre privacidade habitacional	92
4.3.1	Resultados	94
4.3.2	Síntese qualitativa	95
4.3.3	Síntese quantitativa	96
4.4	Considerações sobre a privacidade habitacional	102
5	ESTRUTURAÇÃO DO MODELO	105
5.1	Relações entre os constructos: desenhando o modelo avaliativo	106

5.1.1	Dimensões da privacidade habitacional e seus constructos: detalhando as relações pessoa-ambiente na habitação.....	106
5.1.2	Desenho do modelo avaliativo: formulando as relações entre os constructos	121
5.2	Delineando um método para avaliação da privacidade habitacional pelo uso de instrumentos da APO	123
5.2.1	Avaliação da percepção dos usuários	124
5.2.2	Validação do modelo.....	145
5.3	Reflexões sobre o percurso metodológico.....	147
6	CONSTRUÇÃO DO MODELO.....	151
6.1	Modelo de avaliação da privacidade habitacional: construção inicial.....	151
6.1.1	A inspiração: dois modelos de privacidade.....	152
6.1.2	Os primeiros passos: proposta do modelo inicial.....	154
6.2	Entre o saber e a prática na privacidade em apartamentos: validação do modelo pelos especialistas	162
6.3	Um olhar sobre o processo de modelagem e de validação do modelo	166
7	PRÉ-TESTE DO MODELO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	169
7.1	Proposta de um método para avaliação empírica da privacidade.....	170
7.1.1	Instrumentos propostos.....	170
7.1.2	Questões Éticas	176
7.2	O caso de estudo	179
7.2.1	Breve contexto histórico.....	179
7.2.2	O condomínio escolhido.....	185
7.3	Resultados do estudo piloto baseado no modelo	191
7.3.1	O que dizem os moradores.....	192
7.3.2	O que comentam os gestores do edifício e o arquiteto.....	203
7.3.3	Avaliação física e social: avaliando a vizinhança próxima e o edifício	206
7.4	Achados e perspectivas sobre a privacidade em apartamentos no caso de estudo	223
8	O MORAR CONTEMPORÂNEO E A PRIVACIDADE EM APARTAMENTOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO MODELO PROPOSTO	228
8.1	Relação dos principais achados do estudo de caso com o modelo.....	228
8.2	Modelo final	234
8.3	Explicações sobre o morar em condomínio clube e o modelo de avaliação da privacidade habitacional.....	240

9 PRIVACIDADE E HABITAÇÃO: ACHADOS E DESAFIOS INERENTES A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO	243
REFERÊNCIAS.....	250
APÊNDICES.....	269
ANEXOS.....	307



1 INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Seja no contexto acadêmico, seja na vida cotidiana, o conceito de casa transcende as barreiras do objeto edificado (ELALI; PINHEIRO, 2013) e adquire valores multidimensionais: físicos, psicológicos, sociais e até, mesmo, biológicos e de saúde. A casa experimentada por cada indivíduo possui uma série de significados que podem ser expressos não apenas pelo ambiente físico ou pelo espaço geométrico que a delimita, mas também pelas emoções, pelas marcas temporais ou pelo comportamento dos seus moradores. A casa é onde habitamos, é a nossa moradia, é, como disse Bachelard (1993, p.26), “o nosso primeiro universo”.

É comumente na casa também que desenvolvemos as nossas primeiras formas de comunicação e interação social, estabelecendo os nossos primeiros relacionamentos interpessoais, através das nossas relações familiares, inicialmente, e, em seguida nas relações com os vizinhos, amigos do condomínio, do bairro e assim por diante. Ter controle sobre as barreiras físicas que delimitam o espaço doméstico, como o lugar que nos protege fisicamente das intempéries e preserva todo esse arcabouço de memórias e sentimentos, mas também sobre as barreiras sociais e cognitivas, que definem o sistema de interações sociais do seu interior e as relações afetivas pessoais e ambientais existentes, parece ser um dos primeiros, mais importantes e mais duradouros desafios ao qual os seres humanos estão submetidos.

Controlar o fluxo de informações que a habitação ou o indivíduo expõem ao mundo exterior ou às outras pessoas (que estão dentro ou fora da casa) requer o domínio de uma série de mecanismos de controle de interação que vão desde os elementos físicos arquitetônicos, como portas, janelas ou cortinas, até linguagens verbais e não verbais ou as práticas e normas culturais e comportamentais (ALTMAN, 1975). E é, especialmente, pela privacidade e pelo processo de regulação das barreiras físicas, sociais e psicológicas que a envolve, que o ser humano consegue estabelecer e controlar as relações que desenvolve com o ambiente e com as pessoas.

Altman (1975) classificou a privacidade como um processo dialético que envolve a constante busca ou restrição por interação, por meio de uma ação combinada de forças opostas buscando diferentes balanços de abertura e fechamento do indivíduo para os outros. Resumidamente, um processo interpessoal de controle de barreiras que, ao mesmo tempo, estimula e regula a interação com os outros. Para o autor, qualquer análise sobre privacidade deve observar como as pessoas regulam o contato social entre elas, percebendo quais arranjos de atividades e/ou comportamentos se revelam pelas relações de controle que se estabelecem. Em direção semelhante Westin (1967) afirmou que cada indivíduo está

continuamente comprometido em um processo de ajustes pessoal em que equilibra seu desejo por reclusão ou isolamento com o desejo por abertura e comunicação com os outros, considerando para tanto as condições do ambiente físicos, os vínculos pessoais e ambientais e as normas culturais definidas pela sociedade em que vive. Foi sob a ótica do processo de regulação das barreiras físicas, sociais e psicológicas que a privacidade foi entendida nesse trabalho.

A luz dessa perspectiva, e numa visão integrada sobre o comportamento socioespacial humano, as pesquisas sobre privacidade demonstraram que as noções de territorialidade, espaço pessoal, aglomeração¹ e solidão, cujos conceitos foram apresentados ao longo desta tese, também permeiam as discussões acerca da privacidade habitacional.

Nessa direção, percebeu-se que, independentemente do contexto, arquitetônico ou psicológico, o controle e a regulação das barreiras, físicas ou interpessoais, está intimamente associado a escolha de uma maior ou menor abertura e fechamento do indivíduo ou do espaço que o cerca. E essa escolha está, por sua vez, intrinsecamente ligada às características do espaço físico e às práticas culturais da sociedade na qual se insere (WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ALITAJER; NOJOURI, 2016; OTHMAN; AIRD; BUYS, 2015; FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015; RAHIM, 2015; NEJADRIHI; DINCYUREK, 2015; RAZALI; TALIBI, 2013; SOBH; BELK, 2011; DANIELS, 2008; HASHIM et al., 2006; OZAKI, 2002; AL-KODMANY, 2000; CHAN, 2000).

Especificamente sobre o espaço físico, Gale e Park (2010) afirmaram que o ambiente doméstico se organiza funcionalmente de acordo com as formas que as famílias interagem, como respondem às práticas sociais as quais estão submetidas e, especialmente, ao modo como acomodam a privacidade dos seus membros. Em direção semelhante, Elali e Pinheiro (2013) afirmaram que para conhecer um ambiente é fundamental compreender as funções dos espaços, reconhecendo as táticas de defesa da privacidade. AlKhateeb (2015) corroborou os autores afirmando que para alcançar um ambiente arquitetônico mais adequado ou aceito pelos usuários, é necessário um entendimento sobre as ações que moldam a privacidade. Nesse sentido, a compreensão das formas de organização do espaço doméstico permeia o entendimento sobre a privacidade pretendida nas moradias, de modo que, para entender a privacidade habitacional torna-se necessário entender também relações socioambientais que se desenvolvem nesses espaços.

¹ Aglomeração é tratada aqui, em seu sentido psicológico e se refere- à “sensação de falta de espaço”. Para maiores informações sobre aglomeração ver item 3.2.4.

Sobre estas, genericamente, na contemporaneidade, têm sido verificadas mudanças comportamentais significativas nas relações sociais e nas percepções de privacidade, fruto dos novos arranjos, da maior paridade das relações familiares, da disseminação do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), da ressignificação das barreiras da casa/moradia (NOMADS.USP, 2007; REQUENA, 2007; FRANÇA, 2001; VILLA, 2008). Em contrapartida, apesar dessa variação nos padrões comportamentos, das novas atividades dos espaços domésticos e aparente maior fluidez nos limites que os definem, Freyre (apud MALARD, 1992) afirmava que, no Brasil, as noções de privacidade aplicadas à habitação sempre estiveram relacionadas à um espaço fechado. Ideia que pouco se alterou até hoje na produção de apartamentos.

Desde a década de 1950, a concepção funcional da maioria dos apartamentos oferecidos pelo mercado imobiliário brasileiro (excetuam-se algumas tipologias específicas como os *lofts*, que tendem a adotar plantas com espaços mais integrados) segue a organização tripartida das plantas, baseada na divisão rígidas dos setores sociais, íntimo e de serviços, com espaços hierarquizados, monofuncionais e pouco integrados (VILLA, 2002; QUEIROZ, 2008; VILLA, 2008; MENDONÇA, 2015; MACEDO, 2018). Nota-se, portanto que, as alterações comportamentais relacionadas à privacidade, parecem ter alterado pouco a concepção dos projetos habitacionais.

Sob a ótica do desempenho das edificações em uso, estudos existentes sobre a satisfação dos moradores em habitações brasileiras (REIS, 2002; KOWALTOWSKI et al. 2004; VILLA, 2008; BARROS; PINA, 2010; MENDONÇA, 2015; ZAGO; VILLA, 2017) apontaram a privacidade como sendo um aspecto fundamental para garantia da qualidade do ambiente construído. E essa importância pareceu ter se tornado ainda mais evidente no período de isolamento implicado pela pandemia da doença do novo coronavírus (coronavirus disease - COVID-19), quando o tempo gasto pelas pessoas em suas casas, as atividades domésticas e as formas de interações sociais mudaram de maneira substancial.

Apesar da importância que assume na formação do indivíduo (*self*), no funcionamento familiar e, especialmente para o campo disciplinar da arquitetura, no cotidiano da casa, os estudos sobre privacidade habitacional ainda são escassos.

No âmbito nacional, considerando trabalhos relacionados à arquitetura e habitações, Reis e Lay (2003) discutiram a privacidade visual de diferentes tipologias habitacionais, sob a ótica da funcionalidade e dos acessos visuais. Pinheiro (2015) tratou das similaridades e divergências de visões sobre privacidade entre estudantes de psicologia e arquitetura. Pereira (2017) examinou a privacidade a luz dos conflitos e usos dos espaços comuns entre moradores, identificando a satisfação com a privacidade e os locais de reuniões de pessoas. Gregoletto e Reis (2020) abordaram a privacidade visual em apartamentos a luz da satisfação

dos moradores com a privacidade obtida e as distâncias entre janelas e edificações ou áreas do entorno.

Apesar dos valiosos avanços e indicadores de desempenho estabelecidos pelos autores, foram identificadas lacunas no âmbito do projeto de habitações, especialmente em apartamentos, no que se refere a sistematização dos conceitos sobre privacidade e das ferramentas que, a partir dessa visão estruturada, permitam avaliar a privacidade habitacional, seja na escala do indivíduo, da unidade habitacional (UH), do prédio ou da vizinhança próxima.

Diante dessa lacuna, da necessidade constante de revisão dos conceitos da privacidade e dos modos de morar dos brasileiros e de um possível descompasso entre estes, a **questão central** que norteia a pesquisa é: Como avaliar a privacidade na habitação, especialmente em apartamentos? Como desdobramento dessa questão e dos conceitos levantados outras indagações foram levantadas:

- 1 O que influencia as percepções de privacidade no contexto habitacional?
- 2 Quais características do ambiente construído e do comportamento dos usuários são mais relevantes para avaliar a privacidade em habitações?
- 3 Quais métodos de pesquisa e abordagens são mais relevantes para avaliar a privacidade em habitações?
- 4 Os projetos contemporâneos de apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário atendem às necessidades de privacidade dos moradores?

A partir dessas questões e pressupondo que as necessidades de privacidade dos moradores se expressam e são reveladas pelo ambiente e pelo comportamento socioespacial humano, assume-se como **principal hipótese** que a avaliação de atributos físicos, sociais e psicológicos, inerentes aos ambientes (construídos ou projetados) ou à percepção dos usuários, permite definir indicadores de desempenho para a avaliação da privacidade habitacional.

Como hipóteses decorrentes desta principal assume-se que:

- 1 os novos padrões de comportamentos contemporâneos fizeram emergir novas necessidades de privacidade habitacional, relacionadas a regulação das distâncias interpessoais no ambiente doméstico.
- 2 as necessidades de privacidade das pessoas podem ser identificadas por investigações sobre seus modos de morar e por meio de avaliações da percepção dos usuários, cujos resultados comunicam o alcance (ou não) de seus desejos/interesses.

- 3 as demandas de privacidade dos moradores não são adequadamente atendidas pelos projetos contemporâneos de apartamentos, especialmente naqueles com dimensões reduzidas e torres múltiplas

Assim, a pesquisa tem como **objetivo geral**: construir um modelo conceitual² para avaliação da privacidade habitacional, com foco no ambiente construído, no comportamento dos usuários ou nas relações sócioespaciais humanas decorrentes dessa interação, que subsidie a construção de diagnósticos sobre privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão no ambiente doméstico.

Os objetivos específicos que simultaneamente compõe as metas e etapas de construção do modelo são:

- a) entender o conceito de modelo aplicado às pesquisas em arquitetura, identificando modelos representativos desenvolvidos no âmbito dos projetos habitacionais, no caso brasileiro;
- b) entender o significado de privacidade e de seus conceitos correlatos com foco no ambiente construído, no comportamento dos usuários ou nas relações sócioespaciais humanas decorrentes dessa interação, identificando como eles influenciam os modos de morar contemporâneos, especialmente em apartamentos;
- c) levantar sistematicamente os estudos nacionais e internacionais que abordam os temas da privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão no contexto das habitações;
- d) desenvolver um modelo de avaliação da privacidade habitacional que identifique as relações, atributos e instrumentos de avaliação que influenciam a garantia da privacidade em habitações, nos seus aspectos físicos, sociais e psicológicos, validando-o empiricamente;
- e) compreender a privacidade habitacional para moradores de apartamentos identificando quais características dos moradores, do ambiente construído e das relações de vizinhança impactam suas percepções de privacidade.

Diante dos objetivos, questões e hipóteses levantadas, para estudar a privacidade no contexto habitacional (Quadro 1), optou-se por selecionar como **objeto de estudo** apartamentos com

² Em arquitetura, a ideia de modelo está, muitas vezes, associada a “construções” físicas ou digitais, como maquetes ou modelos tridimensionais. Em pesquisas teóricas, o conceito de modelo aplica-se a abstrações de um fenômeno ou realidade, que podem ser representados por meio de esquemas analíticos expressos por informações verbais e relações entre os conceitos, por exemplo. Ver mais detalhes no Capítulo 2.

dimensões reduzidas de ambientes³ de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte (RN).

Quadro 1: Síntese da pesquisa

Título: Proposição de um modelo de avaliação da privacidade habitacional: da construção do instrumental à aplicação em estudo exploratório.		
Objeto de estudo: Apartamentos com dimensões reduzidas de ambientes ⁴ produzidos pelo mercado imobiliário, na cidade de Natal (RN)		
Questões de pesquisas	Hipóteses levantadas	Objetivos
Geral		
Como avaliar a privacidade habitacional?	A avaliação de atributos físicos, sociais e psicológicos, inerentes aos ambientes (construídos ou projetados) ou à percepção dos usuários, permite definir indicadores de desempenho para a avaliação da privacidade habitacional	construir um modelo conceitual para avaliação da privacidade habitacional, com foco no ambiente construído, no comportamento dos usuários ou nas relações sócioespaciais humanas decorrentes dessa interação, que subsidie a construção de diagnósticos sobre privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão no ambiente doméstico
Específicos	Q1) O que influencia as percepções de privacidade no contexto habitacional?	H1) os novos padrões de comportamentos contemporâneos fizeram emergir novas necessidades de privacidade, relacionadas a regulação das distâncias interpessoais no ambiente doméstico.
	Quais características do ambiente construído e do comportamento dos usuários são mais relevantes para avaliar a privacidade em habitações?	H2) as necessidades de privacidade das pessoas podem ser identificadas por investigações sobre seus modos de morar e por meio de avaliações da percepção dos usuários, cujos resultados comunicam o alcance (ou não) de seus desejos/interesses.
	Quais métodos de pesquisa e abordagens são mais relevantes para avaliar a privacidade em habitações?	
	Os projetos contemporâneos de apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário atendem às necessidades de privacidade dos moradores?	H3) as demandas de privacidade dos moradores não são adequadamente atendidas pelos projetos contemporâneos de apartamentos, especialmente naqueles com dimensões reduzidas e torres múltiplas.
		entender o conceito de modelo aplicado às pesquisas em arquitetura, identificando modelos representativos desenvolvidos no âmbito dos projetos habitacionais, no caso brasileiro; compreender o significado de privacidade e de seus conceitos correlatos com foco no ambiente construído, no comportamento dos usuários ou nas relações sócioespaciais humanas decorrentes dessa interação, identificando como eles influenciam os modos de morar contemporâneos, especialmente em apartamentos; levantar sistematicamente os estudos nacionais e internacionais que abordam os temas da privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão no contexto das habitações; desenvolver um modelo de avaliação da privacidade habitacional que identifique as relações, atributos e instrumentos de avaliação que influenciam a garantia da privacidade em habitações, nos seus aspectos físicos, sociais e psicológicos, validando-o empiricamente; avaliar a privacidade habitacional para moradores de apartamentos com dimensões reduzidas e torres múltiplas, ofertados pelo mercado imobiliário, identificando quais características dos moradores, do ambiente construído (nas suas diferentes escalas de abrangência) e das relações de vizinhança impactam suas percepções de privacidade

Fonte: elaboração própria, 2023.

A opção por considerar apartamentos com dimensões reduzidas justifica-se, pois, essas tipologias apresentam organizações espaciais que apesar de atenderem aos regramentos

³ Por ambientes com dimensões reduzidas, entende-se os ambientes que, no projeto original, possuem áreas próximas aos limites definidos pelos órgãos reguladores, tais como NBR 15.575 (ABNT, 2013) e Código de Obras do Município.

urbanísticos, em muitos casos, não atendem a parâmetros mínimos satisfatórios de ergonomia. Como os parâmetros dimensionais adotados pelos órgãos reguladores nacionais não adotam “folgas” ou “margens de manobras” (ANAPOLSKI; MEDVEDOVSKI, 2010), muitos dos projetos concebidos a partir desses parâmetros atingem níveis de qualidade abaixo de padrões mínimos satisfatórios, tanto do ponto de vista ergonômico, como quando comparado com programas internacionais de qualidade habitacional (NASCIMENTO; TOSTES, 2011; PEDRO; BOUERI, 2012; BOUERI *et al.* 2012; PEREIRA, 2015; MACEDO, 2018).

Ademais, outros estudos sobre áreas e tipologias semelhantes desenvolvidos no Brasil, também demonstraram a dificuldade de adaptação das famílias a esse padrão de apartamentos (MENDONÇA, 2015; ZAGO; VILLA, 2017), o que tende a revelar maiores problemas relacionadas à privacidade e falta de espaço pessoal dos seus moradores. A opção pelos edifícios de torres múltiplas, deve-se à maior rede de relações sociais que podem ser desenvolvidas, às proximidades entre torres e ao compartilhamento de áreas recreativas, que podem ensejar aspectos relacionados à territorialidade. O recorte geográfico surge como uma continuidade dos estudos sobre qualidade dos projetos habitacionais já iniciados pela autora durante a sua dissertação (MACEDO, 2018). Como os problemas de privacidade e as percepções relacionadas à vizinhança tendem a ser mais perceptíveis nessa tipologia, esse foi o objeto selecionado para a investigação em andamento.

Para alcançar os objetivos propostos e ilustrar os diversos caminhos que o modelo pode alcançar, foi desenvolvido um modelo que pudesse fornecer diferentes tipos de avaliações, desde avaliações físicas e sociais do espaço, sem comprometimento com a participação dos usuários, até avaliações focadas nas percepções dos usuários, que se expressam, no âmbito da arquitetura, especialmente por meio das avaliações pré-projeto ou pós-ocupação. Para o trabalho em tela, a pesquisa empírica utilizou principalmente os multimétodos da Avaliação Pós Ocupação (APO) a fim de testar a viabilidade de aplicação do modelo, seus potenciais e dificuldades.

Apesar dos resultados da APO realizada serem discutidos neste texto, e poderem ser utilizados como o início de pesquisas futuras que visem subsidiar melhorias em novos projetos ou no *retrofit* do caso estudado, o objetivo central da tese foi construir um esquema de avaliação da privacidade que pudesse ser replicado para diferentes tipologias habitacionais e se adaptasse a diferentes enfoques. Nesse sentido, como o objetivo principal não envolveu fazer generalizações sobre o caso estudado, replicando os achados para outros empreendimentos, e dadas as dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, a amostra foi auto selecionada e definida por conveniência.

O estudo se **justifica** por fornecer evidências empíricas que auxiliem na compreensão da privacidade habitacional e do processo de regulação das barreiras físicas, sociais e psicológicas no ambiente doméstico. Sua **relevância** consiste na sistematização de indicadores de desempenho e instrumentos de coleta de dados para subsidiar pesquisas em privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão em habitações, oferecendo contribuições metodológicas importantes para avaliação da privacidade habitacional no âmbito da arquitetura. Como meta maior deste processo, os resultados dos diagnósticos obtidos com a aplicação do modelo podem implicar na melhoria do produto arquitetônico, pelo incremento da qualidade do programa de necessidades das habitações, da proposta projetual em si, do produto final obtido e das modificações que podem ser feitas aos edifícios em uso.

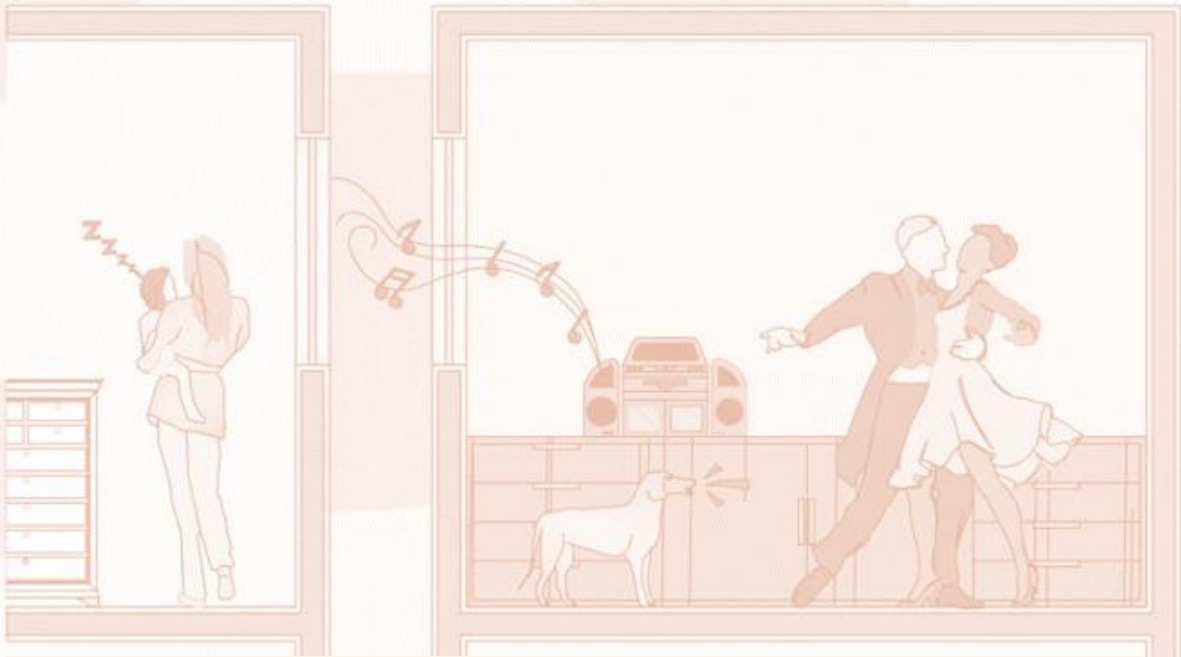
Para tanto, a tese estruturou-se, em quatro etapas distintas: revisão da literatura, definição do método, resultados e a análise dos resultados, que além da introdução, foram agrupadas em outros oito capítulos.

A revisão da literatura, inserida nos capítulos 02, 03 e 04, visou construir a fundamentação teórica sobre as realidades que se desejava entender, neste caso: o uso dos modelos em pesquisa, a privacidade e seus conceitos correlatos e a privacidade habitacional.

A etapa de definição do método, no capítulo 05, buscou sistematizar os achados da teórico-metodológicos da revisão realizada apontando os principais constructos e relações que se envolvem com a privacidade habitacional, evidenciando também os principais procedimentos metodológicos e abordagens utilizados para avaliação da privacidade.

Na etapa de resultados, foi apresentada a proposta inicial do modelo e sua validação por especialistas, no capítulo 06, e, no capítulo 07, foi apresentada a validação empírica do modelo, por meio de um estudo exploratório aplicado a um condomínio clube de apartamentos e torres múltiplas na cidade de Natal (RN).

As discussões e análises dos resultados da aplicação do modelo foram apresentadas, no capítulo 08, sendo também apresentadas a proposta do modelo final. Por fim, no capítulo 09 foram apresentadas as considerações finais, identificando os achados e contribuições desta pesquisa para o conhecimento da questão em tela, os possíveis alcances do conhecimento obtido, sendo ainda apontadas indicações de novas pesquisas necessárias para aprofundar e aumentar a consistência e abrangência das informações ora obtidas.



2 USO DE MODELOS EM PESQUISA



2 USO DE MODELOS EM PESQUISA: ENTRE O SABER E A PRÁTICA

Uma pesquisa pode ser definida como uma investigação ou experimentação, que, por meio da interpretação de dados e evidências, descoberta de novos fatos ou do desenvolvimento de métodos e teorias, produz novos conhecimentos ou contribui para generalizações do conhecimento ou da realidade existente, testando modelos ou apresentando a real situação dos fatos e problemas. Conforme definiram Gogoi e Goowalla (2015), a pesquisa científica compreende um processo ativo, diligente e sistemático de investigação para descobrir, interpretar ou revisar fatos, eventos, comportamentos ou teorias, ou para fazer aplicação prática com a ajuda de tais fatos, leis ou teorias.

De acordo com Jong e Voordt (2002), nas ciências técnicas e comportamentais, como é o caso da Arquitetura, as pesquisas lidam com a realidade e com experiências (empirismo) para desenvolver conhecimentos que possam ser aplicados e replicados em diferentes contextos. Dessa maneira, o produto primário de uma pesquisa constitui-se, principalmente, de uma descrição da realidade, ou de como esta deveria ou poderia ser. Nessa direção, os autores esclareceram que as pesquisas operam principalmente com a análise de fenômenos, separando as circunstâncias específicas e que podem variar em contextos diferentes, mas ao mesmo tempo retendo o que é essencial e pode ser comparável, a fim de fazer generalizações e produzir conhecimento. No caso da Arquitetura, o resultado desse processo normalmente produz novos conhecimentos que passam a ser incorporados a novos projetos, ainda que de forma implícita (JONG; VOORDT, 2002).

Em direção semelhante, Moreira, Kowaltowski e Beltramin (2016) apontaram a arquitetura como sendo uma área aplicada que abrange questões tecnológicas e culturais, na qual, o estudo do processo de projeto seria estratégico para compreensão da disciplina. Nesse sentido, consideraram que a pesquisa em arquitetura, especialmente na pós-graduação, deveria ser destinada a produzir resultados confiáveis que estejam sujeitos à observação crítica e contribuam para um corpo comum de conhecimento. A luz desse entendimento, evidenciaram que as pesquisas na área comumente aplicam conhecimentos gerais e científico “para resolver problemas reais no ambiente construído, criar políticas ou apoiar a profissão nas suas atividades” (MOREIRA, KOWALTOWSKI e BELTRAMIN, 2016).

Em estudo anterior, Kowaltowski (2010) corroborou os achados recentes ao ponderar que, em um contexto marcado por empreendimento cada vez mais complexos, exigindo soluções projetuais e tecnológicas mais elaboradas e multidisciplinares do planejamento ao uso, o desenvolvimento de investigações científicas relacionadas a metodologias de projeto, ferramentas de apoio ao processo de projeto, criativo e de cognição, programa de

necessidades, sistema de gestão de processo de projeto e avaliação pós-ocupação (APO). Para a autora, essas pesquisas seriam fundamentais para subsidiar: 1) a gestão e desenvolvimento tecnológico do projeto; 2) a avaliação do desempenho do ambiente construído; 3) a compreensão quanto aos níveis de satisfação e quanto a hierarquização das demandas dos usuários (KOWALTOWSKI, 2010).

Diante da multidisciplinaridade dos fenômenos reais, as pesquisas em arquitetura amparam-se em diferentes métodos, ferramentas e técnicas para produção de conhecimento que podem ser: revisão de literatura, pesquisa documental, realização de entrevistas, aplicação de questionários, medições das características e do desempenho de um edifício, modelos ou simulações. Estes, por sua vez, podem variar de acordo com o objeto de estudo, a escala que se pretende analisar e o contexto no qual o estudo se inserem (JONG; VOORDT, 2002; MOREIRA, KOWALTOWSKI e BELTRAMIN, 2016).

Sobre os dados resultantes dessas pesquisas, Vasilenko (2019) considerou que o desenvolvimento da arquitetura perpassa pela busca de soluções que permitam a formalização dos sistemas de pesquisa, projeto e avaliação de objetos arquitetônicos por meio do desenvolvimento de modelos ou softwares. Especificamente sobre os modelos, Jong e Voordt (2002) argumentaram que estes podem ser utilizados para avaliar como diferentes cenários (econômico, físicos ou políticos) e devem se desenvolver sob certas condições ou suposições.

Em um sentido amplo, um modelo pode ser entendido como uma representação abstrata e simplificada de um fenômeno, objeto ou uma realidade concreta (ROMANO, 2003; KLAASEN, 2002; PANDOLFO, 2001). Ao associar as características da pesquisa e da prática, o desenvolvimento de um modelo permite discutir um problema em profundidade, apontando os caminhos (relações) necessários para a avaliação da realidade existente. Nessa perspectiva, como o presente trabalho destina-se ao entendimento do fenômeno da privacidade em habitações, que implica em processos e formas complexas e subjetivas de expressão no comportamento e no ambiente, entendeu-se que o desenvolvimento de um modelo, ao relacionar os constructos⁵ e processos existentes, seria uma abordagem adequada aos fins propostos.

Dessa maneira, este capítulo destinou-se ao entendimento, em linhas gerais, do conceito de modelo, suas formas de representação e estruturação, especialmente associadas ao estudo e desenvolvimento do processo de projeto em arquitetura. Sua principal contribuição foi,

⁵ Constructos: uma ideia ou conceito complexo formado a partir de uma síntese de ideias mais simples, podendo corresponder a um modelo explicativo baseado em eventos ou processos empiricamente verificáveis e mensuráveis (tradução livre, APA, 2023).

portanto, aprofundar e sistematizar os conhecimentos relacionados a essa abordagem, trazendo contribuições metodológicas às pesquisas da área.

2.1 Modelos em arquitetura: revisando o conceito

Conforme afirmou Elali (2010), “mais do que a representação gráfica de uma ideia do projetista a ser materializado durante a execução da obra, o projeto de arquitetura é a síntese de muitas dimensões interdependentes” (ELALI, 2010, p. 59). Entendido enquanto uma síntese, o projeto arquitetônico integra um processo complexo que envolve condicionantes técnicos, construtivos, estéticos, econômicos, dentre outros (BOUDON, 2007; LAWSON, 2011). O processo de projeto pode ser compreendido como “a atividade ou serviço integrante do processo de construção, responsável pelo desenvolvimento, organização, registro e transmissão das características físicas e tecnológicas especificadas para uma obra” (MELHADO, 1994, p.95). Para o autor (MELHADO, 2002), esse processo divide-se em quatro fases principais: 1) montagem da operação, na qual são realizados os estudos preliminares e o programa de necessidades; 2) desenvolvimento dos projetos, em que são concebidos e detalhados os projetos necessários ao empreendimento; 3) execução dos serviços, que corresponde à etapa de obra; 4) gestão do empreendimento em uso, que envolve o uso, operação e manutenção do edifício.

Em direção semelhante, Fabrício (2002) defendeu que o processo de projeto abarca:

“todas as decisões e formulações que visam subsidiar a criação e a produção de um empreendimento, indo da montagem da operação imobiliária, passando pela formulação do programa de necessidade e do projeto do produto até o desenvolvimento da produção, o projeto “as built” e a avaliação da satisfação dos usuários com o produto” (FABRICIO, 2002, p. 75)

Nesse sentido, entende-se que o processo de projeto compreende desde a concepção do empreendimento até sua operação e uso, envolvendo diferentes atores, como empreendedores, projetistas e usuários. Sob essa perspectiva, seja no âmbito da prática ou da teoria, o processo de projeto em arquitetura e urbanismo, nas suas várias etapas, envolve, em sua essência, a noção de modelo (JONG; VOORDT, 2002; FIANDANESE, 2019; VASILENKO, 2020). Apesar do extenso debate existente sobre as origens epistemológicas do conceito de modelo ao longo do tempo e das variadas aplicações em campos distintos de conhecimento (FIANDANESE, 2019), interessou-nos aqui, discuti-lo a luz da produção científico-acadêmica, aplicada primordialmente ao processo de projeto em arquitetura e urbanismo.

Em uma escala abrangente, Jonassen, Strobel e Gottdenker (2005) revisaram o conceito de modelo entre diferentes autores e o definiram como sendo sistemas conceituais que representam qualitativamente, funcionalmente ou formalmente os objetos reais em estudo e que podem ser expressos por meio dos elementos, das relações, operações e regras que compõe essa realidade e governam as interações existentes entre esses elementos.

Em revisão sobre as definições de modelo genéricas e específicas na arquitetura e urbanismo, Fiandanese (2019) considerou que o conceito possui significado polissêmico. De acordo com o autor, na arquitetura e urbanismo, o termo modelo foi caracterizado por sua ambivalência, ora designando seu sentido original mimético, representando o objeto material, ora o seu sentido figurativo, relacionado à sua norma abstrata. Nessa perspectiva, o referido autor definiu a modelagem como a atividade de planejamento que busca imaginar uma ideia ou forma ideal e o modelo enquanto a forma idealizada (o resultado a ser alcançado) que se constitui da base fundamental da representação nesta ciência.

Especificamente no contexto da pesquisa e projeto em arquitetura, Klaasen (2002) considerou que os modelos servem para imaginar, articular, calcular e simular a realidade (existente ou futura), contribuindo para informar, comunicar e refletir sobre determinado fenômeno ou problema. No caso dos modelos científicos, a autora afirmou que suas funções podem ser ainda classificadas em exploratórias, descritivas, explicativas ou projetivas, preocupando-se com a realidade no passado e no presente ou com a realidade provável ou possível no futuro.

Em uma visão mimética, Imai (2007) ponderou que os modelos na arquitetura buscam a representação simplificada da realidade construtiva ou formal, mas também uma idealização de princípios com a intenção de serem instrumentos de transmissão de valores e ideias. Nessa abordagem corroborou a ideia do modelo enquanto uma representação abstrata e subjetiva das características relevantes da realidade.

Koch e Carranza (2014) apresentaram os conceitos de modelo e de diagrama e a importância deles para o processo de projeto. Para os autores, os diagramas foram entendidos como abstrações concretas que representam ou projetam partes escolhidas da realidade e podem ser utilizados para: 1) articular soluções, explicações, teorias e discursos; 2) sugerir, comunicar, investigar ideias e princípios; 3) conduzir a coleta de dados empíricos e a proposta de experimentos. Com um caráter conceitual e exploratório, os modelos, por sua vez, assumem um caráter de sistema, com diferentes graus de detalhamentos e especificidades a depender da realidade a que se relacionam.

Ainda sobre o processo de projeto em arquitetura, Vasilenko (2020) entendeu a modelagem em arquitetura como um método de estudar objetos, fenômenos e processos complicados por meio de uma imitação simplificada (em escala real, matemática ou lógica): o modelo. Este,

por sua vez, foi conceituado como sendo a representação de sistemas abstratos especiais, capazes de refletir a estrutura e as funções de um objeto sob estudo, a partir dos seus elementos essenciais e das inter-relações existente entre eles. Sob essa perspectiva, o autor ressaltou a importância da utilização dos modelos para resolução de problemas de pesquisa e projeto em atividades arquitetônicas e afirmou que o modelo testado na prática pode se mostrar uma forma confiável de tomada de decisão.

Conforme conceituaram os autores apresentados ou revisados por eles (Quadro 2), ao assumir um papel investigativo e prototípico, os modelos e diagramas são muito mais do que “meras representações”, eles são partes ativas na pesquisa e no processo de projeto, na formulação teórica e na elaboração de métodos e estratégias de pesquisa.

Quadro 2: Conceitos de modelo, em estudos científicos e na arquitetura e urbanismo

Campo de aplicação	Autor	Conceito de modelo
Estudos científicos (gerais)	Armatte (2005), apud Fiandense (2019)	Prova efêmera que vem antes da realidade concreta, divide-se em cinco classes de significados: 1) como referência; 2) como maquete de um dispositivo real; 3) como um tipo ideal 4) como ícone, com significado simbólico; 5) como uma lógica matemática.
	Coste (2008), apud Fiandense (2019)	Representação com certo grau de abstração produzida para interpretar ou modificar a realidade ou um dispositivo. Em arquitetura, assume diferentes funções desde a imitação até especulação.
	Carl (2014), apud Fiandense (2019)	Objetos físicos ou fictícios, estruturas teóricas, descrições ou alguma combinação entre eles, com o propósito de representar o domínio entre as expectativas e a realidade.
	Jonassen; Strobel; Gottdenker (2005)	Sistemas conceituais que representam qualitativamente, funcionalmente ou formalmente os objetos reais em estudo.
Arquitetura e urbanismo	Choay (1980)	Construção de uma imagem abstrata, em que o espaço pode ser reduzido a um protótipo “universalizável”.
	Boudon (1975)	Expressa as diferentes operações que acontecem ao longo de um processo de projeto. Podem ser entendidos sob três óticas principais: 1) ligados à noção de similaridade (analogia); 2) estabelecendo regras de proporção na arquitetura; 3) como parte de um sistema que compõe uma realidade teórica.
	Klaasen (2002)	Serve para imaginar, articular, calcular e simular a realidade (existente ou futura), contribuindo para informar, comunicar e refletir sobre determinado fenômeno ou problema.
	Imai (2007)	Representação simplificada da realidade construtiva ou formal ou uma idealização de princípios para transmissão de valores e ideias.
	Koch e Carranza (2014)	Tem um papel investigativo e prototípico, correspondendo a um sistema, que pode assumir diferentes graus de detalhamento e especificidade a depender a etapa a que se relacionam.
	Fiandanese (2019)	Constitui-se da base fundamental da representação na arquitetura, ora representando o objeto material, ora relacionado à sua abstração.
	Vasilenko (2020)	Representação de sistemas abstratos especiais, capazes de refletir a estrutura e as funções de um objeto sob estudo, considerando os seus elementos essenciais e as inter-relações existente entre eles.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Pela revisão realizada, os modelos e diagramas exigem uma redução e abstração do objeto ou fenômeno que sintetizam, de tal modo que, não há como concebê-los sem uma teoria significativa ou sem tomadas de decisões de sobre o que deve ser incluído ou excluído. Logo, ao fornecerem um panorama sobre quais entidades podem estar relacionadas, os modelos e

diagramas incorporam em si as teorias que o explicam, e ao mesmo tempo tornam-se parte da teoria.

Nesse sentido, a luz das diferentes realidades e fenômenos que podem representar e expressar, os modelos têm tipos variáveis. De acordo com a literatura revisada (KLAASEN, 2002; JONASSEN; STROBELE; GOTTDENKER, 2005) os modelos podem ser, de maneira geral, representacionais, matemáticos, físicos, verbais ou mentais, sendo classificados pela sua estrutura formal ou pela relação que desenvolve com a realidade que representa (KLAASEN, 2002) As diferentes nomenclaturas dos tipos de modelos e suas formas de representação foram sintetizadas no Quadro 3.

Quadro 3: Tipos de modelos em pesquisa e projeto

Autor	Tipo de modelo		Formas de representação ou utilização
Giere (1999), apud Jonassen, Strobel e Gottdenker (2005)	Representacionais		mais utilizados nas pesquisas científicas
	Abstratos		modelos matemáticos
	Teóricos		modelos abstratos construídos a partir de princípios teóricos
Lehrer; Schauble (2003), apud Jonassen, Strobel e Gottdenker (2005)	Físicos		modelos realísticos
	Representacionais		baseado na semelhança entre o modelo e o mundo real
	Sintáticos		resume o funcionamento essencial de um sistema
	Hipotético-dedutivos		abstrações formais
Klaasen (2002)	Quanto à forma	Verbal	descrição em palavras
		Matemático	composto por números e simbólicos matemáticos (todos os modelos computacionais são matemáticos, ainda que representem uma estrutura espacial)
		Espacial	uma representação da realidade espacial em escala
		Mecânico	um modelo que funciona em analogia com seu original (modelo espacial com tempo real para quarta dimensão).
	Quanto à relação que desenvolvem com a realidade	Concreto	sistemas que permitem experimentação realística e apresentam dimensões espaciais (espaciais ou mecânicos)
		Conceitual	construção mental (teoria ou representação gráfica) sobre a realidade passada, presente ou futura (verbais, matemáticos, espaciais ou mecânicos)
		Formal	sistema sintático não interpretado de símbolos (cálculo, algoritmo)

Fonte: elaboração própria, 2023.

Pôde-se entender, portanto, que o conceito de modelo se relaciona a uma abstração da realidade, que busca entender a situação presente (JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER, 2005; KLAASEN, 2002; FIANDENSE, 2019; VASILENKO, 2020) ou prospectar sobre as possibilidades futuras (KLAASEN, 2002; FIANDENSE, 2019) do objeto de estudo selecionado. Esse processo, chamado de modelagem, por sua vez, implica em um grau de subjetividade do pesquisador ou projetista pela escolha dos elementos e relações que se deseja expressar e entender a respeito do objeto ou fenômeno em estudo e devem implicar também na escolha do tipo de modelo mais adequado para expressar o objetivo desejado.

Sobre os tipos de modelos, apesar da variedade de classificações apresentadas pela literatura, como o objetivo deste trabalho consistiu, em linhas gerais, de compreender a

realidade do fenômeno da privacidade em apartamentos a luz da produção teórica e empírica existente, mostrou-se como mais adequado para desenvolvimento da pesquisa em tela: o modelo conceitual, também chamado de descritivo ou representacional, sob a forma de representações verbais, com o uso de diagramas. As características e formas de construção desse tipo de modelo foram apresentadas em maiores detalhes a seguir.

2.2 Modelos conceituais e sua aplicação nas pesquisas em arquitetura

Em uma revisão abrangente sobre a utilização de modelos conceituais em pesquisas científicas Elangovan e Rajendran (2015) o definiram como sendo uma ilustração representacional e um dispositivo heurístico que retrata visualmente os conceitos e a teoria implícita a uma determinada realidade ou fenômeno, que, por sua vez, permite ao pesquisador relacionar adequadamente as variáveis que envolvem do fenômeno em estudo. Para eles, os modelos conceituais podem ser considerados um tipo de teoria intermediária que “tem potencial de conectar os diferentes aspectos da investigação, por meio da definição do problema, revisão da literatura, metodologia, coleta e análise de dados”⁶ (ELANGOVAN; RAJENDRAN, 2015, p.2). Por meio de uma revisão da literatura, os autores apresentaram algumas das definições acerca do modelo conceitual, conforme Quadro 4.

Quadro 4: Resumo das definições relacionadas ao modelo conceitual, de acordo com Elangovan e Rajendran (2005)

Autores referenciados	Conceito ou objetivo de modelo conceitual.
Earp e Ennett (1991)	Diagrama de ligações causais propostas entre um conjunto de conceitos. Eles destacam que um modelo conceitual fornece uma imagem visual que representa conceitos por caixas e processos delineados por setas.
David (2001)	Ajuda a entender a ideia, prever e possibilitar a tomada de decisão pela qual a modelagem se torna uma parte integrante da teoria fundamentada. Possuem simultaneamente a função de abstração, de passar da realidade para o modelo, e a de desenvolvimento, de passar do modelo para a realidade, de modo que, permitem aos pesquisadores compreenderem a realidade presente, conceituando os cenários futuros.
Eriksson, 2003	Artefato que fornece um entendimento comum aos espectadores sobre o conhecimento, mostrando vários elementos de um sistema e sua inter-relação.
Shields e Tajalli (2006)	Funciona como um mapa que dá coerência à investigação empírica.
Briggs (2007)	Ferramenta para análise, teorização e tomada de decisão, discutindo sua relevância para os principais conceitos de pesquisa e apresentando um exemplo de base empírica. Pode ser usada como metodologia para ajudar na simplificação da realidade, mostrando as relações entre variáveis, fatores ou fenômenos.

Fonte: elaboração própria (2023), adaptado da revisão de Elangovan e Rajendran (2015)

⁶ Tradução livre de: “Conceptual models are a type of intermediate theory, which have the potential to connect all the aspects of inquiry like problem definition, purpose, literature review, methodology, data collection and analysis” (ELANGOVAN; RAJENDRAN, 2015, p.2)

Adriaenssen e Johannessen (2015), por sua vez, apresentaram o modelo conceitual a luz das pesquisas nas ciências sociais. Com base nesse entendimento, os autores definiram que o modelo conceitual se constitui de uma representação de atividades ou processos que revelam uma ação ou evento, por meio da definição dos conceitos, das variáveis e das relações que envolvem o fenômeno ou problema em estudo, de modo a mostrar como os conceitos estão relacionados entre si e como as variáveis estão relacionadas ao conceito. Nesse sentido, corroboraram a visão de que os modelos mostram apenas uma certa perspectiva da realidade, entendendo que o propósito destes seria a abstração de um problema ou fenômeno, de modo a isolar as suas propriedades genéricas (características universais), para então entender e explicar a sua natureza (generalizações). Ainda de acordo com os pesquisadores, nas ciências sociais os modelos poderiam ser classificados em quatro tipos principais: (1) experimentos mentais; (2) esquemas analíticos; (3) modelos causais empíricos ou estudos de caso; e (4) modelos de “mineração de dados”.

Especialmente sobre os esquemas analíticos, tal como os diagramas apresentados por Koch e Carranza (2014), Adriaenssen e Johannessen (2015) explicaram que consistem em sistemas abstratos compostos por conceitos-chaves e pela generalização das relações entre eles, apresentando os processos dinâmicos envolvidos no fenômeno ou problema investigado. Dessa maneira, o modelo conceitual analítico deveria possuir um nível maior de abstração e ser baseado principalmente em estudos empíricos de modo a fornecer uma compreensão mais profunda das relações entre conceitos e variáveis.

Especificamente sobre os diagramas ou esquemas analíticos, Turner (1987) ponderou que os esquemas podem ser utilizados para “construir um cenário” a fim de explicar as relações entre os constructos fundamentais à compreensão do fenômeno, ou para aplicar tal análise na simulação e construção de novos cenários, sob condições predeterminadas. Logo, seu objetivo seria viabilizar “[...] a construção de sistemas abstratos de categorias que presumivelmente denotam propriedades-chave do universo e relações cruciais entre essas propriedades. [...] a explicação de fenômenos específicos é alcançada quando o esquema pode ser usado para interpretar algum processo empírico específico” (TURNER, 1988, p. 162).

Sobre a construção dos modelos, Jonassen, Strobel e Gottdenker (2005) ponderaram que embora seu objetivo seja representar os fenômenos reais, por serem interpretações dos fenômenos, eles não são o objeto em si, logo, “todos os modelos são, na melhor das hipóteses, réplicas inexatas do fenômeno real”⁷ (JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER,

⁷ Tradução livre de: Models are representations of interpretations of phenomena in the world, not the objects themselves. All models are at best inexact replicas of the real phenomenon (JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER, 2005, p.33)

2005, p.33). Dessa maneira, por sempre envolver simplificações e aproximações dos processos e por serem representações sincrônicas de processos dinâmicos, os modelos também são limitados quanto a complexidade e mutabilidade que envolve os fenômenos reais, de modo que, suas limitações devem ser sempre apresentadas.

A respeito das etapas e estratégias de construção dos modelos conceituais, os referidos autores apresentaram, em sua revisão, algumas etapas para elaboração de mapas mentais, que, numa escala abrangente podem ser aplicadas aos modelos conceituais. De acordo com eles, a modelagem do processo envolveria quatro etapas:

- 1) descrever o conceito básico e as variáveis associadas a ele em alguma forma diagramática;
- 2) formular as relações,
- 3) desenhar as ramificações dos modelos;
- 4) validar o modelo.

Sob essa ótica e considerando as limitações inerentes aos modelos, os autores consideraram que para melhor se adequar à realidade que representam, os modelos deveriam possibilitar mudanças e adaptações de acordo com o tempo, contexto e propósito do estudo.

Para Elangovan e Rajendran (2015) a estrutura do modelo conceitual deve ser desenvolvida a partir da compreensão dos pesquisadores sobre o fenômeno de pesquisa. Corroborando os estudos anteriores, eles defenderam, que um modelo conceitual deve expressar além das unidades (constructos ou variáveis) e da interdependência entre elas, as limitações e condições sobre as quais se espera que a estrutura funcione. Ademais, recomendaram que os modelos deveriam ser testados e que as revisões oriundas dos testes deveriam ser incorporadas em novas pesquisas, de tal forma, que os modelos conceituais pudessem fornecer uma estrutura flexível a ser testada e refinada ao longo do ciclo de pesquisa.

Para eles, os constructos e relações, decorrentes desse entendimento, poderiam ser expressos por meio de ilustrações, que demonstrem tanto a ordem lógica causal e relacional entre os constructos, quanto o modo como cada um deles intervém ou modera uma determinada relação. Diante da revisão realizada, os autores selecionaram o processo de construção da teoria proposto por Holton e Lowe (2007), como o mais apropriado para desenvolver um modelo conceitual.

Nesse sentido as etapas propostas pelos autores (HOLTON; LOWE, 2007) foram:

- 1) Compreensão geral do fenômeno: Elaborar uma revisão inicial da literatura para familiarizar o pesquisador com o fenômeno, buscando identificar as lacunas existentes e a necessidade de novos estudos.

- 2) Revisão sistemática da literatura: Identificar, avaliar e interpretar o estado da arte da literatura existente sobre o fenômeno, produzido por pesquisadores, acadêmicos e profissionais.
- 3) Análise dos constructos: Sintetizar os achados da revisão sistemática da literatura identificando os constructos fundamentais para a discussão do objeto de estudo.
- 4) Desenvolvimento de uma teoria inicial: Desenvolver uma teoria inicial com base na revisão sistemática da literatura levantada e nos objetivos da pesquisa. A teoria inicial deve tentar responder as seguintes perguntas:
- 5) Avaliação da teoria: Testar empiricamente a teoria desenvolvida, solicitando a revisão de outros pesquisadores ou profissionais para saber se a teoria atende aos objetivos estabelecidos.
- 6) Análise das opiniões sobre a teoria: Analisar e sistematizar as respostas dos pesquisadores ou profissionais, integrando os dados da avaliação obtidos pelo feedback dos especialistas.
- 7) Modificação da teoria: Ajustar a teoria inicial desenvolvida com base no feedback dos especialistas.

Adriaenssen e Johannessen (2015), por sua vez, explicitaram uma estratégia de construção de modelo conceitual que seria variável conforme o nível de abstração necessária para o estudo do fenômeno e o tipo de modelo selecionado pelo pesquisador. Nesse cenário, propuseram oito etapas básicas para elaboração de modelos, a saber:

- 1) esclarecer o problema/fenômeno;
- 2) desenvolver a questão de pesquisa;
- 3) definir as propriedades genéricas do objeto de estudo, determinando os conceitos associados ao fenômeno;
- 4) determinar as relações entre conceitos;
- 5) delimitar os parâmetros que devem ser incluídos nos conceitos;
- 6) determinar as principais características dos parâmetros;
- 7) desenvolver indicadores para as principais características;
- 8) determinar as relações entre os parâmetros e os conceitos.

Além destas etapas, os autores apresentam outras estratégias que podem ser incluídas às etapas básicas, sendo elas: a) construir uma estrutura analítica (ou experimento mental); b) desenvolver um modelo analítico; c) usar o modelo analítico para examinar um contexto empírico; d) desenvolver modelos causais empíricos e examinar quantitativamente um contexto empírico; e) desenvolver e visualizar as relações quantitativas da análise empírica.

Para Vasilenko (2020) o desenvolvimento dos modelos deveria considerar a seleção dos elementos significativos para avaliação dos objetos arquitetônicos e que atendessem aos seguintes requisitos:

- 1) incluir parâmetros de avaliação que influenciem a completude e a eficiência da solução arquitetônica dos projetos;
- 2) ter critérios de avaliação mensuráveis, para possibilitar a realização de análises quantitativas;
- 3) ter universalidade de parâmetros e critérios de avaliação, para incluir objetos de estudos de várias complexidades e naturezas;
- 4) utilizar métodos de avaliação de fácil compreensão, para dar celeridade processamento de informações e viabilizar a obtenção dos resultados no prazo estabelecido.

Nesse sentido, a literatura revisada sobre modelos conceituais demonstrou que a construção destes envolve etapas e processos bem definidos e que buscam, de maneira geral, levantar os constructos e relações que envolvem os problemas e fenômenos reais. Para tanto, além de necessitarem de uma pesquisa teórica robusta sobre os conceitos que se desejam estudar, os modelos teóricos também apresentaram a natureza empírica que envolve os fenômenos reais, a qual pode ser expressa pelas experimentações e simulações, pela avaliação por especialistas ou pela revisão de outros estudos empíricos. Além disso, a revisão demonstrou também a necessidade de adaptação dos modelos aos diferentes contextos em que podem ser aplicados.

Diante desse contexto geral, para melhor compreensão de como a literatura tratou os modelos conceituais no âmbito da arquitetura e seu processo de projeto, objeto da discussão desse trabalho, foram levantados estudos brasileiros que tinham como objetivo geral desenvolver modelos conceituais que fossem fundamentados em APO, uma vez que dentre as etapas do processo de projeto pretendeu-se estudar os apartamentos em uso, ou cujo objeto de estudo fosse habitação.

2.2.1 Modelos conceituais e sua aplicação nas pesquisas em arquitetura

Em pesquisas brasileiras, aplicadas ao processo de projeto de habitações ou baseados na adoção dos instrumentos metodológicos da APO, diferentes estudos apresentaram pesquisas com o objetivo de desenvolver modelos conceituais para avaliação dos objetos arquitetônicos, normalmente associados às aplicações empíricas. Os estudos identificados e as formas de estruturação dos modelos concebidos foram apresentados a seguir, para que se pudesse

compreender as necessidades específicas inerentes à aplicação dos modelos conceituais de avaliação para o objeto de estudo em tela, neste caso, apartamentos na fase de uso.

Em sua tese, Pandolfo (2001) desenvolveu um modelo de avaliação da adequação do projeto de habitação, tendo como base o conceito do valor percebido pelo usuário. Para o autor, o modelo proposto deveria ser entendido como uma dimensão teórica metodológica que facilitaria o desenvolvimento da avaliação de projetos, ampliando as possibilidades de sucesso de um projeto e reduzindo as insatisfações dos usuários. Nesse sentido, ele defendeu que a elaboração de um modelo parte tanto de especulações teóricas, como de experimentações práticas e, que, pela sua natureza, o modelo possui limitações temporais de aplicação, corroborando os apontamentos de Elangovan e Rajendran (2015) e Jonassen, Strobel e Gottdenker (2005).

A partir de uma revisão da literatura sobre o conceito de valor, o processo de projeto de habitação e a participação do usuário no aprimoramento dos produtos e processos de produção estruturou seu modelo a partir da elaboração *checklists* para avaliação dos atributos das habitações e dos custos de itens predeterminados, cujo preenchimento seria feito em parte por dados obtidos pelo pesquisador e em outra parte pela opinião dos usuários. Definida a proposta inicial dos atributos e procedimentos de avaliação, validou o modelo de forma empírica, por meio de uma simulação com dados hipotéticos e da aplicação dos *checklists* em quatro projetos de habitação multifamiliar. Com base nos seus resultados, Pandolfo (2001) defendeu que os modelos de avaliação podem ser incorporados ao processo de projeto, visto que, ao sistematizar a informação obtida junto ao usuário, a investigação proposta pode resultar em recomendações para o desenvolvimento de novos produtos.

Romano (2003) desenvolveu um modelo de referência para o gerenciamento do processo de projetos de edificações para servir de base para as construtoras-incorporadoras na reestruturação e estabelecimento de uma organização para contratação e coordenação de projetos. A autora apresentou a modelagem como uma etapa da análise de um sistema, na qual são definidos os recursos, itens de dados e suas inter-relações, sendo o modelo “aquilo que serve de referência ou norma, ou ainda, a representação simplificada e abstrata de um fenômeno ou situação concreta e que serve de referência para observação, estudo ou análise, baseada na descrição formal de objeto, relações e processos” (ROMANO, 2003, p. 5).

A autora desenvolveu seu modelo a partir da revisão da literatura sobre o processo de projeto em edificações e o gerenciamento de projetos, utilizando também casos de estudo sobre as práticas de gerenciamento de empresas de construção civil (*benchmarks*). O modelo desenvolvido por Romano (2003) apresentou-se sob a forma de tabelas para as diferentes fases do processo de, de tal forma, que cada empresa pudesse adaptar os procedimentos

necessários à condução do processo de projeto integrado de edificações. Esse modelo inicial foi submetido à análise comparativa com outros modelos descritos na literatura e com os processos praticados nas empresas submetidas aos casos de estudo, tendo sido submetido à validação das empresas dos casos de estudo e a um grupo de pesquisadores envolvidos na área. Ambas as verificações tinham objetivo de testar a adequação do modelo aos fins propostos, sem sugestões de alterações no seu conteúdo.

Caixeta (2015) buscou desenvolver um modelo que auxiliasse os projetistas a envolver os usuários no processo de projetos de edifícios de assistência à saúde (co-design). Para ela o modelo foi entendido como sendo os “conjuntos e proposições ou declarações que expressam as relações entre os constructos” (CAIXETA, 2015, p. 45). Para elaboração do seu modelo, a autora revisou a bibliografia sobre edifícios de assistência à saúde e sobre envolvimento dos usuários em processo de projeto, realizando também pesquisas de campo, com estudo exploratório em empresas de projetos e estudo de caso em edificações destinadas à saúde. De acordo com ela, o modelo desenvolvido visava orientar arquitetos no envolvimento da equipe interna durante as fases iniciais do processo de projeto.

Nesse sentido, o modelo conceitual de Caixeta (2015) estruturou-se em quatro etapas principais, as duas primeiras relacionadas à seleção e preparação dos usuários para as oficinas de co-design, e as duas outras relacionadas à formação das oficinas de co-design, nas fases de pré-desenvolvimento e desenvolvimento dos projetos. Após o desenvolvimento inicial, o modelo foi submetido a arquitetos e pesquisadores da área de projeto, sendo feita na sequência a análise crítica dos apontamentos feitos pelos especialistas e a posterior versão final do modelo, com bases nessas avaliações. Estas subsidiaram as alterações do modelo, no qual, ao final foi acrescentada a etapa de apresentação do produto final aos usuários.

Logsdon (2019) buscou desenvolver um modelo de processo de projeto de habitação de interesse social (HIS) com foco na funcionalidade e na flexibilidade das unidades, que se respaldasse na tecnologia Building Information Modeling (BIM) e compreendesse um conjunto de instrumentos de apoio ao projetista. Nesse sentido, revisou a literatura sobre processo de projeto, HIS, e qualidade habitacional, elaborando também estudos de casos de referências (*benchmarks*) para avaliação da flexibilidade e funcionalidade de projetos de HIS reconhecidos no meio da arquitetura como bons exemplos de habitação social.

Conforme definiu, o modelo proposto consistiu na representação gráfica de um método de projeto, cujas etapas eram alimentadas por instrumentos específicos com o propósito de o projetista em cada etapa do desenvolvimento do processo de projeto. Assim, o modelo dividiu-se nos instrumentos de: 1) programa de necessidades; 2) ferramenta que relaciona os tipos de UHs e as diversas composições familiares; 3) diretrizes de funcionalidade e flexibilidade;

4) template para software BIM; 5) famílias BIM parametrizadas do mobiliário mínimo; 6) ferramenta de avaliação para diagnóstico. Após a elaboração inicial, o modelo e os instrumentos propostos foram analisados por especialista das áreas de HIS, funcionalidade e flexibilidade e, a partir das considerações feitas por eles, o modelo foi alterado para sua versão final.

Saft (2021) propôs o desenvolvimento de um modelo teórico-metodológico para avaliação de diagnóstico do desempenho do ambiente construído de áreas de guarda com acervos de papel em edifícios históricos na cidade de São Paulo. Apesar de não apresentar discussões específicas sobre o conceito, desenvolveu seu modelo a partir da revisão sistemática da literatura sobre 1) os conceitos de conservação preventiva e preservação sustentável; 2) as recomendações para a qualidade ambiental para acervos em papel; 3) instrumentos para gestão e planejamento estratégico (adaptadas ao patrimônio cultural); 4) os sistemas multimétodos para avaliação e gestão do edifício. Além disso, foram realizados treinamentos, estudos de referências (*benchmarks*) com visitas técnicas e entrevistas e casos de estudo para melhor entendimento da realidade do objeto de estudo.

Baseado nesta fundamentação teórica e na combinação de combinação de três sistemas metodológicos principais, dentre eles a APO, Saft (2021) desenvolveu um modelo abrangente dividido em quatro etapas: 1) planejamento; 2) execução; 3) análise; 4) resultados. As duas primeiras etapas destinavam-se a avaliação do objeto de estudo, por meio de instrumentos metodológicos consolidados para inspeções técnicas (visitas técnicas, walkthrough, levantamentos), análises técnicas (análise estatística, simulações, processos de deterioração) e avaliação das percepções dos usuários (entrevistas, questionários, grupos focais etc.). Nas duas últimas etapas, os dados obtidos nas avaliações realizadas deveriam ter seus resultados sistematizados em quadros e mapas de diagnósticos e de recomendações. Em sua proposta inicial, a autora propunha a validação do modelo por meio de sua aplicação em um caso de estudo. Entretanto, dadas as condições impostas pela pandemia da COVID-19 e da inviabilidade da realização das pesquisas de campo, a autora optou por desenvolver um modelo mais abrangente, ressaltando a necessidade de uma validação posterior do modelo.

A síntese das informações sobre a estrutura dos modelos foi sistematizada no Quadro 5. Sobre as especificidades encontradas na aplicação empírica dos modelos em pesquisas relacionadas à arquitetura e urbanismo, seja no contexto da habitação ou naquelas que envolveram o uso dos procedimentos da APO, destacou-se a complexidade das revisões da literatura, que normalmente envolveram mais de um tema e seus diferentes constructos, e a importância atribuída à APO como forma de subsidiar os procedimentos metodológicos de avaliação utilizados nos modelos. Sobre a validação dos modelos propostos, todos os autores

destacaram a importância dessa atividade, seja por meio de caso de estudo, análise comparativa ou avaliação por especialistas. Entretanto, apenas nos estudos de Caixeta (2015) e Logsdon (2019) houve a análise crítica da realimentação das avaliações com alteração do modelo.

Quadro 5: Etapas dos modelos conceituais revisados

Autor	Revisão da literatura	Desenvolvimento de um modelo inicial	Avaliação do modelo	Feedback da avaliação	Modificação do modelo
Pandolfo, 2001	Pesquisa documental	Checklist	Caso de estudo	Não apresentou análise crítica da avaliação do modelo	NÃO
		Questionário com moradores			
Romano, 2003	Pesquisa documental	Tabela	Análise comparativa com modelos semelhantes	Não apresentou análise crítica da avaliação do modelo	NÃO
			Caso de estudo		
			Avaliação por especialistas		
Caixeta, 2015	Pesquisa documental	Oficinas de co-design	Avaliação por especialistas	Análise crítica por meio da realimentação de especialistas	Revisão do modelo e elaboração do modelo final.
	Pesquisa de campo				
Logsdon, 2019	Pesquisa documental	Instrumentos para auxiliar o processo de projeto	Avaliação por especialistas	Análise crítica por meio da realimentação de especialistas	Revisão do modelo e elaboração do modelo final.
	Avaliação de projetos				
Saft, 2021	Pesquisa documental	Inspeções e análises técnicas	Limitada em razão da pandemia		
	Pesquisa de campo	Avaliação da percepção dos usuários			
	Entrevista com especialistas	Quadro e mapa de diagnósticos e de recomendações			

Fonte: elaboração própria, 2023.

Os achados dessa revisão corroboraram os apontamentos do *Federal Facilities Council* (FFC, 2001) sobre a potencialidade do uso dos modelos associados a APO. Segundo afirmaram:

Modelos usando informações de APO podem ser desenvolvidos com o objetivo de que, em algum momento no futuro, a indústria da construção seja capaz de fazer testes, no início da fase de programação do processo de construção. Os planejadores seriam capazes de fazer perguntas “e se” e testá-las em vários cenários de ocupação. Com os achados da APO sistematizados, seria possível aplicar modelos que melhorem a previsibilidade dos projetos (FFC, 2001, p. 125).

Dessa maneira, buscando entender como os processos de avaliação auxiliam o desenvolvimento de modelos em habitações, foi apresentada a seguir uma breve revisão sobre a aplicação de APO para a avaliação de projetos em uso.

2.3 Avaliação em arquitetura

Numa perspectiva abrangente, avaliar significa atribuir o valor de algo. De acordo com a Associação Americana de Avaliação (AEA - American Evaluation Association), a avaliação consiste no “processo sistemático para determinar o mérito, valor ou significância” (AEA, 2014) de um objeto ou de um processo, por exemplo. Em uma revisão sistemática sobre o conceito, Wanzer (2021) demonstrou que os processos de avaliação normalmente envolvem a identificação dos atributos fundamentais para o desempenho esperado do processo ou produto em estudo e o grau de relevância (mensuração) desses atributos no contexto avaliado, baseando-se em dados empíricos, informações contextuais e em métodos e técnicas rigorosos de avaliação. Para a referida autora, os resultados desses processos de avaliação poderiam fornecer informações necessárias ao diagnóstico de determinada situação, sendo importantes para aferir a eficácia de processos ou produtos ou subsidiar a tomada de decisão para melhoria e implementação destes, sendo aplicável a diversas áreas de conhecimento (WANZER, 2021).

Sob a perspectiva das edificações, as avaliações relativas ao processo de projeto normalmente estão relacionadas a aferir ou gerir a qualidade do processo e seus produtos, sendo expressa principalmente pela avaliação de desempenho do edifício, do inglês Building Performance Evaluation (BPE) (PREISER; SCHRAMM, 2012). A BPE corresponde, de acordo com Preiser e Schramm (2012), à abordagem sistêmica de pesquisa, medição, comparação e avaliação realizadas ao longo de todas as etapas do processo de projeto.

Em direção semelhante, Voordt e Wegen (2013) afirmaram que avaliação se refere “à determinação do valor do ambiente construído ou de parte dele (avaliação do produto) ou do processo de projeto, construção e gerenciamento (avaliação do processo)” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 141). Para os autores, a avaliação em arquitetura teria potencial de levar ao aprimoramento do projeto, melhorando a qualidade do programa de necessidades, do projeto, de construção, e do gerenciamento do ambiente construído, bem como de contribuir para formação de novas teorias ou desenvolver novas ferramentas. Nessa abordagem, Voordt e Wegen (2013) consideraram dois tipos principais de avaliação a *ex ante* e a *ex post*.

De acordo com os autores, a avaliação *ex ante* é aquela feita antes da construção e que pode ser expressa no processo de projeto pela avaliação de um programa de necessidades ou de um projeto, pelo qual se entende, um desenho ou uma maquete, por exemplo. Essas avaliações ao possibilitarem a antecipação dos problemas, solucionando pontos críticos antes da implementação ou ocupação do empreendimento, permitem prever o desempenho dos edifícios, conferindo ganhos mais significativos aos custos e qualidade dos produtos. Por outro

lado, designaram a *ex post*, como a etapa de avaliação em que a edificação já está pronta ou em uso. As avaliações pós-obra determinam se as expectativas do projeto se realizaram e se as metas foram cumpridas, de tal modo que, os resultados dessas avaliações poderiam ser utilizados para realimentação do processo de projeto (os resultados poderiam subsidiar a avaliação pré-projeto (APP), por exemplo) (VOORDT; WEGEN, 2013).

Em pesquisa sobre a avaliação de desempenho das edificações Souza e Fabrício (2021) desenvolveram um modelo conceitual para caracterização do ciclo avaliativo do projeto de edificações (Figura 1). Nessa abordagem, destacaram quatro fases distintas para avaliar o objeto arquitetônico: pré-projeto, de projeto, pós-construção e pós-ocupação, na qual, as duas primeiras corresponderiam às *ex ante* e as duas últimas seriam as *ex post*. Para os autores, essas avaliações viabilizariam a investigação de diferentes alternativas de soluções de projeto.

Figura 1: Modelo conceitual da caracterização do ciclo avaliativo do processo de projeto em edificações



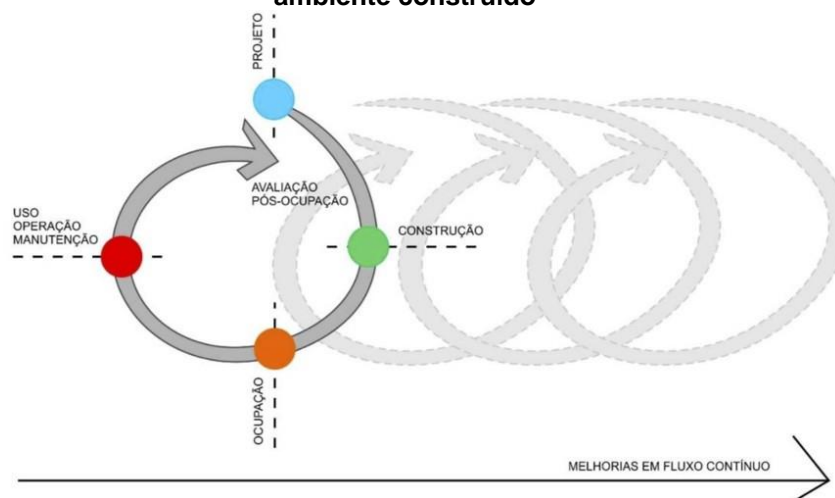
Fonte: Souza e Fabrício (2021).

Especificamente sobre a APO, os autores afirmaram que esta acontece quando a edificação já está sendo utilizada pelos ocupantes, por algum tempo, o que permite a aferição do desempenho do ambiente construído do ponto de vista técnica e dos ocupantes. Nesse sentido, por meio de uma estratégia multimétodos com uso de diferentes instrumentos de análise técnica e de comportamento, percepção e satisfação dos usuários, seriam mensurados, quantitativa e qualitativamente, o atendimento aos critérios de desempenho esperado (nas etapas *ex ante*) para uma determinada edificação. Souza e Fabrício (2021) concluíram seu estudo afirmando que a adoção sistemática dessas avaliações, que apesar de distintas sem completam e se retroalimentam no ciclo de um processo de projeto, tem grande potencial para promover a melhoria continuada do ambiente construído.

Em sua aplicação empírica, a APO consiste em um processo de avaliação do desempenho de um edifício após ocupado (ou seja, durante o tempo em que está ocupado); ele tem como

base as necessidades dos usuários, e acontece por meio da avaliação sistemática das respostas humanas aos edifícios e demais espaços projetados (PREISER; WHITE; RABINOWITZ, 1988). Em direção semelhante, Ornstein (2017) considerou que a APO, enquanto um conjunto de procedimentos inerentes à gestão da qualidade no processo de projeto, rompeu o paradigma linear das etapas sequenciais de projeto, revelando uma visão realimentadora desse processo (que pode acontecer em círculos ou mesmo em espiral) em prol de melhorias continuadas dos ambientes construídos.

Figura 2: Visão contemporânea do processo de projeto para melhoria continuada do ambiente construído



Fonte: ORNSTEIN, 2017, p. 3.

A APO pode ser entendida, portanto, como uma estratégia de pesquisa composta por um conjunto de procedimentos selecionados a fim de fornecer informações sobre as necessidades das pessoas com relação ao ambiente em uso, de tal forma que os resultados obtidos por essa avaliação possam ser utilizados, tanto para respaldar as decisões relativas ao uso e manutenção dos edifícios (ou conjunto edificadas) participantes, quanto para realimentar decisões acerca de edificações semelhantes, ou até mesmo para subsidiar o processo projetual de novas habitações, desde à concepção.

Por envolver a avaliação do ambiente em uso com ênfase na ótica do usuário, a APO vale-se de diferentes procedimentos metodológicos que, ao mesclarem instrumentos qualitativos e quantitativos, permitem que sejam contrabalanceados possíveis desvios (*bias*) nos resultados (ZIMRING; RASHID; KAMPSCHROER, 2016). Nesse sentido, Villa, Saramago e Garcia (2016) consideraram que a aplicação da APO necessita da definição clara dos seus procedimentos metodológicos, de modo que estes abranjam adequadamente a caracterização dos objetivos da investigação, os critérios de qualidade e os tipos de técnicas de pesquisa que devem ser utilizados.

Sobre os procedimentos metodológicos aplicados à APO, Ornstein (2016) destacou como instrumentos possíveis de aplicação em trabalhos da área: (a) Entrevistas individuais com

peças chave; (b) Entrevistas em grupo; (c) Grupos focais; (d) Poemas dos desejos; (d) Desenhos; (f) Questionários tradicionais; (g) Questionários associados a imagens ou figuras; (h) Checklist para “as built”; (i) Checklist para levantamento de eventuais manifestações patológicas construtivas; (j) Walkthrough aplicado pelo pesquisador; (k) Walkthrough do pesquisador com pessoas chave; (l) Walkthrough de vivência; (m) Medições; (n) Mapas de fluxos; (o) Mapas de vestígios; (p) Mapas de comportamentos; (q) Quadro síntese e (r) Mapas de diagnósticos e de recomendações.

Diante da variedade de procedimentos e análises possíveis, Preiser, Rabinowitz e White (1988) consideraram que a APO pode ser utilizada para resolução imediata de problemas, ajustes ao longo do tempo por meio de *feedbacks* contínuos, investigações sobre aspectos específicos de desempenho, documentação de sucessos e falhas de execução para projetos futuros novo ou de adaptação, atualização e melhoria dos critérios de orientação dos projetos. Dessa maneira, para a seleção adequada dos instrumentos e parâmetros de avaliação a serem escolhidos e combinados, o pesquisador precisa compreender com clareza a natureza da pesquisa, os temas a serem abordados e o perfil dos casos a serem estudados (ORNSTEIN, 2016).

Diante do exposto, uma vez que a pesquisa em tela busca entender as relações pessoa ambiente que envolvem a privacidade em apartamentos e considerando que nas revisões sobre modelos em arquitetura, estes foram tratados em associação à APO, foi apresentada a seguir uma breve revisão sobre os potenciais da aplicação da APO em projetos de apartamentos no Brasil. Em relação aos estudos envolvendo APO, no Brasil, eles se iniciaram entre as décadas de 1970 e 1980, e, de acordo com Galvão, Ornstein e Ono (2013), desenvolveram-se tradicionalmente aplicados a empreendimentos habitacionais, especialmente, nas habitações de interesse social. Apesar do maior volume de produção ser nas habitações de interesse social, os autores consideraram que a avaliação de empreendimentos produzidos pelo mercado imobiliário, objeto de estudo desta pesquisa, consistia de um campo de pesquisa em expansão (GALVÃO; ORNSTEIN; ONO, 2013).

No caso das habitações, a avaliação da qualidade do produto habitacional estaria, segundo Pedro (2000), intimamente ligada a “adequação das características espaço-funcionais, socioculturais e estéticas da habitação e da sua envolvente às necessidades imediatas e previsíveis dos moradores, tanto as necessidades individuais, como as da sociedade” (PEDRO, 2000, p. 10). Dessa maneira, a avaliação de habitações poderia ser aplicada a diferentes escalas, como os compartimentos, a unidade habitacional, o edifício e a vizinhança, e incluir diferentes aspectos e eixos temáticos, tais como: conforto, segurança, uso, economia entre outros (PEDRO, 2000).

Em direção semelhante, Villa e Marques (2017) apontaram que a qualidade habitação poderia ser avaliada em relação a:

- 1) Dimensão: a) objetiva (propriedade físicas do objeto); b) subjetiva (capacidade das pessoas de perceber e mensurar as características do objeto);
- 2) Escala de análise (natureza): a) física (referente ao objeto: casa, bairro, entorno etc.); b) comportamental (moradia e seus usuários); c) ambiental (no sentido de contextualização urbana da habitação));
- 3) Escalas de abrangência: a) entorno (atributos ligados ao bairro e à cidade); b) conjunto (atributos a respeito do condomínio ou loteamento); c) unidade (aspectos associados à habitação individual)

No que se refere aos procedimentos metodológicos aplicados à APO em habitações, Villa *et al.* (2015) revisaram os múltiplos métodos elaborados e testados em pesquisas brasileiras da área em tela. A partir disso, os autores identificaram seis etapas distintas, necessárias à aplicação de APO em habitações, a saber: 1) levantamento geral de dados; 2) análise *walkthrough*; 3) pesquisa de perfis familiares; 4) questionários; 5) análise dos usos; 6) grupo focal. Para eles, o uso das várias técnicas qualitativas e quantitativas, permitiria englobar uma abordagem funcional, comportamental e ambiental dos espaços, com ênfases distintas no bairro, lote e unidade. Uma vez que este trabalho se propôs a apresentar um modelo de avaliação da privacidade em apartamentos produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação pessoa ambiente, os procedimentos metodológicos da APO foram considerados mais adequados para a avaliação do comportamento e do ambiente construído.

2.4 Compreensões sobre o processo de construção de modelos de avaliação

O desenvolvimento de um modelo permite transferir dados obtidos da teoria ou da experiência para o domínio do problema, buscando desenvolver entendimentos sobre os fenômenos da realidade ou expressar possibilidades futuras sobre fenômenos distintos. Dada sua vasta aplicabilidade, os modelos podem assumir diferentes formas de representação e de relação com a realidade que retratam. Por esta razão, os estudos revisados demonstraram a importância de se seguir etapas e critérios bem definidos para a construção de modelos, sintetizados no Quadro 6 .

Quadro 6: Etapas de construção de modelo conceitual com base na revisão da literatura realizada

Etapas		Revisão teórica sobre modelos conceituais			Revisão empírica utilizando modelos conceituais				
		Elangovan e Rajendran (2015)	Adriaenssen e Johannessen (2015)	Jonassen, Strobel e Gottdenker (2005)	Pandolfo, 2001	Romano, 2003	Caixeta, 2015	Logsdon, 2019	Saft, 2021
1	Revisão da literatura	Compreensão geral do fenômeno	Esclarecer o problema/fenômeno; Desenvolver a questão de pesquisa; Definir as propriedades genéricas do objeto de estudo, determinando os conceitos associados ao fenômeno; determinar as relações entre conceitos.	Descrever o conceito básico e as variáveis associadas a ele em alguma forma diagramática.	SIM	SIM	SIM		SIM
		Revisão sistemática da literatura							
		Análise dos constructos							
2	Modelo preliminar	Desenvolvimento de uma teoria inicial	Delimitar parâmetros a incluir nos conceitos; Determinar as principais características dos parâmetros; Desenvolver indicadores para as principais características; Determinar relações entre parâmetros e conceitos. construir estrutura analítica (ou experimento mental) ou desenvolver modelo analítico.	Formular as relações; Desenhar as ramificações dos modelos.	SIM	SIM	SIM		SIM
3	Validação do modelo	Avaliação da teoria	usar o modelo analítico para examinar um contexto empírico; desenvolver modelos causais empíricos e examinar quantitativamente um contexto empírico;	Validar o modelo.	SIM	SIM	SIM		NÃO
4	Resultado da validação	Análise das opiniões sobre a teoria	Desenvolver e visualizar as relações quantitativas da análise empírica.	-	NÃO	NÃO	SIM		
5	Modelo final	Modificação da teoria	-	-	NÃO	NÃO	SIM		

Fonte: elaboração própria, 2023.

Diante dos objetivos desta pesquisa e considerando a revisão realizada, o modelo conceitual mostrou-se como mais adequado aos fins propostos. Apesar das diferentes nomenclaturas, considerando tanto as discussões teóricas, como os estudos empíricos, entendeu-se que a construção deste tipo de modelo envolvia cinco etapas principais: 1) revisão da literatura; 2) desenvolvimento do modelo preliminar; 3) validação do modelo; 4) discussão dos resultados da avaliação; 5) desenvolvimento do modelo final, sendo as três primeiras indispensáveis e as duas últimas fortemente recomendadas. De acordo com a revisão realizada, ao abordar um determinado fenômeno a partir de uma perspectiva teórica ou empírica, para que o desenvolvimento de um modelo conceitual garanta sua validade científica, torna-se fundamental:

- 1) construir um conhecimento prévio sobre a realidade que se deseja entender (ELANGO VAN; RAJENDRAN, 2015; ADRIAENSSEN; JOHANNESSEN, 2015; JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER, 2005; PANDOLFO, 2001; ROMANO, 2003; CAIXETA, 2015; SAFT, 2021);
- 2) definir as limitações do modelo (ELANGO VAN; RAJENDRAN, 2015; ADRIAENSSEN; JOHANNESSEN, 2015; JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER, 2005; PANDOLFO, 2001;);
- 3) desenhar uma proposta inicial (ELANGO VAN; RAJENDRAN, 2015; ADRIAENSSEN; JOHANNESSEN, 2015; JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER, 2005; PANDOLFO, 2001; ROMANO, 2003; CAIXETA, 2015; SAFT, 2021)
- 4) validar o modelo (ELANGO VAN; RAJENDRAN, 2015; ADRIAENSSEN; JOHANNESSEN, 2015; JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER, 2005; PANDOLFO, 2001; ROMANO, 2003; CAIXETA, 2015; SAFT, 2021).
- 5) garantir a replicabilidade do modelo (flexibilidade de adaptações) (ADRIAENSSEN; JOHANNESSEN, 2015; JONASSEN; STROBEL; GOTTDENKER, 2005; ROMANO, 2003; CAIXETA, 2015; SAFT, 2021).

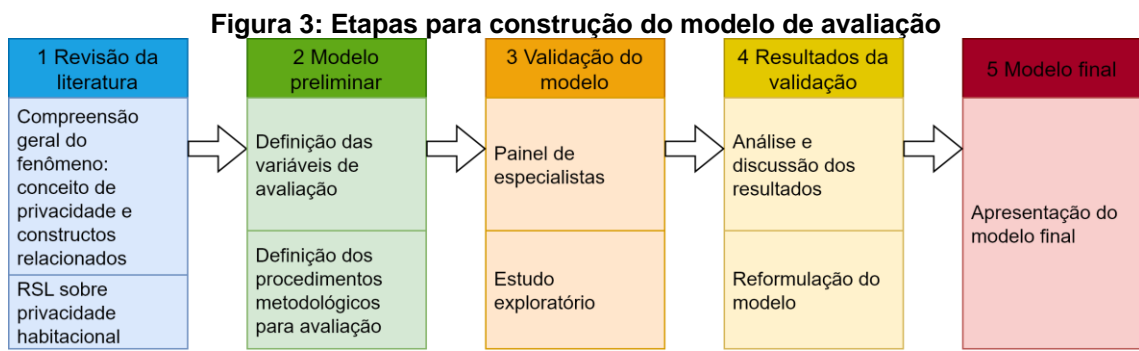
Nesse sentido, os objetivos de cada uma das etapas definidas na construção do modelo foram sintetizados no Quadro 7.

Quadro 7: Etapas de construção de um modelo conceitual e seus objetivos fundamentais

Etapas		Objetivos fundamentais
1	Revisão da literatura	Construir um conhecimento prévio sobre a realidade que se deseja entender.
2	Modelo preliminar	Definir as limitações do modelo.
		Desenhar uma proposta inicial.
3	Validação do modelo	Validar o modelo.
4	Resultado da validação	Garantir a replicabilidade do modelo (flexibilidade de adaptações).
5	Modelo final	Sistematizar os resultados.

Fonte: elaboração própria, 2023.

No que se refere à produção de modelos no campo da arquitetura e do urbanismo no Brasil, a literatura revisada demonstrou a importância da avaliação do processo de projeto, em especial por meio da APO, para subsidiar a construção ou a aplicação dos modelos conceituais, genericamente tratados por modelos de avaliação. Nesse sentido, optou-se por desenvolver um modelo de avaliação da privacidade habitacional, com o objetivo de definir os constructos e procedimentos metodológicos necessários ao diagnóstico da privacidade, especialmente em apartamentos. Para tanto, a definição desse modelo envolveu a identificação dos indicadores, variáveis, critérios e requisitos de avaliação relacionados à privacidade. Logo, o desenvolvimento do modelo em tela, e consequentemente da tese desenvolvida, guiou-se pelas cinco etapas apresentadas (Figura 3).



Fonte: elaboração própria, 2023.

O desenvolvimento do modelo de avaliação pretendido buscou construir diagramas analíticos a fim de identificar os critérios de avaliação e os procedimentos metodológicos da APO necessários à sua realização. Assim, a construção do modelo visou fornecer as informações necessárias ao diagnóstico da privacidade em apartamentos, de modo que estes resultados possam, numa etapa posterior, subsidiar a tomada de decisão desde as fases de pré-projeto até o uso. Para tanto, entende-se ser essencial a documentação de sucessos e falhas de execução voltadas para projetos futuros/novos ou para readaptação de edificações existentes.



3 O QUE É PRIVACIDADE?



3 O QUE É PRIVACIDADE?

Por ser variável em relação ao contexto e área de conhecimento em que se insere, o conceito de privacidade envolve uma multiplicidade de conotações em seu significado. Nesse sentido, a compreensão geral do fenômeno da privacidade implica na revisão sobre a construção do seu conceito e sobre os demais constructos que estão intimamente relacionados a ela.

No âmbito das ciências sociais e humanas, contexto no qual se insere o objeto de estudo em tela, a privacidade pode ser entendida a partir da compreensão das suas formas de expressão no comportamento, no ambiente ou ambos. Nessa perspectiva, apesar do extenso debate sobre sua definição e das suas variadas aplicações em contextos distintos, as discussões e conceituações propostas por Hall (1959; 1966), Westin (1967) e Altman (1975) continuam destacando-se como núcleo das teorias sobre o tema, mesmo nas discussões contemporâneas.

Dada a relevância que demonstraram, para construir o conceito de privacidade, entendido enquanto uma necessidade básica humana, o capítulo em tela respalda-se principalmente nas contribuições dadas pelos referidos autores nas suas obras: *The Silent Language* (HALL, 1959), *The Hidden Dimension* (HALL, 1966), *Privacy and Freedom* (WESTIN, 1967), *The Environment and Social Behavior* (ALTMAN, 1975). Além disso, foram acrescentadas também outras contribuições teóricas relevantes, advindas de teorias seminais e de revisões contemporâneas, que entendessem a privacidade como um fenômeno ambiental.

Dessa maneira, este capítulo destinou-se ao entendimento, em linhas, da definição de privacidade, seus conceitos correlatos e suas formas de expressão e regulação, especialmente quando associadas ao comportamento humano e ao ambiente construído. Sua principal contribuição foi, portanto, desenvolver a fundamentação teórica que elucida o conceito de privacidade e quais aspectos do fenômeno foram relevantes para a abstração proposta, neste caso o seu estudo em habitações.

3.1 Noções iniciais sobre privacidade: teorias de base

No âmbito da produção científica, estudos anteriores demonstraram (MACEDO; ORNSTEIN; ELALI, 2021) que as discussões acerca da privacidade ganharam relevância a partir do final do século XIX, com a publicação do artigo *The Right to Privacy*, pelos juristas Warren e Brandeis (1890), quando a privacidade passou a ser entendida enquanto um direito fundamental a ser preservado. A partir então, o conceito foi sendo discutido em diferentes

contextos e campos de conhecimentos. Apesar dessa multiplicidade e da complexidade das relações contemporâneas, o arcabouço teórico proposto por Hall (1959; 1966), Westin (1967) e Altman (1975) segue perene e seus fundamentos ontológicos continuam respaldando as discussões contemporâneas sobre a privacidade. Nesse sentido, embasando-se fundamentalmente na produção dos referidos autores foram apresentados, a seguir, os principais conceitos e constructos correlacionados a privacidade.

A luz das relações jurídicas e políticas e partindo do contexto estadunidense, Westin (1967) buscou explicar o que é a privacidade e as razões pelas quais devemos protegê-la. Segundo afirmou, a privacidade pode ser definida como um direito de indivíduos, grupo ou instituições de determinar quando, como e em que medida as informações sobre eles são comunicadas aos outros. Vista sob a ótica da relação entre o indivíduo e a sociedade, a privacidade era para Westin (1967) a retirada voluntária e temporária de um indivíduo em relação à sociedade, através de mecanismos físicos e psicológicos, para conseguir: a) estar sozinho ou em intimidade, quando sozinhos ou em pequenos grupos; ou, b) estar em uma condição de anonimato e reserva, quando em grandes grupos.

Nesse sentido, a regulação adequada da privacidade, conjugaria as escalas em que a necessidade de privacidade se insere (individual, no grupo ou na sociedade) e os estados de privacidade desejados (estar sozinho, intimidade, anonimato e reserva). Sobre os últimos, Westin (1967) definiu:

- a) Estar sozinho⁸: desejo do indivíduo de se separar do grupo e se sentir livre da observação de quaisquer outras pessoas, estado que possibilitaria à pessoa dialogar mais facilmente com a sua consciência.
- b) Intimidade: estado em que o indivíduo age como parte de uma unidade (grupo), no qual deseja e tem permissão para exercer uma “reclusão compartilhada”, de modo a alcançar um relacionamento próximo, descontraído e franco com as pessoas presentes, sendo este o contexto de privacidade mais recorrente ao longo da nossa vida.
- c) Anonimato: ocorre quando o indivíduo está em locais públicos ou realizando atos públicos, mas ainda assim busca e encontra liberdade de identificação e

⁸ Os estados de privacidade preconizados por Westin (1967), em inglês, são: “solitude, intimacy, anonymity, reserve”. Apesar da maioria das traduções, em português, apresentarem “solitude” como sinônimo de solidão, os termos em inglês “solitude” e “loneliness”, diferem em significado, sendo o primeiro relacionado ao (desejo de estar só), e o segundo às conotações negativas do isolamento, relacionadas ao sentimento de não reciprocidade em relação aos outros. Dessa maneira, dadas as alternativas de traduções dos termos e ao atual contexto pandêmico, em que o termo isolamento está fortemente associado ao distanciamento social, optou-se por entender o estado de “solitude” como sendo “estar sozinho”, enquanto o termo solidão, no trabalho, designará a ideia de “loneliness”, ou seja, de não reciprocidade de contato.

vigilância; logo, ainda que esteja sendo observado, não espera ser reconhecido pelos demais.

- d) Reserva: consiste na criação de uma barreira psicológica contra intrusões indesejadas; acontece quando o indivíduo precisa limitar sua comunicação com outros, sendo protegida também pela discrição voluntária de quem o cerca.

Diante desses estados e escalas, os indivíduos estariam continuamente envolvidos em um processo de ajustamento pessoal, buscando equilibrar o desejo de maior ou menor privacidade, desejando mais ou menos contato com os demais. Desse modo, caberia ao indivíduo promover um ajuste contínuo das suas barreiras, para alcançar o equilíbrio entre suas necessidades de solidão e companheirismo, de intimidade e relacionamento social (genérico), de reserva e abertura, de anonimato e de participação na sociedade.

A respeito das suas funções, o autor considerou que a privacidade não era um estado autossuficiente, nem um fim em si mesma. Para Westin (1967), a privacidade possibilita ao indivíduo a comunicação e o estabelecimento da autonomia, o equilíbrio emocional e a autoavaliação necessária à tomada de decisões, de tal modo que, ela funcionaria como um instrumento primordial para a continuidade da vida em sociedade. Dessa maneira, concluiu que ao garantir a regulação adequada da privacidade, os indivíduos conseguiriam alcançar os objetivos de autor realização pessoal e o equilíbrio (entra) psíquico.

Em direção semelhante e sob a ótica da psicologia ambiental, Altman (1975) destacou a privacidade como sendo o conceito central para a compreensão das relações entre o ambiente e o comportamento humano. O autor enumerou diferentes significados da privacidade, definindo-a como um processo caracterizado por ser/ter:

- 1) interpessoal com diversas classes de atores;
 - 2) bidirecional envolvendo contatos recebidos e enviados;
 - 3) regulatório envolvendo ajustes nas barreiras pessoais para permitir diferentes níveis de contato com os outros;
 - 4) múltiplas faces, envolvendo níveis desejados e alcançados, que se encaixam para gerar estados ótimos e não-ótimos de privacidade;
 - 5) uma natureza ótima (nível ideal), sendo a pouca privacidade representada quando há mais contato do que o desejado, e a privacidade demasiada quando há menos contato do que o desejado;
 - 6) dialético, com forças de abertura/fechamento e acessibilidade⁹/inacessibilidade operando de maneira dinâmica e simultânea
- ¹⁰ (ALTMAN, 1975, p.31).

⁹ No contexto da privacidade, a acessibilidade está relacionada às permeabilidades e às barreiras interpessoais (relativo ao self), ou às possibilidades ou restrições de acesso (de movimento ou visual) a determinado espaço. Não se trata, portanto do conceito de acessibilidade das pessoas, relacionado ao desenho universal e associada às possibilidades e condições de alcance, percepção e entendimento por quaisquer pessoas, notadamente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.

¹⁰ Tradução livre de: "(1) *privacy as an interpersonal process with several classes of potential actors*, (2) *privacy as a bidirectional process involving incoming and outgoing contacts*, (3) *privacy as regulatory process involving*

Sob essa perspectiva, o pesquisador considerou a privacidade como um processo dialético de controle interpessoal de barreiras que, de forma simultânea, estimularia e regularia a interação social com outros. Para Altman (1975), a privacidade seria expressa por meio de um conjunto de estímulos e respostas, ora recebidos, ora enviados, que por meio de mudanças na permeabilidade das barreiras individuais, expressaria aos outros seus desejos por maior acessibilidade ou inacessibilidade do *self*. Esse sistema, por sua vez, abrangeria diferentes balanços de abertura e fechamento que seriam contrabalanceados com as diferentes unidades (indivíduos, famílias ou grupos) e relações sociais (de indivíduo para indivíduo, de indivíduo para grupo, de grupo para grupo e assim sucessivamente). Logo, o autor ponderou que as análises sobre a privacidade deveriam levar em consideração os estímulos recebidos, as respostas dadas, as unidades sociais com as quais a pessoa interage e o tipo de relação pessoal existente.

Por meio do estudo do sistema de regulação de barreiras entre os indivíduos, Altman (1975, p.27) afirmou que a privacidade poderia ser vista como o “nível ideal e pessoal de interação que uma pessoa ou grupo deseja e (pelo) o efeito resultante ou a quantidade alcançada de interação real, que pode ou não corresponder ao desejado”. Sob essa ótica, o indivíduo estabelecerá um sistema de controle de interações, cuja permeabilidade se alteraria ao longo do tempo e das situações vivenciadas, a fim de atingir um nível ideal (ótimo) de funcionamento, ou seja, o equilíbrio. Para ele:

Quando a privacidade obtida é igual à privacidade desejada (isso é, quando a pessoa obtém um nível ideal de interação social, seja ela baixa ou alta), um grau ótimo de privacidade existe. Quando a privacidade alcançada é menor do que a privacidade desejada (isso é, pouca privacidade é obtida), ocorre mais contato do que o desejado. Tal situação é tipicamente classificada como intrusão, invasão de privacidade ou aglomeração. Quando a privacidade obtida é maior do que a privacidade desejada, normalmente se fala de tédio, solidão ou isolamento¹¹ (ALTMAN, 1975, p.27).

Desse modo, Altman (1975) demonstrou a complexidade que envolve o gerenciamento da privacidade, cujo equilíbrio depende: 1) do desejo individual por permitir maior ou menor acesso do (s) outro (s) a si; 2) da capacidade de readaptações na permeabilidade quando o

adjustments as a multifaceted process involving achieved and desired levels, which fit together to yield optimal or non optimal privacy, (5) privacy as an optimization process, with too little privacy represented by more contacts than desired and too much privacy reflected in fewer contacts than desired, and (6) privacy as a dialectic process, with open/closed and accessible/inaccessible forces operating in a simultaneous and dynamic fashion.” (ALTMAN, 1975, p.31)

¹¹ Tradução livre de: “when achieved privacy equals desired privacy (that is, when the person obtains the ideal level of social interaction, low or high), an optimum degree of privacy exists. When achieved privacy is less than desired privacy (that is, too little privacy obtained), more contact occurred than was desired. Such situations are typically labeled as intrusion, invasion of privacy, or crowding. When achieved privacy is greater than desired privacy, one commonly speaks of boredom, loneliness, or isolation.” (ALTMAN, 1975, p.27)

contato acontece; 3) da capacidade de regular o comportamento do outro; 4) da habilidade para comunicar, de forma efetiva, os níveis de interação desejados.

Sobre as funções da privacidade, Altman corroborou Westin (1967), ao elencar que ela tem o papel de: 1) definir os relacionamentos interpessoais (entre a pessoa ou o grupo e a sociedade); 2) contribuir para que o indivíduo reflita sobre suas atitudes em relação aos outros e as situações vivenciadas (a interface “*self*” /outros); 3) participar na construção da identidade individual. Para ele, essas funções atuavam juntas para um fim geral, que seria a construção da identidade do indivíduo. Essa identidade, por sua vez, possibilitaria ao indivíduo: a) definir suas barreiras; b) compreender o que ele e os outros são e querem enquanto indivíduos, interpretando e significando as suas relações sociais; c) estabelecer, por meio de processos cognitivos de comparação, atitudes e comportamentos a serem tomados perante do mundo social (autonomia e tomada de decisões).

A luz do exposto, entendeu-se a privacidade enquanto um processo dinâmico de regulação de barreiras, que viabiliza e regula as formas de convívio entre as pessoas, e que assume, tanto características individuais, relacionada aos traços de personalidade de cada pessoa, quanto espaciais, no sentido que depende e se molda de acordo com o contexto físico e social onde o indivíduo se insere. Nessa perspectiva, o entendimento das relações pessoa-ambiente torna-se imprescindível à compreensão da privacidade. Logo, foram apresentados, a seguir, os demais conceitos sobre a privacidade no âmbito das discussões do comportamento socioespacial humano e suas relações com outros fenômenos ambientais.

3.2 Questões seminais: o comportamento socioespacial humano como suporte ao conceito de privacidade

O processo de regulação das barreiras interpessoais que constitui o fenômeno da privacidade e o insere no contexto da psicologia ambiental, envolve as relações que se desenvolvem entre as pessoas e os meios físicos e sociais no qual elas se inserem. Essas características, por sua vez, se refletem no que a literatura trata por comportamento socioespacial humano.

O comportamento socioespacial humano foi conceituado por Pinheiro e Elali (2011), como sendo as inter-relações que acontecem no espaço e que refletem o ânimo afetivo, o *status* das pessoas envolvidas e a natureza da interação social pretendida/obtida, de maneira que, “a dimensão espacial e a ordem social são correlatas e expressam e interagem constantemente na identificação dos contornos de nossas identificações com pessoas, grupos, instituições e o ambiente socio físico” (PINHEIRO; ELALI, 2011, p. 144)

Nesse entendimento, o estudo do comportamento e das relações pessoa ambiente deve considerar principalmente a relações de privacidade, territorialidade, espaço pessoal, proxêmica, aglomeração que se desenvolvem no contexto considerado (PINHEIRO; ELALI, 2011), que ao mesmo tempo refletem e expressam o meio físico e social onde se inserem. Também sob o ponto de vista da psicologia ambiental, Gifford et al. (2011) afirmaram que estudos na área devem trabalhar em três níveis de análise: (i) processos psicológicos fundamentais que filtram e estruturam a experiência e o comportamento humano, como percepção do ambiente, cognição espacial e personalidade; (ii) a gestão do espaço social, como espaço pessoal, territorialidade, aglomeração, privacidade e ambiente físico; e (iii) interações humanas.

Especialmente sobre os comportamentais ambientais associados à privacidade, Altman (1975) elencou, além das roupas e adornos, o espaço pessoal e a territorialidade como formas de expressão fundamentais dos desejos por privacidade, apontando também a aglomeração e a solidão como principais resultados das falhas na regulação do sistema. Para Simmel (1971), a privacidade estava associada às fronteiras ao nosso redor e a uma abertura periódica dessas fronteiras ao aprendizado pessoal e à intimidade. Wolfe (1978) vinculou privacidade à escolha e ao controle, e a definiu como a capacidade de escolher, sob que circunstâncias e em que grau um indivíduo se relaciona ou não com outro. Pedersen (1979, 1997) baseando-se nos estados de privacidade de Westin (1967), identificou outros dois estados de privacidade e os classificou em: solidão, isolamento, anonimato, reserva, intimidade com amigos e intimidade com a família.

Burgoon (1982) propôs um modelo de avaliação da privacidade, que se alinhava ao conceito de comportamento socioespacial humano e aos três níveis de análise propostos por Gifford et al. (2011) para os estudos da relação pessoa-ambiente. Para a primeira autora, as relações de privacidade podem ser entendidas com base em quatro dimensões, a saber:

- a) Física: representa o grau de acessibilidade física (tátil, visual, auditiva, olfativa) de uma pessoa para outra, relacionado às características do **ambiente físico**, como organização dos espaços, **controle** de acesso, e densidade, mas também ao direito de estar só (reclusão), ao **espaço pessoal** e à **territorialidade**.
- b) Social: intimamente relacionada à dimensão física, diz respeito à habilidade de **controle** (relacionados aos participantes, frequência, duração e conteúdo) das interações sociais e define as condutas sociais entre os indivíduos ou grupos, estando fortemente associada à **cultura e seus padrões proxêmicos** e aos estados de anonimato, reserva e intimidade.

- c) Psicológica: intimamente relacionada ao processo cognitivo e afetivo humano, corresponde à habilidade do indivíduo de controlar os estímulos que recebe do ambiente e das pessoas, ou seja, está relacionado às funções da privacidade na formação do *self* (autoestima, identidade, autoavaliação, crescimento pessoal), à permeabilidade das barreiras do indivíduo e **seus desejos de privacidade**, com conseqüente relação com as situações de **estresse** provocada pela **aglomeração** e pela **solidão**.
- d) Informacional: associada principalmente às áreas jurídicas e tecnológicas, relativa à proteção de dados (pessoais e digitais), trata do direito de determinar como, quando e até que medida uma informação está disponível para outra entidade (organização, pessoa, grupo), sendo esta a mais distante do controle individual.

Apesar da separação didática proposta pelo modelo, Burgoon (1982) destacou a interrelação existente entre as dimensões. Por exemplo, a dimensão social relacionava-se à física no sentido de que o ambiente físico pode contribuir para promover ou evitar encontros entre as pessoas. A dimensão psicológica, por sua vez, estaria intrinsecamente relacionada às demais, pois falhas na permeabilidade do espaço pessoal, territórios ou interações indesejadas prolongadas poderiam gerar estresse nos indivíduos e afetar seu processo cognitivo, gerando ansiedade, raiva e até mesmo depressão.

Newell (1995) revisou o conceito de privacidade a luz de diferentes perspectivas das ciências sociais e humanas, entendendo-a dentro de um conceito amplo que pode implicar em uma condição do indivíduo, uma qualidade do lugar, uma atitude individual ou de grupo, um comportamento, um processo ou um objetivo. Nesse sentido, dada a complexidade de visões que possui e para facilitar a leitura e comparação entre as diferentes análises sobre a privacidade, a autora propôs classificá-la quanto ao enfoque que se quer destacar, que podem ser: a) na pessoa; b) no ambiente; c) na relação pessoa-ambiente.

De acordo com a revisão proposta pela pesquisadora, nos **estudos centrados na pessoa**, a privacidade relacionava-se aos desejos e necessidades individuais que, em conjunto, contribuíam para a formação da pessoa presente ("*self*"). Nesse sentido, ela estaria relacionada ao desejo de estar só, solidão, anonimato, reserva, intimidade, sigilo, fantasia e às funções a que a privacidade se presta (privacidade como um objetivo). Quando **focada no ambiente**, a privacidade associava-se principalmente ao controle do espaço e demarcações de barreiras (territorialidade) e ao ambiente físico. Por fim, quando se **focava na relação pessoa-ambiente**, a autora apontou que os principais conceitos mencionados foram escolha e controle, regulação de barreiras, gerenciamento de interações e de informações, os quais

se relacionam especialmente aos mecanismos de controle do “acesso ao eu”, incluindo territorialidade e espaço pessoal.

Sundstorm *et al.* (1996), abordaram a privacidade a partir da sua teoria da regulação. Segundo este grupo, análises sobre privacidade deveriam incluir o comportamento espacial, a aglomeração, a territorialidade e o ambiente físico existentes (demarcação de limites). Nesse sentido, defendiam existir uma tendência humana natural de buscar interação social, em que uso do ambiente físico é essencial.

A partir desses entendimentos e dos conceitos de privacidade apresentados, percebe-se que, para além de tratar da permeabilidade das barreiras, das relações interpessoais, do ambiente, dos estados e funções que se desenvolvem como consequência da privacidade (seja seu equilíbrio, excesso ou falta), quando abordamos o tema numa perspectiva sócio espacial humana, provavelmente também estamos falando (direta ou indiretamente) sobre: a) cultura e padrões proxêmicos; b) territorialidade; c) distâncias pessoais; d) densidade e aglomeração; e) estar só e solidão. A luz dessa perspectiva, foram apresentadas as relações entre essas variáveis e a privacidade, conforme indicado a seguir.

3.2.1 Cultura e padrões proxêmicos

Em uma visão antropológica, Hall (1966) interpretou a cultura e o espaço, a partir do conceito de proxêmica¹². Conforme definiu, a proxêmica corresponde à forma de interpretação da inter-relação entre os seres humanos e o uso que fazem do espaço, enquanto forma de comunicação e elaboração especializada da cultura. Para ele, o sentido que o ser humano atribuía ao espaço seria uma síntese de muitos estímulos sensoriais (visuais, auditivos, sinestésicos, olfativos e térmicos), de modo que, as formas de perceber o espaço iriam diferir à medida que o conjunto de estímulos também o fazia. Dessa maneira, o autor entendia que cada sociedade criava sua própria forma de perceber o espaço (padrões perceptivos), criando “uma série de mundos, uns diferentes dos outros” (HALL, 1966, p. 7). Essas variações, por sua vez, se expressavam por meio da cultura de cada povo.

Para Hall (1966), o estudo da cultura na proxêmica seria o estudo do uso que as pessoas fazem do seu aparelho sensorial, considerando também os estados emocionais dos indivíduos, as atividades realizadas, os relacionamentos existentes e as características do meio onde se inserem. A leitura adequada dos padrões proxêmicos permitiria, segundo o

¹² Conceito inspirado na ideia de proxemia, presente nos clássicos da Grécia antiga e atualizado pelo autor.

autor, compreender os arcabouços culturais “ocultos” que determinam a estrutura do mundo perceptivo de um povo, entendendo suas universalidades e as especificidades. Em argumentação que envolveu as características do comportamento animal, a biologia humana e as comparações transculturais, Hall (1966) demonstrou que as diferenças culturais (padrões proxêmicos) se expressavam pelas variadas formas de organizar os objetos no espaço, de perceber as variações de temperatura, sons ou cheiros, de detectar a presença de outras pessoas, ou de delimitar barreiras, de modo que, o que representa invasão da privacidade para uma cultura, pode não representar para a outra.

Sobre as relações entre privacidade e o meio social, Westin (1967) propôs que as noções de privacidade diferem de nação para nação pelo impacto da cultura nas relações interpessoais. Para ele, a forma como os indivíduos definiam suas barreiras interpessoais era fortemente influenciada pelas impressões sensoriais associadas à cultura, de modo que, pessoas em culturas diferentes experimentariam as sensações do mundo de maneiras diferentes, possuindo, portanto, diferentes necessidades de privacidade. Sob essa perspectiva, o autor afirmava que cada sociedade deveria ser estudada em seus próprios termos, sendo fundamental reconhecer seus costumes sociais e seus padrões de privacidade. Tal análise deveria abranger, também, especificidades dos mecanismos de privacidade inerentes a cada indivíduo, grupo ou família, bem como os arranjos físicos, que favorecem ou dificultam a vida comunitária, a solidão ou a intimidade.

Em direção semelhante, Altman (1975) considerava que apesar das variações individuais relacionadas à personalidade ou estilo de vida dos indivíduos, era por meio da cultura que os seres humanos regulavam as relações sociais entre si, o que diferia era o modo como cada cultura controlava as interações entre as pessoas. Para ele, a cultura era definida como sendo um sistema complexo de comportamentos (verbais, não verbais ou ambientais) baseado em muitos níveis de funcionamento (sociais, físicos ou psicológicos), que, por meio dos costumes, normas e tipos de comportamentos de cada grupo cultural (comportamentos “universais”), alcançavam um certo grau de controle sobre as interações sociais sob determinados padrões de privacidade. Logo, a cultura era um dos meios pelo qual os indivíduos exerceriam e expressariam suas necessidades de privacidade.

Outro aspecto destacado pela literatura revisada sobre as normas culturais e o gerenciamento da privacidade tratou das relações de controle sobre as interações sociais e o espaço físico. Para Hall (1966, p.137), “as pessoas têm sentimentos profundos acerca do espaço e da disposição da mobília”, de modo que, o espaço, visto sob a ótica das suas características fixas, seria capaz de descrever como a distribuição dos compartimentos (e na escala urbana, a distribuição dos prédios) e dos objetos físicos regem o comportamento humano. Para ele, enquanto as cidades e prédios eram agrupados em estilos característicos relacionados aos

padrões projetuais culturalmente determinados, a organização dos objetos pessoais seria função de padrões micro culturais (variantes culturais) que tornam cada indivíduo um ser único.

Para Westin (1967), desde a vida primitiva, os seres humanos se organizaram espacialmente em torno de normas de privacidade, delimitando a localização das atividades, o acesso das pessoas e as distâncias no contato pessoal ou familiar. Dessa maneira, entendeu que as formas de organização dos espaços seriam cruciais para a vida comunitária, pois a arquitetura e a distribuição das atividades afetam a maneira como os indivíduos se relacionam uns com os outros. Por exemplo, a organização do espaço sob determinados arranjos físicos pode tornar impossível o alcance de determinados estados de privacidade desejados, tal como o desejo de estar só.

Em direção semelhante, Altman (1975) demonstrou que até mesmo nas sociedades tidas como mais primitivas, as pessoas eram capazes de se organizar espacialmente em torno da privacidade e de estabelecer regras hierárquicas de regulação do controle social e das formas de interação entre os indivíduos. Para o autor, qualquer análise sobre privacidade deveria observar como as pessoas regulam o contato social entre elas, percebendo quais arranjos de atividades e/ou comportamentos se revelam pelas relações de controle que se estabelecem.

Nesse contexto, a cultura e os padrões proxêmicos foram entendidos em uma escala abrangente, relacionando-se principalmente às formas de perceber a presença do outro, numa perspectiva multissensorial, que se traduz por meio dos desejos de privacidade auditiva, visual, tátil, olfativa ou térmica. Nesse sentido, os desejos de privacidade podem ser enxergados sob a ótica de uma característica do grupo (sociedade), ou numa escala individual (família ou individual) variável em relação a sua personalidade. Além disso, os estudos demonstraram que os padrões proxêmicos e culturais associam-se às relações de controle do contato social e do espaço físico no qual essas interações acontecem. Logo, por envolver as estratégias utilizadas para o estabelecimento das interações sociais e das barreiras pessoais, em uma perspectiva multissensorial, o entendimento dos padrões proxêmicos e, portanto, da cultura e do espaço físico, tornam-se indispensável aos estudos da privacidade.

3.2.2 Distâncias pessoais

Sob a ótica comportamental (seja do grupo ou do indivíduo), o distanciamento entre as pessoas durante o contato social corresponde a um importante mecanismo ambiental utilizado para expressar o grau de permeabilidade desejado quando das interações.

Sobre o distanciamento relacionado ao contato social, Hall (1966) por meio dos seus estudos sobre proxêmica, classificou e quantificou as distâncias de interações nos seres humanos. Para o autor, os indivíduos usam o próprio corpo como parâmetro para controlar as interações, registrando padrões cambiantes de estímulos sensoriais e definindo distâncias desejadas no momento das interações. Nesse processo, o autor afirmava que seria possível quantificar pontos estruturais capazes de formar um sistema de percepção das distâncias, por meio do qual pode-se separar o *self* e o espaço ao seu redor.

Embora posteriormente o autor tenha esclarecido não haver uma universalidade nesses indicadores numéricos, uma vez que podem variar em função da cultura ou das características individuais, essas zonas de distanciamento foram apresentadas por Hall (1966) em quatro extensões principais:

- a) Íntima (até 45cm): distância do contato físico ou da alta possibilidade de envolvimento físico, em que a presença de outra pessoa é inconfundível, e que acumula a maior quantidade de estímulos sensoriais, incluindo as percepções térmicas do outro, dada a proximidade dos corpos;
- b) Pessoal (entre 45 e 120cm): distância que separa o indivíduo dos demais, sem impedir o contato físico, no qual, a exceção da temperatura, as percepções sinestésicas do outro são claramente identificáveis;
- c) Social (entre 120 e 360cm): distância que define o “limite da dominação”. Não há mais a possibilidade de contato físico, não se percebem menores detalhes pela visão e olfato, mas não há distorções na imagem. O comportamento proxêmico dessa natureza é culturalmente condicionado e ela pode ser utilizada para isolar ou separar pessoas;
- d) Pública (a partir de 360cm): distância que fica fora do círculo de envolvimento pessoal, utilizada em ocasiões públicas, na qual as percepções sensoriais ficam distorcidas (no caso da visão) ou precisam ser amplificadas (caso da voz).

Hall (1966) destacava que a compreensão e a escolha das distâncias a ser mantida depende do tipo de relacionamento entre os indivíduos que estão interagindo, do estado de humor no momento da interação e das atividades desempenhadas. Nessa perspectiva, ele considerava que as formas de organização das atividades e dos ambientes estaria associada aos desejos de maior ou menor contato entre as pessoas (numa escala multissensorial) que, por sua vez, seriam definidos pela cultura ou pela percepção sensorial dos indivíduos envolvidos.

Em direção semelhante, Westin (1967) afirmava que a percepção sensorial dos indivíduos afetava questões que iriam desde seus conceitos de arquitetura e disposição de móveis até o estabelecimento de uma distância adequada no contato interpessoal, que, por sua vez,

expressariam subjetivamente o tipo de contato que uma pessoa (ou grupo) desejaria ter em relação à (s) outra (s). A luz dessa relação, o autor reforçou a natureza multissensorial e espacial da privacidade, demonstrando que um contato indesejado, fosse ele de qualquer natureza sensorial, poderia ser entendido com uma violação de privacidade e que estas normalmente associavam-se a um cheiro, um barulho, um toque ou uma visualização indesejada. Nesse sentido, o autor ponderou que o controle sobre as formas de comunicação do contato social desejado seria fundamental para proteger a intimidade e controlar o fluxo de informações para os outros, definindo também o tipo de relacionamento que se desejaria desenvolver com íntimos, amigos causais ou autoridades.

Ainda sobre a comunicação sobre o contato social desejado e proteção da intimidade, Sommer (1973) discutiu a privacidade a partir do conceito de espaço pessoal. Inicialmente discutido no campo da etologia, o espaço pessoal foi definido como sendo a bolha invisível que circunda o indivíduo (ou grupo) e define o grau de distanciamento que ele deseja ter em relação aos outros, de tal modo que, essa bolha o acompanha onde quer que esteja (SOMMER, 1973 e 2018; GOFFMAN, 1971). Como depende das relações pessoais desenvolvidas, essa área imaginária seria idealmente composta por bolhas de espaço em torno dos indivíduos que serviriam para comunicar os níveis desejados de interação e protegê-los de intrusões externas, que se penetradas por outra pessoa sem acordo, constituem uma violação de privacidade.

Ao tratar do espaço pessoal, Altman (1975) o definiu como sendo um mecanismo utilizado para regular as interações interpessoais e alcançar o nível de privacidade desejado, enfatizando também as variadas formas de comunicação utilizadas pelos indivíduos para obter esse nível desejado.

Nessa direção, o autor apresentou três características fundamentais implícitas à definição ao espaço pessoal: a) é uma barreira invisível que delimita a separação entre o indivíduo e os outros; b) é inseparável ao indivíduo e é carregada com ele aonde que ele vá; c) sua regulação constitui um processo dinâmico que permite diferentes acessos ao indivíduo conforme as situações mudam. Além disso, destacou três classes de fatores que afetam ou são afetadas pelo espaço pessoal: a) individuais, relacionados as variáveis sociodemográficas (idade, sexo, etnia), traços de personalidade e deficiências; b) interpessoais, refere-se às relações sociais e a composição do grupo social; c) situacionais, relacionados ao contexto no qual as pessoas ou grupos se inserem, incluindo ambiente físicos, a formalidade da situação e as relações entre público e privado.

Outro ponto destacado por Altman (1975), tratava das intrusões ou violações indesejadas da barreira *self/*outros. A partir da revisão de diferentes estudos empíricos sobre espaço pessoal,

o autor concluiu sua análise indicando que o contato excessivamente próximo com outras pessoas, especialmente com estranhos, costumava ser considerado aversivo e ameaçador, resultando em uma variedade de respostas (geralmente retirada ou ansiedade) destinadas a aumentar a distância e reduzir a interação. Em direção semelhante, Newell (1995) apresentou o controle do espaço pessoal, como sendo uma das garantias essenciais à obtenção da privacidade.

Nesse contexto, as distâncias pessoais, entendidas sob a ótica da privacidade, compreenderam um mecanismo de regulação da interação, capaz de expressar o desejo de proximidade ou distanciamento, ou seja, de permitir a comunicação sobre o contato social desejado. Essa comunicação seria intimamente ligada aos padrões proxêmicos, sendo expressas tanto por comportamentos, relacionados à postura corporal ou tom de voz, por exemplo, quanto ao ambiente construído, por meio da organização das atividades e espaços. Dentre as distâncias pessoais, a literatura da área destacou especialmente o espaço pessoal, que diferente de outros conceitos correlatos como o de territorialidade, corresponde a uma barreira móvel e intrínseca ao indivíduo, que protege a sua intimidade.

3.2.3 Territorialidade

Inicialmente associada a etologia e ao comportamento animal, segundo Hediger (1961) a territorialidade consiste em uma característica biológica que fornece limites no qual cada espécie tem uma dominância específica e dentro dos quais as atividades se desenvolvem. Diferenciando-se de outros fenômenos ligados ao comportamento humano por ser fixa e geograficamente bem demarcada., a territorialidade permite o retorno da pessoa/grupo aos locais preferidos/escolhidos, o que possibilita a melhor coordenação de tarefas, a manutenção do grupo unido enquanto comunidade, e mesmo a guarda e acúmulo de itens/elementos (re) utilizáveis. Nessa perspectiva, ela é essencial à definição dos locais onde as atividades costumeiramente acontecem, tais como lugares para aprender, comer, brincar ou definir esconderijos seguros, de modo que a defesa dos territórios garantiria o funcionamento ideal do grupo e a própria sobrevivência da espécie.

Para Hall (1969), a territorialidade permite aos indivíduos reivindicar e defender a posse de uma área. Para tanto, segundo o autor, o ser humano inventou muitas formas de defender “o que considera seu pedacinho de chão” (HALL, 1969, p.13), utilizando-se de atributos físicos, com marcadores visíveis (como cercas, muros e portas) ou normas sociais, como a organização das atividades no interior do território, que podem ser considerados extensões materiais da territorialidade. Ainda segundo o autor, ao se especializarem na definição dos

seus territórios, os seres humanos reforçaram ainda mais as características fixas da territorialidade, que passou a assumir um forte caráter social.

Sob esse ponto de vista, Westin (1967) comentou que, cada vez mais, os indivíduos têm reivindicado espaços específicos para o exercício das suas atividades cotidianas (ou seja, territórios), e se empenhado na defesa e proteção destes locais contra intrusões, o que demonstra a ligação deles com a garantia da ordem da vida em sociedade, bem como com o bem-estar individual e a preservação dos estados de privacidade, especialmente relacionados à intimidade do grupo.

Altman (1975) corroborou os referidos autores ao afirmar que o que distingue o comportamento territorial dos seres humanos em relação ao de outros animais é que, para nós, a territorialidade tem um sentido e um objetivo mais social do que biológico. Com essa distinção em mente, o autor definiu o comportamento territorial como sendo a barreira interpessoal mais distante do *self*, que envolve a posse de espaços ou objetos do ambiente, em um processo regulatório de demarcação de barreiras e que se expressa por meio da personalização e da comunicação de que estes objetos e lugares pertencem a uma determinada pessoa ou grupo.

Sob essa ótica, Altman (1975) distinguiu três classes de territórios:

- a) Primários: os mais próximos ao espaço pessoal, com propriedade e uso exclusivo de quem os detém (seja na escala do grupo ou indivíduo), sendo, os mais claramente demarcados e os mais importantes no cotidiano das pessoas. Neles, a identidade do (s) ocupante (s) é saliente, por isso, são permanentemente controlados e sua invasão por terceiros é considerada um problema grave de violação de privacidade;
- b) Secundários: formam a ponte entre os territórios primários e aqueles de uso livre nos territórios públicos. Esse tipo de território possui um padrão de acesso reconhecido e relativamente livre entre os integrantes de um determinado grupo, mas com controle de acesso aos indivíduos externos a eles. Por terem essa característica semipública provocam ambiguidade de propriedade e de controle, o que acarreta, por um lado, maior susceptibilidade a invasões e geração de conflitos, e por outro, maiores e mais claras combinações de estratégias de enfrentamento.
- c) Públicos: são aqueles onde quase todos têm acesso e direito de ocupar e, por isso, precisam ser regulamentados por leis, costumes e normas que determinem as suas condições de uso. Por essa razão, tem acesso limitado no tempo, são altamente dependentes das instituições e exigem controle rígido, ainda que, este não seja determinado pelos mecanismos de controle dos indivíduos ou grupo que o utilizam e, sim, pelas normas que o delimitam;

Uma vez que o comportamento territorial envolve um processo regulatório baseado na posse de objetos e lugares, as invasões de territórios ocorrem quando há o acesso indesejado de terceiros nos lugares ou objetos dos quais se tem posse. Para Altman (1975), os prejuízos decorrentes disso, podem variar em relação às (aos): 1) classes dos territórios; (2) unidades sociais envolvidas (grupos, indivíduos ou complexos sistemas sociais); (3) duração temporal; (4) repertórios de defesa, relacionados tanto às marcas utilizadas para sua demarcação, quanto às reações perante sua intrusão. Quanto mais próximas forem as invasões dos territórios primários, mais altos são os graus de violações percebidos e maior (e, em alguns casos, mais agressivas) a diversidade de respostas de defesa dadas. Assim, de acordo com o autor, em uma organização social, se cada um tem um lugar específico para desempenhar suas atividades e se esse lugar é conhecido e respeitado por todos, os conflitos podem ser reduzidos.

Assim como o espaço pessoal, a territorialidade atua no sentido de expressar as diferentes permeabilidades desejadas pelos indivíduos em relação aos outros. De acordo com os estudos levantados, o que distingue a territorialidade humana são os significados sociais e as características fixas inerentes a demarcação desses territórios, e sua importância para a garantia das estruturas sociais e intimidade do grupo. Nesse sentido, os comportamentos territoriais permitem a estabilidade das estruturas sociais existentes, seja ela na microescala da organização familiar, ou na escala da sociedade geral, posto que, quanto mais permanente a ocupação e mais claras as regras e as pistas de demarcação do território, menores são os conflitos e o estresse diário e maior deve ser a estabilidade da estrutura social dos envolvidos (ALTMAN, 1975).

3.2.4 Densidade X Aglomeração

Quando há falha nos mecanismos de regulação da privacidade (expressos principalmente pelo espaço pessoal e pelo comportamento territorial) há um desequilíbrio do sistema. Quando esse desequilíbrio ocorre no sentido de a privacidade desejada ser menor do que obtida provoca-se uma sensação de estresse, que pode desencadear a percepção de aglomeração. Stokols (1976) conceituou a aglomeração enquanto um estado subjetivo em que os indivíduos, inseridos em determinado ambiente, percebem aspectos restritivos, gerados pela sensação de “limitação espacial”, relacionados aos comportamentos desejados.

Para Hall (1966), a aglomeração aconteceria por um excesso de estimulação que, associado a rupturas dos relacionamentos sociais, provocaria uma percepção de superposição indesejada das distâncias pessoais. Nesse processo, ao transpor a distância de intrusão

idealizada pelo indivíduo, determinados locais deixam de servir como abrigo e proteção e, em vez disso, passariam a exercer pressão sobre o indivíduo, provocando situações de estresse ou agressividade. A aglomeração seria então a situação em que pessoa experimenta a necessidade de um espaço maior do que aquele que está efetivamente disponível a ela (HALL, 1966).

Para além do espaço físico, Westin (1967) considerava que a aglomeração poderia ser consequência de fatos ambientais distintos, como condições de barulho excessivo ou superlotação, mas também de fatores econômicos, sociais ou pressões culturais. Desse modo, a sensação de falta de espaço poderia decorrer do ambiente físico, do meio social ou da percepção sensorial do indivíduo. Sobre as estratégias de enfrentamento à aglomeração, Westin (1967) ponderou que uma das possíveis respostas à superestimulação indesejada, seria a retirada do local onde essa situação acontecia. O que, por sua vez, poderia provocar uma incompatibilidade entre os estados e as escalas de privacidade. Por exemplo, se a situação de aglomeração acontece em casa, as pessoas buscam a privacidade desejada nos locais públicos, seja na rua ou em um bar de esquina. Estes locais, onde prioritariamente se encontrariam os estados de anonimato e reserva, acabam servindo também ao desejo de estar só. Entretanto, como este estado necessita, muitas vezes do isolamento espacial em relação ao outro, as necessidades de privacidade não alcançam seu nível ideal, o que pode comprometer a intimidade dos indivíduos.

Dessa maneira, ao provocar desequilíbrios nos níveis privacidade desejados, a aglomeração pode prejudicar a forma como os indivíduos administram a própria vida, podendo afetar sua habilidade para lidar com os sentimentos e com as outras pessoas, podendo aumentar a agressividade e conduzir ao aumento violência, à criminalidade, ou a comportamentos socialmente inadequados.

Em direção semelhante, Altman (1975) argumentava que a aglomeração se referia à “sensação de falta de espaço”, que apesar de muitas vezes estar associada à densidade, não necessariamente se associava ao espaço físico. Nesse sentido, o autor esclareceu que apesar de utilizados, muitas vezes, como sinônimos, os conceitos de aglomeração e densidade são diferentes. Enquanto a densidade reflete o sentido físico de número de pessoas por uma unidade de espaço (ex.: pessoa/m², pessoa/acre), a aglomeração relaciona-se principalmente ao sentido subjetivo e psicológico da percepção do indivíduo sobre determinada situação.

Diante disso, o autor advertiu que a aglomeração poderia ser causada pela pouca disponibilidade de espaço físico, pela ausência de recursos de demarcação territoriais, pelo baixo ou ineficaz repertório de estratégias disponíveis para enfrentamento da situação, pelo

excesso de barulhos ou interações indesejadas, ou mesmo pela duração do contato. Por estar inserida no contexto dos mecanismos de controle de barreiras, a aglomeração seria dependente da relação entre o indivíduo e o ambiente vivenciado, abrangendo: a) as características e experiências anteriores do indivíduo; b) as respostas subjetivas internalizadas e os comportamentos de enfrentamento desenvolvidos por ele; c) os custos decorrentes, o tempo e os atores participantes do evento (ALTMAN, 1975).

Sobre as estratégias de enfrentamento, Altman (1975) apontou uma variedade de estilos de respostas culturalmente diferentes, que poderiam associar-se ao uso do ambiente físico e construção de barreiras físicas, ou desenvolvimento de normas sociais, como retirar-se do local e recorrer a comportamentos agressivos. Em relação às consequências da percepção de aglomeração, o autor apontou desde as leves e momentâneas, como aumento da ansiedade e estresse temporários, até distúrbios físicos, psicológicos ou maior predisposição à criminalidade. Por meio de experiências e estudos empíricos, seus estudos demonstraram ainda que quanto maior o esforço (quantidade de respostas necessárias para evitar o contato) e/ou o tempo que o indivíduo se submete à situação de estresse, maiores são os custos (gastos de energia física, fisiológica e/ou psicológica) e os efeitos negativos decorrentes da aglomeração.

Nesse entendimento, a aglomeração corresponde ao desequilíbrio do sistema de regulação de barreiras da privacidade, no sentido de se ter menos privacidade do que se deseja. Nesse processo, os estados de privacidade desejados não são adequadamente alcançados e os limites dos territórios ou do espaço pessoal são invadidos, provocando situações de estresse nos indivíduos, que conduzem à sensação subjetiva e psicológica de falta de espaço. Ao afetar negativamente a obtenção de privacidade desejada e, conseqüentemente, alterar as condições de autonomia e intimidade pretendidas pelo indivíduo, a aglomeração pode comprometer o equilíbrio intrapsíquico e as normas sociais, a depender do tipo e duração da intrusão dos atores envolvidos, do repertório do indivíduo e das estratégias de enfrentamentos disponíveis.

3.2.5 Estar só X Solidão

Em direção contrária, quando o sistema de regulação de barreiras interpessoais se desequilibra no sentido de a privacidade obtida ser maior do que a desejada, o indivíduo pode associar essa condição a um sentimento de não reciprocidade dos outros a si.

Westin (1967) ponderou que o estado de privacidade de “estar só”, consistiria no desejo do indivíduo se retirar do grupo e permanecer voluntariamente consigo mesmo, num estado em

que o nível de privacidade desejado é alcançado. Entretanto, quando o indivíduo anseia contato e esse desejo não é atendido, cria-se um estado de isolamento não desejado em relação ao outro ou à sociedade, o que pode provocar estresse, angústia e ansiedade, associáveis às conotações negativas da solidão. Para o autor, as situações de solidão poderiam decorrer das condições sociais ou físicas que estão além do controle do indivíduo, ou da inabilidade da pessoa em obter interação com os outros.

Altman (1975) corroborou essa visão, ao distinguir que a solidão não pode ser considerada sinônimo do desejo de “estar só”. O autor definiu esse desejo como sendo a vontade da pessoa de ficar sozinha, longe da observação dos outros, numa situação em que não se almeja o contato social. Já o estado de solidão indesejada seria aquele em que o indivíduo anseia um contato (ou uma relação) mais próximo com outro e este último não a favorece, num cenário em que não há reciprocidade na busca do outro. Nesse entendimento, se de um lado o desejo de estar só, é fundamental para a formação do *self* e a tomada de decisões, pois pode representar momentos nos quais a pessoa reflete sobre passado ou futuro. Por outro, a solidão assume uma conotação negativa, pois a não reciprocidade, ao limitar a presumida liberdade para buscar e controlar o contato social, pode impedir o desenvolvimento das relações pessoais, podendo comprometer a intimidade e autoestima dos envolvidos.

Para Altman (1975), tal como acontece na aglomeração, a percepção de solidão também seria dependente das características e experiências anteriores dos indivíduos, das respostas subjetivas e dos comportamentos de enfrentamento disponíveis, dos custos, duração e atores envolvidos. Como resultados negativos, a percepção da solidão pode provocar estresse ou angústia e em casos extremos, sua recorrência pode produzir distúrbios sociais e emocionais, conduzindo a estados de depressão.

Sob essa perspectiva, a solidão corresponde ao desequilíbrio do sistema de regulação de barreiras da privacidade, no sentido de se ter mais privacidade do que se deseja. Nesse processo, o contato social não acontece ou é limitado pelo desejo dos outros. Como consequência dessa ausência de interação ou relacionamentos desejados, o indivíduo pode ter sua autonomia, intimidade ou autoestima comprometidas, o que, por sua vez, pode comprometer o controle do indivíduo sobre a sua vida e suas relações.

3.3 Revisões contemporâneas sobre privacidade

A partir dos teóricos seminais, diversas atualizações sobre os conceitos e classificações da privacidade foram desenvolvidas ao longo do tempo. Diante da complexidade das relações contemporâneas e das visões sobre privacidade, estudiosos de vários campos já revisaram,

compilaram e sistematizaram as principais discussões associadas ao tema. Dentre estas revisões, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por: Leino-Kilpi et al. (2001), Margulis (2003a, 2003b, 2011), Westin (2003), Solove (2006), Magi (2011) e Dienlin (2013), cujos conceitos principais foram brevemente apresentados a seguir.

Leino-Kilpi et al. (2001) revisaram a literatura voltada para a relação entre privacidade e ambiente hospitalar, a luz do modelo proposto por Burgoon (1982). A partir desses conceitos seminais, os autores apontaram os principais parâmetros de avaliação para investigação do fenômeno: a) o contexto - que envolve as interações sociais, o nível de privacidade desejado e obtido e o controle sobre a comunicação e informação existentes; b) as dimensões da privacidade – física, psicológica, social e informacional.

Sobre as dimensões, Leino-Kilpi et al. (2001), as definiram como:

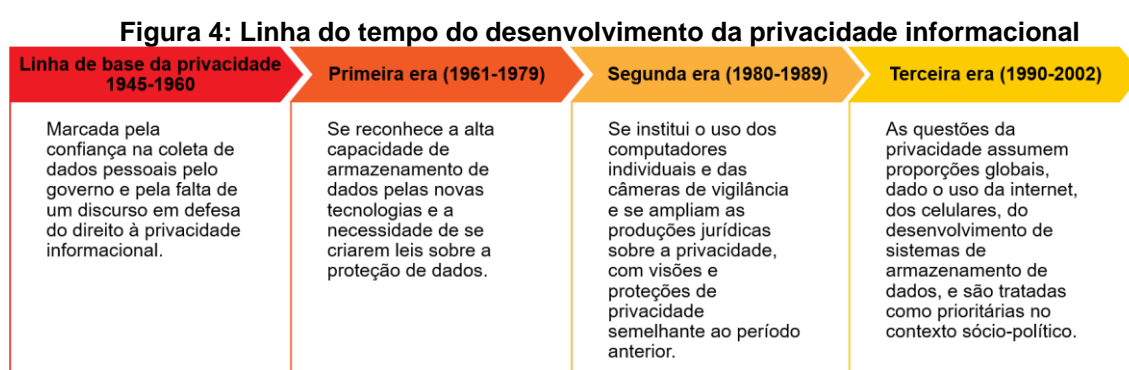
- a) física - representa o grau de acessibilidade física de uma pessoa para outra (distâncias pessoais), associada também ao espaço pessoal e territorialidade;
- b) psicológica - trata do processo cognitivo e afetivo humano e sua capacidade de formar valores (associado ao *self*);
- c) social - habilidades e esforços desempenhados para controlar as interações sociais com forte conotação cultural, e relacionados ao comportamento socioespacial humano, notadamente aos comportamentos proxêmicos, aos estados de privacidade e seu controle;
- d) informacional - direito de determinar como, quando e até que medida uma informação está disponível para o outro ou os outros.

Margulis (2003a, 2003b, 2011) revisou a privacidade à luz da evolução do conceito das teorias de Westin (1967) e Altman (1975). Sob essa ótica, o autor conceituou privacidade como sendo “*um esqueleto abstrato*” de significados e funções, que implica na definição de barreiras de acesso ao indivíduo ou grupo, expressas por normas sociais e culturais, tais como as relações de poder/*status*. Para ele, as funções da privacidade refletem suas próprias finalidades e benefícios, de modo que ela figura como base para o desenvolvimento da individualidade e da autonomia pessoal, fornecendo experiências que apoiam a estabilidade emocional, o desenvolvimento pessoal e as relações interpessoais.

Em sua revisão, o autor ainda ressaltou a dominância das visões europeias e estadunidenses nos estudos sobre o fenômeno em tela, as quais geralmente enfatizam as discussões a luz das ameaças à privacidade ou dos problemas decorrentes das invasões de privacidade. Por fim, Margulis (2011) enfatizou, ainda, que estudos que pretendem utilizar teorias comportamentais sobre o tema, devem verificar se as definições existentes atendem aos seus

objetivos, devendo incluir também parâmetros de avaliação como: dados sociais, ambientais e culturais do contexto onde o estudo se insere e informações detalhadas sobre as relações e interações sociais existentes.

Westin (2003) revisou a proteção da privacidade informacional à luz das relações político-sociais, da evolução da tecnologia e das legislações existentes. Numa perspectiva histórica e focada principalmente no contexto estadunidense, o teórico propôs a existência de quatro eras distintas de desenvolvimento da privacidade (Figura 4): linha de base (1945-60), primeira era (1961-79), segunda era (1980-89) e terceira era (1990-2002), o que conduz à inferência de estarmos vivendo uma quinta ou sexta etapa evolutiva nesse campo.



Fonte: elaboração própria (2023), baseado nos dados de Westin (2003).

As atualizações conceituais propostas por Westin (1967), ratificaram a validade dos quatro estados proposto por ela ainda na década de 1960 e reafirmam a privacidade enquanto necessidade básica da vida humana e como um direito individual ligado a decisão sobre quais informações devem ser reveladas aos outros. O autor concluiu seus estudos afirmando que, diante de um cenário marcado pelo uso excessivo das tecnologias da informação, a habilidade de gerenciar os estados pessoais de privacidade, desde a solidão saudável até a intimidade de autorrevelação positiva, e de equilibrar a formas democráticas de acesso a dados pessoais serão os maiores desafios dos cidadãos e governos contemporâneos.

Solove (2006) revisou a privacidade sob a ótica das atividades que podem afetá-la, identificando quais são elas, como e porque podem causar problemas ou danos não triviais na vida e no bem-estar das pessoas. Em relação ao conceito, definiu a privacidade como uma qualidade inerente a vida em sociedade e que guarda em si uma multiplicidade de significados, variável entre indivíduos e contextos. A partir da criação de taxonomia¹³ que identifica as atividades e problemas relacionados à privacidade e socialmente reconhecidos

¹³ A taxonomia proposta por Solove (2006) envolve quatro grupos básicos de atividades perigosas para a privacidade, a saber: 1) coleta de informações (vigilância, coleta involuntária de informações); 2) processamento de informações (uso secundário de informações); 3) disseminação de informações (violação de confidencialidade, divulgação de dados); 4) invasão (intrusão)

no âmbito jurídico, o autor identificou as conexões (universalidades) e divergências (especificidades) existentes entre os diferentes problemas de privacidade, entendendo o que era essencial nas percepções de privacidade das pessoas e que, portanto, não poderia ser violado.

Magi (2011) revisou a literatura sobre privacidade nas ciências sociais e humanas, buscando identificar os benefícios inerentes a ela. A partir dessa revisão, considerou a privacidade relevante na escala do indivíduo, das relações interpessoais e da sociedade. Para a autora, os benefícios da privacidade refletem-se na: i) proteção contra a interação social indesejada, afirmando a autonomia individual, liberdade de escolha, capacidade de controle e de realizar julgamentos; ii) possibilidade de redenção individual, com desenvolvimento da autoconfiança e manutenção de relacionamentos interpessoais; iii) suporte a uma sociedade mais justa, democrática e tolerante. Sobre o conceito, considerou que a privacidade deve ser usada como um termo geral (guarda-chuva) para descrever um conjunto de outros conceitos inter-relacionados com comportamentos variados e que dependem da cultura estudada.

Ao revisar o conceito de privacidade, Dienlin (2013) o associou aos processos de comunicação e redes sociais. Por meio da união de entendimentos distintos, definiu a privacidade como sendo a possibilidade de separação das outras pessoas (WARREN; BRANDEIS, 1890), a qual pode ser caracterizada por diferentes estados (WESTIN, 1967), por um ajuste contínuo das barreiras individuais (ALTMAN, 1975) e que pode ocorrer segundo quatro dimensões diferentes (BURGOON, 1982).

Revisões contemporâneas brasileiras sobre privacidade foram levantadas especialmente em teses e dissertações defendidas no campo das ciências sociais. Apesar de aplicados a casos de estudos distintos e contextos diferentes, nos estudos brasileiros, a privacidade tem sido abordada especialmente sob a ótica das relações público-privado, com investigações acerca das formas como as TICs alteraram essas relações, seja pela atual fluidez entre essas relações e o ciberespaço, ou pela megaexposição de si nas mídias sociais. Dessa maneira, foram apresentados a seguir apenas os estudos que, em suas considerações finais, explicitaram uma conceituação contemporânea de privacidade.

Thibes (2014) tratou a privacidade sob a ótica dos riscos provenientes do desenvolvimento das tecnologias da informação. Nessa perspectiva, a autora discutiu especialmente os dilemas criados para as questões de intimidade e privacidade, com o aumento da exposição da vida privada em meios públicos, num enfoque relacionado à monetização das informações disponíveis online. Para ela, a constituição da privacidade foi essencial para a proteção de uma nova esfera da vida, ligando-se ao reconhecimento da subjetividade e da vida pessoal privada, o que incluía o lar, a intimidade, a personalidade e o reconhecimento de que para

existirem relações especiais (afetivas e não triviais) certa esfera de segredo seria necessária. Sob a ótica da pesquisadora, na contemporaneidade a proteção da esfera privada encontra-se em perigo, posto que, as informações privadas foram transformadas em mercadoria. Nesse sentido, ela corroborou os estudos de Westin (2003), alertando que a sociedade deve estar atenta aos possíveis perigos desse processo, para que não se descubra “mais um véu que esconda determinados aspectos da vida” (THIBES, p. 200).

Cancelier (2016) abordou a privacidade a luz do direito de “estar só”, discutindo a evolução das relações público privadas e os aspectos constitucionais relacionados a isso. Ao comentar a evolução histórica do conceito, o autor ponderou que as definições de público privado sofreram profundas alterações decorrentes do comportamento contemporâneo que, marcado pela fluidez das relações, tornou o tema ainda mais multifacetado. Nesse sentido, considerou que, a depender do contexto e dos objetivos do estudo, a privacidade poderia ser conceituada de diferentes formas, seja como uma qualidade inerente à pessoa, essencial para o desenvolvimento de sua personalidade e individualidade, seja numa perspectiva coletiva, demonstrando-se fundamental também à organização da sociedade.

3.4 Reflexões sobre a privacidade contemporânea

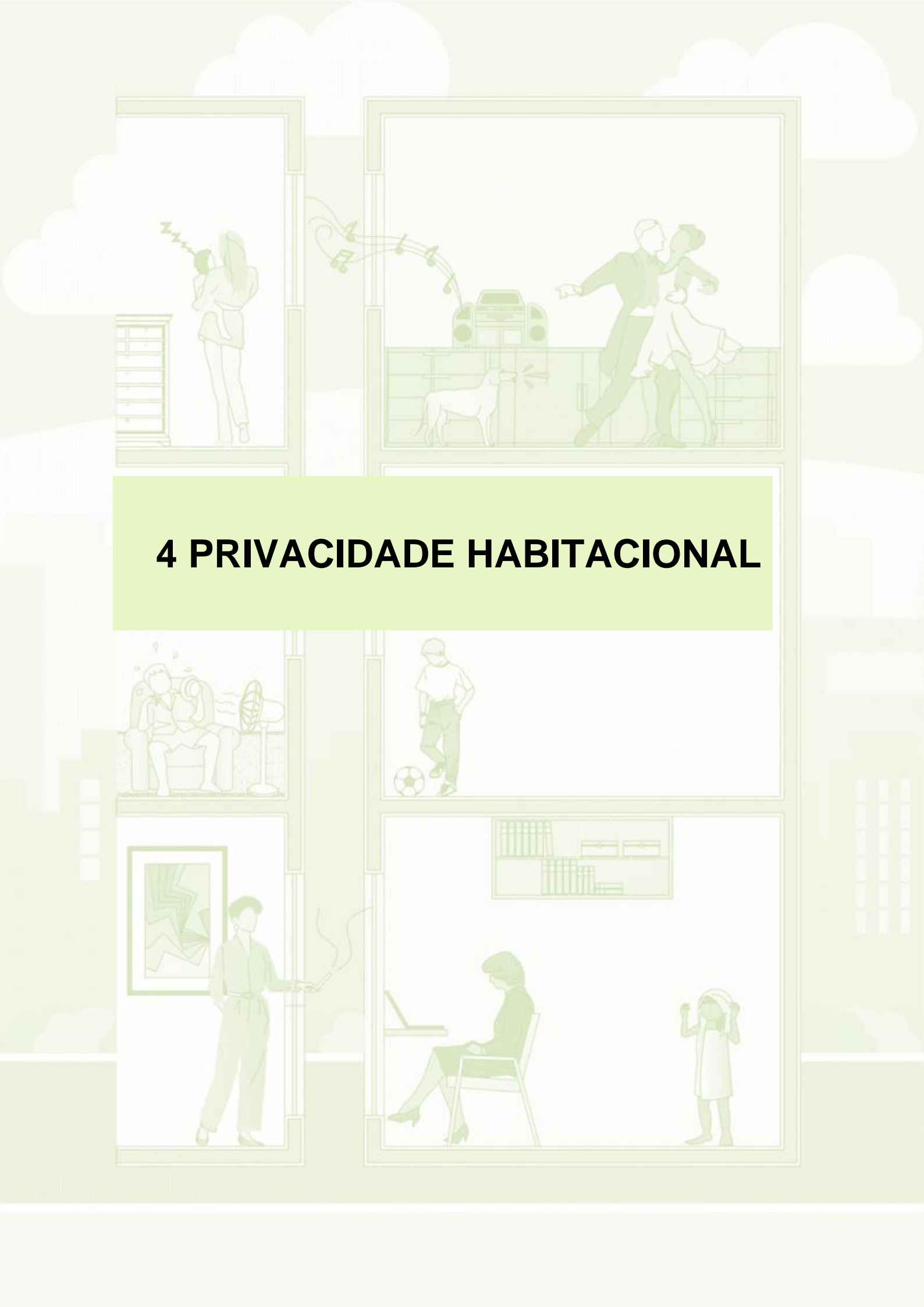
Os resultados da revisão realizada revelaram que mesmo diante da gama de estudos atualmente existentes, os conceitos de privacidade propostos por Westin (1967) e Altman (1975) e os estudos de proxêmica desenvolvidos por Hall (1966), destacam-se como os mais relevantes nas discussões sobre o tema e seguem vigorando como núcleo conceitual, a partir do qual, novos apontamentos são levantados.

Numa escala abrangente e considerando a revisão realizada, a privacidade foi entendida enquanto um processo de regulação de barreiras, que envolve diferentes desejos de grau de permeabilidade do *self* e que, por sua vez, viabiliza (ou impede) o contato social, sendo, portanto, uma necessidade básica humana e indispensável para a vida em sociedade. Sob essa ótica, a privacidade pôde ser entendida também como um fenômeno ambiental, que envolve diferentes estados e escalas e que se relaciona ao contexto físico, social e cognitivo no qual o indivíduo se insere. Nesse sentido, a literatura demonstrou que a privacidade se relaciona também a outros constructos como a proxêmica, o espaço pessoal, a territorialidade, a aglomeração e a solidão.

Complementando investigação anterior (MACEDO; ORNSTEIN; ELALI, 2022) que analisou a literatura atual relativa ao estudo de parâmetros de avaliação necessários aos estudos sobre privacidade, destaca-se ser essencial que as pesquisas acerca do fenômeno considerem:

- (i) contexto sociocultural e político no qual a população em estudo se insere (DIENLIN, 2013; HALL, 2005; MARGULIS, 2011; WESTIN, 2003; THIBES, 2014; CANCELIER, 2016);
- (ii) funções (ALTMAN, 1975; MAGI, 2011; WESTIN, 1967) e dimensões da privacidade (BURGOON, 1982; DIENLIN, 2013; LEINO-KILPI ET AL., 2001);
- (iii) definições e demarcações de barreiras, territórios e espaço pessoal (ALTMAN, 1975; BURGOON, 1982; HALL, 2005);
- (iv) tipos de problemas de violação privacidade (SOLOVE, 2006; WESTIN, 2003; THIBES, 2014; CANCELIER, 2016);
- (v) percepções de solidão e aglomeração (ALTMAN, 1975; HALL, 2005; WESTIN, 1967).

A fundamentação teórica apresentada demonstrou, portanto, que ao falar de privacidade, provavelmente também estamos falando (direta ou indiretamente) sobre: demarcação de *barreiras*, *territorialidade*, *espaço pessoal*, *intimidade*, padrões de *proxêmica* e percepções de *solidão* e *aglomeração*. Por sua vez, tais dimensões se expressam e são revelados pela cultura, contexto social, demográfico e político, mecanismos de regulação e controle disponíveis, problemas e invasões de privacidade. Nesse sentido, partindo dessa compreensão geral da privacidade, foram apresentados na sequência, as especificidades inerentes ao estudo da privacidade no contexto das habitações.



4 PRIVACIDADE HABITACIONAL

4 PRIVACIDADE HABITACIONAL

Do ponto de vista do morar, a privacidade é um tema que acompanha a humanidade desde que ela se organizou enquanto sociedade. Em seus estudos, Altman (1975) e Hanson (1998) demonstraram que mesmo nas sociedades tidas como mais primitivas, as pessoas eram capazes de se organizar espacialmente em torno da privacidade e de estabelecer regras hierárquicas de controle social e de modos de interação entre os indivíduos. Apesar disso, apenas a partir da distinção entre público e privado na casa, iniciada no XVII e consolidada no início do século XX, as discussões específicas acerca da privacidade habitacional ganharam corpo no âmbito das discussões sociais e acadêmicas. Neste campo, a separação entre público e privado fez com que a casa passasse a ser entendida como núcleo da vida privada, em um local para a convivência familiar e privacidade do indivíduo.

A habitação, conforme afirmam Veríssimo e Bittar (1999), configura-se como o reduto da família sendo seu próprio espelho e refletindo também a sociedade que é a sua geradora. Nessa perspectiva, Griz (2012 p. 138) destacou como entendimentos essenciais para a definição do espaço doméstico: (a) relação entre os membros familiares (hierarquia); (b) relação entre esses e os demais usuários da habitação (segregação entre habitantes/visitantes e patrões/empregados); (c) atitudes frente ao individualismo (privacidade, sobretudo na vida conjugal); (d) atitudes frente aos padrões de consumo (ambientes e atividades relacionados ao status e distinção social). Dessa maneira, para compreender o atual estado da arte acerca da privacidade habitacional fez-se necessário entender, em linhas gerais, como as organizações sociais, especialmente a família e as ordens político-econômicas vigentes, influenciaram as dinâmicas de organização espacial da casa e seus modos de habitar ao longo do tempo que se expressou principalmente a partir distinção entre o público e o privado. A análise feita sobre o público e privado foi realizada sob a ótica das formas de expressão da privacidade e da intimidade¹⁴, especialmente, na relação destas com as habitações e os comportamentos que se refletem na organização espacial e social das casas, cujas concepções encontram-se intimamente relacionadas às realidades sociais, econômicas e culturais de cada lugar e período histórico. Para tanto, mostrou-se necessário entender como as relações público-privadas evoluíram ao longo do tempo e como isso se refletia nas relações entre famílias e entre elas e o que estava externo à casa.

Sobre a privacidade e a habitação, Rodotá (2008, p.26) afirmou que “o nascimento da privacidade pode ser historicamente associado à desagregação da sociedade feudal”. Para o autor, foi nesse período que a ideia de intimidade e de ter um “seu espaço”, disseminou-se

¹⁴ Alguns autores, especialmente da área jurídica e filosófica, abordam a evolução sobre público e privado sob a ótica das discussões da etimologia, da construção dos direitos fundamentais ou das ordens políticas, remetendo aos conceitos romanos e gregos, sobre o assunto. Como esses debates fogem ao nosso tema de interesse, as referidas discussões não foram abordadas.

entre os burgueses mais influentes e tornou-se uma das marcas da ruptura ocorrida na organização da sociedade. Thibes (2014, p. 87), corroborou o autor afirmando que “a ideia que hoje fazemos de privacidade é herdeira daquela engendrada pela sociedade burguesa florescente”.

Nesse sentido, para entender o processo de evolução da privacidade habitacional, iniciamos nossa discussão apresentando brevemente o ideário de família e casa no período medieval e a consequente criação do conceito de intimidade, entendendo como o processo de desagregação feudal e surgimento do capitalismo, originaram a gênese e a consolidação da família patriarcal, a espacialização dos ambientes domésticos, as novas relações de vizinhança e o crescimento do individualismo. Na sequência, foram apresentados os ideários modernistas de habitação e a forte relação que se constituiu entre a organização espacial da casa e a família patriarcal.

Posteriormente, com a ascensão do liberalismo econômico, com o fim do estado de bem-estar social e com a exposição da vida privada nas mídias, foram apresentados os primeiros traços característicos da família contemporânea e suas novas formas de concepção do privado e do individual, que, por sua vez, foram mais profundamente redimensionadas quando do surgimento da internet, das redes sociais e dos *smartphones*. Por fim, foram apresentadas as novas questões trazidas pela pandemia da COVID-19 no âmbito da habitação e da privacidade. Entendido o contexto histórico-cultural que inseriu o conceito de privacidade e intimidade na casa e nas relações familiares, partiu-se para o levantamento de dados sobre o estado da arte atual das pesquisas que associam privacidade e habitação. Para tanto procedeu-se uma revisão sistemática da literatura (RSL) sobre o tema, para o que se recorreu a ferramentas já consolidadas. Sua principal contribuição foi, portanto, revisar sistematicamente as dimensões e variáveis que influenciam a privacidade nas habitações, especialmente no contexto contemporâneo, levantando também os métodos e instrumentos que auxiliam a avaliação do ambiente e da percepção dos usuários.

4.1 O surgimento da intimidade na casa e a família patriarcal

As normas que regulam a privacidade acompanham a humanidade desde as suas organizações primitivas. Entretanto, até a Idade Média, a moradia, para o contexto ocidental, era um local público (RYBCZYNSKI, 1996; THIBES, 2014; CANCELIER, 2016; RODOTÁ, 2008) e atribuiu-se à desagregação feudal, o marco histórico para o surgimento da intimidade e do domínio privado nas habitações.

Marcada pela religiosidade e representada especialmente pela figura masculina, as famílias medievais eram numerosas e abarcavam, normalmente, membros ou parentes não diretos, compostos de familiares, empregados, aprendizados ou afilhados. A família era a unidade fundamental para manutenção da organização social e produzia todos os bens necessários à sua sobrevivência, desde a produção de alimento até peças de vestuário e armas (PINTO, 2012). Nesse sentido, nas habitações medievais, os cômodos não possuíam rótulos específicos, alterando suas funções conforme a atividade desenvolvida no momento, e a ideia de isolamento e privacidade individual era pouco conhecida ou inexistente (PINTO, 2012; MUNIZ, 2002). Apenas nas habitações dos mais nobres, existiam espaços com acesso individual ou restrito. Estes espaços eram locais onde se guardava o que era de valor e aos poucos se transformaram em espaços destinados à reflexão e ao isolamento individual - desejo de estar só (MUNIZ, 2002; CANCELIER, 2016) expressando uma ideia ainda rudimentar de individualidade e apropriação do espaço. Com o fortalecimento do comércio e das cidades, provocando a gradual saída das pessoas do campo, algumas mudanças na concepção das moradias e da família emergiram (SENNET, 1988; PROST, 2009; ROCHA, 2010; CANCELIER, 2017). Segundo Rybczynski (1996) essas mudanças, intensificadas em maiores centros urbanos a partir do século XVII, introduziram um conceito pouco conhecido: a domesticidade, que foi apresentada pelo autor como sendo um conjunto de emoções sentidas que se relacionava, não somente ao abrigo, mas também à família, à intimidade, à devoção ao lar, de modo que, “os cômodos e seus objetos, agora adquiriam vida própria” (RYBCZYNSKI, 1996, p. 85). Nessa concepção, além de imprimir uma certa personalidade ao espaço doméstico, intensificou-se o processo de vinculação entre as habitações e as ideias de conforto e privacidade, por meio da separação entre o mundo externo (associado ao trabalho e ao estranho) e o espaço doméstico (vinculado à intimidade e à família).

Dessa maneira, a ascensão da classe burguesa e o ordenamento urbano da vida social fez emergir uma nova ordem social, política, econômica e de comportamento, que consolidou a distinção entre o público e o privado e a nuclearização da família (MARINS, 1998; SOBRAL, 2009; ANDRADE, 2011; THIBES, 2014). A partir de então, a casa iniciou seu processo de diferenciação social, tornando-se o lugar da família, da intimidade e do privado, num momento em que a privacidade significava afastar-se do que era público (RYBCZYNSKI, 1996; MUNIZ, 2002; RODOTÁ, 2008; PINTO, 2012; CANCELIER, 2016). Cabe ressaltar que esse processo ocorreu de forma gradual e variou de acordo com cada contexto. De acordo com Villa (2002), ainda em meados do século XIX “muitas casas parisienses ainda apresentavam claras feições medievais, não possuindo espaços específicos para as latrinas, nem corredores”, mas reduzindo seu número de ocupantes.

No Brasil, a ascensão da burguesia correspondeu, ao período do fim da monarquia, da abolição da escravidão e da instalação da República. Assim como ocorrera no período medieval europeu, as casas coloniais brasileiras eram compartilhadas entre os familiares, os agregados e os escravos. Conforme ponderou Lemos (1989), o zoneamento das casas seguia mais ou menos a mesma sequência: salas de receber na frente; alcovas e dormitórios na zona central e estar familiar e serviços (cozinha, banheiros e empregado) ao fundo. Entretanto, diferentemente do contexto europeu, Andrade (2011) ponderou que nos espaços domésticos coloniais havia uma notável preocupação em evitar a presença de empregados nos domínios íntimos da casa. Com a saída da mão-de-obra escrava e com a maior distinção entre casa e trabalho, os espaços habitacionais brasileiros passaram a ser mais valorizados pelos seus moradores e deixaram de abrigar paulatinamente as atividades comerciais, diminuindo o número de trabalhadores que nelas habitava. Foi nesse período, que diante de um cenário de incertezas políticas e economia vulnerável (domínio público), a casa (domínio privado) passou a ser vista como refúgio, tornando-se um lugar de proteção da intimidade e da família (ANDRADE, 2011).

Nesse contexto, a sociabilidade entre os casais cresceu, a infância passou a ser reconhecida e as crianças foram separadas dos casais, as camas passaram a ter lugar fixo e surgiram ambientes específicos para higiene pessoal e individual. Os empregados foram separados da intimidade das famílias, os quartos e banheiros que antes eram espaços coletivos e, muitas vezes, dividiam lugar com as atividades públicas, deixaram de ser compartilhados por todos. Cresceu também o número de objetos de afirmação da individualidade, como os tapetes, quadros espelhos, diários, bibelôs e álbuns de fotos, mas especialmente, iniciou-se a individualização e espacialização dos espaços da casa (LEMOS, 1989; SOBRAL, 2009; ROCHA, 2010; ANDRADE, 2011; THIBES, 2014; CANCELIER, 2016).

O processo de espacialização dos cômodos domésticos brasileiros, “com sua divisão compartimentada, privilegiando espaços funcionais e estanques” (REQUENA, 2007, p. 20) remete ao apartamento burguês parisiense do século XIX, expresso pelo modelo tripartido de habitação. Exportado para todo o ocidente enquanto padrão de organização espacial da habitação (TRAMONTANO, 1998), com referências *palladianas*¹⁵ claras de setorização das atividades e acesso único centralizado no corpo do edifício e com bases na especialização de

¹⁵ Com produção entre 1537 e 1580, Andrea Palladio concebeu diferentes projetos habitacionais, denominados villas. As villas palladianas são propriedades fundiárias da qual fazem parte pelo menos uma residência (chamada casa di villa), localizadas fora dos limites da cidade, projetadas para prazer e descanso do seu proprietário. No plano horizontal, o eixo vertical determina um espaço central de acesso (loggia e sala central) e duas alas laterais simétricas (apartamentos com igual número de cômodos) (STUMP, 2013). No plano vertical admitia um zoneamento em três níveis: serviços, *piano nobile* e apartamento (REQUENA, 2007), cujas funções originaram os setores funcionais da tripartite francesa.

cômodos advindas do *hôtel particulier*¹⁶ (VILLA, 2020), o modelo tripartido tem como característica mais marcante o estabelecimento de três setores funcionais: estar, íntimo (reclusão) e serviços (exclusão), em espaços independentes e distribuídos de tal maneira que se pudesse ir de um ao outro sem que passar pelo terceiro (LEMOS, 1989). Introduzidas no Brasil pela aristocracia, em palacetes urbanos, e nos primeiros apartamentos do início do século XX, estas mudanças sociais provocaram poucas alterações na organização espacial das habitações em geral (REIS FILHO, 2000). Mesmo nos edifícios verticais construídos a partir da década de 1920, ainda se repetiam as soluções de planta das residências isoladas do período anterior de modo que, mudanças mais significativas nas formas de pensar as habitações consolidaram-se especialmente com o advento do Movimento Moderno (LEMOS, 1989; REIS FILHO, 2000). Ainda que o Movimento Moderno no Brasil tenha se iniciado em 1922¹⁷, foi apenas com a consolidação das indústrias no país e da arquitetura moderna, acontecida por volta da década de 1950, que começamos a perceber uma maior disseminação do modelo tripartido de apartamentos. Os trinta anos que marcaram o início da década de 1950 e o final da década de 1970 consolidaram, no Brasil, a incorporação dos padrões de produção e consumo próprios aos países desenvolvidos, que estimuladas pela mídia e pelo Estado, compuseram o estilo de vida moderno. Por meio de filmes, rádio, revistas e muita propaganda divulgaram-se as novidades do lar (ferro elétrico, fogão a gás, aspirador de pó, máquina de lavar roupas), os alimentos industrializados, os novos modos de se vestir, popularizaram-se o hábito de “comer fora” (multiplicaram-se as lanchonetes e surgiram os *fast-foods*) e o uso de produtos de higiene pessoal e da casa (LEMOS, 1989; MELLO; NOVAIS, 1998).

Esse novo estilo de vida originou manifestações significativas no redesenho do espaço doméstico e na redefinição de suas funções (TRAMONTANO; PRATSCHKE; MARCHETTI, 2000). Para Bruna (2010) foi nesse período que o projeto arquitetônico surgiu como indutor de uma nova cultura da habitação e de um novo comportamento social (BRUNA, 2010). Dessa maneira, nas habitações, o Movimento Moderno se expressou principalmente pela consolidação do modelo burguês de tripartição dos espaços, que se iniciou aqui na produção de casas unifamiliares mais abastadas e consolidou-se a partir da construção seriada e

¹⁶ Símbolo de afirmação da posição social da elite francesa, o *hôtel particulier* era uma forma minoritária de habitação, onde vivia a nobreza e a alta burguesia. Os primeiros exemplares, datados do século XVII, ficavam escondidos atrás de casas comuns e em geral, no interior não havia corredores, sendo os cômodos ligados diretamente uns aos outros. Com o advento da burguesia e os novos ordenamentos urbanos, os hotéis foram sendo privatizados e seus cômodos receberam nomes e funções específicas (VILLA, 2002).

¹⁷ A Semana de Arte Moderna de 22, ocorrida em fevereiro de 1922, na cidade de São Paulo, marcou o início da “modernização” das produções artísticas no país, lançando o Brasil no mercado internacional como um país proponente de arte. Contudo, na arquitetura, esse processo iniciou-se em 1925 com o Manifesto de Warchavchik, afirmando-se apenas em 1936 com o edifício do Ministério da Educação e da Saúde (LAZARINI, 2007).

industrializada das moradias e apartamentos de interesse social, financiadas ou produzidas pela atuação do Estado (VILLAÇA, 1986; BONDUKI, 1998; VAZ, 2002; BRUNA, 2010).

A necessidade de reduzir os custos de produção de unidades habitacionais (UHs), associada as questões de higiene e as investigações tipológicas oriundas do Movimento Modernista¹⁸, conduziu a definições de padrões mínimos de habitabilidade, baseados na racionalização da construção, na standardização dos modos de morar e no modelo de família nuclear¹⁹. Nesse cenário, o dimensionamento da célula habitacional era dado pela meticulosa distribuição dos mobiliários, equipamentos e espaços mínimos para desenvolvimento das atividades, enquanto a distribuição espacial era definida pelo modelo de família nuclear, de modo a facilitar a vida da mulher, que começavam a buscar espaço no mercado de trabalho, e onde cada membro da família buscava o isolamento e afirmação da sua identidade, em quartos, preferencialmente, individuais (MACEDO, 2018).

Esse conjunto de fatores alteraram as percepções de individualismo no interior das famílias (MUNIZ, 2002). Para Tramontano (1998), nesse período, ocorreu a “afirmação do individualismo no conjunto da sociedade. De secundária, e, às vezes, até clandestina, a vida privada dos indivíduos dentro do núcleo familiar passou a ser reconhecida e respeitada” (TRAMONTANO, 1998, p. 211). Ou seja, a privacidade começou a se desvencilhar exclusivamente da família e da casa, vinculando-se mais ao indivíduo e às suas necessidades.

Assim, através dos filmes hollywoodianos, das políticas habitacionais da época, do uso de novos materiais construtivos, da adesão ao uso dos eletrodomésticos e de projetos que buscavam a simplificação das atividades domésticas, iniciou-se para o brasileiro o “sonho da casa própria”, estimulou-se a adesão ao modelo de morar em apartamentos e consolidou-se a família nuclear, como modelo de família moderna. As cozinhas passaram a ter organização rigorosamente funcional, incentivou-se a criação de espaços individuais e personalizados, expressos principalmente pelos quartos individuais, e valorizou-se os espaços de receber, dotados dos mais variados aparatos tecnológicos, como símbolos da ascensão social e financeira do indivíduo ou da família.

Ademais, para Thibes (2014), ao aumentarem as distâncias físicas entre as moradias, as novas concepções arquitetônicas (por meio da proliferação de torres de prédios e conjuntos

¹⁸ Face às rápidas mudanças tecnológicas, políticas, econômicas e sociais oriundas do processo acelerado de urbanização das cidades, arquitetos e urbanistas reuniram-se em diferentes grupos de discussão, para buscar meios de universalizar as novas formas de concepção das moradias, segundo os parâmetros industriais, defendendo a introdução de dimensões normativas e métodos de produção eficientes para a racionalização da construção civil (FRAMPTON, 2008).

¹⁹ Tramontano (1993) revelou que, apesar da tendência de a nuclearização ter se iniciado, ainda em finais do século XVIII, foi apenas no século XX que a família nuclear tem sua aceitação como modelo de família “moderna” entre as diferentes classes brasileiras.

habitacionais) tornaram o convívio entre os vizinhos escassos. Nos ambientes de trabalho, as relações entre os pares, que se encontravam desgastadas desde o início do capitalismo, tornaram-se mais pessoais e a sociabilidade entre esse grupo cresceu e tornou-se mais íntima. Tal mudança alterou as relações entre a esfera privada e de trabalho, voltando a inserir as dimensões íntimas no domínio público do trabalho, e vice-versa (THIBES, 2014).

Diante do cenário marcado pelo crescente avanço das tecnologias de informação e comunicação, pela valorização das necessidades individuais de cada membro no contexto do espaço doméstico e pelas novas formas de vivenciar as relações humanas, formou-se a gênese, ainda que preliminar, das novas formas de concepções da privacidade no contexto contemporâneo.

4.2 A família contemporânea e seus modos de morar

A transição dos séculos XX e XXI foi marcada pela disseminação das práticas neoliberais, pelo fim de regimes totalitários em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil, e pela crescente influência midiática no cotidiano das pessoas, inicialmente associada aos programas de televisão e potencializada pela ascensão da internet. Esse contexto rompeu os paradigmas dos séculos anteriores e fez emergir mudanças comportamentais significativas, baseadas em barreiras sociais fluídas, decorrentes principalmente das novas formas de socialização e comunicação entre as pessoas. Tomando por base as eras da privacidade (Figura 4), apresentadas por Westin (2003), e a sua evolução, após 2003, as relações de privacidade, família e casa foram descritas a seguir, divididas por período.

4.2.1 Décadas de 1970 e 1980: da flexibilização da família burguesa e do aumento do culto ao indivíduo

Como resposta à estrutura repressora, típica das sociedades disciplinares, e à incapacidade das instituições de promoverem o bem-estar do indivíduo, Thibes (2014) avaliou que a crise política, do final da década de 1970, que consumou a decadência do *Welfare State* e a ascensão do neoliberalismo, direcionou a sociedade para um relativo excesso de permissividade, com o indivíduo agindo para si próprio e para seu próprio bem-estar físico e emocional. Além disso, a maior inserção e consolidação da mulher no mercado de trabalho e as novas condições criadas pela legalização do divórcio fizeram emergir relações familiares novas e complexas, alterando o sentido tradicional da família burguesa, fundamentado no

princípio da autoridade patriarcal e na clara divisão do papel de cada membro da família. Ainda que as mulheres continuassem sendo a principal responsável pelas tarefas domésticas e cuidado com os filhos, o homem foi convidado a participar de tais tarefas, de modo que, as relações domésticas deixaram de ser domínio exclusivamente feminino e se tornam objetos de debate entre a família (BILAC, 2002; SARTI, 2002; ROMANELLI, 2002).

Essa flexibilização de papéis entre homens e mulheres, flexibilizou também as relações familiares, especialmente no que se refere à autoridade parental. Na família contemporânea, o saber paterno perdeu gradativamente a sua eficácia porque as experiências acumuladas não são mais congruentes com um presente marcado por mudanças intensas e rápidas (ROMANELLI, 2002). Além disso, essa maior equidade das relações entre os membros da família foi alicerçada sob a égide da afirmação do individualismo no conjunto da sociedade, sendo subordinadas, portanto, aos desejos de realização pessoal. Nesse novo conceito, as relações estão cada vez mais pautadas na afetividade, de modo que, a manutenção dos casamentos passa a ser objeto de escolha individual, o que o torna mais passível de dissolução (ARANTES, 2011; HINTZ, 2001).

Diante dessas novas realidades, a privacidade para a sociedade do final do século XX, não era mais vista apenas sob a perspectiva da família. O processo de processo de individualização, que ao longo desses séculos foi dependente de uma oferta de espaço físico próprio no interior das habitações, converteu-se no culto ao individual (ROCHA, 2010). Para Prost (2009), a partir de então, a família deixou de ser a instituição da qual o indivíduo depende e se tornou “o ponto de encontro de vidas privadas”. Nesta mesma direção, Tramontano (1998) afirmava que a família deixa de ser a única estrutura aceitável e passa a ser um momento transitório da vida pessoal de cada um.

A família vertical e hierárquica, característica dos arranjos familiares coloniais e modernas e definida pela transmissão de saberes que ela organiza, transformou-se aos poucos numa estrutura mais equitativa, com maior proximidade social e afetiva entre pais e filhos e com maior autonomia e individualismo dos seus membros. Diante desse cenário de mudanças, a partir da década de 1980 observou-se o aumento do número de divórcios, a diminuição do número de casamentos e de filhos, e o surgimento (ou formalização) de uma grande pluralidade de arranjos familiares (VILLA, 2002; NOMADS.USP, 2003; ARANTES, 2011).

Com famílias monoparentais, casais sem filhos, uniões livres, grupos coabitando juntos (com ou sem laços de parentesco) e com uma família nuclear renovada (composta por novas uniões ou frutos de pais com filhos em uniões que se desfizeram), os papéis tradicionalmente exercidos por pai, mãe e filhos da família nuclear moderna perderam sobremaneira seu significado (VILLA, 2002). Essas mudanças foram expressas na produção habitacional, a

partir da oferta, pelo mercado imobiliário, de uma diversidade de tamanhos de apartamentos que atendiam as diferentes fatias do mercado, mas com mudanças ainda tímidas nas configurações espaciais. Segundo Griz, Amorim e Loureiro (2008), a família contemporânea do final do século XX ainda convivia com a produção maciça de moradia privada impregnada dos ideais de morar daquela família nuclear moderna.

De acordo com Villa (2020), na década de 1980, a maioria das cidades grandes brasileiras viu consolidar um quadro bastante definido das tipologias básicas de apartamentos disponíveis no mercado, com diversidade de áreas e dormitórios das unidades, mas com programas e soluções projetuais que ainda seguiam o padrão funcional das décadas passadas. Segundo a autora, as mudanças ocorridas na época relacionaram-se principalmente à diminuição das áreas dos ambientes (especialmente nos apartamentos de dois e três dormitórios), ao surgimento da tipologia do terceiro reversível, à inclusão das varandas, ao apelo à segurança frente aos problemas das grandes cidades. Percebe-se, assim, que a produção habitacional, apesar de ter quantitativamente alcançado a variedade de famílias que se formavam, parece não o ter feito na sua organização espacial. Dessa maneira, na medida em que as relações interpessoais se tornaram mais fluidas e o individualismo aumentou, o “modo tripartite” de conceber a habitação ainda predominava na oferta de apartamentos.

Além disso, de acordo com a referida autora, partir da década de 1970 iniciou também o processo que iria se desenvolver com força a partir dos anos 2000: a valorização da esfera coletiva dos edifícios de apartamentos caracterizada pelo surgimento dos equipamentos de uso comum. Foi durante as décadas de 1980 e 1990 que esse processo se intensificou principalmente em decorrência da redução de áreas úteis nos apartamentos e da sua tipificação. Com o intuito de oferecer aos moradores certa compensação pela perda de áreas na esfera privada e influenciados também pela busca por um modo de vida mais saudável e a proteção a frente ao aumento da violência urbana, o mercado imobiliário começou a ofertar empreendimentos que valorizavam a esfera coletiva (VILLA, 2020). Essa tendência de supervalorização das áreas de lazer dos condomínios conduziu à privatização de atividades antes realizadas na esfera da cidade ou no interior do ambiente doméstico, de modo a privatizar atividades públicas ou domésticas em esferas coletivas.

Concomitante a isso, com a ascensão dos programas de TV e principalmente a partir da década de 1980, a exposição das questões íntimas para o público geral transformou o espaço midiático num local de expressão de conflitos privados. Nesse cenário, o indivíduo tentava construir, no espaço coletivo, a compreensão do próprio eu, a aceitação e reconhecimento de suas atitudes pelos outros, numa pretendida busca pela felicidade que implicava na exposição da sua intimidade e privacidade (THIBES, 2014; CANCELIER, 2016).

Nesse contexto de exposição da vida privada e privatização de atividades domésticas e públicas, o lar perdeu, segundo Bittar (2007), um tanto de sua significação e deixou para a vida pública um número maior de atividades, aumentando as interferências externas com as quais as pessoas estão constantemente interagindo. Diante dessa realidade, se na sociedade tradicional burguesa, a esfera privada garantia a proteção sobre as influências do mundo externo, na gênese da formação da sociedade contemporânea, a busca pela autorrealização empurrou as barreiras da privacidade habitacional, passando a ser gradativamente influenciada por quem estava fora do domínio familiar.

4.2.2 Década de 1990 e início dos anos 2000: da ascensão da internet e da fluidez das relações familiares

A maior exposição de si, associada às novas formas de relações familiares, ganhou um novo meio de expressão, no início do século XXI, com a disseminação dos computadores nas habitações e com a popularização do acesso à internet.

Inicialmente utilizada nos ambientes corporativos, a informática começou a fazer parte de outras instâncias do cotidiano, como a criação de textos, o desenvolvimento de desenhos, o armazenamento e a manipulação de dados, de modo que os computadores foram utilizados cada vez mais como suporte aos projetos individuais, inclusive no ambiente doméstico (TRAMONTANO; REQUENA, 2001; ROCHA, 2010). Paralelamente a isso, as inovações tecnológicas da época proporcionaram o surgimento de um sistema aberto e universal de troca de informações, a internet, que por meio da interconexão e interligação de conteúdos e pessoas, via comunicação eletrônica, difundiu novas formas de interação e comunicação mediada pelos meios digitais, através deste ciberespaço (ROCHA, 2010).

Com a criação do ciberespaço, que implicou na abertura de novos canais de sociabilidade e coletivização dos dados, as relações entre o público e o privado foram redimensionadas (THIBES, 2014; CANCELIER, 2016). Segundo Cancelier (2016), a divulgação de informações da vida cotidiana (hiperdocumentação cotidiana) se intensificou de tal maneira que a internet se transformou “no lugar” onde tudo acontece e onde os indivíduos desenvolvem e expressam sua personalidade e individualidade. Para Bauman, “o medo da exposição foi abafado pela alegria de ser notado” (BAUMAN, 2013, p. 47).

Nesse sentido, a família contemporânea do início do século XXI, deparou-se com novos e crescentes desafios, relacionados à assimilação dos impactos das novas tecnologias no cotidiano das relações familiares (NEUMAN; MISSEL, 2019). Para Hintz (2001), o advento da internet fez com que as pessoas precisassem fazer novas escolhas de lazer e rituais diários

e do tempo despendido no convívio familiar, reformulando seus valores pessoais, a interação entre pais e filhos e, especialmente, a sua privacidade e intimidade. Maceira (2012) afirmou que se de um lado a internet facilitou a vida de das pessoas, sobrepondo-se aos empecilhos geográficos e temporais e permitindo que os indivíduos realizassem diferentes atividades, como ouvir música, assistir filmes, trabalhar e conversar online de qualquer lugar com acesso à rede, de outro fez com que o afeto, o apego e a solidariedade, especialmente na convivência familiar, ficassem cada vez mais distantes das pessoas.

A fluidez que atingiu a relação público-privada associada às formas de comunicação mediadas, reverberou também nas relações sociais, imprimindo aos relacionamentos “uma feição liquefeita” (BITAR, 2007). Sobre isso, Bauman (2013) ponderou que, as relações contemporâneas começaram a basear-se mais em conexões temporárias, com superficialidade suficiente para que possam ser desfeitas a qualquer momento, caracterizando, o que o autor chama de “amor líquido”.

Nesse contexto, as concepções sobre vida conjugal e casamento, que já haviam se alterado no final do século XX, ganharam ainda mais elasticidade a partir dos anos 2000. Ao mesmo tempo em que deixou de ser uma tarefa indispensável socialmente, o casamento tornou-se, para muitas pessoas, apenas um complemento adicional da vida profissional ou, em outros casos, até um empecilho. Dessa maneira, a volatilidade para as dissoluções dos relacionamentos e a superficialidade das relações, intensificou o já crescente aumento no número de divórcios e favoreceu também o surgimento de novas relações conjugais, aumentando o fenômeno das famílias reconstituídas e recompostas com filhos de outras uniões, e da recoabitação²⁰, em que os filhos divorciados retornam a morar com os pais (PEIXOTO; LUZ, 2007).

A entrada do computador e da internet no cotidiano familiar flexibilizou também as jornadas de trabalho, fazendo com que as rotinas laborais se estendessem para o ambiente doméstico. Com pais cada vez mais ocupados com seus trabalhos, com sua busca pela autorrealização individual e com o ingresso da internet na rotina da casa e da família, a relação entre pais e filhos assumiu similarmente fronteiras difusas (BITTAR, 2007). O processo de perda de autoridade dos pais, que já tinha se iniciado na década de 1970, se intensificou, na medida em que, o tempo de convivência com os pais foi reduzido, os filhos absorviam conhecimentos

²⁰ Para Peixoto e Luz (2007), a recoabitação acontece quando integrantes de duas gerações familiares distintas voltam a morar juntos, depois de uma delas ter se afastado fisicamente em outro momento. Por exemplo, quando filhos que já saíram de casa, precisam voltar a morar com seus pais, por motivo de divórcio ou desemprego. Ou quando pais ou avós, que moravam em casas distintas, voltam a morar com seus filhos, por necessitarem de cuidados ou suporte financeiro.

tecnológicos numa velocidade maior que a dos seus pais e estavam submetidos a uma maior quantidade de informações externas à realidade da família (HINTZ, 2001).

Nesse contexto, as percepções de privacidade foram profundamente alteradas. Thompson (2002) ponderou que a formação do *self*, antes intimamente associada à sua cultura local e às tradições da sua família, ganhou novos contornos. Ao importar dados de redes internacionais, a internet expandiu o leque de escolhas de vida dos indivíduos, apresentando diferentes possibilidades de modos de vida e de avaliar criticamente as posturas individuais ou coletivas. Para o autor, os indivíduos foram confrontados com novos horizontes e referenciais simbólicos, de modo que, a compreensão sobre o mundo e sobre si mesmo foram reconfiguradas em um ambiente midiático globalizado, ampliando, por exemplo, as barreiras da territorialidade e as influências de padrões proxêmicos distintos.

Nessa sociedade marcada pela liquefação da família e por rápidas mudanças nas formas de comunicação mediatizadas, as atividades domésticas adquiriram um caráter próximo ao empresarial. De acordo com Tramontano e Requena (2001), começaram a surgir traços de isolamento e busca de privacidade vinculadas ao uso dos meios de acesso à rede. Nesse contexto, em função do amplo uso de novas mídias, a relação entre os membros do grupo familiar passou a admitir a escolha entre convívio ou isolamento e desencadeou também uma demanda por espaços físicos que comportassem tal equipamentos com garantia de privacidade (TRAMONTANO; REQUENA, 2001; TRAMONTANO; PRATSCHKE; MARCHETTI, 2000). Logo, ainda na década de 1990, começaram a surgir demandas por escritórios em apartamentos ou por layouts de quartos ou salas com mobiliários que viabilizassem o uso dos computadores com certo grau de privacidade.

Ademais, buscando atender a um público cada vez mais individualista, aos novos arranjos familiares, com pessoas que não se casavam, casavam-se cada vez mais tarde ou se separavam, e ampliando a tendência de terceirização das atividades domésticas em espaços coletivos (ainda que privativos), consolidou-se, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, a tipologia vertical dos flats (VILLA, 2020). De acordo com Queiroz (2012), o *flat* corresponde à uma tipologia de unidades que mesclam o uso residencial com a administração hoteleira e que, por sua finalidade, normalmente possuem programa arquitetônico simples (quarto/sala e banheiro, com uma pequena cozinha) e dimensões diminutas.

Além disso, influenciados no interesse pelo íntimo e na megaexposição do sujeito e fundamentados pela lógica da publicidade e do marketing, durante esse período houve também a consolidação da busca por apartamentos com projetos personalizados, que, de acordo com Griz (2012), legitimavam a escolha por morar em apartamentos e exibiam o estilo de vida e diferenciação social (símbolo de status) do morador.

4.2.3 A partir dos anos 2003: a consolidação das redes sociais e a hiperconectividade

Apesar do uso dos computadores e da internet ter rompido de modo inédito as barreiras físicas das formas de comunicação, foi, a partir dos anos 2003, com o advento das redes sociais²¹ e o crescimento do uso dos celulares que a fluidez das barreiras entre o real e o virtual ganhou novos contornos (ou se desfez).

Nesse cenário, o espaço público foi inundado com questões eminentemente privadas, em uma espécie de invasão à intimidade da pessoa (CARVALHO, 2019; CANCELIER, 2016; THIBES, 2014), que ao mesmo tempo, passou a exercer um movimento de *evasão* da privacidade, enaltecendo a exposição deliberada de suas informações privadas, tornando as fronteiras entre público e privado mais elásticas, até o ponto de tornarem-se fluídas (CANCELIER, 2016; BAUMAN, 2013). Conforme demonstrou Kallas (2016),

O conceito de intimidade, de espaço público e privado mudou. Antes, protegidos pelo entre paredes de nosso quarto, líamos, escrevíamos nossos diários, nossos poemas e os trancávamos no espaço mais protegido do olhar alheio, como uma preciosidade que só a nós pertencia. O espaço privado era bem diferenciado do espaço público. Hoje escrevemos os diários em *blogs*, expomos nossa intimidade no *Facebook*, exibimos imagens das situações mais banais no *Instagram*, montamos um espetáculo de nós mesmos e buscamos o olhar do outro e sua aprovação por meio de curtidas. A intimidade tem se deixado infiltrar pelas redes. (KALLAS, 2016, p. 55)

Nesse sentido, a portabilidade de dados, a proximidade com o corpo e a velocidade de instantes com que as informações podem ser divulgadas ou consumidas por meio dos celulares (STASSUN, 2014) fez com que as esferas públicas e privadas se fundissem com tal fluidez que o mundo digital e o físico tornaram-se interdependentes e podem ser vivenciados simultaneamente, de tal modo que, “do trabalho ao lazer tudo pode ser mediado por alguma tecnologia” (PINHEIRO, 2015, p.51).

Essa hiperconectividade que gera conexões *fulltime* (FERRARINI, 2016) criou um cenário de novas subjetividades. De acordo com Stenger *et al.* (2018), as redes sociais e o uso dos dispositivos móveis servem para modelar a identidades e a relação dos adolescentes com o mundo. Nesse cenário, ao mesmo tempo em que as redes podem servir para escape das vidas rotineiras e fuga de sentimentos de angústia e tristeza (KALLAS, 2016), a sua frequente verificação parece não mais nos permitir grandes momentos de reclusão e solidão, visto que, precisamos acessar e sermos acessados o tempo todo (PINHEIRO, 2015).

²¹ De acordo com Maceira (2010), uma rede social é constituída de indivíduos conectados por laços sociais que formam grupos online de usuários visando compartilhamento de informações com interesses semelhantes. Para o autor “as pessoas participam das redes porque desejam estabelecer sua identidade. Construir novas relações, permanecer em grupo”.

Além disso, as fronteiras intra e extrafamiliares tornaram-se ainda difusas e mais abertas à influência externa (FERRARINI, 2016; CACCIACARRO; MACEDO, 2018). Nesse contexto, a comunicação mediatizada, diminuiu as conversas olho no olho entre familiares, afetando a capacidade de diálogo, de resolução de conflitos, de estabelecimento dos vínculos afetivos e da intimidade entre os membros da família (FERRARINI, 2016; MACEIRA, 2012; NEUMANN; MISSEL, 2019; HINTZ, 2001; NOMADS.USP, 2007).

Ademais, em meio a essas dualidades (coexistentes e não, necessariamente, excludentes), os conceitos tradicionais de família, que já vinham se alterando, foram mais uma vez redimensionados. A trivialidade do uso das redes (STENGEL et al. 2018) pôs mais uma vez em xeque a autoridade e saberes parental, na medida em que, fez surgir novas relações de ensino-aprendizagem, em que os pais pedem aos filhos auxílio no uso dessas tecnologias, o que dificulta ainda mais o estabelecimento das hierarquias e limites da relação pais e filho, resultando, muitas vezes, em conflitos intergeracionais no interior das famílias (CACCIACARRO; MACEDO, 2018).

Num contexto em que as pessoas anseiam respostas e resoluções de problemas, quase que na mesma velocidade em que se compartilha a vida nas redes sociais (HINTZ, 2001), os relacionamentos diminuíram ainda mais a sua profundidade, aumentaram a sua fluidez e tornaram-se cada vez mais motivos de conflitos e insatisfações, o que, conseqüentemente, conduziu a maiores dissoluções. Essa realidade que já vinha se configurando, com maior intensidade a partir das décadas de 1980, se consolidou formalmente no Brasil, a partir de 2010, quando pela primeira vez o Censo, demonstrou que as famílias nucleares já representavam menos de 50% da população brasileira (IBGE, 2010).

Essas constantes mudanças de arranjos familiares associadas ao uso frequente das mídias digitais refletiram-se também em novos comportamentos no ambiente doméstico. De acordo com os estudos do NOMADS.USP (2007), “nunca na história da habitação e dos modos de morar, a comunicação entre próximos esteve tão desvinculada do espaço físico”. Para Requena (2007), o espaço doméstico da era digital abriga novos comportamentos, estando entre eles, certamente, “uma necessidade renovada de diálogo com o exterior”. Dessa maneira, anteriormente, vista como um espaço a ser preservado da influência externa, a habitação tem se transformado no *locus* onde a exposição da vida íntima acontece e as vidas privadas, passageiramente, se encontram.

Nesse sentido, os estudos do NOMADS.USP (2007) apontaram que, o **quarto** de dormir, antigo reduto do isolamento em relação ao mundo exterior, parece estar se tornando sua antessala, conforme afirmaram: “isolar-se significa conectar-se ao mundo”, ou seja, o quarto assume uma nova função de contato com o mundo exterior. No que se refere ao desenho das

habitações, para além de abrigar as funções de repouso, os quartos têm se tornado cada vez mais espaços multifuncionais, nos quais, o contato com o mundo exterior já não é em muitos casos, indesejado (NOMADS.USP, 2007; FRANÇA, 2008).

Além disso, os referidos estudos do apontaram também que na medida em que o grupo familiar diminui a sua importância, acentua-se o individualismo, expressos sobretudo na extrema preocupação com o corpo. Os cuidados com o corpo, que já vinham em ascensão desde a década de 1980 e se expressavam na produção habitacional pelas demandas por áreas de lazer e suítes, ampliaram sua relevância, reverberando nas mudanças relacionadas à importância dada aos banheiros e cozinhas, visto anteriormente, como espaços de exclusão. Conforme afirmaram os estudos, no final dos anos de 1990, no lugar das pias tradicionais, os **banheiros** ganharam bancadas, armários, prateleiras e espelhos iluminados para poder abrigar e expor apetrechos de beleza e, “a partir de 2007, essas alterações já não são mais tendências, mas itens correntes” (NOMADS.USP, 2007).

Sobre as cozinhas, as preocupações com o corpo, associadas à hiperconectividade e exposição de si alteraram também algumas relações domésticas não tão óbvias, a princípio, dentre elas, o ato de comer. O culto ao corpo e a influência midiática exploraram novas formas de experimentações no ato de cozinhar, de tal modo que, o espaço da **cozinha** foi reorganizado e passou a ser concebido como um local de lazer, entretenimento e decoração com acabamentos e utensílios variados (AVELLAR, 2018; SILVEIRA, 2017). Ao mesmo tempo em que a cozinha ganhou um novo *status* na casa, essa nova realidade ampliou também o processo de “fetichização da comida”, fenômeno em que fotos de comidas e bebidas ganharam presença massiva nas redes sociais (GIMENES-MINASSE, 2017), ampliando o interesse das pessoas à diferentes culturas e hábitos alimentares. O que, por seu turno, conduziu também à intensificação do hábito de comer fora da casa, ampliando-se a terceirização das atividades domésticas.

Ainda nessa perspectiva, as refeições coletivas, que durante muito tempo estiveram associadas aos momentos de intimidade e reunião (memórias afetivas) de família e amigos próximos, tem se alterado profundamente. De um lado, seja pela falta de tempo ou pela priorização do desejo individual, com a facilidade do uso de aplicativos para entrega de comida, tem-se observado o aumento do consumo individualizado de refeições e o conseqüente declínio das refeições compartilhadas (GIMENES-MINASSE, 2017). De outro, quando as últimas acontecem, em virtude do uso contínuo de celulares, diminui-se a socialização durante as refeições e reduz-se a qualidade das interações (GIMENES-MINASSE, 2017; MOSER; SCHOENEBECK; REINECKE, 2016). Nesse sentido, a mediatização das atividades pelos dispositivos digitais incorporou novas subjetividades às dinâmicas de comensalidade contemporânea, que parecem contribuir para ampliar a

superficialidade das relações e aumentar as tensões e conflitos entre os familiares e grupos de amigos, pela pouca de comunicação existente entre eles.

Mais recentemente, o mercado imobiliário tem explorado diferentes possibilidades de interações entre as TICs e as habitações. De acordo com Requena (2007), tem-se lançado propostas de habitações que, por meio da automação, mesclam o mundo virtual e o concreto, com a possibilidade de criação de uma casa capaz de reagir espacialmente a certos estímulos (temperatura, da altura e da entonação da voz e dos movimentos dos moradores), que vindos tanto dos moradores quanto do ambiente, transformam fisicamente o ambiente doméstico, numa espécie de aperfeiçoamento e reinvenção da ideia moderna de flexibilização de espaços. Apesar desses esforços, ainda que se verifiquem mudanças significativas no significado dos quartos, cozinhas e banheiros, por exemplo, a produção contemporânea de apartamentos ainda se baseia primordialmente nos preceitos do tripartite. Segundo Tramontano e Requena (2006), as TICs:

“têm alterado modos de vida e engendrado tendências comportamentais, mas a configuração espacial dos interiores domésticos continua baseada na tripartição social-íntimo-serviços e na compartimentação por cômodos, permanecendo fiel a modelos europeus do século XIX”. (TRAMONTANO; REQUENA, 2006, abstract)

Nesse sentido, se por um lado os avanços tecnológicos resultaram na “invasão” de equipamentos no cotidiano das famílias resultando numa série de mudanças comportamentais em constante alteração, por outro a flexibilização do uso do ambiente doméstico, com sobreposições excessivas de atividades em ambientes diminutos, parece não ter acompanhado as dinâmicas existentes hoje entre o mundo físico e virtual. Tais problemas se tornaram ainda mais evidentes com o início da pandemia do coronavírus, sobretudo nos apartamentos com dimensões reduzidas, nos quais os espaços disponíveis para realização das atividades cotidianas são restritos, notadamente no caso de sua ocupação por famílias mais numerosas.

A expansão da síndrome respiratória aguda grave do coronavírus 2 (SARS-CoV-2) exigiu, globalmente, a adoção de medidas de prevenção e controle do espalhamento do vírus (DIETZ et al., 2020), dentre as quais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ressaltou a importância do distanciamento social entre indivíduos, instituindo as conhecidas “quarentenas”. Diferentes países aderiram a essas medidas, com suspensão de aulas e do trabalho presencial (substituídos por atividades remotas) e com a restrição do acesso às atividades não essenciais (como bares, restaurantes, praias e *shoppings*).

No espaço doméstico, o isolamento social, decorrente da pandemia, alterou as formas de sociabilidade dentro e fora de casa (NGUYEN, 2020), implicando em um maior tempo

dispendido em caso, no maior contato entre os membros da casa/família e na interação por meios digitais com quem está fora (vizinhança/sociedade). Com isso, os problemas da privacidade no cotidiano das famílias tornaram-se ainda mais evidentes, especialmente aqueles associados à falta de espaço (MERINO et al., 2021), às formas de negociação de uso dos espaços e divisão do tempo (MCNEILLY; REECE, 2020; PASALA et al. 2021; CHAUHAN, 2022) nas novas atividades domésticas, como: trabalho, educação e atividade física (BEZERRA et al., 2020; GOLDBERG, MCCORMICK; VIRGINIA, 2021; SILVA et al., 2020; CHAUHAN, 2022) e às percepções de estresse, ansiedade e solidão (BENKE et al., 2020; BUECKER et al., 2020; GAETA; BRIDGES, 2020; LOSADA-BALTAR et al., 2020; SOGA et al., 2020; TAKASHIMA et al., 2020).

As questões decorrentes da pandemia e do uso repentino das habitações em tempo integral (ou quase) reacendeu, na grande mídia e no mercado imobiliário, o debate acerca dos impactos do ambiente construído na habitação e na qualidade de vida das pessoas, muitos dos quais enfatizando aspectos ligados à saúde mental e ao conforto ambiental, incluindo questões relacionadas à privacidade e às diferentes formas de sociabilidade (FRAGOSO, 2020; GARBER, 2020; GARCIA, 2020; HIPWOOD, 2020; NACIONAL, 2020; KORNHABER, 2020; LAMPERT, 2020; MORAES, 2020).

No contexto acadêmico também se ampliaram os debates sobre as relações entre a pandemia e o ambiente construído, com discussões a respeito de, entre outros, inserção urbanística, densidades, presença de áreas verdes, dimensões e organização dos espaços (AVETISYAN, 2020; BARBOSA; NEIS, 2020; CUNHA, 2020; DIETZ et al., 2020; ELALI, 2020(A), (B); [MORA], 2020; HOSSEINI, FOULADI-FAR; AALI, 2020; KEENAN, 2020; MEGAHED; GHONEIM, 2020; TENDAIS; RIBEIRO, 2020). De tal maneira que o estudo da privacidade contemporânea no contexto das habitações adquiriu nova relevância e interesse, enquanto objeto de estudo a ser investigado.

Nesse sentido, e partindo de uma noção ampla de privacidade construída na discussão do seu conceito e que envolve o comportamento socioespacial humano buscou-se investigar, por meio de uma revisão sistemática da literatura como a privacidade foi sendo tratada no contexto da habitação.

4.3 Revisão sistemática da literatura sobre privacidade habitacional

Para compreender o estado da arte sobre do fenômeno da privacidade habitacional, procedeu-se a RSL do tema. A revisão amparou-se na combinação de duas ferramentas consolidadas de pesquisa: 1) o relatório de itens de preferência para revisão sistemática e

meta-análise, *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA)²², desenvolvido por Moher et al (2009); 2) ferramenta de pesquisa SPIDER²³ (Sample, Phenomenon of Interest, Design, Evaluation, Research Type), desenvolvida por Cooke, Smith e Booth (2012).

A RSL em tela foi apresentada a luz do diagrama PRISMA, em que foram explicitadas as quantidades de artigos encontrados e selecionados, os critérios de inclusão e exclusão considerados para seleção de artigo e os resultados da meta-análise. Estes, por sua vez, foram apresentados pelo preenchimento do quadro SPIDER e sob a forma de gráficos e quadros resumos. Especificamente sobre a ferramenta SPIDER, foram incluídos no quadro as informações sobre o periódico da publicação, os objetivos do estudo e a localização geográfica das amostras.

A fim de identificar os aspectos teóricos e metodológicos relevantes para a privacidade habitacional (Quadro 8), a RSL buscava responder a três questões de cunho conceitual e metodológico, sendo elas: 1) Quais dimensões são relevantes para entender o fenômeno da privacidade habitacional?; (2) Quais aspectos do ambiente construído e do comportamento humano foram utilizados para avaliar a privacidade nas habitações?; (3) Quais métodos de pesquisa e abordagens foram utilizadas para investigar a privacidade habitacional?.

Quadro 8: Resumo dos protocolos de pesquisa

Objetivo da RSL	Identificar os aspectos teóricos e metodológicos relevantes para a privacidade habitacional, na sua relação com o comportamento humano e o ambiente construído	
Questões de pesquisa da RSL	(1) Quais dimensões são relevantes para entender o fenômeno da privacidade habitacional? (2) Quais aspectos do ambiente construído e do comportamento humano foram utilizados para avaliar a privacidade nas habitações? (3) Quais métodos de pesquisa e abordagens foram utilizadas para investigar a privacidade habitacional?	
Bases de dados	Web of Science, Google Scholar e Scielo	
Idiomas	Inglês	Português
Palavras-chaves (habitação)	<i>housing OR home OR house, dwelling OR resident OR residential OR apartment OR flat OR condominium</i>	Habitacional, habitacionais, habitações, casa, casas, residência, residências, residencial, apartamentos, condomínio, moradia
Palavras-chaves (privacidade)	<i>privacy OR boundary OR proxemics OR personal space OR territoriality OR intimacy OR solitude OR loneliness OR crowding</i>	Privacidade, territorialidade, aglomeração, superlotação, solidão, isolamento.

Fonte: elaboração própria, 2023.

²² O protocolo PRISMA (Moher et al, 2009) foi desenvolvido para auxiliar no relato dos resultados, processos e métodos utilizados em revisões sistemáticas. O fluxograma PRISMA Corresponde ao preenchimento de um diagrama em que são sintetizados os resultados e critérios elegidos nas etapas de identificação, seleção, elegibilidade (avaliação) e, por fim, os artigos incluídos para meta-análise.

²³ A ferramenta SPIDER (Cooke, Smith e Booth, 2012) consiste no preenchimento de um diagrama para sistematizar os elementos chaves de uma pesquisa qualitativa com informações sobre a amostra, fenômenos de interesse, desenho, avaliação e tipo de pesquisa.

Como a natureza da investigação envolve a interseção entre habitação e privacidade, as buscas foram realizadas pela combinação entre as palavras-chaves relacionadas a cada tema. Para tanto, foram selecionadas as bases de dados da Web of Science, para o idioma inglês, a base do Scielo e a plataforma de pesquisa do Google Escolar, para os artigos em português.

Sobre os critérios de inclusão, priorizou-se a seleção de artigos das áreas correlatas à arquitetura e à psicologia ambiental, com objetivo geral que envolvesse os temas correlatos (privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão), objetos de estudos que diretamente relacionados às habitações urbanas e suas características e com instrumentos metodológicos que avaliassem explicitamente parâmetros do ambiente construído ou do comportamento dos moradores. Como recorte temporal, foram selecionados apenas os artigos publicados a partir dos anos 2000.

4.3.1 Resultados

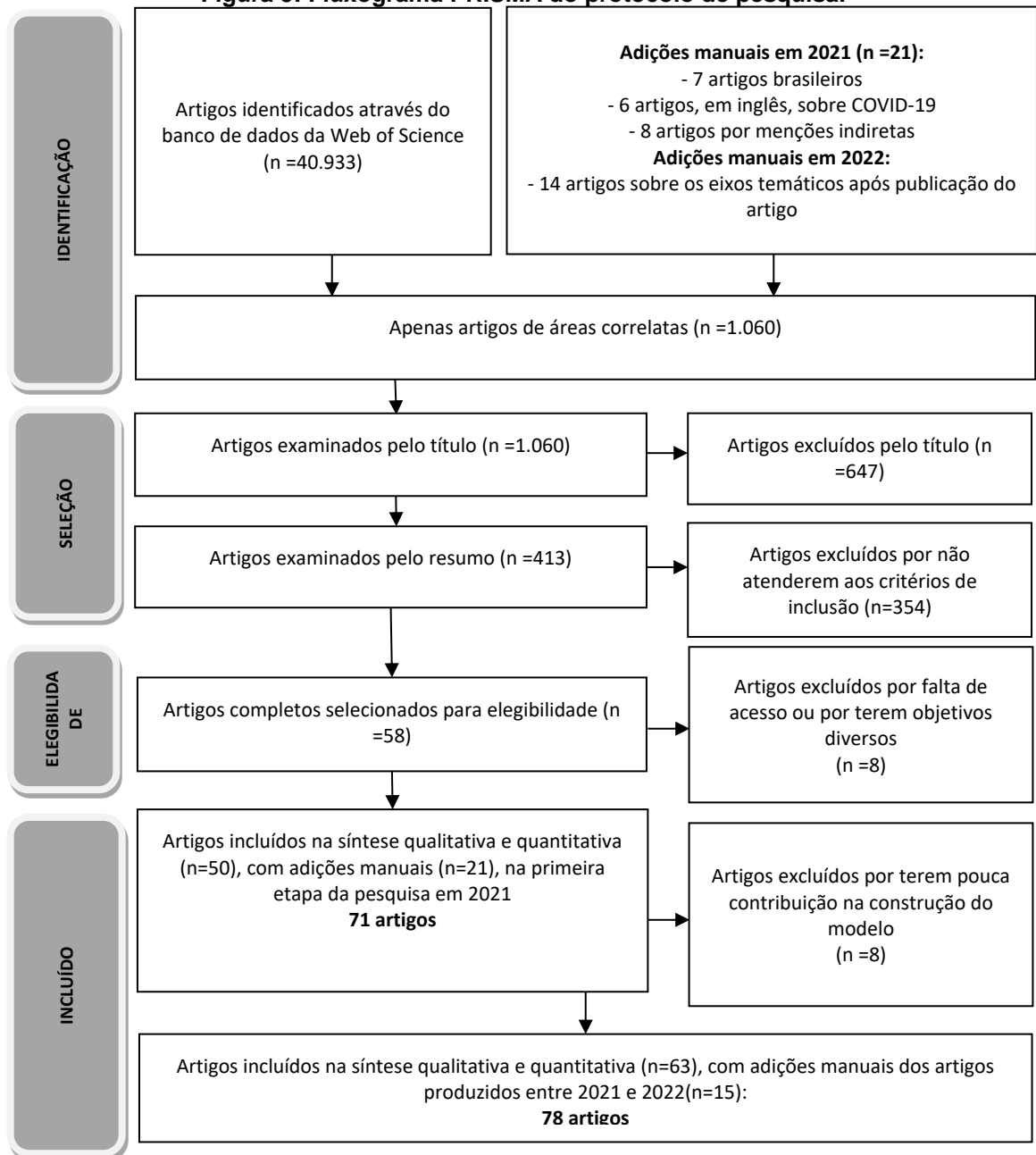
A primeira pesquisa foi realizada em 2021, sendo identificados inicialmente mais de 40.000 artigos, e objetivava uma compressão ampla a respeito da privacidade habitacional e seus conceitos correlatos.

Para viabilizar a escolha de artigos relevantes (Figura 5), foram excluídos os artigos que eram de áreas pouco correlatas, cujos objetos de estudo não fossem habitação e aqueles em que não se tinha acesso via para acesso via Universidade de São Paulo (USP) ou periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os seus resultados foram apresentados em artigo já publicado sobre a tese (MACEDO; ORNSTEIN; ELALI, 2021).

Nessa primeira etapa, para facilitar a pesquisa e a estruturação do diagrama PRISMA (Figura 5), os artigos brasileiros, as publicações relacionadas à COVID-19 e demais publicações de conhecimento prévio de foram acrescentados como adições manuais. Como resultado, foram selecionados 71 artigos relevantes a respeito do tema.

Dada a necessidade atualização da revisão e de enquadramento dos resultados aos objetivos da tese em tela, foram incluídos à essa primeira etapa, como adições manuais, 15 outros artigos publicados entre os anos de 2021 e 2022, sendo excluídos também 06 artigos daqueles inicialmente selecionados. Essa exclusão justificou-se pela baixa relevância que, ao final, os artigos possuíam para a elaboração do modelo proposto.

Figura 5: Fluxograma PRISMA do protocolo de pesquisa.



Fonte: elaboração própria (2023), adaptado de: Moher et al (2009)

Ao final, foram selecionados para meta-análise 77 artigos, brevemente descritos a seguir.

4.3.2 Síntese qualitativa

Para a síntese qualitativa, os artigos de cada tema foram sistematizados em quadros, decorrentes da ferramenta SPIDER, que continham os dados sobre o periódico, autores, ano de publicação, título, objetivo, localização geográfica do estudo, amostra estudada, dimensões da privacidade, instrumentos metodológicos, itens de avaliação e tipo de pesquisa.

Para facilitar o levantamento dos dados e a compreensão dos constructos e suas relações, os artigos selecionados para análise foram separados, em quatro temas-chaves, a saber: privacidade (Apêndice A), territorialidade e espaço pessoal (Apêndice B), aglomeração (Apêndice C) e solidão (Apêndice D).

A sistematização dos artigos nos quadros revelou que os objetivos dos estudos trataram de naturezas diversas, com abordagens em diferentes escalas de abrangência tais como: o indivíduo, a unidade e a vizinhança próxima. As amostras também foram bastante variáveis a depender da localização geográfica da amostra e seu contexto cultural ou da subjetividade dos temas abordados, contemplando estudos qualitativos com amostra de duas famílias ou quantitativos com mais de mil participantes.

Além disso, em muitos casos houve interseção entre os temas, de modo que, diferentes estudos abordaram as questões relacionadas à privacidade e à necessidade de espaço pessoal, ou correlações das percepções de aglomeração e os níveis de satisfação dos usuários com sua privacidade, por exemplo.

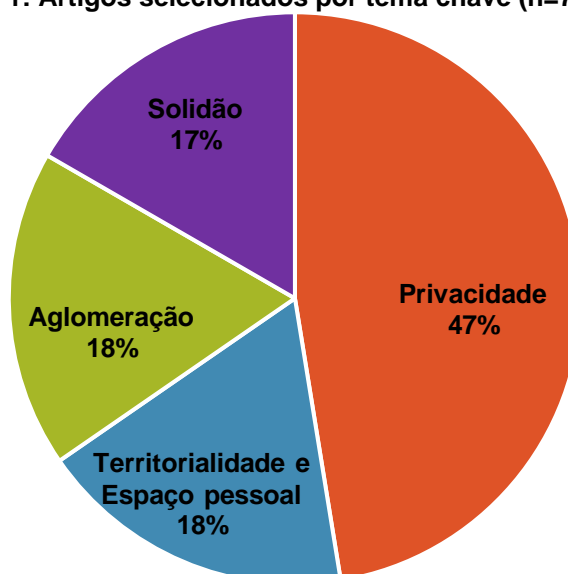
As variáveis e instrumentos de avaliação foram mais bem detalhados na síntese quantitativa.

4.3.3 Síntese quantitativa

Para a síntese quantitativa, foram apresentados os percentuais de artigos por eixo temático, a periodicidade, os países das amostras de estudo, os principais constructos avaliados e instrumentos utilizados.

Sobre os temas-chave (Gráfico 1), das 78 publicações, 37 focalizaram na privacidade (47%), enquanto a aglomeração, territorialidade e espaço pessoal contabilizaram 14 publicações cada (18%) e a solidão contabilizou 13 publicações (17%). Comparado aos primeiros levantamentos (MACEDO; ORNSTEIN; ELALI, 2021) foram excluídas: 2 publicações sobre privacidade, 5 sobre solidão e 2 sobre aglomeração. Paralelamente, foram acrescentadas 12 publicações sobre privacidade, 2 sobre aglomeração e 1 sobre solidão. O que demonstra o crescente interesse pelo tema no contexto recente.

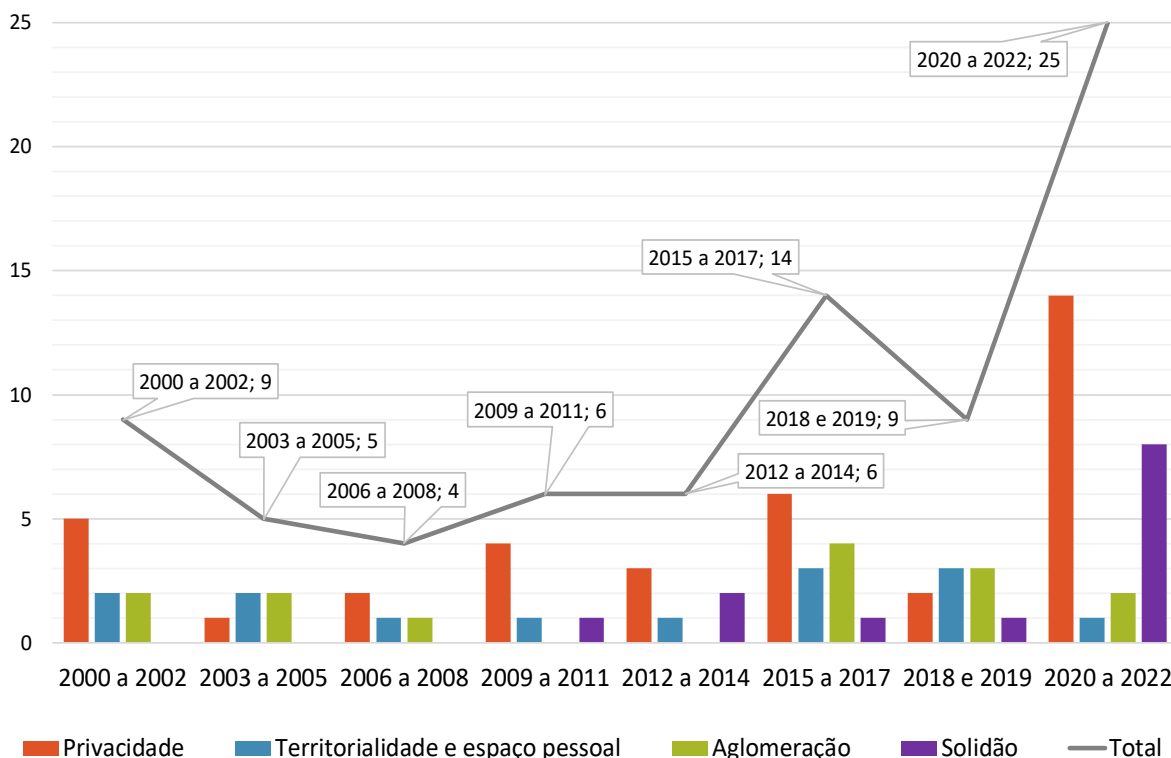
Gráfico 1: Artigos selecionados por tema chave (n=78 publicações)



Fonte: elaboração própria, 2023.

A respeito da periodicidade (Gráfico 2), optou-se por utilizar faixas de três anos para visualizar a frequência de publicações por tema-chave. As discussões sobre privacidade habitacional que tinham menos relevância no início do período (com declínio entre 2003 e 2008), começaram a aumentar após 2012, acentuando-se no período atual²⁴.

Gráfico 2: Total de publicações por ano, por tema-chave (n=78 artigos)



Fonte: elaboração própria, 2023.

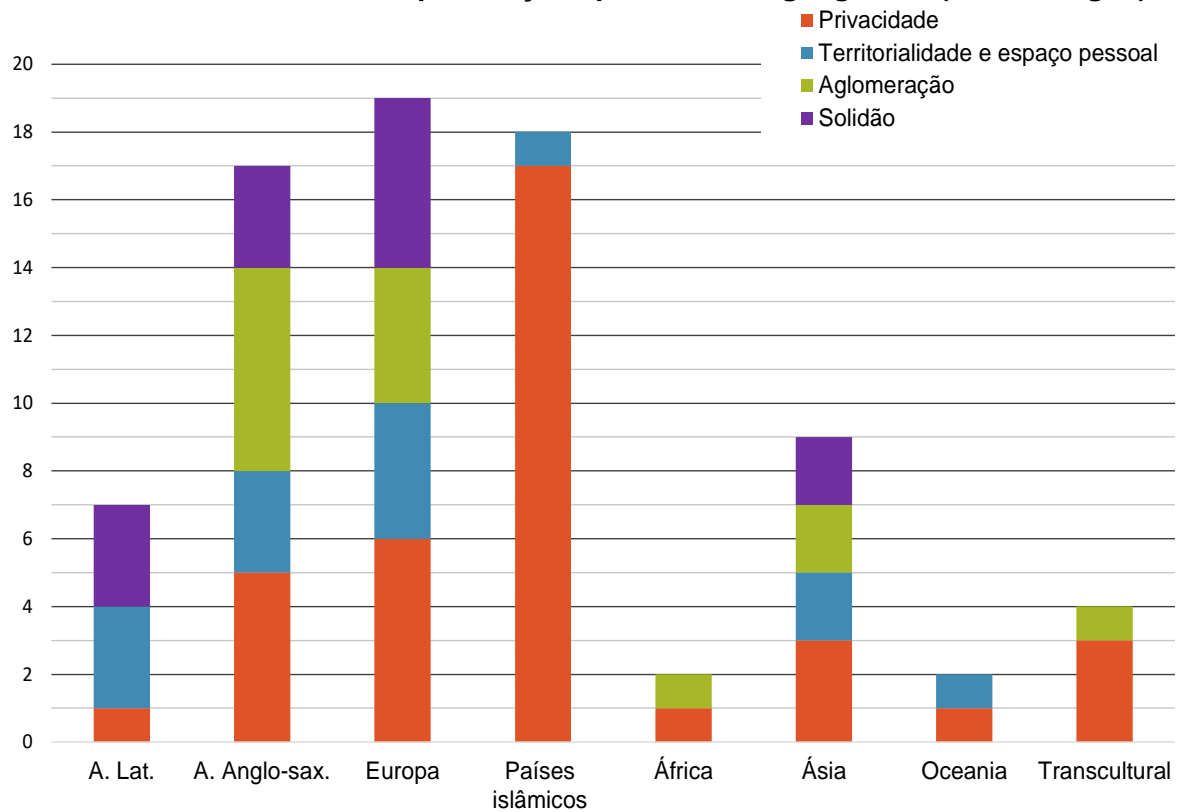
²⁴ Como a pandemia e o isolamento social iniciaram em fevereiro de 2020, optou-se por incluir o referido ano junto à produção recente para entender como a realidade da pandemia impactou as produções sobre privacidade.

A maior produção no início dos anos 2000 coincide com as mudanças sociais relacionadas ao culto do individual. O período entre 2003 e 2014 foi de menor expressividade na produção de artigos sobre o tema, com produções quase equivalentes em todos os temas, a exceção da solidão. Especialmente a partir de 2015, observou-se um aumento na produção de artigos sobre o tema, o que por sua vez coincide com a consolidação do processo de globalização, que trouxe novos padrões de consumo, com conseqüente novas necessidades espaciais, mas também uma baixa na qualidade da produção habitacional, o que pode explicar, por exemplo, o aumento do número de artigos nos temas da territorialidade e espaço pessoal, solidão e aglomeração.

A partir de 2020, destaca-se aumento expressivo na produção de artigos sobre privacidade, o que pode ser explicado pela ampliação das discussões acadêmicas e midiáticas a respeito do tema, em virtude das questões relacionadas à pandemia. Também durante esse período, aumentou a relevância dos estudos sobre solidão, cujas discussões iniciaram-se apenas a partir de 2012.

Sobre o contexto geográfico (Gráfico 3), os países com maior quantidade de artigos publicados foram: EUA (19), Brasil (7), Espanha (5); Irã (5), Reino Unido (4), Malásia (3), Japão (3), Iraque (2), Turquia (2) e China (2). Os demais países apresentaram 1 publicação cada. Dada a diversidade de países, as análises foram feitas por meio das semelhanças culturais das regiões onde se inserem os estudos. Os países foram divididos segundo sua divisão continental, a exceção dos países que trataram do islamismo, que foram agrupados como países islâmicos, e do México foi incorporado à América Latina, ficando o Canadá e Estados Unidos como América Anglo-saxônica. Dessa maneira, o contexto regional foi dividido em: América Latina (7), América Anglo-saxônica (16), Europa (19), África (2), Países Islâmicos (18), Ásia (9), Oceania (2) e demais estudos transculturais (4).

Os países islâmicos e asiáticos focalizaram suas discussões no tema-chave privacidade, provavelmente devido à importância religiosa e social que o fenômeno pode assumir na vida cotidiana dessa cultura e incompatibilidade desta com a produção arquitetônica ocidentalizada. Especificamente sobre o contexto asiático, há também ocorrência de estudos sobre solidão no Japão, o que pode relacionar-se a tendência contemporânea de maior individualismo e hiperconectividade. Os países anglo-saxônicos e europeus concentram suas discussões nos desequilíbrios das barreiras da privacidade, evidenciando especialmente as percepções de aglomeração e a solidão, sendo que, na Europa os estudos sobre territorialidade e espaço pessoal também foram relevantes. Os estudos na América Latina destacaram-se pelas adições manuais dos artigos em português, especialmente os brasileiros que trataram principalmente da privacidade no interior das habitações e dos aspectos de territorialidade, com estudos atuais abordando a solidão.

Gráfico 3: Quantidade de publicações por contexto geográfico (n = 78 artigos)

Fonte: elaboração própria, 2023.

Apesar de revelar uma tendência sobre quais os enfoques dados em cada contexto cultural, como tratou-se de uma amostra relativamente limitada, não foi traçar possíveis generalizações culturais sobre os padrões proxêmicos nas discussões desses contextos geográficos.

Sobre as dimensões da privacidade, a física (84%) foi a mais recorrente, a social (77%) e a psicológica (74%) apareceram de forma equivalente, sendo a informacional (5%) de menor relevância, estando presente em apenas em 4 estudos (DEL RIO.; SOVACOOOL; MARTISKAINEN., 2022; GALFORD; PEEK, 2021; CETKOVIC, 2011; CHAN, 2000). Quando correlacionadas aos temas chave (Quadro 9), predominaram: 1) privacidade: física e social; 2) territorialidade e espaço pessoal: física e psicológica; 3) aglomeração: física e psicológica; 4) solidão: psicológica e social.

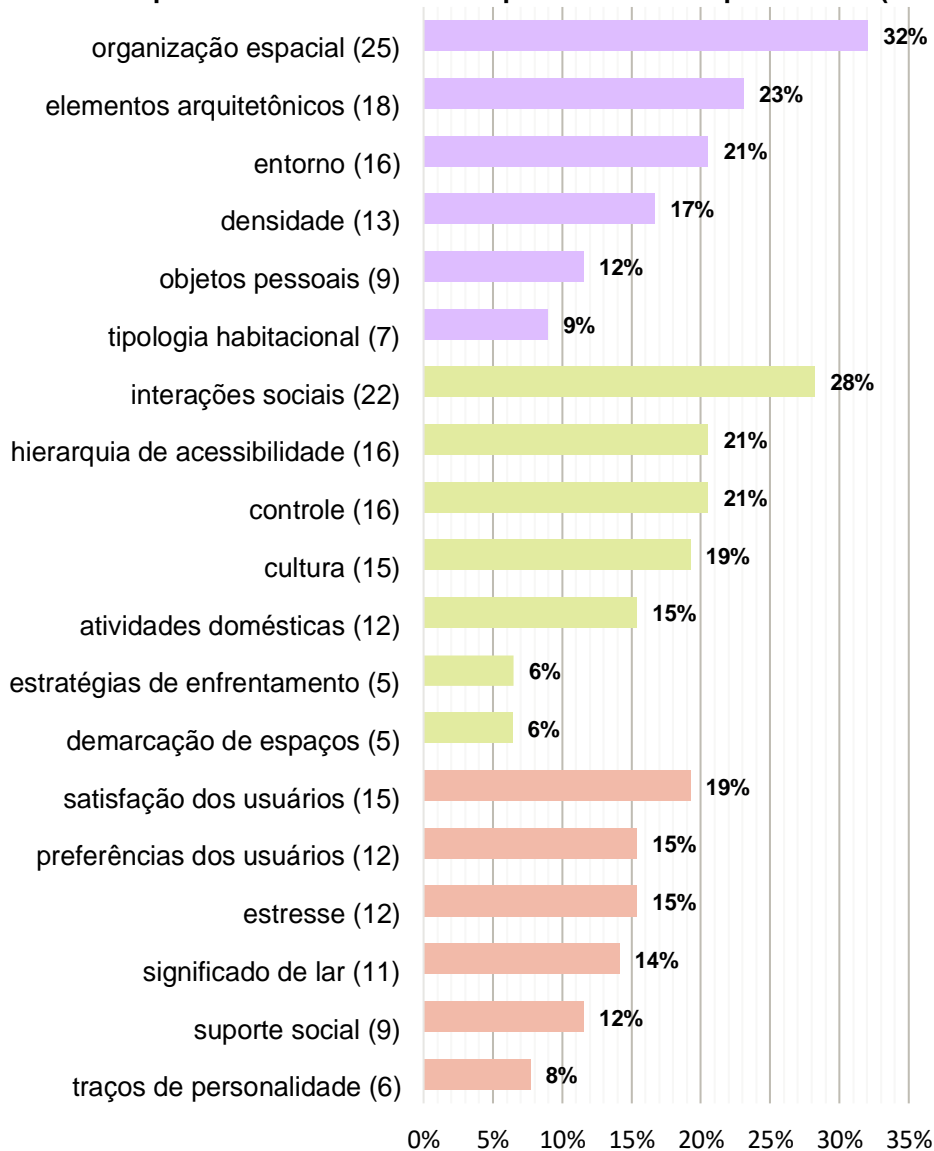
Quadro 9: Relações entre tema-chave e dimensão da privacidade (n=78 artigos)

Tema chave/ Dimensão da privacidade	Privacidade		Territorialidade e espaço pessoal		Aglomeração		Solidão	
	Total de artigos (37)	%	Total de artigos (14)	%	Total de artigos (14)	%	Total de artigos (13)	%
Física	34	92%	14	100%	12	86%	5	42%
Social	35	95%	8	57%	8	57%	9	69%
Psicológica	19	51%	12	86%	14	100%	13	100%
Informacional	4	11%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: elaboração própria, 2023.

A respeito dos principais constructos avaliados (Gráfico 4) na dimensão física foram: organização espacial, elementos arquitetônicos, entorno, densidade, objetos pessoais, tipologia habitacional. Na dimensão social foram: interações sociais, hierarquia de acessibilidade, controle, cultura, atividades domésticas, estratégias de enfrentamento, demarcação de espaços. Na dimensão psicológica foram: satisfação e preferência dos usuários, estresse, significado de lar, suporte social e traços de personalidade.

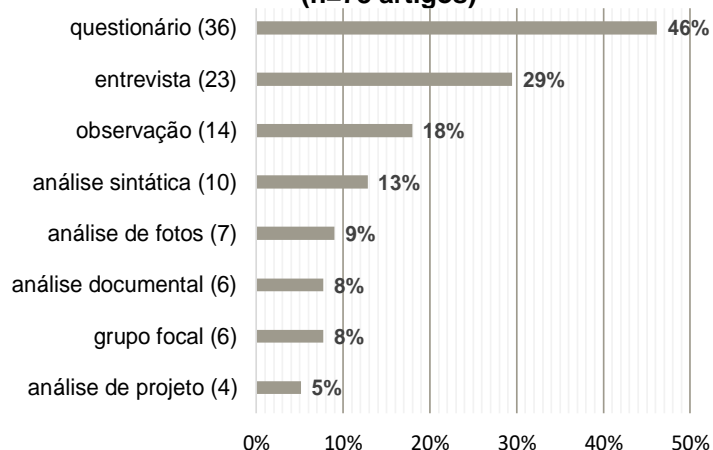
Gráfico 4: Principais constructos avaliados por dimensão da privacidade (n=78 artigos)



Fonte: elaboração própria, 2023.

Por fim, os instrumentos metodológicos (Gráfico 5) mais utilizados para a avaliação da privacidade habitacional predominaram aqueles que envolviam a participação direta dos usuários e avaliações feitas pelo pesquisador, sendo os mais relevantes: questionário, entrevista, observação, análise sintática, análise de fotos, análise documental, grupo focal, análise projeto. Outros instrumentos apareceram com menor recorrência, variando-se de acordo com as finalidades dos artigos.

Gráfico 5: Principais instrumentos utilizados para avaliação da privacidade habitacional (n=78 artigos)



Fonte: elaboração própria, 2023.

Especificamente sobre os temas chaves, considerando apenas os principais parâmetros e instrumentos de avaliação, os achados da RSL foram sistematizados abaixo:

Quadro 10: Resumo dos principais constructos e instrumentos de avaliação, por tema chave.

Tema chave	Dimensão da privacidade			Instrumentos de avaliação
	Dimensão física	Dimensão social	Dimensão psicológica	
Privacidade	Organização espacial, elementos arquitetônicos, entorno, densidade, tipologia habitacional, objetos pessoais	Interações sociais, controle atividades domésticas hierarquia de acessibilidade cultura	Estresse significado de lar, preferencias dos usuários satisfação dos usuários	Questionário, entrevista, observação, análise sintática, análise de fotos, análise de projeto
Territorialidade e espaço pessoal	Objetos pessoais, tipologia habitacional, organização espacial, entorno	Atividades domésticas, demarcação de espaços, controle interações sociais, estratégia de enfrentamento	Estresse significado de lar traços de personalidade preferências dos usuários	Questionário, entrevista, observação, análise de fotos.
Aglomeração	Densidade, entorno, organização espacial, elementos arquitetônicos	Interações sociais, estratégias de enfrentamento controle, cultura	Estresse, satisfação dos usuários suporte social, traços de personalidade, preferências dos usuários	Questionário entrevista, observação, análise sintática
Solidão	Entorno, atividades domésticas elementos arquitetônicos densidade tipologia habitacional	Interações sociais, estratégias de enfrentamento	Traços de personalidade, suporte social, estresse, satisfação dos usuários significado de lar	Questionário

Fonte: elaboração própria, 2023.

4.4 Considerações sobre a privacidade habitacional

A leitura sobre a evolução histórica das relações público-privadas e sua vinculação a habitação permitiu compreender como a dimensão social alterou a dimensão psicológica, pelo significado de lar e de família, e como isso se refletiu na dimensão física das habitações, expressas pelas formas de organização do espaço doméstico.

O desenvolvimento de novas formas de comunicação, o maior individualismo de cada membro no interior do espaço doméstico e as novas formas de vivenciar as relações humanas, formaram a gênese, ainda que preliminar, das novas formas de concepções da privacidade no contexto contemporâneo. Essas concepções estão marcadas, principalmente, por aparentes dualidades e antagonismo, que de um lado, isolam quem está próximo, como o caso dos bairros, e por outro lado (e ao mesmo tempo), permitem o ingresso do público na vida pessoal, representado pelo trabalho ou pela influência midiática.

Nesse contexto e, especialmente com o advento das TICs, as relações familiares tornaram-se mais fluídas e a necessidade de estar conectado o tempo todo, expôs as intimidades individuais e familiares numa escala global. Especialmente no contexto ocidental, as noções de intimidade, territorialidade e solidão se alteraram e a privacidade deixou de ser apenas para a proteção familiar e ganhou contornos relacionados aos anseios individuais. A intimidade pode acontecer com alguém que nunca se conheceu pessoalmente, num território digital, com uso de tecnologias que ao mesmo tempo que aproxima quem está longe, distância afetivamente quem está próximo.

Diante dessas dualidades, as famílias, que já não necessariamente seguem os arranjos nucleares e cujos papéis de cada indivíduo são diversos, parecem encontrar nas barreiras físicas dos projetos baseados de concepção hierarquizada, um descompasso entre suas necessidades de privacidade e a produção habitacional. Dessa maneira, e considerando o agravamento dos problemas domésticos em função da pandemia, um estudo atualizado sobre a privacidade habitacional pareceu ser fundamental à compreensão de como as necessidades de privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão dessa nova sociedade se expressa em seus locais de moradia.

A partir das correlações entre os apontamentos da evolução das relações público-privadas e dos achados da RSL, percebeu-se que, apesar da importância aos comportamentos relacionados às TICs nas discussões abrangentes das demais ciências sociais e humanas, quando se tratou das discussões específicas sobre habitação essa abordagem apresentou poucos resultados. Apesar disso, os resultados estiveram condizentes com as discussões mais gerais tratando das questões de automação residencial (CETKOVIC, 2011; DEL RIO.;

SOVACOOOL; MARTISKAINEN, 2021; GALFORD; PEEK, 2021) e tempo gasto na internet em casa (STEPANIKOVA; NIE, 2010)

A respeito das relações familiares e noções de intimidade, diferentes estudos da RSL apresentaram discussões a respeito do funcionamento familiar (CHAN, 2000; CORAPCI; WACHS, 2002; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; DANIELS, 2008; SOBH; BELK, 2011; MAIA, 2012; PABLE, 2012; RUIZ-CASARES, 2012; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ROLLINGS; EVANS, 2019; THORNOCK *et al.*, 2019; BEZERRA *et al.*, 2020; LOSADA-BALTAR *et al.*, 2020; NGUYEN, 2020; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020), convergindo com as discussões gerais sobre as novas dinâmicas das famílias contemporâneas.

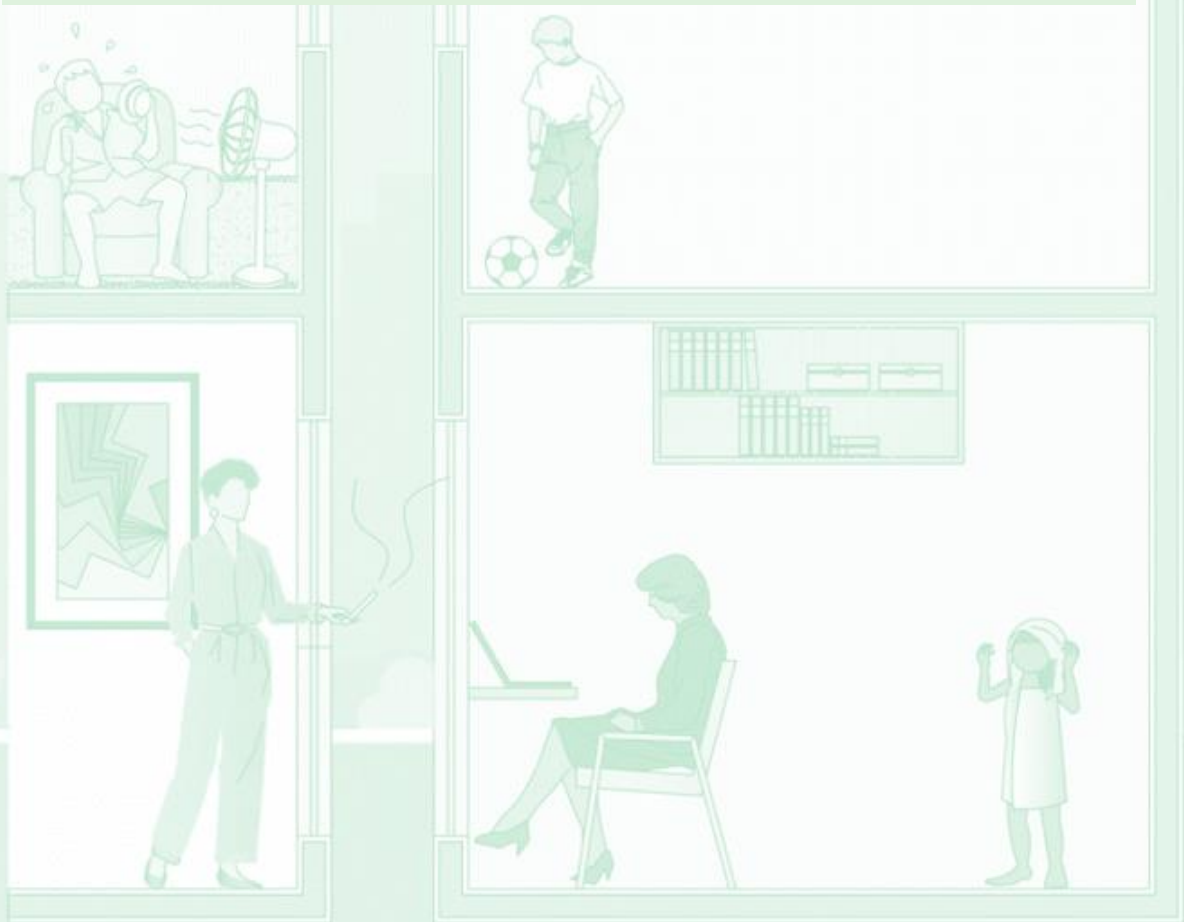
Sobre as relações entre a família e os demais usuários da habitação, apontados por Griz (2012) como relevantes no estudo do ambiente doméstico, os estudos que trataram das relações público privadas e das hierarquias de acessibilidade (REIS; LAY, 2003; MUSTAFA; HASSAN; BAPER, 2010; COELHO; 2011; RAZALI; TALIB, 2013; OTHMANN; AIRD; BUYS, 2015; FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015; NEJADRIAHI; DINCYUREK, 2015; ALITAJER; NOJOUMI, 2016; TOMAH; ISMAIL; ABED, 2016; YAYLALI-YILDIZ; EK; CAN, 2018; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; POURVAHIDI, 2020) convergiram com essa abordagem. Enquanto os estudos sobre a escala do edifício ou da vizinhança demonstraram as relações que se desenvolvem entre os moradores e demais usuários (BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; KINTREA; BANNISTER; PICKERING, 2010; CHAMBERS, BAFNA E MACHRY, 2018; ARVIV; EIZENBERG, 2021).

Sobre o ambiente físico, os resultados demonstraram que sua inadequação se relacionou à um desacordo com as normas culturais dos usuários, quando do estudo da privacidade, ou à falta de espaço físico ou elementos arquitetônicos de controle, nos estudos sobre aglomeração e territorialidade.

Especificamente sobre as formas de estudo do fenômeno da privacidade habitacional, a RSL realizada demonstrou que a identificação da importância dos conceitos de lar, família, vizinhança (vizinhos, entorno e suporte social), da organização espacial (incluindo seus elementos arquitetônicos e as atividades domésticas), bem como à sua hierarquização em termos de acessibilidade, da satisfação e preferências dos usuários são fundamentais para compreensão das relações entre a privacidade, o ambiente doméstico e seus moradores. O estudo dessas variáveis, por sua vez, normalmente foi realizado por instrumentos típicos da APO como entrevistas, walkthrough, questionários e análises técnicas, reforçando mais uma vez o potencial de uso desse instrumental para a criação de um modelo para avaliação da privacidade.



5 ESTRUTURAÇÃO DO MODELO



5 ESTRUTURAÇÃO DO MODELO

Conforme discutido, a construção de um modelo avaliativo (Figura 3) implica num entendimento prévio sobre a realidade de determinado fenômeno, no desenho inicial das suas relações e na validação desse modelo. Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos pela tese, após a revisão da literatura, iniciou-se para a etapa de estruturação do modelo preliminar. Para tanto, sua estruturação perpassou a construção das relações entre constructos e a definição das variáveis e procedimentos de avaliação necessários para a investigação da privacidade habitacional. Este capítulo destinou-se, portanto, a apresentação dos constructos que envolveram tanto a investigação do fenômeno, quanto os necessários para a validação do modelo.

Sobre a fundamentação teórica, as revisões realizadas sobre o tema demonstraram que qualquer estudo sobre privacidade, deve considerar o contexto no qual a pesquisa que se insere, as escalas (individual, familiar ou sociedade) de avaliação, os atores envolvidos no processo, as dimensões da privacidade e as relações destas com as distâncias pessoais, territorialidade e espaço pessoal, aglomeração e solidão.

Apesar da teoria ser indispensável à fundamentação do modelo, a literatura específica (TURNER, 1987; PANDOLFO, 2001; ROMANO, 2003; KOCH; CARRANZA, 2014; ADRIAENSSEN; JOHANNESSEN, 2015; CAIXETA, 2015; ELANGO VAN; RAJENDRAN, 2015; SAFT, 2021) também destacou a importância do empirismo para compreensão dos fenômenos da realidade. A esse respeito, como forma de agregar informações da vivência prática do fenômeno estudado, a escolha das variáveis e procedimentos de avaliação propostos para o modelo inicial embasaram-se em estudos já existentes sobre os temas abordados, tanto por meio do estudo de APO aplicadas em empreendimentos produzidos pelo mercado imobiliário brasileiro, quanto nos casos de estudo apresentados na RSL sobre privacidade habitacional. Ademais, como forma de validar o modelo associando os achados da teoria com a prática profissional e empírica, foram apresentados os procedimentos necessários à validação por especialistas e por meio de um pré-teste do modelo.

Nesse sentido, foram descritos de maneira sucinta os principais constructos que se envolvem às avaliações sobre privacidade habitacional, expressos pelas variáveis e procedimentos de avaliação que subsidiaram a construção de um modelo de privacidade aplicado às habitações. Logo, a principal contribuição do capítulo em tela consistiu na fundamentação teórica e metodológica que permitiu a definição e mensuração das variáveis e das relações que se desenvolvem no processo de avaliação da privacidade habitacional.

5.1 Relações entre os constructos: desenhando o modelo avaliativo

A partir dos achados da RSL realizada, identificou-se que as principais variáveis acerca da privacidade habitacional se relacionam às dimensões da privacidade e, portanto, aos atributos físicos, sociais e psicológicos do contexto geral onde o estudo se insere e das especificidades inerentes à cada tipo de habitação e seus moradores.

Essas dimensões, por sua vez, podem ser entendidas por uma série de indicadores que viabilizam a avaliação da privacidade no contexto habitacional, seja ela focada na pessoa, no ambiente ou na relação pessoa-ambiente. Dessa maneira, foram apresentadas a seguir as principais relações que estes desenvolvem com as pessoas e o ambiente, no contexto da privacidade habitacional, e como esses indicadores, classificados segundo às dimensões a qual pertencem, podem subsidiar a avaliação dessas relações.

5.1.1 Dimensões da privacidade habitacional e seus constructos: detalhando as relações pessoa-ambiente na habitação

A privacidade, a luz da perspectiva habitacional, se expressa principalmente por meio das relações sócioespaciais humanas. Nesse sentido, a privacidade no habitar não se aplica apenas aos espaços interiores da unidade, na verdade o espaço doméstico envolve também a implantação (no caso dos apartamentos: o edifício), a sua vizinhança, as perspectivas do indivíduo/grupo e as relações e vínculos sociais e afetivos que se entre as pessoas envolvidas e entre elas e esses espaços.

No que se refere às relações pessoa-ambiente, Pinheiro e Elali (2011) consideraram que o comportamento socioespacial humano pode ser entendido sob a ótica de dois aspectos complementares: enquanto parte do processo de comunicação interpessoal e como um dos mediadores da interação pessoa-ambiente. Nesse entendimento, ele dialoga com a vinculação afetiva ao lugar que, por sua vez, segundo Bomfim, Delabrida e Ferreira (2018) envolve, conceitos correlatos como apropriação do espaço, apego ao lugar e identidade, os quais conferem significado e subjetividade ao ambiente/lugar. Especificamente sobre as moradias, Coelho (2011) entendeu que a privacidade habitacional qualifica:

- as características do lugar e sua significação;
- as relações humanas, por meio regulação das distâncias interpessoais e das interações entre os membros do grupo;

- a intimidade e a identidade, no sentido do que é que é particular e favorito de uma pessoa, de um dado grupo de pessoas que convivem ou que se trata de perto (vizinhos ou pessoas íntimas);
- a apropriação de um dado espaço/ambiente (o tornar próprio e peculiar), com o conseqüente e natural desenvolvimento de relações de afeição entre os membros do grupo e/ou com o espaço;
- o desenvolvimento do espaço pessoal, com provisão de espaços às necessidades dos indivíduos e ao equilíbrio das suas barreiras

Nessa perspectiva, foram brevemente apresentadas as definições de cada constructo e as principais relações que ele estabelecia com as qualidades da privacidade habitacional, denominadas aqui por: 1) características do lugar, 2) regulação das distâncias interpessoais; 3) relações pessoais; 4) relações afetivas ambientais; 5) equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos; 6) preservação da intimidade. Logo, por envolver formas diversas de expressão, a privacidade pode ser entendida a luz de diferentes constructos. Sob essa ótica, cada dimensão da privacidade pode ser entendida a partir dos seus diferentes indicadores, apresentados no Quadro 11.

Quadro 11: Variáveis de avaliação da privacidade habitacional: dimensões e indicadores de desempenho

Dimensão física	Dimensão social	Dimensão psicológica
a) Organização espacial b) Elementos arquitetônicos c) Entorno d) Densidade e) Objetos pessoais f) Tipologia habitacional	a) Interações sociais b) Cultura c) Hierarquia de acessibilidade d) Controle e) Demarcação dos espaços f) Estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade g) Atividades domésticas	a) Satisfação dos usuários b) Preferência dos usuários c) Estresse d) Significado de lar e) Suporte social f) Traços de personalidade

Fonte: elaboração própria, 2023.

Cabe destacar que, apesar de apresentados de forma separada por questões didáticas, os constructos são, em muitos casos, indissociáveis e inter-relacionados. Entretanto, para aprofundarmos as especificidades de cada um deles, a apresentação dos conceitos priorizou o enfoque dado por cada autor, sendo destacadas apenas as correlações mencionadas de forma explícita nos trabalhos e que permitiam qualificar cada conceito na sua relação com a privacidade habitacional.

Por exemplo, a hierarquia de acessibilidade é indissociável da regulação das distâncias interpessoais, logo todos os estudos que focalizaram neste constructo mencionaram as relações de controle de acessibilidade implícitas às configurações espaciais. Contudo, o contrário não necessariamente aconteceu, os estudos que focalizaram a temática das relações de controle nem sempre mencionam as hierarquias de acessibilidade nas suas avaliações.

Com base nessas ressalvas, foram apresentados a seguir os constructos levantados pela RSL e as relações pessoa-ambiente decorrentes da sua avaliação, esclarecimento que se justifica devido à necessidade deste conhecimento para a proposição do modelo em tela.

5.1.1.1 Dimensão física

Na privacidade habitacional a dimensão física, relaciona-se aos atributos físicos de um ambiente, da UH, do prédio ou da vizinhança próxima, numa perspectiva funcional, dimensional e estética e expressa-se especialmente pela: a) Organização espacial; b) Elementos arquitetônicos; c) Entorno; d) Densidade; e) Objetos pessoais; f) Tipologia habitacional. Nesse sentido, a dimensão física qualifica principalmente as características do lugar e a regulação das distâncias interpessoais.

a) Organização espacial

A organização espacial (Quadro 12) corresponde às formas como os espaços domésticos são distribuídos, segundo as funções ou rótulos dos ambientes do projeto, considerando ainda o modo como as funções semelhantes são organizadas ou agrupadas.

Quadro 12: Constructos da dimensão física: organização espacial

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Organização espacial	Caracterização do lugar		OZAKI, 2002; REIS; LAY, 2003; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; MAIA, 2012; RAZALI; TALIB, 2013; SOBH; BELK, 2014; FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015; NEJADRIHI; DINCYUREK, 2015; TOMAH; ISMAIL; ABED, 2016; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; CHAMBERS; BAFNA; MACHRY, 2018; YAYLALI-YILDIZ; EK; CAN, 2018; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; POURVAHIDI, 2020; GALFORD; PEEK, 2021; SURYADI et al., 2022; MCCARTNEY; ROSENVASSER, 2022
	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	HASHIM et al., 2006; MAIA, 2012; RAZALI; TALIB, 2013; SOBH; BELK, 2014; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ROLLINGS; EVANS, 2019; NGUYEN, 2020
		Controle da acessibilidade física	ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ALITAJER; NOJOURI, 2016; HASHIM et al., 2006; MUSTAFA; HASSAN; BAPER, 2010; NEJADRIHI; DINCYUREK, 2015; OZAKI, 2002; RAZALI; TALIB, 2013; REIS; LAY, 2003; SOBH; BELK, 2014; TOMAH; ISMAIL; ABED, 2016; YAYLALI-YILDIZ; EK; CAN, 2018; SURYADI et al., 2022
	Relações afetivas ambientais	Significação e apropriação do lugar	FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; MAIA, 2012; OZAKI, 2002
		Senso de pertencimento	DANAIEINIA, 2021
Equilíbrio das necessidades espaciais	FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; ROLLINGS; EVANS, 2019		

Fonte: elaboração própria, 2023.

Além disso, como já demonstraram os estudos da proxêmica (HALL, 1969), a organização reflete como o zoneamento desses espaços determina o estilo de vida dos moradores e as

relações público-privadas da habitação, em relação a quem mora (privado), amigos próximos (semiprivado), visitantes (semipúblico) e do mundo exterior (público).

b) Elementos arquitetônicos

Ainda que a organização espacial seja indissociável dos elementos arquitetônicos, para fins didáticos, optou-se por entender a primeira sob a ótica funcional dos espaços domésticos; enquanto, os elementos arquitetônicos (Quadro 13) corresponderiam aos artefatos construídos, tais como: portas, janelas, divisórias, mobiliários, elementos paisagísticos, varandas, posição da entrada e corredores, número de cômodos/quartos, pé direito, iluminação, dimensão do ambiente.

Quadro 13: Constructos da dimensão física: elementos arquitetônicos

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Elementos arquitetônicos	Caracterização do lugar		AL-KODMANY, 2000; DAY, 2000; REIS; LAY, 2003; RAHIM, 2015; DANIELS, 2008; KAYA; ERKIP, 2001; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; BEZERRA et al., 2020; SILVA et al., 2020 SOGA et al., 2021; OVERTOOM; ELSINGA; BLUYSSSEN, 2022
	Regulação das distâncias interpessoais	Controle da acessibilidade física	AL-KODMANY, 2000; DAY, 2000; DANIELS, 2008; OTHMAN, AIRD; BUYS, 2015; REIS; LAY, 2003; RAHIM, 2015; PABLE, 2012; HASHIM et al. 2005
	Equilíbrio das necessidades espaciais		ROLLINGS; EVANS, 2019; CAMPAGNA, 2016; KAYA; ERKIP, 2001; BEZERRA et al., 2020; SILVA et al., 2020 SOGA et al., 2021

Fonte: elaboração própria, 2023.

Diferentemente da organização espacial que, no caso de apartamentos, dependeria mais da concepção dos projetistas, os elementos arquitetônicos podem ser manipulados de forma ativa pelos indivíduos. Nesse sentido, correspondem às características físicas dos ambientes internos e externos/abertos. Dessa maneira, os elementos podem ser utilizados para regular e controlar a acessibilidade física, numa perspectiva sensorial que envolve a privacidade de acesso, visual e olfativa, e contribuindo para reduzir a sensação de falta de espaço e para a promoção do bem-estar dos indivíduos.

c) Entorno

A luz da dimensão física, o entorno (Quadro 14) expressa-se pelas características, qualitativas e quantitativas, dos atributos físicos da vizinhança imediata, que se revelam pela densidade do bairro ou conjunto, facilidades próximas, existência de espaços para reunião de pessoas ou para grupos específicos (como playgrounds), padrão das ruas, presença de vandalismo ou objetos abandonados, de áreas verdes ou estacionamentos.

Quadro 14: Constructos da dimensão física: entorno

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Entorno	Caracterização do lugar		EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000; DAY, 2000; DANIELS, 2008; DUNSTAN et al., 2005; COELHO, 2011; LINDSAY; WILLIAMS; DAIR, 2012; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021; SOGA et al., 2021; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022
	Regulação das distâncias interpessoais	Controle da acessibilidade física	DAY, 2000; DANIELS, 2008; COELHO, 2011; LINDSAY; WILLIAMS; DAIR, 2012; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015
	Relações pessoais	Relacionamento com vizinhos	KINTREA; BANNISTER; PICKERING, 2010; BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021; ARVIV; EIZENBERG, 2021; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022
	Relações afetivas ambientais	Senso de comunidade	EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000; BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; DANIELS, 2008; KALINA, 2020
		Pertencimento ao lugar	KINTREA; BANNISTER; PICKERING, 2010; DUNSTAN et al., 2005; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; KALINA, 2020
Equilíbrio das necessidades espaciais		EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000; BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; DUNSTAN et al., 2005; KINTREA; BANNISTER; PICKERING, 2010; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; SOGA et al., 2021; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022; WANG; LIU, 2022	

Fonte: elaboração própria, 2023.

Nesse sentido, as características do entorno podem influenciar a sensação de bem-estar/estresse dos indivíduos, a criação de espaços para reunião de pessoas, ou contribuir para controlar e promover a demarcação e defesa dos espaços próximos às residências.

d) Densidade

A densidade (Quadro 15) refere-se à relação entre a quantidade de pessoas e uma determinada área, de modo que, a sua escala pode ser variável em relação ao bairro (pessoas/acre), à UH (pessoas/m²) ou até mesmo ao cômodo (pessoas/quarto). No contexto habitacional, a densidade foi utilizada principalmente como um fator usado para descrever as necessidades espaciais dos indivíduos e famílias, sendo comumente estudada a luz das altas densidades habitacionais.

Quadro 15: Constructos da dimensão física: densidade

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Densidade	Caracterização do lugar		SINHA; NAYYAR, 2000; EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000; CORAPCI; WACHS, 2002; CAMPAGNA, 2016; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; BEZERRA et al., 2020; FORNARA et al., 2022
	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	SINHA; NAYYAR, 2000; EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000; ROLLINGS; EVANS, 2019
		Controle da acessibilidade física	FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; TOMAS; AMERIGO; GARCIA, 2016
	Relações pessoais	Suporte social percebido	SINHA; NAYYAR, 2000; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002
		Funcionamento familiar	CORAPCI; WACHS, 2002; THORNOCK et al, 2019
Equilíbrio das necessidades espaciais		SINHA; NAYYAR, 2000; EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000; CORAPCI; WACHS, 2002; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; CAMPAGNA, 2016; TOMAS; AMERIGO; GARCIA, 2016; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; THORNOCK et al, 2019; BEZERRA et al., 2020; FORNARA et al., 2022	

Fonte: elaboração própria, 2023.

Na perspectiva da psicologia ambiental, a densidade percebida refere-se também à uma resposta subjetiva do observador/morador sobre os elementos arquitetônicos ou organização espacial do ambiente, suas distâncias ou áreas mínimas adequadas e relações interpessoais. No contexto da privacidade habitacional, a densidade associa-se especialmente ao equilíbrio das barreiras interpessoais, refletidos nas percepções de aglomeração.

e) Objetos pessoais

A relação entre pessoas e objetos não é dicotômica (WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020), nem aleatória (CONNELLAN, 2019). O lar, enquanto espaço da vida privada e de exercício da privacidade, pode ser entendido, como o local onde “se pode fazer o que quiser” (SOBH; BELK, 2011) e isso inclui a liberdade de escolha no consumo, decoração e personalização do seu ambiente doméstico (GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007). Dessa maneira, a apropriação dos espaços domésticos, por meio dos objetos pessoais (Quadro 16) assume processos particulares de significação e personalização, seja pela disposição de elementos como mobiliários, objetos decorativos ou fotografias.

Quadro 16: Constructos da dimensão física: objetos pessoais

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Densidade	Caracterização do lugar		GOSLING et al., 2005; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; PABLE, 2012; PEREZ-LOPEZ; ARAGONES; AMERIGO, 2017; POGGIO et al., 2018; CONNELLAN, 2019; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
	Relações afetivas ambientais	Significação do lugar	GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; CONNELLAN, 2019
		Representação da identidade	(GOSLING et al., 2005; GIORGI, PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; PABLE, 2012; PEREZ-LOPEZ; ARAGONES; AMERIGO, 2017; POGGIO et al., 2018; CONNELLAN, 2019; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
	Relações pessoais	Funcionamento familiar	GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020

Fonte: elaboração própria, 2023.

Nesse sentido, para além de decorar e preencher o ambiente doméstico, o consumo e disposição dos objetos no interior de uma residência expressa significados simbólicos e os padrões territoriais de um lugar, da família ou do indivíduo.

f) Tipologia habitacional

Em termos de soluções arquitetônicas, a tipologia habitacional (Quadro 17) influencia especialmente às condições de implantação e entorno, em virtude das diferentes relações

público-privadas (COELHO, 2011; VASCONCELOS; PRÓCHNO; SILVA, 2012) que se desenvolvem em cada padrão tipológico.

Quadro 17: Constructos da dimensão física: tipologia habitacional

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Densidade	Caracterização do lugar		COELHO, 2011; VASCONCELOS; PRÓCHNO; SILVA, 2012; DAY, 2000; REIS; LAY, 2003; MCCARNEY; ROSENVASSER, 2022; MORRISON, POULIN, HOLMAN, 2018; COELHO, 2011; WANG; LIU, 2022
	Regulação das distâncias interpessoais	Controle da acessibilidade física	COELHO, 2011; VASCONCELOS; PRÓCHNO; SILVA, 2012; DAY, 2000; REIS; LAY, 2003; MCCARNEY; ROSENVASSER, 2022
	Relações afetivas ambientais	Significação do lugar	GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; CONNELLAN, 2019
	Equilíbrio das necessidades espaciais		WANG; LIU, 2022

Fonte: elaboração própria, 2023.

Nesse sentido, a tipologia habitacional impacta no controle dos moradores sobre sua acessibilidade física em relação aos moradores, vizinhos e transeuntes, na definição de territórios primários e, conseqüentemente, na satisfação dos usuários com a habitação.

5.1.1.2 Dimensão social

Na privacidade habitacional, a dimensão social relaciona-se aos significados sociais e às relações interpessoais que acontecem na UH, no prédio ou na vizinhança próxima, refletindo principalmente a comunicação sobre o contato social desejado e expressando-se especialmente pela: a) Interações sociais; b) Cultura; c) Hierarquia de acessibilidade; d) Controle; e) Demarcação dos espaços; f) Estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade; g) Atividades domésticas. Nesse sentido, a dimensão social qualifica principalmente a regulação das distâncias interpessoais e as relações pessoais e afetivas ambientais.

a) Interações sociais

Uma moradia não é apenas o espaço físico onde as pessoas habitam, mas também o espaço onde as interações sociais acontecem, especialmente as íntimas, e onde pode-se criar um senso de união (comunidade ou família) fundamental para a preservação da privacidade.

Nesse entendimento, as interações sociais (Quadro 18) quando na escala da unidade/cômodo, expressam-se especialmente pelas relações entre os moradores (família) ou entre eles e pessoas íntimas (demais familiares e amigos) ou visitantes, e quando na escala do prédio ou vizinhança próxima, revelam-se pelas relações entre moradores e seus vizinhos (comunidade).

Quadro 18: Constructos da dimensão social: interações sociais

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Interações sociais	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	SINHA; NAYYAR, 2000; HASHIM et al., DANIELS, 2008; NGUYEN
		Controle da acessibilidade física	TOMAS; AMERIGO; GARCIA, 2016; THORNOCK <i>et al</i> , 2019
	Relações pessoais	Funcionamento familiar	CHAN; 2000; GIORGI, PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; CORAPCI; WACHS, 2002; PABLE, 2012; DANIELS, 2008; THORNOCK <i>et al</i> , 2019; NGUYEN, 2020; GALFORD; PEEK, 2021; CHAUHAN, 2022
		Suporte social percebido	SINHA; NAYYAR, 2000; ARPIN; MOHR; BRANNAN, 2019
		Relacionamento entre vizinhos	BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; KALINA, 2020; ARVIV; EIZENBERG, 2021; WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022
	Relações afetivas ambientais	Senso de pertencimento	KINTREA; BANNISTER; PICKERING, 2010; KALINA, 2020; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022
		Senso de comunidade	BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; KALINA, 2020; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022
	Equilíbrio das necessidades espaciais		CORAPCI; WACHS, 2002; THORNOCK <i>et al</i> , 2019; TAKASHIMA <i>et al.</i> , 2020; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022

Fonte: elaboração própria, 2023.

Nos estudos sobre privacidade habitacional, as avaliações das interações sociais normalmente envolvem os relacionamentos e intimidade entre familiares/moradores/pessoas próximas/vizinhos, as formas de negociação de uso dos espaços, a regulação do contato social desejado ou na densidade percebida.

b) Cultura

Privacidade e habitação são conceitos inter-relacionados e culturalmente específicos, de modo que, a estrutura espacial doméstica e seus moradores organizam-se de acordo com os níveis desejados de privacidade física e de contato social em cada uma das atividades desenvolvidas, de acordo com a cultura onde se insere (Quadro 19).

Quadro 19: Constructos da dimensão social: cultura

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Cultura	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	SINHA; NAYYAR, 2000; HASHIM et al. 2005, DANIELS, 2008; NGUYEN, 2020
		Controle da acessibilidade física	TOMAS; AMERIGO; GARCIA, 2016; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; THORNOCK <i>et al</i> , 2019
	Relações pessoais	Funcionamento familiar	CHAN; 2000; GIORGI, PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; CORAPCI; WACHS, 2002; PABLE, 2012; DANIELS, 2008; THORNOCK <i>et al</i> , 2019; NGUYEN, 2020
		Suporte social percebido	SINHA; NAYYAR, 2000; ARPIN; MOHR; BRANNAN, 2019
		Relacionamento entre vizinhos	BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001
	Relações afetivas ambientais	Senso de pertencimento	KINTREA; BANNISTER; PICKERING, 2010
		Senso de comunidade	BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001
	Equilíbrio das necessidades espaciais		CORAPCI; WACHS, 2002; THORNOCK <i>et al</i> , 2019; TAKASHIMA <i>et al.</i> , 2020

Fonte: elaboração própria, 2023.

Por se envolver mais à escala da sociedade/concepção arquitetônica, o estudo da cultura no contexto da privacidade habitacional tem enfatizado, especialmente, o descompasso existente entre os valores culturais dos indivíduos/famílias e as soluções projetuais padronizadas/ocidentalizadas, no sentido das dificuldades de adaptação das atividades e dinâmicas sociais nesses espaços, mas também, sob a ótica das diferentes necessidades de espaço pessoal.

c) Hierarquia de acessibilidade

Intimamente relacionada à organização espacial e à cultura, a hierarquia de acessibilidade (Quadro 20) fornece o significado social de determinada configuração. Se por um lado, a organização espacial relaciona-se à descrição do atributo físico, numa perspectiva mais funcional e dimensional do espaço, a hierarquia de acessibilidade busca desvendar as relações sociais implícitas (HANSON, 1998), que indicam os comportamentos comuns e os níveis de privacidade implícitos a uma determinada organização espacial.

Quadro 20: Constructos da dimensão social: hierarquia de acessibilidade

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Hierarquia de acessibilidade	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	REIS; LAY, 2003; RAZALI; TALIB, 2013; TOMAH; ISMAIL; ABED, 2016; YAYLALI-YILDIZ; EK; CAN, 2018; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ROLLINGS; EVANS, 2019; CHAMBERS, BAFNA; MACHRY, 2018; DANAIEINIA, 2021
		Controle da acessibilidade física	ALITAJER; NOJOURI, 2016; REIS; LAY, 2003; MUSTAFA; HASSAN; BAPER, 2010; COELHO, 2011; RAZALI; TALIB, 2013; OTHMANN; AIRD; BUYS, 2015; FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015; NEJADRIHI; DINCYUREK, 2015; TOMAH; ISMAIL; ABED, 2016; YAYLALI-YILDIZ; EK; CAN, 2018; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; YUNITSYNA, 2022
	Relações afetivas ambientais	Significação do lugar	REIS; LAY, 2003; MUSTAFA; HASSAN; BAPER, 2010; COELHO, 2011; RAZALI; TALIB, 2013; OTHMANN; AIRD; BUYS, 2015; FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015; NEJADRIHI; DINCYUREK, 2015; TOMAH; ISMAIL; ABED, 2016; ALITAJER; NOJOURI, 2016; YAYLALI-YILDIZ; EK; CAN, 2018; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ROLLINGS; EVANS, 2019; CHAMBERS, BAFNA E MACHRY, 2018; DANAIEINIA, 2021; YUNITSYNA, 2022;
	Equilíbrio das necessidades espaciais		ROLLINGS; EVANS, 2019; CHAMBERS, BAFNA E MACHRY, 2018

Fonte: elaboração própria, 2023.

Sob essa ótica, a hierarquia de acessibilidade, serve para expressar a significação do lugar e de seus territórios, descrevendo (e quantificando, quando do uso da sintaxe espacial) as normas espaciais que regem o controle do acesso físico aos espaços/atividades domésticas, na escala visual e do movimento (presença). Dessa maneira, pode ser utilizada para estabelecer a natureza público-privada dos espaços, esclarecer quais atividades acontecem juntas ou porque estão separadas, quem pode acessá-la e como esses espaços se organizam para favorecer encontros ou esquivanças.

d) Controle

Estreitamente relacionado ao espaço físico e às interações sociais, o controle (Quadro 21) refere-se à habilidade, individual ou do grupo, de expressar seu desejo por maior ou menor contato social. Esse desejo pode se expressar por meio dos mecanismos comportamentais utilizados para permitir ou barrar o acesso à determinado espaço/atividade/pessoa, estimulando ou limitando o contato social e tornando os mais ambientes mais gerenciáveis ou previsíveis. Nesse sentido, o controle sobre um determinado espaço pode afetar as necessidades espaciais de um indivíduo.

Quadro 21: Constructos da dimensão social: controle

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Controle	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	AMOLE, 2005; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; PABLE, 2012; WANG et al., 2017; DANAIEINIA, 2021; MCCARTNEY; ROSENVASSER, 2022; PUT; PASTEELS, 2022
	Relações afetivas ambientais	Senso de pertencimento	FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; DANAIEINIA, 2021; WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021
	Relações pessoais	Suporte social percebido	SINHA; NAYYAR, 2000
		Funcionamento familiar	CHAN, 2000; PABLE, 2012; GALFORD; PEEK, 2021
		Relacionamento entre vizinhos	WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021
Equilíbrio das necessidades espaciais		SINHA; NAYYAR, 2000; BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; AMOLE, 2005; PABLE, 2012; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; TOMAS; AMERIGO; GARCIA, 2016; WANG et al., 2017; GALFORD; PEEK, 2021; PUT; PASTEELS, 2022	

Fonte: elaboração própria, 2023.

No contexto do projeto de habitações, o controle se expressa por meio da cultura, hierarquia de acessibilidade, pelo uso de elementos arquitetônicos ou pela organização espacial. Entretanto, ainda que todos os constructos mencionados influenciem e expressem as relações de controle do ambiente, enquanto parâmetro de avaliação, o controle influenciou a privacidade habitacional especialmente da regulação das distancias interpessoais, quando tratava das relações sociais desenvolvidas entre familiares/moradores e da disponibilidade de elementos para demarcações de posse e defesa dos territórios ou para o enfrentamento contra invasões.

e) Demarcação dos espaços

No comportamento territorial, a demarcação de posse de um objeto ou espaço (Quadro 22), com a presença de barreiras físicas ou simbólicas, pode ser utilizada tanto para comunicar a

propriedade desse território, quanto para o controle de acesso ou defesa contra intrusões, reforçando o senso de pertencimento à comunidade/família.

Quadro 22: Constructos da dimensão social: demarcação dos espaços

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Demarcação dos espaços	Relações afetivas ambientais	Significação do lugar	BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; DUNSTAN et al., 2005; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; WANG et al., 2017
		Senso de pertencimento	DUNSTAN et al., 2005; WANG et al., 2017
		Senso de comunidade	BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001
	Relações pessoais	Funcionamento familiar	GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007
	Equilíbrio das necessidades espaciais		BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; DUNSTAN et al., 2005; WANG et al., 2017

Fonte: elaboração própria, 2023.

Nessa perspectiva, a demarcação dos espaços atribui significação do lugar e pode se expressar por meio de declarações formais (verbais ou escritas) de posse, pela personalização dos espaços, enquanto uma representação da identidade individual e do grupo, ou por atributos físicos como presença de cercas, muros ou placas, pela manutenção e preservação das fachadas e sua pintura ou de áreas como jardins e áreas públicas, mas também pela frequência de uso dos espaços.

f) Estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade

As estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade (Quadro 23) referem-se às reações de um indivíduo em uma situação de estresse ou desconforto, quando o nível de privacidade desejado não pode ser alcançado (ALTMAN, 1975).

Quadro 23: Constructos da dimensão social: estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	AMOLE, 2005
		Controle da acessibilidade física	AMOLE, 2005
	Relações afetivas ambientais	Senso de pertencimento	KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAUVER, 2017
	Equilíbrio das necessidades espaciais		LEPORE; ALLEN, 2000; AMOLE, 2005; RUIZ-CASARES, 2012

Fonte: elaboração própria, 2023.

Elas podem se expressar por meio de: (i) atributos físicos, como a demarcação de territórios e personalização do espaço e uso dos elementos arquitetônicos; ou (ii) de comportamentos, como retirar-se do local, ficar em silêncio, reclamar verbalmente, entre outros. Quando a situação de desequilíbrio acontece e as estratégias falham no reestabelecimento do equilíbrio necessário às necessidades do indivíduo, há desequilíbrio das barreiras interpessoais, que podem levar a situações de estresse, aglomeração e solidão.

g) Atividades domésticas

A habitação deve, por meio de suas atividades domésticas (Quadro 24), responder funcionalmente às necessidades, valores, objetivos e estilo de vida dos seus moradores e às formas como eles interagem.

Quadro 24: Constructos da dimensão social: atividades domésticas

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Atividades domésticas	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	AL-KODMANY, 2000; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
		Controle da acessibilidade física	AL-KODMANY, 2000; CORAPCI; WACHS, 2002; WANG et al., 2017; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; MERINO et al., 2021; PUT; PASTEELS, 2022
	Relações pessoais	Funcionamento familiar	AL-KODMANY, 2000; CORAPCI; WACHS, 2002; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; CHAUHAN, 2022
	Relações afetivas ambientais	Significação do lugar	AL-KODMANY, 2000; CORAPCI; WACHS, 2002; STEPANIKOVA; NIE; HE, 2010; WANG <i>et al.</i> , 2017; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; OVERTOOM; ELSINGA, BLUYSSSEN, 2022; PUT; PASTEELS, 2022;
		Representação da identidade	WANG et al., 2017; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020;
	Equilíbrio das necessidades espaciais		CORAPCI; WACHS, 2002; STEPANIKOVA; NIE; HE, 2010; WANG et al., 2017; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; MERINO et al., 2021; DEL RIO; SOVACOOOL; MARTISKAINEN, 2021

Fonte: elaboração própria, 2023.

O estudo das atividades domésticas, além de servir à caracterização do lugar, subsidia também o entendimento sobre a privacidade desejada em cada atividade, a partir das informações sobre a importância dada a elas, o tempo gasto em cada uma delas e quem pode estar envolvido nelas.

5.1.1.3 Dimensão psicológica

Na privacidade habitacional, a dimensão psicológica relaciona-se aos aspectos cognitivos decorrentes das relações interpessoais ou vínculos ambientais que acontecem na UH, no prédio ou na vizinhança próxima, refletindo principalmente o e expressando-se especialmente pela: a) Satisfação dos usuários; b) Preferência dos usuários; c) Estresse; d) Significado de lar; e) Suporte social; f) Traços de personalidade. Nesse sentido, a dimensão psicológica qualifica principalmente a equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos, a preservação da intimidade e as relações pessoais.

a) Satisfação dos usuários

As características das habitações podem ser entendidas como elementos que encorajam ou frustram as experiências do lar (CAMPAGNA, 2016), de modo que, a satisfação dos usuários

(Quadro 25) com a sua habitação afere se e até que ponto o ambiente construído da moradia atende às necessidades e expectativas físicas, sociais e psicológicas dos seus moradores (ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; RAHIM, 2015). Nesse sentido, a satisfação pode envolver as escalas da vizinhança, da habitação, dos seus cômodos e objetos e relacionar-se à avaliação de diferentes aspectos físicos, como dimensionamento e funcionalidade, densidade, facilidades ou mobiliários disponíveis, mas também os aspectos sócios afetivos, como das relações familiares, de amizade ou trabalho.

Quadro 25: Constructos da dimensão psicológica: satisfação dos usuários

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Satisfação dos usuários	Caracterização do lugar		AL-KODMANY, 2000; DAY, 2000; KAYA; ERKIP, 2001; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; REIS; LAY, 2003; AMOLE, 2005; LINDSAY; WILLIAMS; DAIR, 2012; PABLE, 2012; RUIZ-CASARES, 2012; RAHIM, 2015; CAMPAGNA, 2016; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; BEZERRA et al., 2020; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	AL-KODMANY, 2000; DAY, 2000; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; KAYA; ERKIP, 2001; REIS; LAY, 2003; LINDSAY; WILLIAMS; DAIR, 2012; PABLE, 2012; RUIZ-CASARES, 2012; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
		Controle da acessibilidade física	AL-KODMANY, 2000; DAY, 2000; KAYA; ERKIP, 2001; REIS; LAY, 2003; LINDSAY; WILLIAMS; DAIR, 2012; PABLE, 2012; RAHIM, 2015; CAMPAGNA, 2016; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
	Relações pessoais	Funcionamento familiar	RUIZ-CASARES, 2012
		Suporte social percebido	GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; STEPANIKOVA; NIE; HE, 2010
	Relações afetivas ambientais	Representação da identidade	AMOLE, 2005; PABLE, 2012
	Equilíbrio das necessidades espaciais		KAYA; ERKIP, 2001; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; AMOLE, 2005; STEPANIKOVA; NIE; HE, 2010; RUIZ-CASARES, 2012; PABLE, 2012; CAMPAGNA, 2016; KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAUVER, 2017; FORNARA et al., 2022

Fonte: elaboração própria, 2023.

Um ambiente que é percebido como satisfatório pode trazer benefícios para os indivíduos, dentre os quais inclui-se a melhora com a percepção da privacidade. Com os resultados dessas avaliações, a satisfação torna-se uma maneira útil de estabelecer padrões adequados de concepção de projetos, que reflitam os anseios dos seus moradores em relação a privacidade. Do contrário, podem contribuir negativamente para essas percepções.

b) Preferências dos usuários

Enquanto a satisfação consiste em uma avaliação para atribuir o valor do ambiente construído, as preferências dos usuários (Quadro 26) expressam os desejos dos usuários ou a predileção de um ou vários aspectos em detrimento dos outros, numa espécie de nível de inclusão ou exclusão do valor atribuído a cada item avaliado.

Quadro 26: Constructos da dimensão psicológica: preferências dos usuários

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Preferências dos usuários	Caracterização do lugar		DAY, 2000; OZAKI, 2002; DANIELS, 2008; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; OVERTOOM; ELSINGA; BLUYSEN, 2022
	Relações afetivas ambientais	Senso de pertencimento	FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; WANG et al., 2017
		Representação da identidade	SOBH; BELK, 2011; WANG et al., 2017; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
	Equilíbrio das necessidades espaciais		KAYA; ERKIP, 2001; OZAKI, 2002; PUT; WANG et al., 2017; PASTEELS, 2022
Preservação da intimidade individual e do grupo		OZAKI, 2002; DANIELS, 2008; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; DEL RIO; SOVACCOOL; MARTISKAINEN, 2021	

Fonte: elaboração própria, 2023.

Essas preferências baseiam-se especialmente nas experiências já vivenciadas e pelas expectativas dos indivíduos e se refletem, na privacidade habitacional, pelas escolhas feitas na aquisição da moradia, pelo grau de importância de determinados atributos, pela facilidade de adaptação do indivíduo ao ambiente, ou pela insatisfação com os atributos físicos expressos no desejo/expectativas futuras de mudanças/reformas ou na concepção de “habitação ideal”.

c) Estresse

Para a psicologia ambiental, o estresse (Quadro 27) consiste no resultado da interação entre o indivíduo e seu contexto sócio físico, resultando em uma situação em que os níveis desejados de privacidade não são alcançados. Sob essa ótica, quando a habitação não atende às demandas dos usuários, o ambiente e os seus moradores podem ser vivenciados como um conjunto de estressores, numa situação que, por envolver os territórios primários dos indivíduos, pode comprometer o alcance das funções da privacidade.

Quadro 27: Constructos da dimensão psicológica: estresse

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Estresse	Caracterização do lugar		PABLE, 2012; KAYA; ERKIP, 2001; CAMPAGNA, 2016; MORRISON, POULIN, HOLMAN, 2018; ROLLINGS; EVANS, 2019; BEZERRA et al., 2020; WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021; WANG; LIU, 2022
	Relações pessoais	Suporte social percebido	GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDEIETA, 2002
		Funcionamento familiar	PABLE, 2012; ROLLINGS; EVANS, 2019; BEZERRA et al., 2020; LOSADA-BALTAR et al., 2020
		Relacionamento com os vizinhos	WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021
Equilíbrio das necessidades espaciais		EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000; KAYA; ERKIP, 2001; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDEIETA, 2002; PABLE, 2012; CAMPAGNA, 2016; MORRISON, POULIN, HOLMAN, 2018; ROLLINGS; EVANS, 2019; BEZERRA et al., 2020; LOSADA-BALTAR et al., 2020; WALSH; ARTHURSON; LEVIN, 2021; FORNARA et al., 2022; WANG; LIU, 2022	

Fonte: elaboração própria, 2023.

No contexto da privacidade habitacional, o estresse comumente se expressa em situações de alta densidade, de baixo suporte social percebido, ou de ambientes com condições físicas inadequadas, tais como ausência de elementos de controle, excesso de ruídos, tipologia habitacional ou organização espacial indesejadas.

d) Significado de lar

A habitação não é apenas o local de abrigo das pessoas, os espaços domésticos são uma representação e uma simbolização da identidade, estilo de vida e história das pessoas e das relações que ali se estabelecem. O significado de lar (Quadro 28), que as pessoas atribuem à sua moradia depende fortemente da medida em que cada um é capaz de manipular o ambiente para definir os seus limites pessoais (espaço pessoal).

Quadro 28: Constructos da dimensão psicológica: significado de lar

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Significado de lar	Relações pessoais	Funcionamento familiar	GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; MAIA, 2012; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020
	Relações afetivas ambientais	Significação do lugar	GIORGI, PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; MAIA, 2012; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; KALINA, 2020; PUT; PASTEELS, 2022; OVERTOOM; ELSINGA; BLUYSSSEN, 2022; SAWYER; FARDGHASSEMI; JOFFE, 2022
		Representação da identidade	GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; MAIA, 2012; CONNELLAN, 2019; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; KALINA, 2020; PUT; PASTEELS, 2022; OVERTOOM; ELSINGA; BLUYSSSEN, 2022
	Preservação da intimidade		MAIA, 2012; WILLEMS; DE SMET; HEYLIGHEN, 2020; PUT; PASTEELS, 2022

Fonte: elaboração própria, 2023.

Nesse sentido, a análise do significado de lar, permite-nos compreender os significados coletivos e culturais existentes, as formas de apropriação dos seus espaços, os domínios da habitação ou o tipo de privacidade que se obtém nela. Esses significados permitem classificá-la como um lugar de silêncio, memória, conforto, família ou distinção social.

e) Suporte social

O suporte social (Quadro 29) refere-se à percepção de apoio que as pessoas têm sobre as relações sociais que estabelecem com os outros. A existência de suporte social se expressa especialmente quando há equilíbrio entre o desejo e as relações sociais reais, quando o indivíduo percebe que tem outras pessoas disponíveis para conversar, acompanhar, dividir problemas, aconselhar ou confraternizar quando deseja.

Quadro 29: Constructos da dimensão psicológica: suporte social

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Suporte social	Relações pessoais	Funcionamento familiar	THORNOCK et al, 2019; LOSADA-BALTAR et al., 2020
		Relacionamento entre vizinhos	BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; CHAMBERS, BAFNA E MACHRY, 2018
	Equilíbrio das necessidades espaciais		SINHA; NAYYAR, 2000; BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADAS-MENDIETA, 2002; CHAMBERS, BAFNA E MACHRY, 2018; ARPIN; MOHR; BRANNAN, 2019; THORNOCK et al, 2019; BUECKER <i>et al.</i> , 2020; LOSADA-BALTAR <i>et al.</i> , 2020; MERINO et al., 2021

Fonte: elaboração própria, 2023.

Nessa perspectiva, a percepção positiva de suporte social atua no sentido de amortecer (*buffering*) os efeitos do humor negativo e estresse, mas também no sentido de promover o bem-estar dos indivíduos, favorecendo sua satisfação com o ambiente construído.

f) Traços de personalidade

No âmbito da psicologia ambiental, os traços de personalidade (Quadro 30) referem-se às características psicológicas que representam tendências sobre formas de pensar e sentir das pessoas, que se refletem nos tipos comportamentos esperados para essa pessoa.

Quadro 30: Constructos da dimensão psicológica: suporte social

Indicador de desempenho	Relação que qualifica a privacidade		Referências
Suporte social	Regulação das distâncias interpessoais	Contato social desejado	PEREZ-LOPEZ; ARAGONES; AMERIGO, 2017; KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAVER, 2017
	Relações afetivas ambientais	Representação da identidade	GOSLING et al., 2005; TOMAS; AMERIGO; GARCIA, 2016; PEREZ-LOPEZ; ARAGONES; AMERIGO, 2017; KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAVER, 2017; MERINO <i>et al.</i> , 2021
	Equilíbrio das necessidades espaciais		BEADLE <i>et al.</i> , 2012; TOMAS; AMERIGO; GARCIA, 2016; KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAVER, 2017; MERINO <i>et al.</i> , 2021

Fonte: elaboração própria, 2023.

Aplicados à privacidade, os traços de personalidades podem influenciar o nível de tolerância às intrusões e à habilidade de reagir à estas, influenciando a satisfação e a adaptação do indivíduo ao ambiente. No contexto habitacional, eles podem ser utilizados para interpretação das formas de apropriação do espaço, das necessidades de espaço pessoal no ambiente doméstico, da habilidade individual de limitar/alcançar o contato social.

5.1.2 Desenho do modelo avaliativo: formulando as relações entre os constructos

A compreensão de cada um dos constructos e das inter-relações entre eles permitiu descrever as relações sócioespaciais decorrentes dessa interação (Quadro 31).

Quadro 31: Relações que estruturam a privacidade habitacional e as variáveis de avaliação

Relações que estruturam a privacidade habitacional	Variáveis de avaliação (dimensões da privacidade e indicadores de desempenho)				
Caracterização do lugar	Organização espacial	Elementos arquitetônicos	Entorno	Densidade	Objetos pessoais
	Tipologia habitacional	Atividades domésticas	Satisfação dos usuários	Preferências dos usuários	Estresse
Regulação das distâncias interpessoais	Controle da acessibilidade física				
	Organização espacial	Elementos arquitetônicos	Entorno	Densidade	Tipologia habitacional
	Interações sociais	Cultura	Hierarquia de acessibilidade	Estratégias de enfrentamento	Atividades domésticas
	Satisfação dos usuários				
	Contato social desejado				
	Organização espacial	Densidade	Interações sociais	Cultura	Hierarquia de acessibilidade
Relações pessoais	Funcionamento familiar				
	Densidade	Objetos pessoais	Interações sociais	Demarcação de espaço	Satisfação dos usuários
	Estresse	Significado de lar	Suporte social		
	Suporte social percebido				
	Densidade	Controle	Satisfação dos usuários	Estresse	Suporte social
	Relacionamento com vizinhos				
	Entorno	Interações sociais	Suporte social		
Relações afetivas ambientais	Pertencimento ao lugar				
	Entorno	Interações sociais	Controle	Demarcação de espaço	Preferências dos usuários
	Traços de personalidade				
	Representação da identidade				
	Objetos pessoais	Demarcação de espaço	Atividades domésticas	Satisfação dos usuários	Preferências dos usuários
	Significado de lar	Traços de personalidade			
	Senso de comunidade				
	Organização espacial	Entorno	Interações sociais	Demarcação de espaço	Suporte social
	Significação/apropriação do lugar				
	Organização espacial	Objetos pessoais	Tipologia habitacional	Cultura	Hierarquia de acessibilidade
Demarcação de territórios	Atividades domésticas	Traços de personalidade			
Equilíbrio necessidades espaciais dos indivíduos	Elementos arquitetônicos	Entorno	Densidade	Tipologia habitacional	Interações sociais
	Cultura	Hierarquia de acessibilidade	Controle	Demarcação de espaço	Estratégias de enfrentamento
	Atividades domésticas	Satisfação dos usuários	Estresse	Preferência dos usuários	Suporte social
	Traços de personalidade				

Dimensão psicológica

Dimensão social

Dimensão física

Legenda

Fonte: elaboração própria, 2023.

5.2 Delineando um método para avaliação da privacidade habitacional pelo uso de instrumentos da APO

Como demonstrou a revisão realizada, a avaliação da privacidade habitacional implica em examinar questões físicas e sociais relacionadas ao ambiente e seu significado, mas também questões subjetivas dos indivíduos relacionadas ao *self*, às suas relações pessoais e afetivas, ao seu senso de lar, pertencimento e apropriação dos espaços, de modo que, torna-se fundamental escolher procedimentos metodológicos adequados à cada foco de avaliação e às expectativas da pesquisa.

A esse respeito, Elali e Pinheiro (2013, p. 23) destacaram que os métodos/técnicas escolhidos devem levar em consideração “as relações entre espaços e comportamentos públicos e privados, evitando situações que possam constranger os participantes ou influenciar na expectativa social da resposta”. Em direção semelhante, Pereira (2017) ponderou que as pesquisas sobre privacidade habitacional se relacionam à vivência das pessoas no local onde moram, sendo provável que os participantes não se sintam à vontade para expor temas íntimos diante de pessoas com as quais talvez não tenham familiaridade.

Nesse sentido, considerando a complexidade e subjetividade que envolve as relações pessoa-ambiente e dada a necessidade de replicabilidade do modelo proposto, optou-se por identificar quais procedimentos metodológicos relacionados à APO e às análises do ambiente foram mais relevantes nos estudos levantados na RSL. Desse modo, medições de escala fisiológica, ou instrumentos muito específicos não foram considerados no modelo por serem relativos a objetivos mais específicos e que podem ser adicionados ao modelo quando necessário. Além disso para melhor adequar-se ao contexto local e às especificidades do objeto de estudo, foram levantados também os procedimentos adotados em estudos brasileiros com aplicação de APO em apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário.

Conforme demonstrou a RSL realizada, os principais instrumentos utilizados para avaliação da privacidade habitacional foram os questionários, entrevistas, observações e demais avaliações arquitetônicas e comportamentais, que investigassem os aspectos físicos e sociais das edificações, como análise sintática, de fotografias ou projetos. No que se refere aos estudos brasileiros envolvendo APO, Galvão, Ornstein e Ono (2013) levantaram 11 teses ou dissertações que aplicavam os métodos e técnicas da APO em empreendimentos multifamiliares ofertados pelo mercado imobiliário, entre as décadas de 1990 e 2000. Esses estudos foram atualizados em pesquisa sobre a produção de trabalhos acadêmicos, a partir dos anos 2000, no site do Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sendo identificadas outras 07 produções acadêmicas que utilizavam a APO no mesmo tipo de

empreendimento. Esses 18 estudos foram detalhados com informações sobre os autores, ano, título, objetivo do trabalho, instituição e tipo de publicação, mas especialmente em relação aos instrumentos da APO utilizados na sua avaliação (Apêndice E). Como resultado, essa revisão demonstrou que nos estudos acadêmicos brasileiros envolvendo habitações multifamiliares verticais destacaram-se principal o uso de instrumentos como: questionário, entrevista e *walkthrough*.

Ademais, para viabilizar a etapa de validação do modelo proposto, demonstrou-se necessário também apresentar o instrumento relativo ao painel de especialistas, com a avaliação teórica do modelo, e um pré-teste do modelo, visando sua validação empírica.

Nessa perspectiva, entendeu-se que para a formulação adequada do modelo para avaliação da privacidade habitacional deveriam ser utilizar primordialmente os instrumentos de: 1) *walkthrough*, 2) entrevistas, 3) questionários, 4) avaliação física e social, 5) painel de especialistas, 6) um pré-teste. Logo, com o objetivo de compreender as formas de aplicação e parâmetros de avaliação que envolvem os constructos e relações apresentadas, buscou-se apresentar as formas de abordagens dos referidos procedimentos metodológicos.

Para tanto, Villa, Saramago e Garcia (2016) ponderaram que a definição clara dos procedimentos metodológicos da APO deveriam abranger a caracterização de seus objetivos, os critérios de avaliação considerados e tipos de técnicas de pesquisa utilizados. Dadas essas especificidades, foram apresentados a seguir as características e formas de aplicação de cada instrumento, divididos em: 1) avaliação da percepção dos usuários, 2) avaliação física e social e 3) validação do modelo.

5.2.1 Avaliação da percepção dos usuários

Para avaliar as questões subjetivas dos indivíduos mostrou-se necessário recorrer ao uso de instrumentos de verificação da percepção dos usuários envolvidos no processo do projeto das habitações da desde a concepção ao uso. Nesse sentido foram levantados os instrumentos de: *walkthrough*, questionários e entrevistas, cujas fontes de dados, objetivos escalas de abrangências, tema-chave e variáveis de avaliação foram sintetizados no Quadro 32.

Quadro 32: Síntese dos instrumentos para avaliação da percepção dos usuários

Instrumento	Fonte de dados	Objetivo	Escalas de abrangência	Temas-chave	Indicadores de desempenho		
					Dimensão física	Dimensão social	Dimensão psicológica
Walkthrough	Moradores Gestores do edifício Pesquisador	Realizar a identificação descritiva (caracterização do lugar) e qualitativa (relações pessoais e afetivas ambientais) dos ambientes	UHs Edifício Vizinhança próxima	Privacidade	Organização espacial Elementos arquitetônicos Entorno Objetos pessoais Tipologia habitacional	Atividades domésticas Interações sociais Controle Demarcação dos espaços	-
				Territorialidade e espaço pessoal			
Questionário	Moradores		Indivíduo UHs Edifício Vizinhança próxima	Privacidade	Elementos arquitetônicos Densidade Tipologia habitacional	Controle Demarcação dos espaços Atividades domésticas	Satisfação dos usuários
				Territorialidade e espaço pessoal	Entorno Objetos pessoais Tipologia habitacional	Interações sociais Controle Demarcação dos espaços Atividades domésticas	Traços de personalidade Suporte social
				Aglomeración	Organização espacial Elementos arquitetônicos Entorno Densidade	Interações sociais Estratégias de enfrentamento	Satisfação dos usuários Estresse Suporte social
				Solidão	Entorno	Interações sociais Estratégias de enfrentamento	Satisfação dos usuários Estresse Suporte social Traços de personalidade
Entrevista	Moradores		Indivíduo UHs Edifício Vizinhança próxima	Privacidade	Organização espacial Elementos arquitetônicos Entorno Objetos pessoais	Atividades domésticas Demarcação dos espaços Controle	Satisfação dos usuários Preferências dos usuários Significado de lar
				Territorialidade e espaço pessoal	Entorno Objetos pessoais	Interações sociais Atividades domésticas Demarcação dos espaços Estratégias de enfrentamento	Preferências dos usuários Significado de lar
				Aglomeración	Densidade Elementos arquitetônicos	-	Estresse
	Agentes do mercado imobiliário		UHs Edifício	Privacidade	Organização espacial	-	Significado de lar
	Gestores do edifício		UHs Edifício Vizinhança próxima	Privacidade Territorialidade e espaço pessoal	Organização espacial Elementos arquitetônicos Entorno	Interações sociais Atividades domésticas Controle Demarcação dos espaços	Preferências dos usuários

Fonte: elaboração própria, 2023.

5.2.1.1 Walkthrough

De acordo com Ornstein (2016), o *walkthrough*, realizado pelo pesquisador, requer a definição de um percurso detalhado do edifício seguindo um roteiro baseado em *checklist* sobre o sistema construtivo e seu desempenho. No caso das habitações, Villa (2013) afirmou que a técnica permite realizar a identificação descritiva e qualitativa dos ambientes, verificando a situação atual em que ele se encontra. Ainda segundo a autora, o *walkthrough* permite uma primeira aproximação do pesquisador com os espaços a serem avaliados, sugerindo que esta avaliação se baseie em aspectos funcionais, técnicos, estéticos/formais e comportamentais, conforme método proposto por Sanoff (2001).

Sanoff (2001) propôs que, através de *checklists*, seria possível avaliar o entorno e a relação do edifício com ele, a facilidade orientação no espaço (*wayfinding*), a sociabilidade, o conforto e os atributos físicos. Em estudos brasileiros, o *walkthrough* foi utilizado para avaliações técnicas das áreas de uso comum (DUARTE, 2006), do interior dos apartamentos (BRANDÃO, 2015; COUTO, 2016) ou para ambos (VILLA, 2008; SALVATI, 2011; PEREIRA, 2017), e tinha por objetivo, principalmente, a caracterização física dos lugares.

Aplicado à privacidade habitacional, Pereira (2017) utilizou o *walkthrough* para avaliação do interior das UHs, com o objetivo de identificar os elementos arquitetônicos de controle da exposição visual dos ambientes internos, e das áreas comuns do condomínio, com o intuito de identificar, por meio de observações e acompanhamento com pessoas-chaves, os locais de maiores concentrações e fluxos de pessoas. Arviv e Eizenberg (2021) utilizaram o *walkthrough* para realizar as entrevistas com moradores a respeito de temas como a identidade, senso de pertencimento e apego. Ao serem feitas ao redor das áreas comuns dos edifícios, as descrições feitas pelos moradores revelaram o modo como suas experiências, perspectivas e interpretações sobre a forma de organização espacial possibilitava, moldava ou delimitava as interações sociais.

Dessa maneira, o uso do *walkthrough* viabiliza a caracterização do lugar, principalmente por meio da avaliação da organização espacial, elementos arquitetônicos, entorno, dos objetos pessoais, tipologia habitacional e atividades domésticas, mas também a descrição das relações pessoais e afetivas ambientais, pela avaliação das interações sociais, controle e demarcação dos espaços. De acordo com os estudos levantados, sua aplicação pode abranger a escala da UH, do edifício ou da vizinhança, podendo envolver o pesquisador, pessoas-chaves (gestores do edifício) ou os moradores.

5.2.1.2 Questionários online

Em APO, os questionários são instrumentos de ordem quantitativa que buscam prioritariamente verificar o nível de satisfação dos usuários com o ambiente construído durante seu uso (ONO; ORNSTEIN, 2018). Para tanto, as referidas autoras ponderaram que antes de aplicar a técnica, o pesquisador deve ter em mente algumas definições, dentre elas: objetivo, público-alvo e amostra, técnica de aplicação, conteúdos, os tipos de perguntas, o aspecto visual e o pré-teste com seus eventuais ajustes.

O objetivo depende da natureza da pesquisa e deve ser definido conforme as necessidades de cada pesquisador. A escolha do público-alvo e da amostra, por sua vez, deve levar em consideração a natureza do objeto de estudo. Em discussão sobre a confiabilidade de pesquisas em APO, Vittorino e Ono (2013) recomendaram amostras com níveis de confiança próximos a 90%. A respeito da técnica de aplicação, os questionários normalmente são aplicados de forma presencial ou online e nas pesquisas sobre privacidade habitacional ambos foram utilizados. Lindsay (2010) destacou que as visitas *in loco* terem o potencial de criar vínculo entre pesquisador e moradores, o que pode facilitar o preenchimento dos questionários. Sobre os questionários online, diferentes trabalhos demonstraram o potencial do seu uso, especialmente quando tratava de amostras maiores (THORNOCK et al. 2019; POGGIO et al., 2018 TOMAS, AMERIGO; GARCIA, 2016; RUIZ-CASARES, 2012), ou em situações nas quais houve limitações de acesso aos participantes, como no caso dos estudos da pandemia da COVID-19 (MERINO et al., 2021; LOSADA-BALTAR et al., 2020; SOGA et al., 2020).

Sobre os tipos de perguntas, elas podem ser de dois tipos principais: estruturadas e não-estruturadas. As estruturadas podem ser dicotômicas, do tipo sim ou não, ou de múltipla escolha, sendo as de escala: a) nominal – quando se tem uma identificação única, como sexo, idade, profissão, b) ordinal – em que a ordem de números indica as posições relações entre classe – classificações de preferência, escolaridade, opinião, c) intervalar – quando se tem comparações de faixas e intervalos, como satisfação. As não estruturadas são perguntas ditas abertas em que se podem esperar respostas variadas, podendo ser quantitativas, quando são aferidos valores numéricos, ou qualitativas quando deixa-se o respondente emitir sua opinião (ONO; ORNSTEIN, 2018).

Em relação aos conteúdos, Malhotra et al. (2005) classificaram as informações a serem coletadas em três tipos: as básicas, de classificação e de identificação. As básicas relacionam-se diretamente ao objetivo da pesquisa, as de classificação servem para definir o perfil dos respondentes e as de identificação correspondem aos dados pessoais dos respondentes. A

análise dos conteúdos dos questionários nos estudos levantados, demonstraram que os as perguntas relacionavam-se especialmente aos dados sócios demográficos dos participantes e demais perguntas específicas sobre cada eixo temático. Esses conteúdos e os resultados obtidos por essas análises, foram detalhados a seguir, sendo destacados apenas as variáveis de avaliação que se relacionaram aos constructos das dimensões de privacidade já apresentados. Assim, ainda que itens como sustentabilidade, consumo energético, dentre outros, sejam importantes para a percepção espacial, estilo de vida e consequentemente satisfação dos usuários, não foram detalhados por estarem fora do escopo da pesquisa pretendida.

a) Dados sociodemográficos

Dada a relação imbricada entre cultura e privacidade, o levantamento dos dados sociodemográficos, foi amplamente utilizado nas pesquisas sobre privacidade habitacional. Para Lindsay; Williams; Dair (2012), a idade, gênero, tipo de domicílio e propriedade, densidade domiciliar, tempo de residência e renda tem impacto nas atitudes e comportamentos dos usuários e relacionados à privacidade. Outro dado importante levantado nos estudos existentes diz respeito a influência do arranjo familiar (MUNRO; MADIGAN, 1993; CHAN, 2000; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; CAMPAGNA, 2016; BEADLE et al., 2012; RUIZ-CASARES, 2012; MORRISON, POULIN; HOLMAN, 2018; PEREZ-LOPEZ, ARAGONES; AMERIGO, 2017; WANG et al., 2017; BRUNSON, KUO; SULLIVAN, 2001; THORNOCK et al. 2019), que envolve tanto o estado civil, como a presença de crianças/filhos/irmãos.

Sobre a relação dos dados demográficos nas percepções dos usuários, os seus impactos foram bastante diversificados a depender das amostras e dos eixos temáticos tratados. Nesse sentido, as relações entre os dados demográficos e cada tema foi tratada em seu tópico específico.

b) Privacidade

Quando se tratou dos trabalhos focados no tema-chave da privacidade, os dados demográficos foram correlacionados às percepções de controle e relações de gênero e familiares (RAHIM, 2015; MUNRO; MANDIGAN, 1993; CHAN, 2000; LINDSAY, 2010) LINDSAY, WILLIAMS, DAIR, 2012; AL-KODMANY, 2000) e a satisfação dos usuários (REIS; LAY, 2003)

Rahim (2015) observou que não havia diferença significativa entre a percepção sobre controle da exposição visual e o gênero, escolaridade, idade ou renda familiar. Em direção semelhante,

Reis e Lay (2003) notaram que o aumento no número de moradores no interior da unidade, não influenciou os níveis de satisfação com a privacidade visual interna.

Por sua vez, Munro e Madigan (1993) demonstraram que a privacidade habitacional, negociada dentro dos limites do espaço físico interno, dependia dos papéis sociais de cada indivíduo, sendo diferente para mulheres, homens e crianças. Chan (2000) ratificou esses resultados indicando diferenças de percepções sobre compartilhamento de informações pessoais entre indivíduos casados e solteiros, bem como diferenças significativas na permeabilidade das barreiras interpessoais relacionadas aos diversos papéis sociais (esposa, marido, filhos, irmãos).

Ao estudarem dormitórios estudantis femininos e masculinos, Kaya e Erkip (2001) revelaram que o tamanho da família teve forte relação com a percepção de privacidade e que as mulheres se sentiram mais aglomeradas e tiveram percepção espacial de quartos menores quando comparadas aos homens. Lindsay (2010) e Lindsay, Williams e Dair (2012) corroboraram as diferenças de percepções entre gêneros, evidenciando que, as mulheres ficaram um pouco mais confortáveis com a visão da área de estar de suas moradias por pessoas de fora do que os homens. Numa perspectiva feminina e transcultural, Al-Kodmany (2000) revelou que as mulheres sírias desejavam graus de alta privacidade visual em relação aos transeuntes e vizinhos em todos os espaços da habitação, enquanto para as mulheres americanas, os níveis de privacidade variaram em relação às atividades desenvolvidas.

Sobre os conteúdos básicos dos questionários sobre privacidade, as perguntas associaram-se principalmente à caracterização do lugar, à regulação das barreiras interpessoais e ao equilíbrio das necessidades dos indivíduos, por meio da aferição da satisfação dos usuários com o espaço físico ou com a privacidade, dos desejos de privacidade nos ambientes ou atividades domésticas, principalmente relacionados à organização espacial e disponibilidade dos elementos arquitetônicos.

A satisfação dos usuários foi medida pela satisfação geral com a residência (REIS; LAY, 2003; ELMANSURI, GOODCHILD, 2019), por meio da aferição individual do grau de satisfação com a quantidade, dimensionamento e disponibilidade de elementos arquitetônicos internos ou externos (ELMANSURI, GOODCHILD, 2019; RAHIM, 2015; LINDSAY; WILLIAMS; DAIR, 2012; PABLE, 2012), mas especialmente pela satisfação com a nível desejado/alcançado de privacidade relacionada à quem poderia participar das atividades domésticas (RAHIM, 2015; VILLA, 2008; REIS; LAY, 2003; KAYA; ERKIP, 2001; AL-KODMANY, 2000; CHAN, 2000; PEREIRA, 2017), numa escala sensorial (presença, visual, auditiva, tátil) e relacional (amigos, vizinhos, familiares).

Os resultados dessas avaliações, revelaram que o grau de satisfação com a privacidade pode estar relacionado com a necessidade de realização de reformas ou mudanças de uso (ELMANSURI, GOODCHILD, 2019; PEREIRA, 2017; AL-KODMANY, 2000), as distâncias entre habitações, quantidade de quartos e à tipologia habitacional (LINDSAY; WILLIAMS; DAIR, 2012) e a disponibilidade de elementos de controle do ambiente físico (PABLE, 2012; AL-KODMANY, 2000; PEREIRA, 2017). E, no caso brasileiro, estavam também relacionadas às conexões funcionais/visuais e as necessidades de privacidade em cada ambiente/atividade (VILLA, 2008; REIS; LAY, 2003).

c) Territorialidade e espaço pessoal

A respeito da territorialidade e espaço pessoal, as informações sociodemográficas relacionaram-se principalmente às diferentes percepções relacionadas à demarcação e uso de objetos pessoais nos espaços internos da habitação e sua vizinhança e as consequências da composição familiar nesses resultados.

Na escala da unidade, Perez-Lopez, Aragonés e Amerigo (2017), ao estudar os espaços pessoais primários, demonstraram que os objetos e vestígios pessoais nesses espaços são capazes de revelar as características sociodemográficas dos usuários, tais como gênero, idade, ocupação e estado civil. Morrison, Poulin e Holman (2018) avaliaram que a tipologia da habitação e expressão dos territórios enquanto símbolo de status, gera diferentes níveis de estresse entre homens e mulheres, estando a demarcação de territórios, nesse caso, menos relacionada ao tipo da propriedade, grau de escolaridade, renda, etnia ou estado civil dos moradores. Na escala da vizinhança, diferentemente do estudo anterior, Brunson, Kuo e Sullivan (2001) demonstraram que a apropriação territorial tem forte correlação com a idade, o tipo de propriedade e à estrutura familiar, em especial ao número de crianças.

Sobre os conteúdos, as avaliações levantaram dados sobre a caracterização do lugar, a regulação das barreiras interpessoais, as relações pessoais e afetivas e o equilíbrio das necessidades dos indivíduos, por meio de perguntas aos usuários sobre a significação e a proteção/defesa do lugar, a representação da identidade e as relações com vizinhos ou familiares.

Nesse sentido, foram avaliados o grau de importância das facilidades (FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015) e o nível de incivildades (BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; DUNSTAN et al., 2005) existentes no entorno, o grau de pertencimento/apego (POGGIO et al., 2018; FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015) ao lugar ou objetos e de coesão da comunidade (BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001), e quais eram os comportamentos relacionados à proteção, defesa e uso desses territórios (BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; VILLA, 2008;

GAVIÃO, 2012; MARTYN, 2008; VILLA et al. 2015). Ademais, no que se referente à identidade foi avaliado o grau de identificação dos territórios primários com os traços de personalidades dos indivíduos (POGGIO et al., 2018; PEREZ-LOPEZ;ARAGONES; AMERIGO, 2017; GOSLING et al., 2005), estes medidos pelo instrumento do Big Five, que mede ,em escalas opostas, as características consideradas de: extroversão (*extraversion*), neuroticismo (*neuroticism*)²⁵, abertura (*openness*), socialização ou amabilidade (*agreeableness*) e realização ou conscienciosidade (*conscientiousness*).

Essas avaliações permitiram compreender que os traços de personalidade dos indivíduos podem se expressar pelo uso de objetos pessoais nos seus territórios primários (PEREZ-LOPEZ, ARAGONES E AMERIGO (2017); GOSLING et al., 2005; POGGIO et al., 2018), que a criação senso de pertencimento (FARKISCH; AHMADI; CHE-ANI, 2015; BRUNSON; KUO; SULLIVAN, 2001; DUNSTAN et al., 2005) e comunidade (MARTYN, 2008) determinados pelas características físicas e interações sociais com os vizinhos, influenciam o senso de segurança, proteção e conservação dos espaços coletivos (territórios secundários).

d) Aglomeração

Nos estudos sobre aglomeração os principais dados demográficos que influenciaram a percepção de densidade, foram a composição familiar (FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; CAMPAGNA, 2016) e algumas diferenças entre gênero, quando tratou das estratégias de enfrentamento (AMOLE, 2005). Outros dados como tipologia habitacional, idade, nível de escolaridade não produziram análises correlacionais significativas nos demais estudos realizados (ROLLINGS; EVANS, 2019; CORAPCI; WACHS, 2002).

Os questionários sobre aglomeração, trouxeram, principalmente, questões relacionadas às características do lugar, às relações pessoais e afetivas e ao equilíbrio necessidades espaciais dos indivíduos.

Nesse sentido, foram levantados parâmetros como a sensação de distância percebida (THORNOCK et al., 2019; SINHA; NAYYAR, 2000), o impacto do ambiente físico com levantamento sobre dimensões, quantidades e variedade de elementos arquitetônicos (ROLLINGS; EVANS, 2019; CORAPCI; WACHS, 2002; CAMPAGNA, 2016; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017) como janelas, pé direito, ruído e mobiliário, ou da qualidade (SINHA; NAYYAR, 2000; TOMÁS; AMÉRIGO; GARCÍA, 2016) e satisfação ambiental percebida

²⁵ Neuroticismo: tendência para experimentar emoções negativas (ansiedade, raiva, depressão); instabilidade emocional

(AMOLE, 2005; KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAUVER, 2017) ou o número de inadequações percebidos (CAMPAGNA, 2016; CHAMBERS; BAFNA; MACHRY, 2018).

Além disso, quando relacionada às relações pessoais, aos parâmetros avaliados foram o funcionamento familiar, expresso pela capacidade de resposta afetiva familiar, a expressividade emocional, a aceitação e a tomada de decisão (THORNOCK et al., 2019), pela quantidade interações (vocais e visuais) entre pais e filhos e o suporte social percebido, medido pela frequência do contato, a quantidade de suporte recebido e se essas relações sociais atendem as necessidades dos respondente (GOMEZ-JACINTO; HOMBRADOS-MENDIETA, 2002). Além disso, o relacionamento com os vizinhos, foi aferido pela densidade da rede de relações e quão satisfeitos estão com esses suportes sociais (SINHA; NAYYAR, 2000) ou pela medida de coesão social (CHAMBERS; BAFNA; MACHRY, 2018).

Por fim, foram levantadas as estratégias de enfrentamento, levantando quais comportamentos foram empregados e em que medida elas foram usadas (AMOLE, 2005; KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAUVER, 2017), foram medidos o nível de estresse percebido, pelos sintomas de ansiedade, depressão ou distúrbios de conduta (ROLLINGS; EVANS, 2019; CAMPAGNA, 2016; GOMEZ-JACINTO; HOMBRADOS-MENDIETA, 2002; EVANS; LEPORE ; ALLEN, 2000) e foram levantados os traços de personalidade dos indivíduos (KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAUVER, 2017; TOMÁS; AMÉRIGO; GARCÍA, 2016)

Os resultados dos questionários demonstraram que a fluidez do espaço e as aberturas para vistas externas (FISHER-GEWIRTZMAN, 2017), o suporte social percebido (SINHA; NAYYAR, 2000), a espaciosidade dos quartos (ROLLINGS; EVANS, 2019), a quantidade de espaço físico disponível (EVANS; LEPORE; ALLEN, 2000) influenciam a necessidade de espaço pessoal e, conseqüentemente a densidade percebida no interior das habitações.

Sobre as inadequações dos ambientes, as pesquisas apontaram que sua percepção pode ocasionar retiradas indesejadas (AMOLE, 2005; CAMPAGNA, 2016), dificuldades de utilizar estratégias de enfrentamento adequadas aos seus desejos de privacidade (KHACHATUROVA; NARTOVA-BOCHAUVER, 2017) ou disparidades de papéis e conflitos de autoridade, influenciando o desamparo percebido (CAMPAGNA, 2016). Ainda sobre o funcionamento familiar, os estudos demonstraram que as percepções de distância e aglomeração podem comprometer a expressividade emocional e a tomada de decisão familiar influenciando as relações de abertura ou distanciamento entre os membros da família (THORNOCK et al, 2019) e o comportamento parental (CORAPCI; WACHS, 2002).

Por fim, sobre os níveis estresse foram mediados pela liberdade nas escolhas ou controle relacionado ao ambiente também (SINHA; NAYYAR, 2000; FISHER-GEWIRTZMAN, 2017; TOMÁS; AMÉRIGO; GARCÍA, 2016; AMOLE, 2005), sendo observado também que as

densidades do quarto (ROLLINGS; EVANS, 2019) e domiciliar (GOMEZ-JACINTO; HOMBRADOS-MENDIETA, 2002) tinham maior impacto no estresse e aglomeração percebidos em relação à densidade urbana.

e) Solidão

As pesquisas sobre solidão em habitações revelam relações mais estreitas entre as percepções dos usuários e suas características sociodemográficas, sendo relatadas diferenças nas escalas de solidão relacionadas ao estado civil (BEADLE et al., 2012), a idade (RUIZ-CASAREZ, 2012) e gênero (ARPIN; MOHR; BRANNAN, 2015; RUIZ-CASAREZ, 2012), pelo qual as mulheres expressam sentir mais solidão que os homens.

Sobre os conteúdos para aferir as percepções de solidão, as medições relacionadas aos aspectos físicos das habitações foram menos frequentes, sendo esta uma condição mais associada ao *self* dos indivíduos. Dessa maneira, as avaliações relacionaram-se às características do lugar, mas especialmente às relações pessoais e ao equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos.

O principal instrumento para aferi-la foi a escala de solidão UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles), desenvolvida por Russell (1996) que corresponde a uma escala de avaliação de 20 itens (escala de 4-pontos) que mede os sentimentos subjetivos de solidão e isolamento social percebidos por uma pessoa. Assim, esteve intimamente relacionada ao suporte social percebido, medido pela percepção de que se tem “se alguém para o ajudar” (MERINO et al., 2021), pela satisfação com o suporte dos membros da família (LOSADA-BALTAR et al., 2020;), pela percepção de coesão da vizinhança (MATTHEWS et al., 2019) ou pela percepção de disponibilidade de suporte nas relações interpessoais (ARPIN, MOHR; BRANNAN; 2015)

Na escala física, a solidão foi correlacionada principalmente à presença de áreas verdes ou livres (SILVA et al., 2020; SOGA et al., 2021; BEZERRA et al., 2020) ou condições do entorno (MATTHEWS et al., 2019). Na dimensão psicológica foram levantados os traços de personalidade (MERINO et al., 2021, BEADLE, et al, 2012) e a satisfação com a habitação (Merino et al., 2021; BEZERRA et al., 2020;). Na dimensão social, foram levantadas as estratégias de enfrentamento por meio de questões sobre as necessidades, sentimentos positivos e negativos e tipos de mecanismos de enfrentamento relacionados a estar só em casa (RUIZ-CASARES, 2011)

Os resultados dos questionários demonstraram que a satisfação com a qualidade habitacional pode diminuir os efeitos dos estressores ambientais (MERINO et al., 2021; BEZERRA et al., 2020; SILVA et al., 2020) e que traços de personalidade, como percepção de vitalidade (MERINO et al., 2021) podem mediar as percepções de solidão. Sobre os efeitos da solidão,

quando do desejo do indivíduo de estar só, o tempo sozinho era utilizado para autocuidado e desenvolvimento de atividades cotidianas (RUIZ-CASAREZ, 2011), entretanto quando a solidão era indesejada, levava à depressão, automutilação ou neuroticismo (RUIZ-CASAREZ, 2011; MATTHEWS et al., 2019), ou a imagens ambientais negativas, como a percepção de desordem (MATTHEWS et al., 2019).

No que se refere exclusivamente à pandemia, o estresse percebido foi correlacionado especialmente à quantidade de pessoas na residência (MERINO et al., 2021; BEZERRA et al. 2020) e a presença de áreas abertas pareceu diminuir os efeitos dos estressores ambientais (SILVA et al. 2020; BEZERRA et al., 2020; SOGA et al., 2020) relativos ao período de isolamento social.

Dessa maneira, o uso dos questionários viabilizou a caracterização do lugar, sob a ótica do usuário, principalmente por meio da avaliação da organização espacial, elementos arquitetônicos, do entorno, da tipologia habitacional, da densidade, das atividades domésticas. As relações pessoais foram levantadas pelas interações sociais e suporte social e as afetivas pelos traços de personalidade, objetos pessoais, demarcações dos espaços e preferências dos usuários. O equilíbrio das necessidades espaciais pela cultura, satisfação dos usuários, estresse, controle e estratégias de enfrentamento. Sobre as escalas, sua aplicação abrangeu o indivíduo, a UH, o edifício e a vizinhança, envolvendo, nos casos levantados, os moradores.

5.2.1.3 Entrevistas

O uso de entrevistas como forma de coleta de dados em pesquisas sobre privacidade habitacional foi recomendado expressamente por diferentes autores (ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; ELALI; PINHEIRO, 2013; SOBH; BELK, 2011; KINTREA, BANNISTER; PICKERING, 2010; LINDSAY, 2010; TOKER, 2004; HASHIM et al., 2006).

Elmansuri e Goodchild (2019) consideraram que as respostas qualitativas extraídas das entrevistas garantem aos respondentes a oportunidade de se expressarem em suas próprias palavras. Lindsay (2010) apontou que entrevistas sobre as percepções de privacidade ou relações com os vizinhos podem adicionar maior profundidade às descobertas sobre os referidos temas. Para tanto, Kintrea, Bannister e Pickering (2010), advertem que, dada a natureza delicada, o pesquisador deve estabelecer um diálogo amigável com o respondente, em vez de apenas interrogá-los sobre os assuntos. Nesse sentido para melhor entender as técnicas de aproximação dos pesquisadores com os respondentes, foram detalhados os procedimentos utilizados nas pesquisas levantadas.

A partir da RSL realizada e da revisão de produções brasileiras na área de habitação, com aplicação dos instrumentos da APO, foram identificadas três técnicas principais de entrevistas no tema da privacidade habitacional: entrevistas com moradores, entrevista com gestores do edifício e entrevista com arquitetos.

Nesse sentido, as entrevistas envolveram-se com a caracterização do lugar pela avaliação da organização espacial, tipologia habitacional e atividades domésticas. As relações pessoais, pelas interações sociais e suporte social, e afetivas, pelos objetos pessoais, demarcação dos espaços e preferências dos usuários. O equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos pela cultura, satisfação dos usuários, estratégias de enfrentamento e controle. Sobre as escalas, sua aplicação abrangeu o indivíduo, a UH, o edifício e a vizinhança, envolvendo, nos casos levantados, moradores, gestores do edifício e projetistas.

a) Entrevistas com moradores

As entrevistas com moradores foram validadas por diferentes estudos com o objetivo de se obter mais detalhes sobre as percepções de privacidade, territorialidade e, em poucos casos, aglomeração dos usuários, na escala da unidade e da vizinhança. Por seu caráter subjetivo, as entrevistas com moradores envolveram-se principalmente com as relações afetivas ambientais e a regulação das distâncias interpessoais.

Em relação regulação das distâncias interpessoais, as entrevistas normalmente envolveram perguntas sobre as dinâmicas de uso dos espaços e o atendimento das necessidades de privacidade (ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; SMET; HEYLIGHEN, 2020; FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015; RAZALI; TALIB, 2013; SOBH; BELK, 2011; AL-KODMANY, 2000; HASHIM et al, 2006; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; PABLE, 2012) ou de territorialidade (WANG et al. 2007), bem como questões sobre a satisfação dos usuários e as necessidade de reformas/mudanças nas moradias ou seu entorno (DAY, 2000; OZAKI, 2002; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007).

A respeito das relações afetivas ambientais, as perguntas relacionaram-se ao significado de lar (MAIA, 2012; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019) e de privacidade (PABLE, 2012; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019), as preferências dos usuários sobre os espaços internos (GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011), espaços de brincar (WANG et al., 2007), à história família e da moradia (GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007; SOBH; BELK, 2011; CONELLAN, 2019; WILLEMS; SMET; HEYLIGHEN, 2020).

Sobre as formas de apropriação dos espaços, as perguntas foram sobre às percepções de pertencimento ao lugar (WANG et al., 2007) e comportamentos na vizinhança (KINTREA,

BANNISTER E PICKERING, 2010), os objetos pessoais/decoração e seus significados (SOBH E BELK, 2011; CONNELLAN, 2019; GIORGI, PADIGLIONE E PONTECORVO, 2007). Além disso, as entrevistas perguntaram sobre as formas de proteção/defesa do lugar, com questões sobre quais elementos arquitetônicos de controle ou estratégias de enfrentamento eram utilizados para regular o contato/acesso às atividades (PABLE, 2012; WANG et al., 2007; MAIA, 2012). Por fim, nos estudos da aglomeração, as entrevistas levantaram questões sobre a densidade percebida pelos moradores (PABLE, 2012; ROLLINGS; EVANS, 2019; EVANS; LEPORE, 2000)

Como estratégia de aproximação entre pesquisador e morador, diferentes pesquisas demonstraram o potencial do uso de fotografias ou vídeos registrados pelos moradores, para iniciar o diálogo e facilitar a fluidez da entrevista (WILLEMS; SMET; HEYLIGHEN, 2020; PABLE, 2012; GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007). Ademais, essas mídias foram utilizadas também como fonte de dados para as avaliações físicas e sociais do ambiente construído.

Sobre a dimensão física, as entrevistas revelaram que a presença de áreas livres foi importante para a percepção de privacidade (DAY, 2000) e desenvolvimento do comportamento territorial em crianças (WANG et al., 2007) e que a organização espacial, apesar de ser reflexo da cultura, podem ser influenciadas por outras questões, tal como as climáticas o que, por sua vez, pode comprometer as necessidades de privacidade, pela necessidade, por exemplo, de ser manterem as janelas abertas (HASHIM et al., 2006)

Os resultados demonstraram que o conceito de lar e privacidade “andam juntos” (ELMANSURI; GOODCHILD, 2019) e normalmente associam-se à ideia de um lugar de refúgio, da família, para relaxar (MAIA, 2012; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; SMET; HEYLIGHEN, 2020). Sobre a satisfação dos usuários, as entrevistas demonstraram que a privacidade é uma queixa frequente dos moradores (FALLAH; KHALILI; RASDI, 2015) e que nos ambientes, que estejam em desacordo com as expectativas e necessidades dos seus usuários, são esperadas reformas ou usos diferentes dos planejados em projeto (ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; AL-KODMANY, 2000). Por outro lado, os autores apontaram que quando adequada às necessidades dos indivíduos, a habitação ou demais territórios primários e secundários podem se tornar uma representação da identidade dos indivíduos e apoiar a estrutura familiar e as interações sociais desejadas de uma forma mais adequada (WILLEMS; SMET; HEYLIGHEN, 2020; PABLE, 2012)

A respeito das preferências, os resultados revelaram que as necessidades de privacidade dos moradores podem ser compensadas por outras demandas, como questões financeiras ou de proximidade com o trabalho (ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; DAY, 2000).

Sobre a personalização, decorações e objetos pessoais, estes foram apontados como sendo elementos simbólicos de representação da família (SOBH; BELK, 2011; CONNELLAN, 2019; MAIA, 2012), de demarcação territorial e diferenciação social (SOBH; BELK, 2011; MAIA, 2012), mas também como fonte de dados importantes para leitura e compreensão do funcionamento familiar, por representarem as hierarquias de poder/posse dos espaços (GIORGI; PADIGLIONE; PONTECORVO, 2007).

Por fim, sobre aglomeração as entrevistas apontaram que ainda pode haver discrepância entre a percepção de densidade dos moradores e as reações de estresse às altas densidades (EVANS; LEPORE, 2000) e que a altura dos ambientes e que a inclusão de elementos arquitetônicos de controle, como portas, divisórias ou cortinas, pode reduzir os efeitos da densidade percebida (PABLE, 2012; ROLLINGS; EVANS, 2019)

Diante do exposto, o objetivo das entrevistas com moradores consistiu em compreender, em maior profundidade, o significado de lar, de privacidade e dos espaços pessoais, os padrões de uso associados a eles, e em que medida essas necessidades estão sendo atendidas pela moradia atual e quais desejos futuros.

b) Entrevistas com agentes do mercado imobiliário

Apenas nos estudos específicos sobre o tema chave da privacidade, a técnica de entrevistar agentes do mercado imobiliária foi feita a partir de entrevistas com arquitetos, o que reafirma a ligação intrínseca que existente entre o espaço construído e a privacidade.

Elmansuri e Goochild (2019) entrevistaram arquitetos para entender quais eram suas representações a respeito do significado de lar, identificando também quais fatores influenciavam a concepção do projeto e como os espaços eram distribuídos para atender as aspirações dos usuários. Fallah, Khalil e Rasdi (2015) utilizaram suas entrevistas para compreender como era concebida a organização espacial da das habitações e quais funções e grupos eram pensados nesses espaços. Sobh e Belk (2011) buscaram entender dos profissionais quais eram as necessidades predominantes de privacidades percebidas por eles e como isso influenciava a organização espacial dos seus projetos. O uso de entrevistas com arquitetos em pesquisa sobre privacidade habitacional buscou, portanto, identificar como os profissionais enxergam a privacidade e como rebatiam isso nos projetos demandados.

c) Entrevistas com gestores do edifício

No campo da investigação da privacidade habitacional, apenas o estudo de Pereira (2017) ter utilizado a entrevista com gestores do edifício, representado pelo síndico, como técnica de

avaliação da privacidade habitacional. Entretanto, dada a necessidade de se investigar mais a fundo as questões e conflitos relacionados à vizinhança e a especificidade do caso brasileiro, relacionada aos condomínios e suas áreas de uso comum, identificou-se o potencial de uso dessa técnica, como já abordado e recomendado em outras APO aplicadas a casos de estudos nacionais (CARDOSO, 2003; VILLA, 2013; MARTYN, 2008).

Através dessas entrevistas, torna-se possível identificar o uso dos espaços comuns do edifício, as características dos moradores e os conflitos mais recorrentes (VILLA, 2013). Pereira (2017) defendeu que os síndicos são personagens-chave no diagnóstico da territorialidade em um edifício, por vivenciarem as atividades cotidianas, por serem receptores das queixas dos condôminos e provedores de solução. Nesse sentido, utilizou a entrevista para compreender como as questões de privacidade influenciam na administração do condomínio e como o síndico lida com os problemas relacionados à falta de privacidade no interior ou exterior dos apartamentos.

Dessa maneira, a entrevista com síndico objetiva levantar as informações sobre o uso dos espaços comuns e se há uso predominante de algum grupo específico nas áreas de uso comum (territorialidade) identificando quais espaços são mais utilizados, quais são as reclamações mais recorrentes dos condôminos e se existem conflitos entre os moradores, tanto relacionados ao uso dos espaços comuns, tanto em relação ao, quanto em relação a privacidade nas suas unidades (invasão por observações, barulho, cheiros ou presenças indesejadas).

Nas pesquisas brasileiras, os resultados das entrevistas com síndicos revelaram que nas famílias de classe média, os equipamentos de lazer são pouco utilizados, sendo seu uso mais frequente em famílias com crianças e adolescentes (VILLA, 2013), e que os principais problemas gerais se relacionam as dimensões dos cômodos, a acústica entre apartamentos, problemas de infiltração, temperatura ou inadequação das áreas comuns existentes (VILLA, 2013; PEREIRA, 2017).

5.2.1.4 Avaliação física e social

As avaliações físicas e sociais, por sua vez, têm um caráter mais objetivo, estando normalmente associadas a quantificações ligadas ao ambiente construído ou seu projeto, de modo que, as dimensões psicológicas (a menos que sejam tratadas por profissionais extremamente especializados), por estarem intrinsecamente relacionadas aos usuários, são pouco abordadas. Desse modo, a escolha dos seus instrumentos depende dos objetivos específicos dos estudos pretendidos e suas formas de abordagem variam de acordo com a

natureza do que se deseja avaliar, podendo seja mais relacionada aos aspectos funcionais ou à qualidade ambiental interna, com medições acústicas e de temperatura, ou aos significados sociais de determinadas organizações espaciais ou comportamentos.

No caso dos apartamentos e da pesquisa em tela, priorizou-se às relações de funcionalidade dos ambientes, visto que a exiguidade dos espaços e a disposição das atividades domésticas dos apartamentos atuais pode influenciar negativamente as percepções de privacidade dos moradores. Nesse sentido, como forma de exemplificar as possibilidades de avaliações físicas e sociais aplicadas aos estudos de caso de apartamentos brasileiros, foram apresentados a seguir as fundamentações teórico-metodológicas e formas de abordagens das medições de distâncias interpessoais em apartamentos e a análise sintática.

a) Avaliação de distâncias interpessoais em apartamentos

Em seu estudo sobre a privacidade em apartamentos de múltiplas torres, Pereira (2017) propôs um modelo de avaliação das distâncias interpessoais em apartamentos, que baseado nos estudos de Hall (1969), visava medir distância entre as janelas dos ambientes internos e as áreas de uso comum do condomínio (rotas de passagem propostas em projeto, playgrounds, portaria) e as distâncias entre janelas de unidades autônomas diferentes.

Nessa perspectiva, a comparação entre a distância real, medida *in loco* ou pelo projeto, e a idealizada pelo modelo, permitiria, segundo a autora, aferir a:

Qualidade da privacidade em função da proxêmica com usuários externos aos ambientes, que foram considerados péssima, ruim, intermediária, boa e excelente. Sendo (i) **péssima** quando as distâncias estão situadas na região pessoal -fase próxima ($D < 75\text{cm}$); (ii) **ruim** quando situadas na região pessoal – fase remota ($<75 D \leq 120$); (iii) **intermediária** quando situadas na região social- fases próxima e remota ($120 < D \leq 3,60$); (iv) **boa** quando situadas na região pública- fase próxima ($3,60 < D \leq 7,50$) e; (V) **ótimo** quando situada na fase pública remota ($D < 7,50$). (PEREIRA, 2017, p. 103)

Dessa maneira, a avaliação das distâncias interpessoais em apartamentos foi aplicada em estudo com o tema da privacidade, por meio do dimensionamento espacial, e visou identificar a regulação das distâncias interpessoais, especialmente relacionado ao controle da acessibilidade física (visual e auditiva) na escala da vizinhança e do prédio.

b) Análise sintática do espaço das UHs

Com estudos iniciados na década de 1970, a Teoria da Lógica Social do Espaço deriva dos desdobramentos dos trabalhos envolvendo morfologia e matemática, cujos primeiros resultados foram reunidos e compilados, por Hillier, Hanson e colaboradores, na publicação

do livro “*The Social Logic of Space*” (HILLIER; HANSON, 1984). A teoria sugere que a partir da análise da forma como os espaços se organizam, ou em termos sintáticos, a partir da configuração espacial, seria possível caracterizar as relações sociais genéricas implícitas nessa estrutura. De acordo com Hanson (1998, p.22), a configuração existe quando as relações entre dois espaços são alteradas por um terceiro, ou qualquer outro número de espaços, de modo que, possa ser identificado e descrito o padrão formado por esse sistema espacial.

Para Penn et al. (1998), a teoria da sintaxe espacial descreve a lógica da organização da sociedade por meio de sua manifestação em sistemas espaciais, seja em espaços domésticos, seja em larga escala, nas cidades. Nesse sentido, Dursun (2007) defendeu que ao tornar as características não discursivas do espaço em discursivas, a análise sintática do espaço (ASE) coloca o espaço em um debate mais amplo. Dessa maneira, o espaço, enquanto um sistema de relações fundamentalmente topológicas e quantificáveis, constitui, através da sintaxe espacial, uma abordagem metodológica que possibilita estabelecer critérios objetivos para a leitura das relações existentes entre as partes de um edifício (ALDRIGUE, 2012).

Sobre as análises sintáticas em edificações, Hillier; Hanson e Peponis (1984) afirmaram que seria necessário seguir três procedimentos: (1) identificação e representação dos elementos espaciais, (2) a categorização e análise das relações espaciais, e (3) o modelo comum, ou seja, os padrões espaciais.

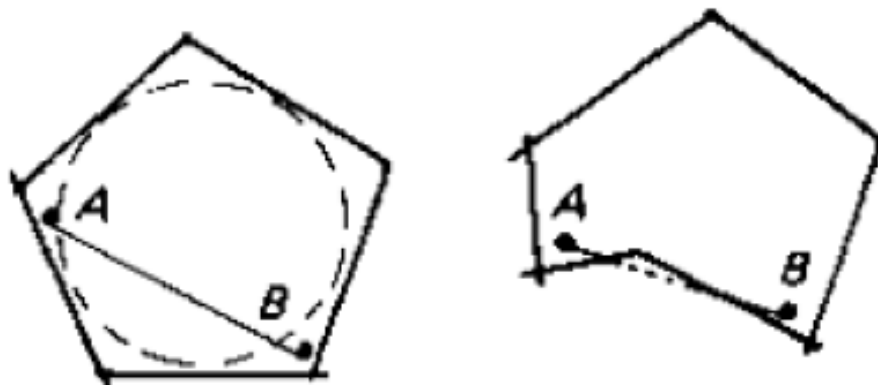
A identificação e representação dos elementos espaciais tem início pela definição dos limites e controles de cada espaço, que podem ser de acessibilidade²⁶, quando se trata das barreiras e permeabilidades que impedem ou permitem o movimento, ou de visibilidade, que diz respeito às opacidades e transparências que impedem ou permitem a visão. No interior das edificações, os elementos espaciais podem ser representados de duas formas distintas: mapas convexos e mapas de visibilidade (UCL SPACE SYNTAX, 2021).

Os mapas convexos são abstrações nas quais os ambientes e seus acessos são tratados respectivamente, como espaços convexos e ligações. Por definição, os espaços convexos são formas geométricas cujos ângulos internos são menores do 180° (Figura 6). Porém, a depender do interesse da pesquisa, os espaços convexos podem ser delimitados por barreiras

²⁶ Em termos sintáticos, acessibilidade relaciona-se às permeabilidades e barreiras, ou seja, as possibilidades ou restrições de acesso a determinado espaço. Não tendo relação com a acessibilidade física e informacional associadas às possibilidades e condições de alcance, percepção e entendimento por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

físicas, como paredes, ou pelas funções distintas dos ambientes, como no caso de salas de jantar e estar conjugadas.

Figura 6: Espaço convexo e côncavo, respectivamente

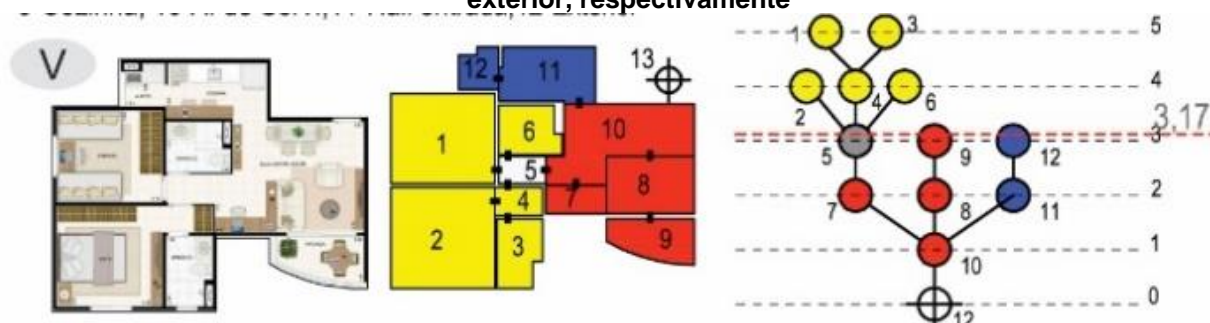


Fonte: Hillier (1996)

O mapa convexo é representado por cada espaço convexo conveniente, sendo representadas as ligações existentes entre cada espaço e os seus adjacentes. Esses mapas, por sua vez, podem ser convertidos em grafos de acessos (Figura 7), nos quais são estabelecidas as relações espaciais existentes entre os componentes do sistema. Cada espaço convexo é convertido círculos ou nós, com as suas relações de permeabilidade representadas por linhas que unem aos espaços aos quais se conecta. O espaço exterior também é considerado como um nó, sendo representado por um círculo com uma cruz no meio, para diferenciá-lo dos espaços interiores. Esse ponto é normalmente definido como sendo o nó raiz, ou seja, o ponto de onde se inicia o grafo, que a partir desse momento, passa a se chamar de grafo justificado. De acordo com Amorim (2008), o grafo enraizado no exterior oferece um retrato de forma como o acesso e o movimento são constituídos no interior da habitação.

O grafo justificado no exterior (Figura 7) representa, portanto, as relações de acessibilidade ao caminhar da estrutura de um edifício e pode ser lido pelo seu formato ou pelas suas medidas sintáticas.

Figura 7: Exemplo de planta baixa com conversão em mapa convexo e grafo justificado no exterior, respectivamente

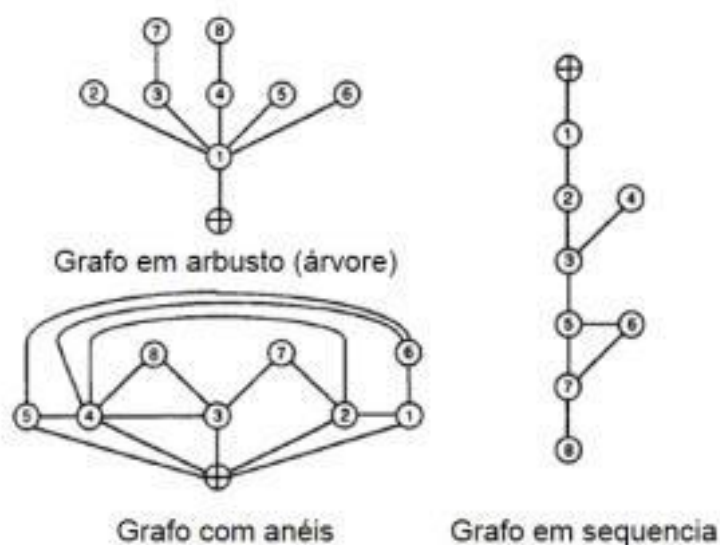


1-Quarto; 2-Suíte; 3-WC Casal; 4-Hall Suíte; 5-Circ.; 6-WC Social; 7-Escritório; 8-Sala de estar; 9-Varanda; 10-Sala de jantar; 11-Cozinha; 12-A. de Serv.; 13-Exterior

Fonte: Macedo (2018, p. 151), baseado na planta de divulgação da construtora.

Já em relação ao formato, Hanson (1998) afirmou que existem quatro sistemas principais, são eles: em sequência, em arbustos e com anéis, que podem ser rasos ou profundos (Figura 8). Nos grafos em sequência, cada espaço é antecedido por apenas um espaço e conduz a único outro. Nos grafos em arbustos, um único ambiente dá acesso a vários outros e nos grafos com anéis, as conexões entre os espaços formam “círculos”. Tanto os grafos em sequência, quanto os em arbusto profundo formam sistemas com alto controle de acesso, uma vez que, apresentam uma única opção de movimento. Enquanto, os grafos com anéis, tendem a ser configurações com menos controle de movimento, posto que, proporcionam diferentes opções de acesso.

Figura 8: Tipos de sistemas de grafos de acesso



Fonte: Hanson (1998), p. 26.

Os grafos e suas relações são base para o cálculo das medidas sintáticas que quantificam essas características. No caso das habitações as principais medidas de convexidade utilizadas nos estudos levantados foram: profundidade, profundidade média e integração (RRA). A profundidade é quantidade de passos topológicos²⁷ de uma estrutura, sendo a profundidade média a distância topológica média dessa configuração. Quanto mais profundo for um grafo, mais restrições existem para os acessos dos ambientes, ou seja, mais controladas e hierarquizadas são as relações do espaço. Quanto menos profundo, mais simétricas e menos hierarquizadas são essas relações.

A integração corresponde à distância topológica de um ponto face a todos os demais e representa, segundo Holanda (1999), o carro-chefe da sintaxe espacial. De acordo com

²⁷ No caso da profundidade, os espaços que se conectam ao exterior estão a um passo topológico deste e correspondem ao primeiro nível de profundidade, aqueles que se conectam aos espaços do primeiro nível, formam mais um passo topológico e assim sucessivamente, de modo que, quanto mais passos topológicos se precise dar, maior é o controle para se alcançar os espaços mais distantes da raiz.

Hanson (1998), os valores de integração, ou *Real Relative Assymetry* (RRA), medem o potencial de acessibilidade de um espaço em relação a todos os demais espaços de um sistema, de modo que valores mais distantes e maiores que 1,00 (medida de referência) representam ambientes mais segregados, enquanto valores mais próximos e menores que 1,00 ambientes mais integrados.

Nesse sentido, quanto mais conectado for um nó em relação aos demais outros, menor tende a ser sua assimetria em relação ao sistema e, conseqüentemente, maior será sua integração (RRA). Desse modo, cada nó (espaço convexo) possui um valor de RRA, que define o potencial de movimento nesse espaço e sua capacidade de permitir encontros, quanto maior um RRA, maior a tendência do ambiente de reunir pessoas.

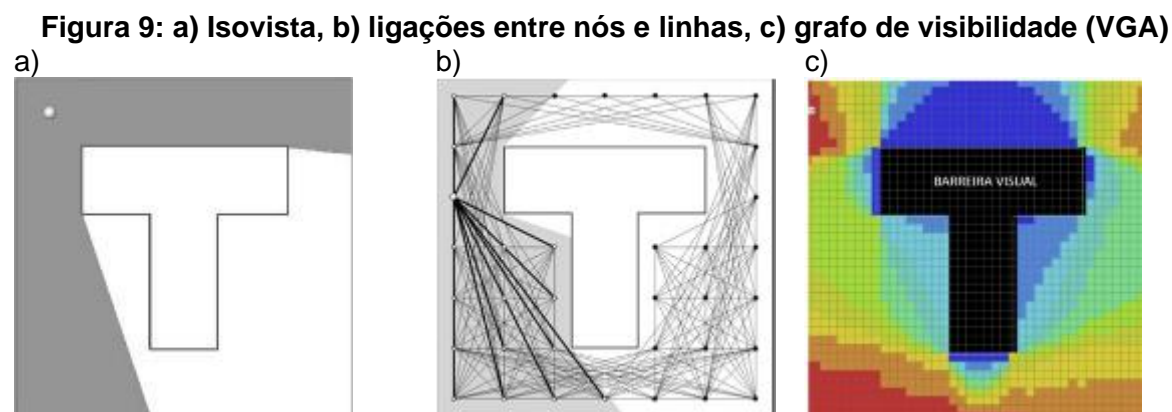
Em relação aos mapas de visibilidade, o elemento básico da construção do grafo de visibilidade (*Visibility Graph Analysis - VGA*) é o campo visual de cada ponto, ou em termos sintáticos, a isovista, que, por sua vez, é entendida como o volume do espaço diretamente visível a partir de uma determinada localização. O grafo de visibilidade é gerado quando as isovistas de todos os espaços são sobrepostas, representando os pontos mutuamente visíveis em uma configuração espacial (UCL - SPACE SYNTAX, 2021).

Assim como nos grafos de acessos, a construção dos grafos de visibilidade depende das relações entre os nós (vértices) e as suas ligações (linhas). No caso dos mapas de visibilidade (VGA), busca-se identificar os pontos visíveis por cada vértice. Assim, nas plantas baixas devem ser representadas uma grade de pontos (vértices) com ligações (linhas) traçadas entre esse cada vértice e todos os pontos visíveis por ele.

De acordo com Turner et al. (2001), deve-se primeiro definir a posição e quantidade de nós desejadas, formando uma série de pontos que devem ser definidos por algum tipo de grelha ou malha regular, sendo seu espaçamento²⁸ definido de acordo com a escala do que se deseja aferir. A partir dessa malha, cada intersecção dos eixos gera um vértice do grafo e cada vértice gera uma isovista.

O mapa de visibilidade (VGA) surge das áreas de intersecções das isovistas de cada nó do grafo e do como elas são visíveis mutuamente entre os pontos (Figura 9). Os resultados são traduzidos em uma escala cromática que varia do azul profundo (menos visíveis) ao vermelho (mais visíveis), podendo ser quantificados em diferentes medidas, tais como a conectividade, integração e controle visual.

²⁸ Os autores utilizam um espaçamento de 1m para entender os ambientes espaciais projetados à ocupação humana da maneira como são usados e percebidos pelos indivíduos.



Fonte: a) e b) UCL Space Syntax, 2021; c) Lopes, 2018, p. 70.

De maneira similar à integração (RRA), a integração visual (HH) parte da medida de conectividade visual²⁹ e mede a acessibilidade visual de todos os pontos de um sistema em relação a todos os outros. Desse modo, quanto mais integrado um ponto (valores maiores que 1), mais conectado visualmente ele está aos demais e os demais a ele, ou seja, é mais fácil que ele seja visto e que ele veja os demais pontos. Em termos de privacidade, isso indica que áreas com alta visibilidade, indicam o desejo de maior contato social, enquanto regiões com baixa visibilidade tendem a ser mais reservadas, sendo percebidas como áreas com maior privacidade ou que não se quer expor (UMBELINO, 2016).

As análises de acessibilidade aplicadas ao contexto da privacidade habitacional basearam-se principalmente na conversão das plantas em grafos justificados e nas medidas convexas de profundidade (incluindo profundidade média) e integração (RRA) e visavam comparar as diferenças de possibilidade de movimento/aceso entre diferentes soluções de plantas (POURVAHIDI, 2020; NEJADRIHI; DINCYUREK, 2015; MUSTAFA; HASSAN; BAPER, 2010; ROLLINGS; EVANS, 2019; CHAMBERS; BAFNA; MACHRY, 2018). As análises de visibilidade, por sua vez, fundamentaram-se principalmente na conversão das plantas em grafos de visibilidade (VGA) com medidas de integração (HH) e conectividade visual (YAYLALI YILDIZ; CAN, 2018; ALITAJER; NOJOURI, 2016), ou na elaboração de isovistas (REIS; LAY, 2003), e buscavam avaliar a privacidade visual dos espaços da moradia.

Nota-se, portanto, que os instrumentos da sintaxe espacial se concentraram mais na questão de privacidade física, visual ou tátil (presença/movimento de pessoas), com alguns estudos sobre o efeito da configuração espacial na aglomeração. As questões relacionadas à territorialidade normalmente ocorrem na esteira das discussões sobre a privacidade, sendo identificados os ambientes de dominância territorial feminina e masculina, ou as diferenças e restrições de acesso entre moradores e visitantes. Não foram identificados estudos que

²⁹ A conectividade visual refere-se ao número de espaços diretamente conectados a um espaço. Quanto maior o número de conexões, mais conectado é um espaço dentro do sistema.

relacionassem a configuração espacial às questões de solidão. Logo, as análises sintáticas tiveram por objetivo principal caracterizar o lugar e a regulação das distâncias interpessoais, especialmente na escala da unidade, com alguma influência no equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos, quando relacionadas à aglomeração.

5.2.2 Validação do modelo

Para ter validade científica e prática, um modelo conceitual de avaliação deve ser testado empiricamente, seja pela revisão de outros pesquisadores ou profissionais, seja pela sua aplicação em um contexto real. Sobre essa validação, de acordo com Elangovan e Rajendran (2015), baseado nos estudos de Holton e Lowe (2005), a revisão do modelo deve basear-se nos critérios de: importância, precisão, parcimônia abrangência, validade empírica e replicabilidade (melhor delimitados no Quadro 33)

Quadro 33: Critérios para validação de modelo conceitual

Critério de avaliação	Parâmetro avaliado
Importância	qualidade ou aspecto de possuir relevância/valor
Precisão ou clareza	facilidade de compreensão, sem ambiguidade
Parcimônia ou simplicidade	possui uma quantidade adequada de constructos (poucas suposições);
Abrangência	abrange diferentes áreas de interesse
Operacionalidade	possuir procedimentos ou conceitos mensuráveis para testar suas suposições ou previsões (hipóteses)
Validade empírica	capacidade de converter as proposições em indicadores empíricas
Replicabilidade	capacidade de ser testada em diferentes contextos e produzir novos conhecimentos

Fonte: elaboração própria (2023), baseado em Holton e Lowe (2005).

Nesse sentido, conforme apontou os achados da aplicação empírica das modelos em arquitetura foram apresentados a seguir os objetivos do painel de especialistas, para validação da teoria desenvolvida por profissionais e pesquisados, e um estudo exploratório, com uso de pré-teste em caso de estudo, para validação do modelo avaliativo em uma situação real.

5.2.2.1 Painel de especialistas

Entre os procedimentos utilizados para validação do modelo está a avaliação das suas informações por especialistas da área (ROMANO, 2003; CAIXETA, 2015; LOGSDON, 2019). O painel de especialistas (PE) corresponde a um “levantamento da opinião de várias pessoas consideradas capazes de contribuir para a elucidação das questões envolvidas com o foco da

pesquisa, geralmente implicando a análise de tema complexo e controverso” (ELALI; PINHEIRO, 2013), tal como é o fenômeno da privacidade. De acordo com os autores, a inclusão de ponto de vista especializado sobre o tema estudado pode abranger profissionais atuantes no setor, representantes de instituições envolvidas com o problema, ou pessoas que têm (ou já tiveram) relação com o problema ou situações similares.

Em direção semelhante, Pinheiro, Farias e Abe-Lima (2013) afirmaram que o PE consiste em um procedimento importante para obter pontos de vistas diferentes que compõem o cenário complexo e múltiplo das representações do fenômeno investigado, garantindo maior fidedignidade na representação do fenômeno investigado e reduzindo o viés metodológico. Nessa direção, de acordo com os autores, a especialidade dos seus integrantes pode se referir aos ambientes, pessoas ou conceitos de interesse da pesquisa.

Sobre as técnicas aplicadas, a literatura supracitada indica que o painel pode acontecer de modo presencial ou não, e que podem ser utilizados diferentes procedimentos, tais como entrevistas, questionários, escalas, grupos focais, entre outros.

A respeito dos conteúdos, a revisão específica sobre modelo demonstrou ser importante para a suas validações questões relacionadas à importância, clareza, simplicidade, abrangência, operacionalidade, validade empírica e replicabilidade. Esses conteúdos, foram convertidos na proposição de Romano (2003) por questões em escala de pesos, sobre a abrangência de conteúdo e aplicação, adequação da estrutura de apresentação do modelo e facilidade de entendimento, nível de detalhamento e completude dos conteúdos, replicabilidade e adaptabilidade para diferentes tipos ou fases de projeto. Na aplicação empírica proposta por Caixeta (2015) em questões abertas sobre a pertinência dos modelos, suas potencialidades e dificuldades/falhas e sua aplicabilidade nos contextos considerados. E no instrumental desenvolvido por Logsdon (2019) em as questões relacionaram-se à importância, clareza, abrangência, qualidade, pertinência da proposta e validade empírica.

5.2.2.2 Pré-teste do modelo

Outro procedimento apontado pela literatura sobre modelos consistiu na sua validação empírica por meio da aplicação do modelo em um caso de estudo.

Para Pandolfo (2001), a aplicação do modelo em um ambiente real, por meio da aplicação de entrevistas, permitiu verificar a aplicabilidade e operacionalidade do modelo, demonstrando tanto sua eficácia, como quais eram os parâmetros mais representativos considerados pelos usuários. Já Romano (2003), utilizou o caso de estudo para definição dos parâmetros de avaliação a serem considerados na construção inicial do modelo.

Nesse sentido, a utilização de um pré-teste do modelo permitiu testar se os procedimentos metodológicos considerados se encontravam, genericamente, adequados ao contexto considerado, levantando possíveis vieses e dificuldades das formas de abordagens, para uma melhor compreensão e adesão dos usuários, no caso de validações posteriores.

5.3 Reflexões sobre o percurso metodológico

A avaliação da privacidade habitacional, entendida a luz da psicologia ambiental, envolve-se com as percepções espaciais dos indivíduos nos espaços da moradia e sua vizinhança. Nesse sentido, para que o modelo de avaliação da privacidade fosse construído, demonstrou-se ser necessário compreender os constructos inerentes à cada dimensão da privacidade e quais variáveis e procedimentos de avaliação poderiam ser utilizados para compreensão das relações sócioespaciais existentes. Esses resultados foram sintetizados no Quadro 34.

Quadro 34: Resumo das relações entre as características do ambiente construído e do comportamento dos usuários e os métodos de avaliação

CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE CONSTRuíDO E DO COMPORTAMENTO DOS USUÁRIO	PRIVACIDADE E RELAÇÕES QUE A QUALIFICAM		CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR	FORMAS DE REGULAÇÃO DAS BARREIRAS INTERPESSOAIS	RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS	RELAÇÕES PESSOAIS	NECESSIDADES ESPACIAIS DOS INDIVÍDUOS	
	EIXOS TEMÁTICOS		PRIVACIDADE	TERRITORIALIDADE	ESPAÇO PESSOAL	AGLOMERAÇÃO	SOLIDÃO	
	DIMENSÕES DA PRIVACIDADE		FÍSICA		SOCIAL		PSICOLÓGICA	
INDICADORES DE DESEMPENHO	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL		INTERAÇÕES SOCIAIS		SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS			
	ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS		CULTURA		PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS			
	ENTORNO		HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE		ESTRESSE			
	DENSIDADE		CONTROLE		SIGNIFICADO DE LAR			
	OBJETOS PESSOAIS		DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS		SUPORTE SOCIAL			
	TIPOLOGIA HABITACIONAL		ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À INVASÃO DE PRIVACIDADE		TRAÇOS DE PERSONALIDADE			
	-		ATIVIDADES DOMÉSTICAS		-			
	-		-		-			
MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS E FONTES DE DADOS	AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS	QUESTIONÁRIO		ENTREVISTA		WALKTHROUGH	
		AVALIAÇÃO FÍSICA E SOCIAL	MORADORES		MORADORES	PESSOAS-CHAVE	EM GRUPO (GRUPO FOCAL)	MORADORES
	DADOS CENSITÁRIOS		ANÁLISE DE PROJETO		MEDIÇÕES FÍSICAS		OBSERVAÇÕES	
	DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DO CONTEXTO/MORADORES		AMBIENTE CONSTRUIDO (USO)	PROJETO (CONCEPÇÃO/ELABORAÇÃO)	AMBIENTE CONSTRUIDO (USO)	PROJETO (CONCEPÇÃO/ELABORAÇÃO)	COMPORTAMENTOS	AMBIENTE CONSTRUIDO (USO)

Fonte: elaboração própria, 2023.

Sobre as relações sócioespaciais associadas à privacidade habitacional, destacaram-se principalmente: 1) a caracterização do lugar, com as descrições dos atributos físicos da unidade e do entorno; 2) a regulação das distâncias interpessoais, expresso pelo controle da acessibilidade física (visual, auditiva, olfativa e de presença) e do contato social desejados, em relação aos moradores, amigos próximos e vizinhos; 3) relações pessoais, refletidos no

funcionamento familiar, nas relações com os vizinhos, suporte social percebido; 4) relações afetivas ambientais expressas pelo senso de pertencimento ao lugar, senso de comunidade, significado do lugar e representação da identidade, por meio da apropriação dos espaços; 5) equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos. As verificações sobre as questões de intimidade, apesar de relevantes, não foram tão recorrentes nas pesquisas com casos de estudos em habitações.

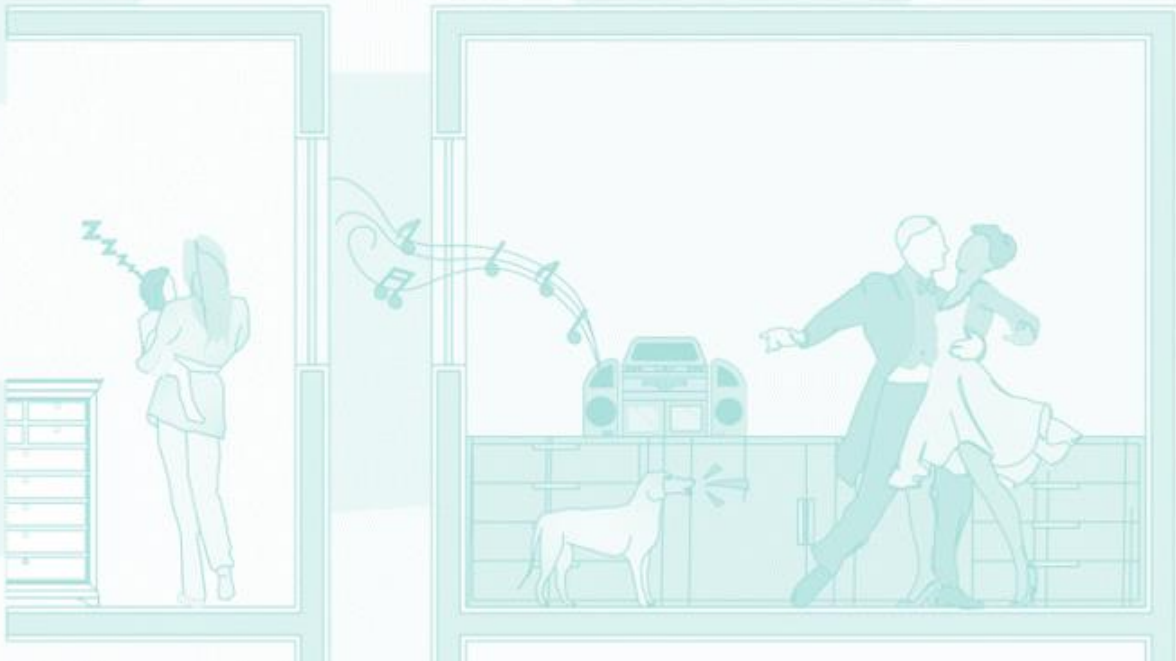
A escolha das variáveis foi também dependente: 1) da escala que se deseja avaliar: contexto sociodemográfico, vizinhança próxima, edifício, unidade habitacional, indivíduo; 2) dos atores envolvidos, que servem como fontes de dados: moradores, gestores do edifício, agentes do mercado imobiliário e pesquisadores; 3) do enfoque, que se desejava estudar, centrado: na pessoa, no ambiente, na relação pessoa-ambiente.

Ainda sobre as relações que estruturam a privacidade e as variáveis de avaliação, para caracterizar o lugar foram avaliados os aspectos funcionais e estéticos da unidade, áreas comuns e entorno, os usos dos espaços domésticos e das áreas da vizinhança, bem como as reformas realizadas. Para avaliar a regulação das distâncias interpessoais, foram mensurados os tipos e frequências das invasões. Para compreender as relações pessoais, foram aferidas a capacidade de resposta afetiva familiar e tomada de decisões, a satisfação com o suporte social percebido em relação aos amigos ou familiares, bem como foram quantificadas a frequência de contato e tipos de relacionamentos desenvolvidos entre vizinhos. Já para as relações afetivas, foram levantados os traços de personalidade do indivíduo, o significado de lar e privacidade, as formas de personalização dos espaços e objetos pessoais utilizados, o grau de pertencimento e apego dos moradores. Por fim, para compressão dos atributos de avaliação para o equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos foram mensuradas a satisfação dos usuários, as estratégias de enfrentamentos utilizadas para regular o acesso/contato, os níveis de inadequação dos ambientes e solidão, bem como os desejos futuros dos usuários.

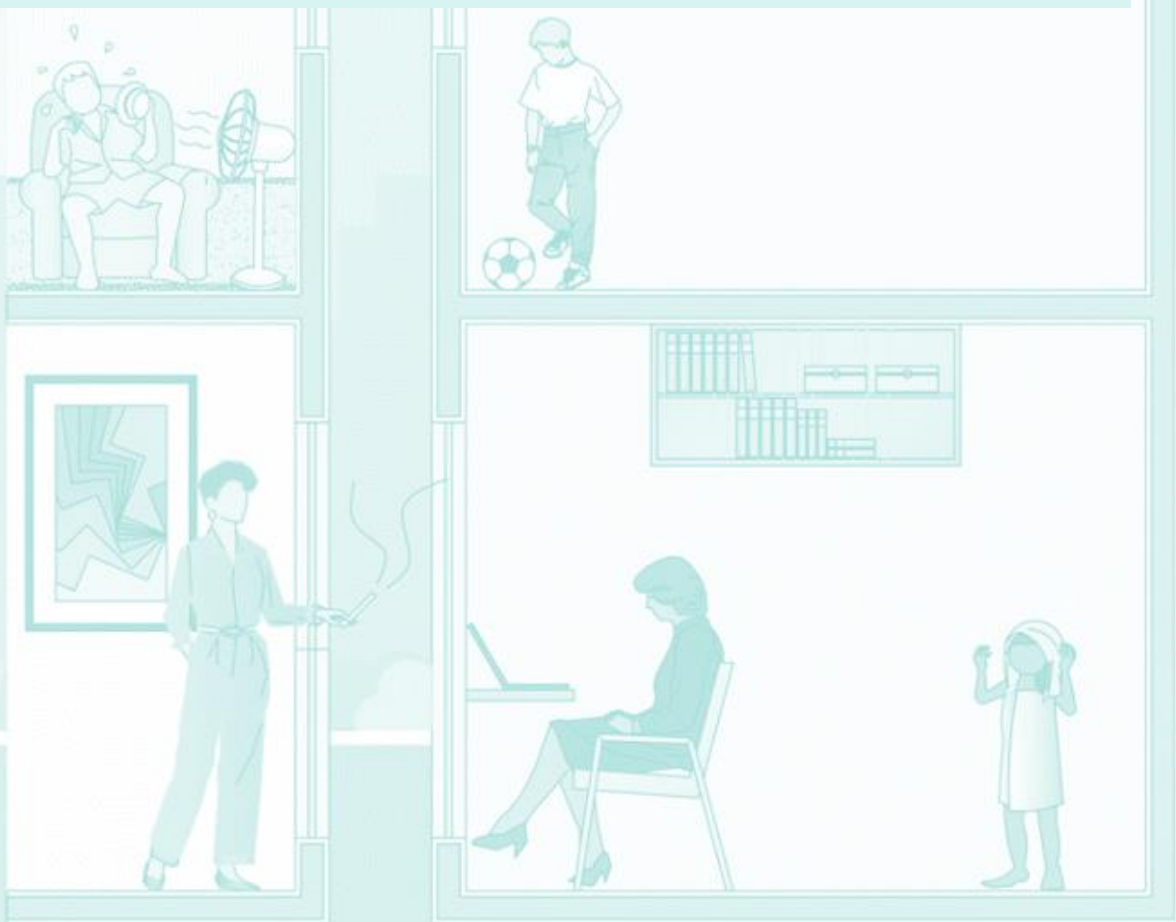
Em relação aos procedimentos de avaliação, a escolha destes esteve atrelada aos objetivos dos estudos e, especialmente, às relações que se desejava estudar. As características do lugar foram medidas principalmente pelo uso dos *walkthroughs*, questionários e pelas avaliações físicas e sociais, a regulação das distâncias interpessoais e o equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos foram aferidas especialmente pelos questionários e pelas avaliações físicas e sociais, enquanto as relações pessoais e afetivas ambientais, dado seu grau de subjetividade, foram avaliadas por meio de questionários, entrevistas ou *walkthroughs*.

Dessa maneira, entendeu-se que do modelo avaliativo deveria considerar, na sua construção, as relações entre: a) as características do ambiente construído e do comportamento dos usuários, que incluem as relações que qualificam a privacidade, e os eixos temáticos em estudo, as dimensões da privacidade e os constructos relacionados a elas, entendidos, como os indicadores de desempenho da privacidade habitacional; e, b) os métodos de avaliação, que incluem os instrumentos metodológicos utilizados, e as fontes de dados, relacionadas às avaliações física e social e das percepções dos usuários.

Sobre a validação do modelo, a complexidade revelada pela teoria relacionada à avaliação da privacidade demonstrou a necessidade de testar o modelo de forma empírica, tanto pela aplicação do painel de especialistas que permitiu checar a potencialidade do modelo (ROMANO, 2003; CAIXETA, 2015; LOGSDON, 2019) e aprimorá-lo (CAIXETA, 2015; LOGSDON, 2019), como pela utilização de caso de estudo para um pré-teste do modelo desenvolvido também no sentido de refiná-lo para aplicação em pesquisas posteriores.



6 CONSTRUÇÃO DO MODELO



6 CONSTRUÇÃO DO MODELO

O desenvolvimento do modelo conceitual envolveu a construção de proposta preliminar e a sua validação teórica, por meio de um painel de especialistas. O modelo desenvolvido baseou-se na construção de esquemas analíticos, com informações verbais, para ilustrar a teoria levantada na RSL. Para tanto, além dos constructos, relação e procedimentos identificados na revisão realizada, foram considerados também os aspectos formais de modelos de privacidade desenvolvidos por outros pesquisadores.

Em relação à validação do modelo, o capítulo também apresentou a forma de abordagem dos especialistas e os questionamentos levantados a eles. A validação da proposta inicial foi submetida a experts na área, o que possibilitou os ajustes necessários à continuidade do processo por meio da realização de breve estudo de caso.

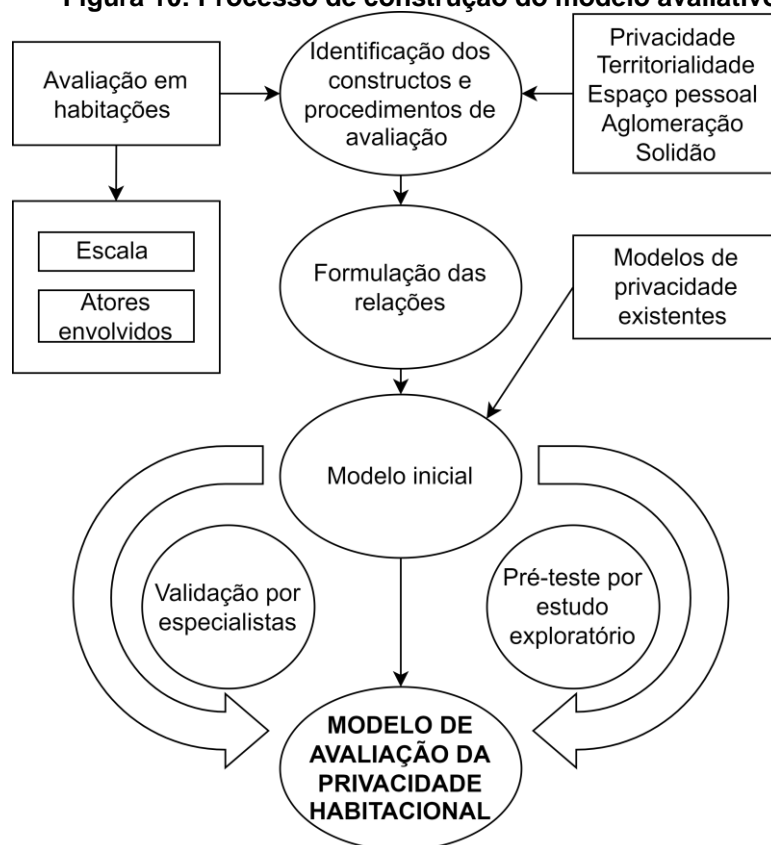
Nesse sentido, este capítulo destinou-se a apresentar a construção inicial do modelo avaliativo e os resultados do painel de especialistas com as considerações levantadas pelos experts.

6.1 Modelo de avaliação da privacidade habitacional: construção inicial

Como a construção de modelos implica em abstrações da realidade, para construir um modelo que servisse de guia para aplicações empíricas futuras, considerou-se os achados da RSL e alguns modelos de privacidade existentes na literatura.

Assim, o processo geral de construção do modelo (Figura 10) baseou-se na identificação dos constructos e procedimentos de avaliação da privacidade habitacional, na formulação das relações e nos aspectos formais relacionados aos modelos já existentes, cujas informações foram obtidas na RSL.

A partir desse entendimento, foi desenvolvida uma proposta inicial do modelo, que, ao ser validada pelos especialistas, permitiu a realização de um caso de estudo para pré-testagem de ideias a fim de subsidiar a construção do pretendido modelo de avaliação da privacidade habitacional.

Figura 10: Processo de construção do modelo avaliativo

Fonte: elaboração própria, 2023.

Uma vez que os constructos, procedimentos e relações já foram apresentados (itens 5.1 e 5.2), alguns dos modelos de privacidade identificados na literatura foram brevemente revisados a seguir.

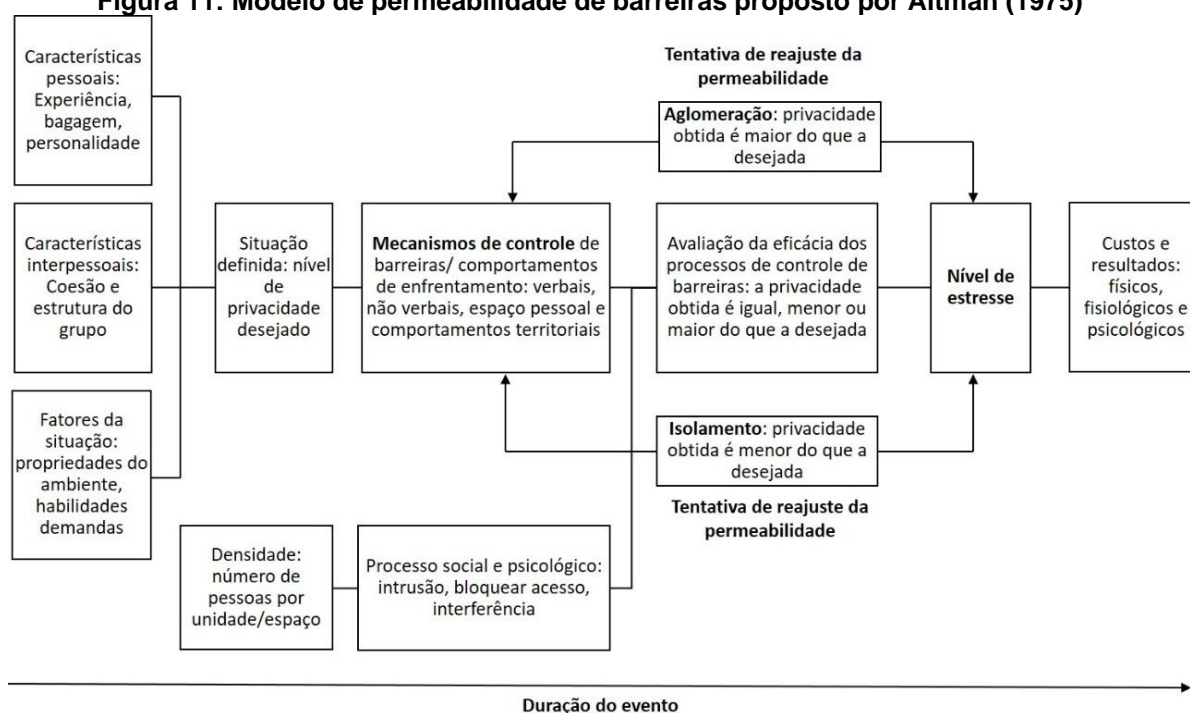
6.1.1 A inspiração: dois modelos de privacidade

Um dos primeiros modelos de avaliação da privacidade foi desenvolvido por Altman (1975) para representar as relações entre os níveis de privacidade desejados e o processo de manutenção do equilíbrio de permeabilidade. O autor propôs um modelo (Figura 11), no qual um grupo ou indivíduo, por meio da sua bagagem, personalidade e do ambiente disponível, definiria um nível de privacidade desejado (situação definida) e, através do sistema de controle de regulação de barreiras existentes e dos seus comportamentos de enfrentamento, tentaria obter a permeabilidade adequada quando das interações sociais.

Entretanto, quando o contato acontece e o nível de privacidade alcançado é diferente do que o desejado, os níveis de estresse sobem e surge o desequilíbrio. Nesse momento, o indivíduo ou grupo tentaria responder ao estímulo excessivo reajustando a sua permeabilidade, em um processo que pode acarretar dois resultados distintos: 1) quando a resposta é positiva, o

equilíbrio é alcançado e o sistema de regulação torna-se efetivo; 2) quando não, a sensação de aglomeração ou isolamento permanecem. Desse modo, a manutenção do equilíbrio de permeabilidade, para adaptar-se às situações de desequilíbrio, exigiria um reajuste de barreiras que, por sua vez, demandariam gastos de energia física, fisiológica e/ou psicológica, de modo que, quanto maior o esforço (respostas necessárias ao contato) ou maior o tempo ao qual o indivíduo se submete à situação de estresse, maiores são os custos e os efeitos decorrentes dessas readaptações.

Figura 11: Modelo de permeabilidade de barreiras proposto por Altman (1975)



Fonte: Altman (1975), p. 155. Nota: tradução livre da autora.

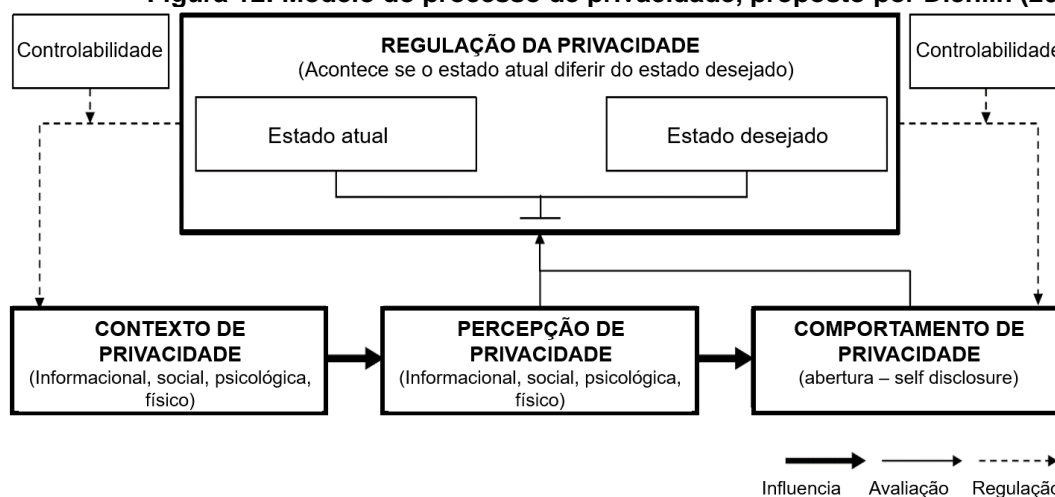
Nesse modelo, o foco da discussão estava no processo de ajustamento de permeabilidade e nas percepções dos indivíduos e, para tanto, foram avaliados: a duração do evento, os traços de personalidade, o contexto social e do lugar, o controle, o estresse e os custos físicos, fisiológicos e psicológicos decorrentes do processo.

Sob a perspectiva dos meios de comunicação, Dienlin (2017) propôs um modelo (Figura 12) de processo de privacidade (Privacy Process Model - PPM), segundo o qual, ela deveria ser analisada em relação ao contexto, a percepção dos indivíduos, o comportamento e ao processo de regulação e controle (“controlabilidade”) da privacidade. Para o autor, o contexto representaria o grau de privacidade desejado, que deveria ser objetivamente mensurável. Enquanto o contexto seria tomado como uma situação que pode ser descrita objetivamente, a forma como a situação pode ser percebida pelos indivíduos, poderia diferir de pessoa para pessoa. Ainda segundo ele, tanto o contexto, como a percepção envolveriam as quatro dimensões da privacidade indicadas por Burgoon (1982), a depender dos quais, as pessoas

se envolveriam em diferentes tipos de comportamentos de privacidade. Os comportamentos, por sua vez, foram definidos pelo autor como sendo os atos que envolvem a abertura/permeabilidade do indivíduo. Nesse entendimento, dependendo da situação e de como as percebem a sua privacidade nelas, as pessoas estariam mais ou menos abertas a expressar seus pensamentos, sentimentos ou experiências.

Em direção semelhante à de Altman (1975), Dienlin (2017) considerou que a percepção e comportamento de privacidade decorrente seriam comparados constantemente a um corresponde desejado. Se há um desequilíbrio entre eles e as pessoas se sentem insatisfeitas, elas se envolverão em um processo de regulação que pode ser estabelecido pela mudança de comportamento ou contexto, já que, para o autor, a percepção não poderia ser regulada. A escolha de mudança de um ou de outro, por sua vez, dependeria da controlabilidade, ou seja, do que seria mais fácil ou conveniente de ser alterado.

Figura 12: Modelo do processo de privacidade, proposto por Dienlin (2017)



Fonte: Dienlin (2017), p. 37. Nota: tradução livre da autora.

Nesse modelo, o foco da discussão estava no processo de regulação da privacidade e na sua controlabilidade, que envolveria, em sequência: o contexto, a percepção e o comportamento dos indivíduos, que conforme afirmou o autor: primeiro vem a situação, segundo a sua percepção e terceiro o comportamento.

6.1.2 Os primeiros passos: proposta do modelo inicial

Como a avaliação implica na mensuração do valor de um objeto, processo ou produto, para construir o modelo conceitual, foi elaborado um modelo genérico de avaliação da privacidade habitacional (Figura 13) focado no modo como tal processo acontece no ambiente doméstico.

A revisão apresentada demonstrou que as características sociodemográficas e do lugar, influenciadas pelos traços de personalidade dos indivíduos, definiam a situação existente/contexto (ALTMAN, 1975; DIENLIN, 2017). Esta, por sua vez, determinaria a percepção de privacidade dos indivíduos, que associada à sua avaliação pelos atores envolvidos, estabelecem as necessidades de privacidade no espaço doméstico.

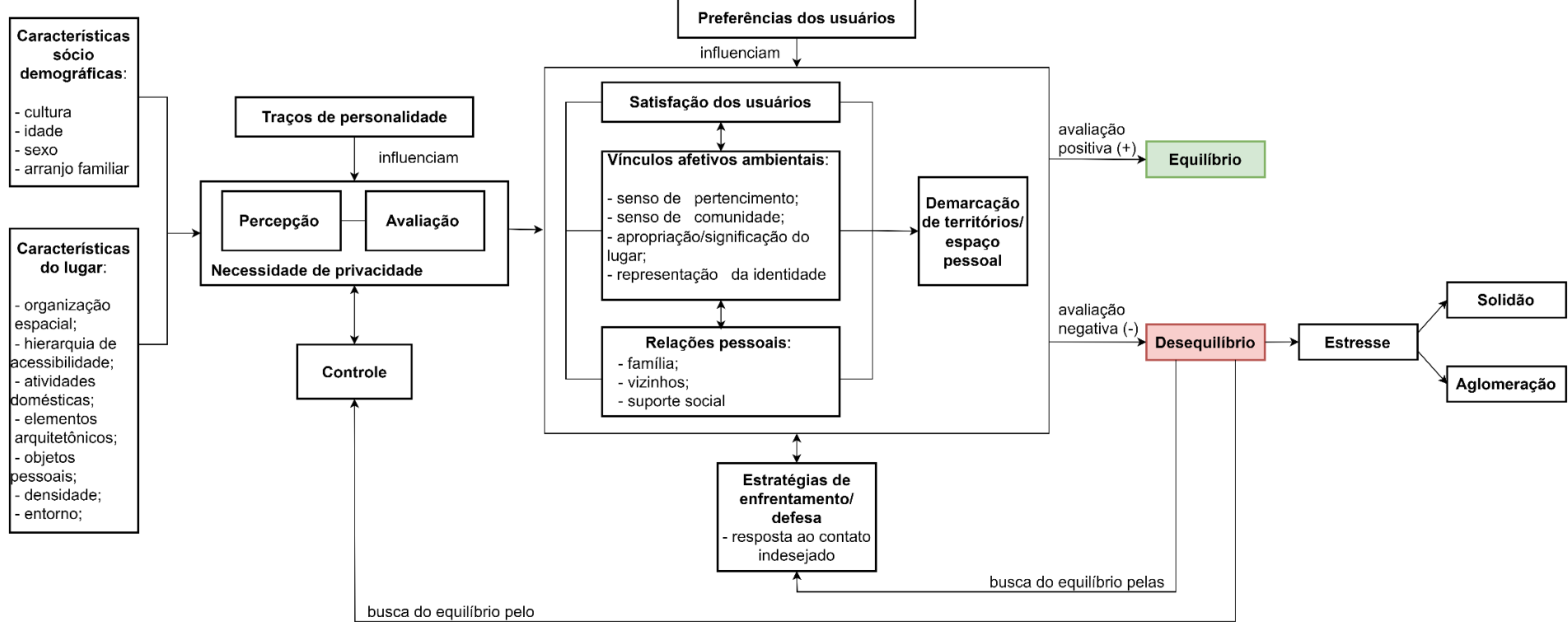
Sob essa ótica, os principais requisitos determinantes do valor da privacidade habitacional relacionaram-se tanto ao controle existente no ambiente, como à satisfação dos usuários, aos vínculos afetivos ambientais e às relações sociais existentes, cuja valoração é mediada pelas preferências dos usuários e viabiliza a demarcação dos territórios e espaço pessoal, seja no interior da habitação ou no seu entorno.

Além disso, esses requisitos estão mutuamente correlacionados às estratégias de enfrentamento/ defesa contra contatos indesejados. Essa relação mútua existe no sentido que, a satisfação, a criação de vínculos e as relações afetivas instigam os comportamentos territoriais de defesa e enfrentamento contra contato/acessos indesejados, que, por sua vez, servem à proteção dos vínculos e relações existentes.

Sobre os resultados decorrentes desse processo, tal como demonstrou o modelo de Altman (1975), quando as percepções e avaliações da privacidade são positivas, o sistema está em equilíbrio e o ambiente e as relações decorrentes da sua vivência estão condizentes com o nível desejado de privacidade dos indivíduos. Entretanto quando são negativas, ocorre-se o desequilíbrio entre os desejos dos moradores e o que se espera das habitações e suas relações, incorrendo-se ou em estresse, que pode gerar percepções de aglomeração ou solidão, ou na busca por equilíbrio, através das estratégias de enfrentamento utilizadas para lidar com a situação estressora ou pelo reajuste das condições de controle do ambiente e, conseqüentemente, das necessidades de privacidade.

Sobre a aplicabilidade deste modelo para casos de estudo empíricos, objetivo final da nossa proposição, foi necessário também entender como operacionalizar essas variáveis em um guia que permitisse a avaliação de diferentes objetos e contextos habitacionais.

Figura 13: Modelo conceitual da privacidade habitacional



LEGENDA:

EQUILÍBRIO = condições de privacidade percebidas pelo usuário como condizentes com a sua necessidade

DESEQUILÍBRIO = condições de privacidade percebidas pelo usuário como inadequadas/diferentes da sua necessidade

Fonte: elaboração própria, 2023.

Na tentativa de combinar os achados desses estudos, o modelo proposto buscou trazer uma visão integrada da privacidade, pela qual foram demonstradas as possíveis escolhas relacionadas aos atores envolvidos, as escalas de abrangência, as dimensões da privacidade e os procedimentos de avaliação, de modo que, a partir dessas escolhas, os pesquisadores pudessem selecionar os instrumentos mais adequados à sua avaliação da privacidade (Quadro 35).

Quanto aos parâmetros de avaliação foram identificadas três dimensões principais: física, social e psicológica. A física abrangeu: organização espacial, elementos arquitetônicos, o entorno, densidade, objetos pessoais, tipologia habitacional. A social compreendeu: interações sociais, cultura, hierarquia de acessibilidade, atividades domésticas, controle, demarcação de espaços, estratégias de enfrentamento. Na psicológica encontraram-se: satisfação e preferência dos usuários, estresse, significado de lar, suporte social e traços de personalidade.

Sobre as relações que se deseja avaliar e que vão constituir os objetivos da aplicação de cada um dos instrumentos, a RSL sobre privacidade habitacional demonstrou que as avaliações abordaram especialmente: a caracterização do lugar, os aspectos sócios demográficos, as relações pessoais, os vínculos afetivos ambientais e o equilíbrio das barreiras interpessoais. Sobre os procedimentos, os resultados da RSL demonstraram a importância do uso dos instrumentos da APO, identificando como relevantes à sua avaliação o uso dos questionários, entrevistas, *walkthrough* e avaliações físicas e sociais.

Sobre os possíveis enfoques, a avaliação da privacidade pode focalizar, conforme apontado por Newell (1995), na pessoa, no ambiente ou na relação pessoa-ambiente. Assim, a escolha dos procedimentos de avaliação dependerá do tipo de enfoque que se deseja. No caso das avaliações focadas no **ambiente**, predominaram na literatura revisada, o tema chave da privacidade, objetivando a caracterização do lugar e seu significado social, com **avaliações físicas e sociais** feitas pelos pesquisadores, nas escalas do edifício e da UHs, contrapostas aos dados sociodemográficos (inclusive a cultura) dos moradores. As avaliações focadas nas **pessoas** foram predominantes nos temas chaves da aglomeração, solidão e espaço pessoal, por meio, principalmente, do uso de **questionários**, que buscavam identificar as relações pessoais e os vínculos ambientais, focalizando especialmente na escala do indivíduo e da UH. Por fim, as avaliações focadas na relação **pessoa-ambiente**, envolveram-se com os temas chave da privacidade, territorialidade e espaço pessoal e buscaram identificar especialmente as relações pessoais e os vínculos ambientais e as relações deles com as características do lugar, por meio de **estratégias multimétodos** que combinaram questionários, entrevistas, avaliações físicas e sociais e *walkthrough*.

Quadro 35: Variáveis e procedimentos para o modelo de avaliação da privacidade habitacional



Fonte: elaboração própria, 2023.

A partir dos estudos empíricos levantados, entendeu-se que a avaliação da privacidade implicaria em algumas definições preliminares e sequenciais, a saber: 1) escolher os temas-chaves que serão avaliados: privacidade, territorialidade, espaço pessoal, aglomeração, solidão; 2) definir o enfoque da pesquisa: centrado na pessoa, no ambiente ou na relação pessoa-ambiente; 3) escolher o caso de estudo; 4) identificar os atores que serão envolvidos no processo de avaliação: pesquisadores, moradores, gestores do edifício, projetista e definir as escalas de abrangência: dados sócio demográficos, vizinhança próxima, edifício, unidade e indivíduo; 5) escolher os itens de avaliação, considerando as relações de privacidade que se deseja estudar; 6) escolher quais procedimentos serão necessários à mensuração dos dados. A partir dessas escolhas, os pesquisadores poderão definir os instrumentos necessários à avaliação da privacidade, que por meio das etapas de: 7) coleta de dados e 8) análise de dados, forneça 8) resultados e discussões necessários ao diagnóstico da privacidade nos casos de estudos selecionados. Nesse sentido, o modelo proposto nessa investigação (Figura 14) divide-se em 09 etapas.

A primeira etapa consiste na definição dos eixos temáticos do estudo, sobre os quais a pesquisa deseja focalizar seu trabalho. Nesse sentido, a etapa deve ser guiada pela escolha do tema geral da pesquisa. A partir dessa definição, parte-se para a segunda etapa, em que o pesquisador deve definir o enfoque que deseja atribuir a ela, ou seja, o objetivo geral da pesquisa. Esta definição, está intimamente relacionada ao eixo temático escolhido. Por exemplo, nos estudos sobre solidão, o enfoque normalmente encontra-se no indivíduo, enquanto nos estudos sobre territorialidade, normalmente o enfoque está na relação pessoa-ambiente.

Na terceira etapa deve-se definir o caso de estudo onde a pesquisa será realizada, ou seja, a delimitação geral do recorte do estudo. Exemplificando: estudos de natureza qualitativa, podem ser mais facilmente aplicados em residências unifamiliares e podem ser utilizados quando se deseja entender um fenômeno em profundidade, por meio de entrevistas ou diários de atividades. Nesse sentido, a definição do caso de estudo, juntamente aos seus objetivos, direciona à delimitação do grau de abrangência e fornece indícios sobre os possíveis instrumentos a serem escolhidos.

Na quarta etapa é definida a abrangência do estudo. Nesse momento, devem ser definidas as escalas com que se deseja trabalhar e, conseqüentemente, as dimensões de privacidade, de modo que, nesta etapa o pesquisador precisa delimitar o alcance e as limitações do seu estudo. Por exemplo, estudos sobre aglomeração, podem envolver a escala do indivíduo, da UH ou da vizinhança imediata, em análises que envolvam qualquer uma das três dimensões, entretanto dadas as limitações temporais ou de recursos, o pesquisador precisará definir o que irá priorizar.

Com base nas correlações já estabelecidas, a quinta etapa destina-se a escolha das variáveis de avaliação. Cada tema chave associa-se de maneira mais ou menos evidente a cada escala e dimensão, e partir, dessas escolhas, à cada um dos constructos identificados na RSL. Dessa maneira, esta etapa trata primordialmente da definição das especificidades do diagnóstico pretendido. Nesse interim, cada objetivo específico determinará a escolha das variáveis de dimensão e de em qual escala cada uma delas será aplicada.

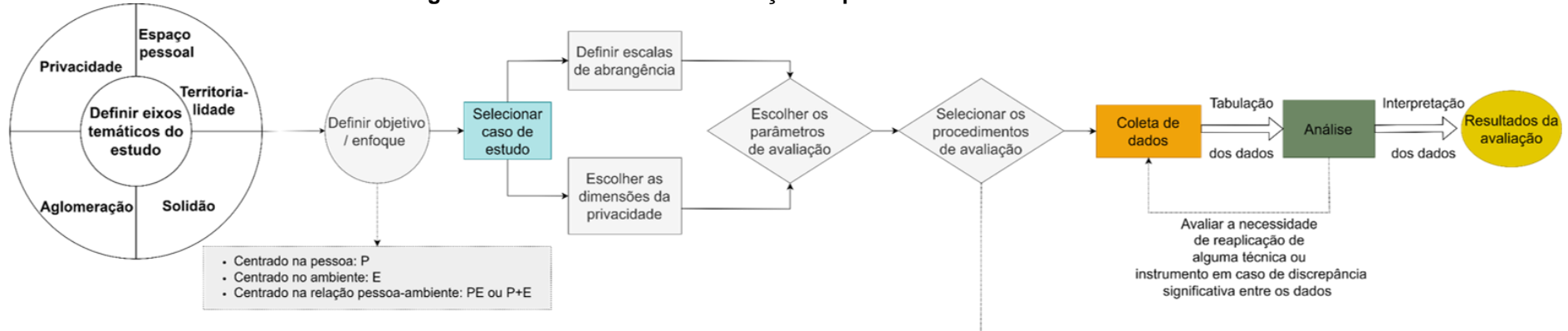
A sexta etapa consiste na seleção dos procedimentos de avaliação, em que são escolhidos os instrumentos e formas de abordagem a serem aplicadas no caso de estudo selecionado. Essa etapa sintetiza as escolhas passadas, pois a sua escolha está vinculada às decisões tomadas anteriores. Por exemplo, por ser uma condição inerente à percepção individual, ao escolher estudar a solidão ou aglomeração, as principais fontes de dados dos pesquisadores serão os indivíduos, de modo que, os instrumentos de avaliação da percepção dos usuários devem necessariamente ser utilizados.

Definidas as escolhas do pesquisador, parte-se para a sétima etapa, coleta de dados, com a aplicação empírica dos instrumentos selecionados, como dos levantamentos documentais e gráficos necessários às avaliações propostas. Esta etapa, entretanto, pode ser iniciada desde a escolha do caso de estudo, por meio, do contato com os gestores/proprietários do edifício/habitação selecionados e da pesquisa documental relativa ao objeto. Os dados obtidos neste (s) levantamento (s) serão tabulados para que se inicie a próxima fase.

A oitava etapa corresponde à análise dos resultados, em que os dados obtidos, pelos diferentes instrumentos e pesquisa documental, serão tabulados. Nessa etapa, cada instrumento utilizado deverá ter a sua própria forma de análise e, no caso da aplicação de multimétodos, as correlações entre os resultados obtidos devem ser evidenciadas. A partir dessa análise, deve ser avaliada a necessidade de revisão dos procedimentos, com aplicação de novos instrumentos ou adaptação dos já coletados, caso os resultados sejam pouco relevantes ou estejam muito divergentes entre si.

A nona etapa, resultados da avaliação, por fim, consiste na interpretação dos dados e apresentação dos resultados obtidos. Esses devem subsidiar a formulação de um diagnóstico sobre a privacidade, que podem ser apresentados sob a forma de quadros diagnósticos com recomendações ou índices de satisfação por áreas, sendo documentados também os sucessos e falhas de execução voltadas para projetos futuros/novos ou para readaptação de edificações existentes.

Figura 14: Modelo inicial de avaliação da privacidade habitacional



- Centrado na pessoa: P
- Centrado no ambiente: E
- Centrado na relação pessoa-ambiente: PE ou P+E

PROCEDIMENTOS/TEMAS	PRIVACIDADE	ESPAÇO PESSOAL TERRITORIALIDADE	AGLOMERAÇÃO	SOLIDÃO
FONTE DE DADOS				
ESCALAS				
INSTRUMENTOS				

LEGENDA:

- FONTE DE DADOS:

Moradores
 Gestores do edifício
 Projetistas
 Pesquisadores

- ESCALAS DE ABRANGÊNCIA

Contexto sócio demográfico
 Vizinhaça próxima
 Edifício
 Unidade habitacional
 Indivíduo

- INSTRUMENTOS ENVOLVENDO USUÁRIOS

P QUESTIONÁRIO ENTREVISTA
 E ANÁLISE TÉCNICA
 PE WALKTHROUGH

Fonte: elaboração própria, 2023.

Conforme apontado, para validação do modelo, procedeu-se aplicação do PE, cuja forma de abordagem e resultados foram apresentados a seguir.

6.2 Entre o saber e a prática na privacidade em apartamentos: validação do modelo pelos especialistas

A elaboração do PE considerou questões cujos critérios de avaliação estivessem relacionados à abrangência, operacionalidade, precisão (ou simplicidade) validade empírica, importância e replicabilidade, de modo que, foram preparadas 07 questões baseada nestas temáticas da literatura específica sobre modelos (Quadro 36). O objetivo principal da validação do modelo consistia em verificar se os objetivos traçados foram atingidos e, com base nos critérios estabelecidos, certificar a qualidade do modelo, verificando se os procedimentos adotados possibilitariam a geração de novos conhecimentos para avaliadores da área.

Quadro 36: Questões levantadas para avaliação do modelo conceitual inicial

Crítérios de avaliação	Perguntas	
Abrangência	1	Há algum parâmetro que poderia ser acrescentado ou retirado?
	2	Há algum instrumento que poderia ser melhorado, acrescentado ou retirado?
	3	Os parâmetros de avaliação da privacidade habitacional foram adequadamente identificados?
Operacionalidade	4	Os procedimentos de avaliação são adequados aos diferentes atores, escalas e parâmetros envolvidos na privacidade habitacional?
Precisão / Simplicidade	5	Pode ser utilizado por moradores, projetistas e/ou gestores para análise da privacidade em habitações?
Validade empírica	6	Pode auxiliar a delimitação de medidas comportamentais que amenizem eventuais problemas detectados no campo da privacidade habitacional nesse tipo de empreendimento?
Validade empírica/ Importância/ Replicabilidade	7	Pode subsidiar o desenvolvimento de soluções de projeto ou de gestão do espaço a serem utilizadas em empreendimentos semelhantes?

Fonte: elaboração própria, 2023.

Sobre a forma de abordagem, os consultores foram selecionados especialmente em razão das suas competências na área de habitação. Após essa escolha, foi enviado inicialmente um convite que apresentavam a pesquisa e questionava sobre a possibilidade de participação nela. A partir do aceite dos especialistas, foram enviados o TCLE (Apêndice F), um documento com uma breve apresentação da pesquisa e os esquemas analíticos desenvolvidos (Apêndice G). Neste modelo, foram elaboradas as questões relacionadas à validação do modelo (Quadro 36), nas quais os consultores poderiam fazer comentários sobre as potencialidades e as dificuldades encontradas na interpretação e aplicabilidade deste.

O convite para participação na pesquisa foi enviado para 15 especialistas, dos quais apenas 3 *experts* não participaram, de modo que, foram obtidos 12 questionários válidos. Um breve perfil sobre a área de formação e atuação dos especialistas e aspectos relevantes da sua aproximação com o tema estão sintetizados no Quadro 37.

Quadro 37: Síntese do perfil dos especialistas

Especialista	Formação	Atuação (atual) e região	Aproximação com o tema
Especialista 01	Graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Doutorado em Engenharia Civil	Professor associado - Arquitetura (Nordeste)	HABITAÇÃO e MERCADO IMOBILIÁRIO: Análise dos processos de verticalização urbana residencial e desempenho de edifícios unifamiliares e multifamiliares.
Especialista 02	Graduação e doutorado em Arquitetura e Urbanismo.	Professor titular - Arquitetura (Sul)	HABITAÇÃO e APO: Projeto, avaliação e percepção espacial em habitações, especialmente HIS, com produções direcionadas ao tema da privacidade.
Especialista 03	Graduação, mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo.	Professor associado - Arquitetura (Sul)	HABITAÇÃO e APO: Projeto Participativo, Metodologia e representação de projeto, Avaliação Pós-Ocupação, ênfase em habitações.
Especialista 04	Graduação, mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo.	Professor colaborador – Arquitetura e Engenharia Civil (Sudeste)	HABITAÇÃO e APO: Metodologia de projeto, Avaliação Pós-ocupação, Avaliação de Programa Arquitetônico ou de Necessidades, especialmente em HIS.
Especialista 05	Graduação e mestrado em Engenharia Civil. Doutorado em Engenharia de Produção.	Professor titular – Arquitetura e Engenharia Civil (Centro-Oeste)	HABITAÇÃO: Construção civil e qualidade do projeto, especialmente em HIS e edifícios residenciais;
Especialista 06	Graduação e doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em História.	Professor titular – Arquitetura (Nordeste)	HABITAÇÃO: Morfologia e usos do espaço doméstico e modos de morar.
Especialista 07	Graduação e doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Design.	Professor associado - Design (Nordeste)	HABITAÇÃO: Ergonomia do ambiente construído, estética ambiental; planejamento, imagem e configuração do ambiente.
Especialista 08	Graduação em Arquitetura. Mestrado e doutorado em Engenharia Civil.	Professor associado - Arquitetura (Sul)	HABITAÇÃO e APO: Processo de projeto, avaliação e percepção de projetos, ênfase em habitações.
Especialista 09	Graduação, mestrado e doutorado em Arquitetura.	Professor titular - Arquitetura (Sul)	HABITAÇÃO e APO: Projeto Participativo, Avaliação Pós-Ocupação em HIS.
Especialista 10	Graduação, mestrado e doutorado em Arquitetura.	Professor associado - Arquitetura (Sudeste)	HABITAÇÃO e APO: Projeto Participativo, Avaliação Pós-Ocupação, ênfase em habitação contemporânea e HIS.
Especialista 11	Graduação e mestrado em Arquitetura. Doutorado em Engenharia de Produção.	Professor associado - Arquitetura (Sul)	APO: Acessibilidade/Desenho Universal, Psicologia Ambiental e Morfologia Urbana.
Especialista 12	Graduação, mestrado e doutorado em Arquitetura.	Professor - Arquitetura (Sudeste)	HABITAÇÃO e APO: Conforto Ambiental e Avaliação Pós Ocupação, ênfase em habitação.

Fonte: elaboração própria (2023).

Os resultados obtidos pelos comentários dos especialistas demonstraram que os critérios de avaliação do modelo inicial eram **abrangentes**, mas precisavam ser mais bem detalhados na forma como se expressariam nos instrumentos selecionados. Sobre a **operacionalidade**, foi apontada a necessidade de maior aprofundamento das formas de avaliação e das relações entre os parâmetros. A respeito da **precisão e simplicidade** foi considerado compreensível para aplicação em diferentes análises da privacidade em habitações pelos diferentes atores. Sobre a **validade empírica**, para a delimitação de medidas comportamentais que amenizem problemas de privacidade, os especialistas apontaram a dificuldade ou inviabilidade de se definirem tais medidas. Ainda sobre a validade empírica, **importância e replicabilidade**, os especialistas ressaltaram a relevância do modelo para subsidiar o desenvolvimento de soluções de projeto, desde que feitas algumas adaptações.

A respeito do detalhamento/aprofundamento do modelo, os especialistas apontaram diferentes necessidades que deveriam estar expressas ou esclarecidas, listadas no Apêndice H. Dentre as adaptações convergentes destacaram-se principalmente: ajustes de nomenclatura, acréscimos ou exclusão de instrumentos e variáveis de avaliação, e maior detalhamento dos itens avaliados e suas formas de avaliação, definindo melhor as relações e alcance de cada um deles.

Sobre as nomenclaturas, os experts levantaram a necessidade de aprimoramento de alguns termos utilizados, tais como: parâmetros de avaliação e análises técnicas. De acordo com o especialista 05: "...*Á] ! ^ & ã • [Á ^ } c ^ } â ^ ! Á [Á æ | & æ } & ^ s e p a d r ã o , c ^ ! { [princípio, regra, medida, variável . sentidos afins que podem se manifestar distintamente na realidade*". Em direção semelhante, o especialista 04 esclareceu: "*eu nunca gostei de usar a palavra parâmetro para designar uma variável. Apesar de ser aceito como sinônimo, eu acho que confunde. Prefiro que parâmetro signifique apenas um padrão, uma medida, ou um critério para comparações e relações. Acho que para tudo aquilo que se quer obter uma resposta, um valor, melhor usar sempre variáveis (ao invés de parâmetros)*".

O especialista 12 corroborou os apontamentos, afirmando que "*deve haver uma identificação desses parâmetros, que devem ser definidos e sintetizados ^ { Á % Q } â ã & æ â [! ^ • Á â ^ Á â ^ indicadores esses que, por sua vez, podem, se for conveniente, ser divididos em critérios (qualitativos) e requisitos (quantitativos)*". Sobre o termo análises técnicas, o referido expert comentou: "*[Á c ^ ! { [Á % Q }] ! ã • ^ + Á â ^ ç ^ Á • ^ ! Á • ~ à • c ã c ~ ð â [Á] [! Á] æ | æ ç ! æ Á % Q } ! | ã • ^ + Á â ^ ç ^ Á • ^ ! Á • ~ à • c ã c ~ ð â æ Á] [! Á % Q } a*

Sobre as variáveis de avaliação, as principais recomendações dos experts foram listadas no elencadas no Quadro 38.

Quadro 38: Principais recomendações de ajustes das variáveis de avaliação, por especialista

Especialista	Recomendações
Especialista 01	Investigar melhor as áreas comuns, sobretudo o caminho de acesso desde a entrada no condomínio até os elevadores e circulações comuns dos pavimentos.
Especialista 02	Considerar a privacidade com relação aos seguintes aspectos: privacidade visual no interior da unidade habitacional, privacidade visual em relação aos vizinhos, privacidade visual em relação aos transeuntes nos espaços abertos públicos, privacidade acústica interior da unidade habitacional, privacidade acústica em relação ao exterior. É relevante investigar as distâncias entre as pessoas e entre as pessoas e fontes de diferentes tipos de ruídos que geram relações de privacidade visual e acústica adequadas e inadequadas.
Especialista 03	Destacar mais os hábitos e dinâmicas familiares e aprofundar mais o seria o “contato desejado”.
Especialista 04	Incluir parâmetros de elementos arquitetônicos do tipo: ruídos, distância entre janelas de vizinhos, barreiras acústicas entre apartamentos e cômodos do próprio apartamento. Construir lista de parâmetros.
Especialista 05	Criar uma lista de variáveis para cada escala. Elaborar um estudo piloto.
Especialista 06	Explicitar o que se espera “ler” em cada parâmetro, como se complementam ou confirmam os demais e relacioná-los a cada objetivo que se deseja atingir.
Especialista 07	Acrescentar o “foco” da experiência (geral/específico).
Especialista 08	Delimitar claramente quem são os potenciais clientes dos resultados do modelo de avaliação (seriam os mesmos atores envolvidos?) e, a partir disso, analisar se os resultados são úteis para esses clientes. Considerar questões relacionadas aos prazos e custos.
Especialista 09	Especificar melhor os parâmetros.
Especialista 10	Identificar com clareza quais dados serão coletados e como esses dados poderão contribuir para os objetivos propostos. Avaliar a condição de moradia anterior e a condição de vida atual dos moradores coletando dados pessoais sociais/econômicos/condição de saúde e bem-estar atual. Realizar pré-testes juntos aos atores envolvidos a fim de calibrar a avaliação
Especialista 11	Acrescentar o isolamento acústico. Detalhar como os como serão efetuados em termos de amostragem por UH e as técnicas utilizadas.
Especialista 12	Deve haver uma diferenciação pragmática entre “Avaliação Física” e “Verificação das preferências/opiniões de usuários”. Desenvolver aplicações piloto e memorial de aplicação do modelo.

Fonte: elaboração própria (2023), a partir dos comentários feitos pelos especialistas

No que concerne aos instrumentos, o especialista 08 recomendou o uso de games para aplicação dos questionários/entrevistas, o especialista 12 sugeriu a inclusão de entrevistas em grupo ou grupos focais e o especialista 07 recomendou evitar uso de instrumentos que dependam apenas de verbalizações. Sobre as formas de abordagem, os especialistas 02, 04 e 05 sugeriram detalhar mais os conteúdos inerentes a cada instrumento e os objetivos desejados em cada um deles. A respeito dos atores e das escalas, o especialista 01 indicou a necessidade de se incluir outros agentes do mercado imobiliário, como os corretores, e recomendou a revisão a necessidade de avaliação da vizinhança próxima e da dimensão social. Os especialistas 01, 03 e 12 recomendaram um maior detalhamento do walkthrough. E o especialista 10 recomendou a inclusão de outras dimensões da privacidade (virtuais).

Por fim, como avanço ao modelo proposto foi sugerido pelos especialistas 05, 10 e 12 a aplicação de estudos pilotos do modelo para simular como o modelo aconteceria na prática.

E ainda pelo especialista 12 foi proposta a criação de um manual de aplicação do modelo, que segundo afirmou, “*seria uma espécie de manual de instruções onde são apresentados todos os instrumentos, com explicações sumárias com virtudes, limitações e ao que cada instrumento específico se presta*”.

6.3 Um olhar sobre o processo de modelagem e de validação do modelo

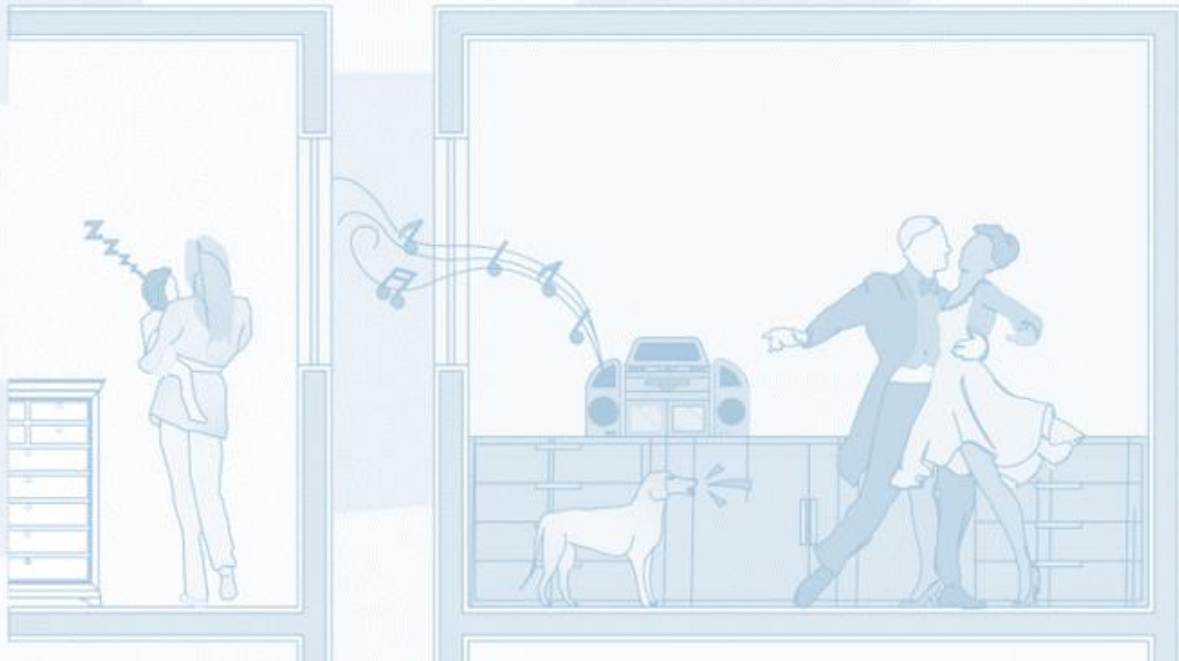
À medida que as relações entre habitação e privacidade se diversificam e se tornam mais complexas, levantam-se novas questões sobre o desempenho dos espaços domésticos e as percepções dos usuários e, conseqüentemente, emergem novas demandas sobre os referenciais teórico metodológico que respaldem a escolha de variáveis e instrumentos para avaliação das habitações e seus moradores. Nesse sentido, o uso de instrumentais de investigação que estimulem o diálogo entre a teoria e prática, especialmente, a luz de diferentes visões de especialistas da área, contribuem para evidenciar formas de investigação mais abrangentes sobre os fenômenos da realidade.

Ao escolher um caminho para ilustrar um fenômeno social complexo, a modelagem inicial sintetizou os aspectos teóricos-metodológicos levantados na literatura revisada e forneceu diferentes possibilidades de avaliação da privacidade habitacional, gerando variadas oportunidades de pesquisa neste âmbito. Por ser limitado em sua síntese da realidade, a escolha de quais variáveis e ferramentas de avaliação devem ser utilizadas para uma melhor compreensão do fenômeno em estudo deve ser uma decisão de cada pesquisador. O objetivo do modelo proposto foi, portanto, de apresentar possibilidades e facilitar as escolhas dos pesquisadores interessados no estudo da privacidade em habitações.

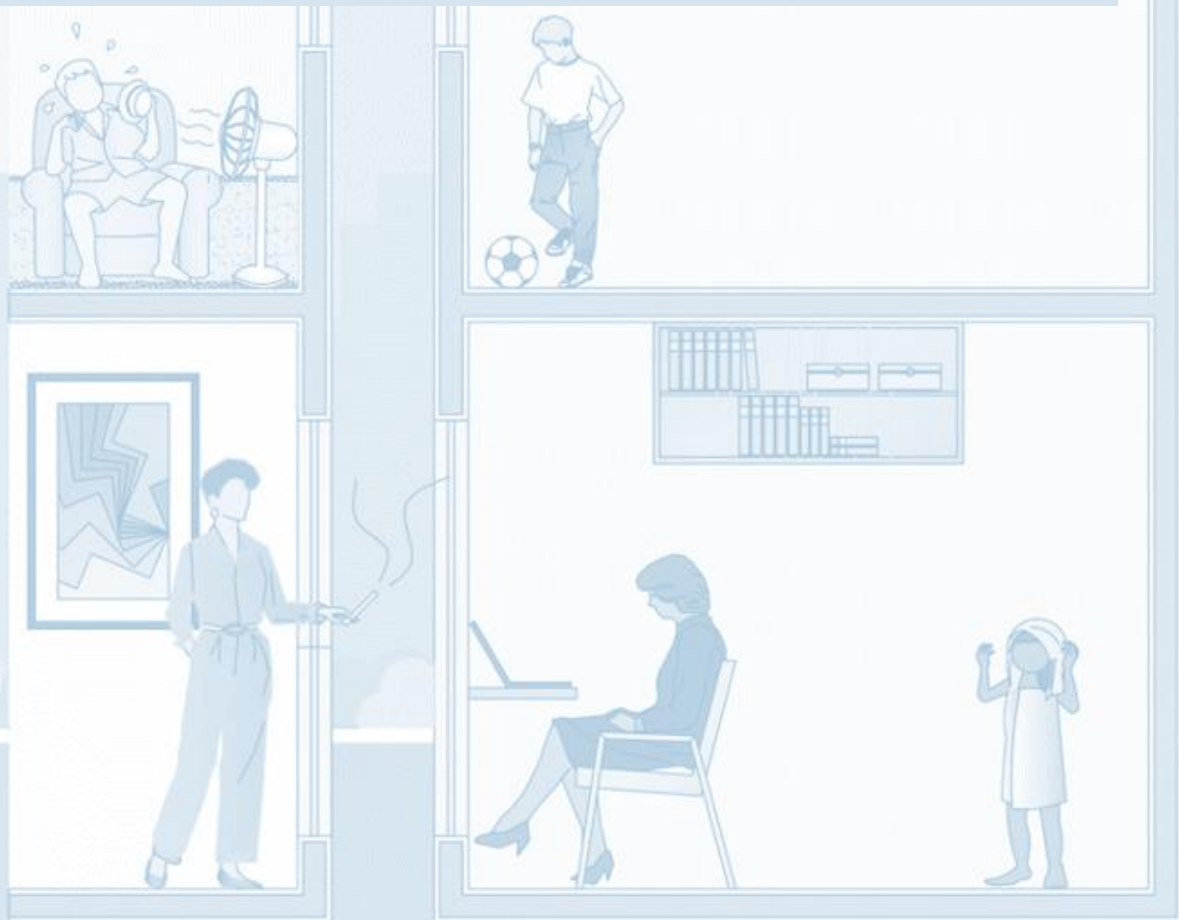
O processo de modelagem ofereceu diferentes perspectivas sobre a representação do conhecimento existente. Apesar disso, a avaliação por especialista demonstrou algumas lacunas que ainda precisavam ser melhor desenvolvidas, especialmente relacionadas ao esclarecimento variáveis de avaliação e relações entre elas e os resultados pretendidos. Sua aplicação ressaltou o interesse contemporâneo dos pesquisadores acadêmicos sobre o tema, expressos pela alta taxa de retorno dos respondentes.

Desse modo, o painel de especialistas demonstrou ser uma ferramenta importante para respaldar os achados encontrados, elucidar as potencialidades e lacunas que envolve as novas concepções da privacidade, seus métodos e estratégias de avaliação, mas especialmente, pelo seu potencial de envolver diferentes vozes de maneira conjunta, no

sentido de alcançar um modelo mais pertinente e apropriado com um resultado satisfatório e útil para a pesquisa e a tomada de decisões dos interessados na área.



7 PRÉ-TESTE DO MODELO



7 PRÉ-TESTE DO MODELO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Após a etapa de validação do modelo pelos especialistas, partiu-se para a proposição da sua aplicação empírica, por meio de um estudo exploratório. Nesse processo, foram cumpridas as etapas propostas pelo modelo conceitual e foram selecionados os instrumentos metodológicos necessários à sua aplicação. Cabe ressaltar que, apesar de apresentar proposições de instrumentos, esse pré-teste teve o objetivo apenas de testar a aplicabilidade do modelo, de modo que, o grau de confiabilidade dos instrumentos e seus resultados ainda deve ser validados por estudos futuros.

Para demonstrar as diferentes formas de aplicação do modelo, foram apresentadas soluções para todos os eixos temáticos considerados. Como o foco da pesquisa encontra-se na aplicação do modelo para o caso de apartamentos, foi selecionado como objeto de estudo, um edifício de torres múltiplas, dada a relevância quantitativa de moradores, a existência de áreas de lazer e as relações entre torres e vizinhos. Dessa maneira, atendendo aos requisitos do modelo proposto temos (Quadro 39):

Quadro 39: Etapas do modelo e definições para o estudo exploratório

Etapas do modelo		Definições para o estudo exploratório		
1	Definição dos eixos temáticos do estudo	Privacidade		
		Territorialidade e espaço pessoal		
		Aglomeração		
		Solidão		
2	Definir o objetivo da pesquisa e o enfoque	Entender os modos como a privacidade se expressa no contexto de apartamentos de torres múltiplas		
3	Definir o caso de estudo	Apartamentos em condomínio tipo clube		
4	Definir a abrangência do estudo	Escala	Dimensão da privacidade	
		Vizinhança próxima	Física	Entorno
		Edifício	Física	Tipologia habitacional
			Social	Demarcação dos espaços
				Interações sociais
		Psicológica	Controle	
		Unidade	Física	Preferência dos usuários
				Organização espacial
			Social	Elementos arquitetônicos
		Psicológica	Objetos pessoais	
Hierarquia de acessibilidade				
Social	Interações sociais			
	Estratégias de enfrentamento			
Psicológica	Satisfação dos usuários			
	Preferência dos usuários			
Indivíduo	Psicológica	Estresse		
		Significado de lar		
		Traços de personalidade		

Fonte: elaboração própria, 2023.

Por envolverem maiores detalhamentos, as etapas cinco, seis, sete, oito e nove do modelo (Figura 14) foram apresentadas separadamente a seguir.

7.1 Proposta de um método para avaliação empírica da privacidade

A escolha do método de pesquisa a ser utilizado para o estudo exploratório em tela teve como respaldo os instrumentos com enfoque centrado na relação pessoa-ambiente, adotando-se, portanto, uma abordagem multimétodos. Diante disso, foram apresentados os instrumentos de avaliação física e social, feitos exclusivamente pela pesquisadora e aqueles de avaliação da percepção dos usuários. Em cada um deles, foram descritas as formas de abordagem e itens de avaliação considerados. Uma vez que alguns instrumentos selecionados envolveram a participação dos usuários, foram apresentadas também as questões relacionadas à ética em pesquisa.

7.1.1 Instrumentos propostos

Os procedimentos metodológicos selecionados para o estudo exploratório foram: a) levantamento de dados; b) *walkthrough*, c) questionários com moradores; d) entrevista com moradores; e) entrevista com síndico, f) entrevista com arquitetos, g) análise sintática da UH. As técnicas, eixos temáticos, escalas de abrangência, fonte de dados, objetivos específicos e atributos gerais avaliados de cada instrumento encontram-se sistematizadas no Quadro 40. O detalhamento das formas de abordagens e itens de avaliação de cada um deles foi apresentado na sequência.

Quadro 40: Técnicas de pesquisa adotadas no estudo exploratório

Técnica	Eixo temático	Escala	Fonte de dados	Objetivos específicos	Atributos avaliados
Levantamento geral de dados	-	-	Pesquisador	- Levantar dados geral sobre o edifício escolhido; - Estabelecer contato com o condomínio	- Documentos gráficos e memoriais existentes;
<i>Walkthrough</i> (PE)	Territorialidade	Vizinhança e edifício	Pesquisador	- Caracterizar o edifício escolhido; - Identificar as relações afetivas ambientais: significação e apropriação do lugar; senso de comunidade	- Aspectos funcionais, técnicos e estéticos das áreas comuns e do entorno; - Formação de grupos;
Questionário (P)	Privacidade Aglomeração Solidão	Unidade e indivíduo	Morador	- Caracterizar os usuários; - Compreender as formas de regulação das distâncias interpessoais - Entender as relações pessoais: suporte social; - Identificar as necessidades espaciais dos indivíduos: satisfação dos usuários, aglomeração e solidão.	- Dados sociodemográficos; - Traços de personalidade; - Significado de lar e privacidade; - Reformas realizadas; - Percepções sobre incômodo; - Nível de satisfação; - Estratégias de enfrentamento; - Níveis de estresse e solidão
Entrevistas (PE)	Privacidade Territorialidade Espaço Pessoal	Edifício e unidade	Morador	- Compreender as formas de regulação das distâncias interpessoais: acessibilidade física e comunicação sobre contato desejado - Identificar as relações afetivas ambientais: significação e apropriação do lugar, representação da identidade; senso de comunidade; - Entender as relações pessoais: com os vizinhos e o funcionamento familiar; - Identificar as necessidades espaciais dos indivíduos: preferências dos usuários e demarcação de territórios	- Nível de satisfação; - Percepções sobre incômodo; - Espaços e objetos pessoais; - Gerenciamento de conflitos; - Relações com os vizinhos; - Desejos dos moradores; - Impactos da pandemia.
		Vizinhança próxima Edifício	Gestores do edifício	- Identificar usos das áreas comuns; - Compreender as formas de regulação das distâncias interpessoais: acessibilidade física e comunicação sobre contato desejado - Identificar as relações afetivas ambientais: significação e apropriação do lugar; senso de comunidade; - Entender as relações pessoais: com os vizinhos; - Identificar as necessidades espaciais dos indivíduos: demarcação de territórios	- Percepções sobre incômodo; - Gerenciamento de conflitos; - Relações com os vizinhos; - Formação de grupos; - Impactos da pandemia.
		Edifício e unidade	Arquitetos	- Compreender as formas de regulação das distâncias interpessoais: acessibilidade física e comunicação sobre contato desejado;	- Significado de privacidade; - Organização espacial - Impactos da pandemia.
Análise sintática do espaço	Privacidade Territorialidade	Unidade	Pesquisador	- Compreender as formas de regulação das distâncias interpessoais: acessibilidade física e comunicação sobre contato desejado; - Identificar as relações afetivas ambientais: significação e apropriação do lugar;	- Hierarquia de acessibilidade - Organização espacial

Fonte: elaboração própria, 2023.

7.1.1.1 *Levantamento geral de dados*

O levantamento geral de dados diz respeito à caracterização geral do condomínio selecionado, considerando a pesquisa documental das informações já existentes sobre o edifício. Além das informações iniciais, essa etapa possibilita ao pesquisador o acesso às dependências do condomínio a ser avaliado, para que possam ser feitos o levantamento dos dados iniciais e os contatos para viabilidade da APO no edifício (VILLA, 2013).

Nesse sentido, para que o levantamento geral de dados pudesse iniciar, procedeu-se escolha do edifício para o estudo de caso, neste caso um condomínio clube com torres múltiplas e unidades com dimensões reduzidas. Escolhido o edifício, iniciou-se o processo de contato com o síndico para autorizar a pesquisa e conseguir acesso aos materiais gráficos e documentais existentes. Este contato inicial teve por objetivo caracterizar o condomínio, permitir e facilitar o contato com os gestores do edifício e moradores.

Dessa maneira, o levantamento geral de dados permitiu o acesso à documentação gráfica do condomínio e a autorização para realização da pesquisa, por meio do contato com o síndico. Após o primeiro contato com o síndico, foi enviada a carta de apresentação da pesquisa (Anexo 1), sendo obtida na sequência a carta de autorização (Anexo 2) para realização do trabalho e foi consolidado o envio dos documentos técnicos existentes do condomínio.

7.1.1.2 *Walkthrough*

O uso do *walkthrough* precede os demais levantamentos e estudos (FONSECA; RHEINGANTZ, 2009) e permite um primeiro contato do pesquisador com o edifício escolhido, possibilitando a percepção inicial dos espaços avaliados e a identificação das apropriações imediatas dos usuários/moradores (VILLA, 2013). Nesse sentido, para entendimento inicial das relações pessoa-ambiente desenvolvidas na escala do edifício e para as primeiras apreensões das características do lugar, especialmente relacionadas à territorialidade nos espaços comuns, o *walkthrough* foi selecionado como um dos instrumentos de avaliação.

Para tanto, foram desenvolvidos dois *checklists* abrangendo a avaliação de aspectos funcionais, técnicos, estéticos/formais e comportamentais da vizinhança próxima (Apêndice I) e das áreas comuns do prédio (Apêndice J). Essas avaliações foram divididas em dois tipos: da qualidade dos espaços, que consistiu em uma percepção técnica da pesquisadora sobre as características dos espaços/itens levantados, atribuindo notas de 1 a 5, em que 1 significava péssimo e 5, excelente; 2) da presença de problemas socioambientais e

manifestações patológicas, com respostas dicotômicas (sim ou não) sobre a existência dos itens especificados.

Apesar de recomendada para uso com equipes de especialistas ou representantes dos usuários, sejam eles moradores ou gestores, numa espécie de entrevista-percurso (FONSECA; RHEINGANTZ, 2009), o *walkthrough* realizado foi feito apenas pela pesquisadora, dadas as condições adversas impostas pela pandemia. Dessa maneira, foi levantado por meio de uma avaliação técnica, sob o olhar arquitetônico da pesquisadora, como resultado da ponderação dos aspectos positivos e negativos dos espaços comuns e acessos ao prédio e seu entorno. Durante o percurso foram feitos registros fotográficos pela pesquisadora, para validar as avaliações técnicas e o aspecto visual dos itens.

Apesar de o levantamento do *walkthrough* ter sido realizado nas etapas iniciais de avaliação, diante da impossibilidade de realização da entrevista-percurso, os resultados dele foram apresentados após os resultados obtidos pelos instrumentos com participação dos usuários, para que pudessem apresentar alguns comentários feitos pelos participantes das entrevistas. Essa proposta surgiu como forma de mitigar os vieses do *walkthrough* feito sob uma ótica individual e com o objetivo de compatibilizar e ilustrar visualmente as diferentes percepções obtidas. Nesse sentido, o *walkthrough* para o estudo piloto proposto consistiu em uma avaliação física e social, agrupando os resultados obtidos na identificação dos locais de reuniões de pessoas e da presença de áreas verdes.

7.1.1.3 Questionário com moradores

Para compreensão dos aspectos relacionados à privacidade, aglomeração e solidão, na escala da unidade e do indivíduo, o questionário com moradores foi selecionado. Nesse sentido, os objetivos principais da aplicação do questionário foram: 1) identificar as características sociodemográficas e traços de personalidade dos moradores; 2) identificar o conceito de privacidade; 3) avaliar o nível de satisfação com a privacidade e os incômodos percebidos no interior da unidade; 4) identificar as estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade; 5) avaliar as percepções de aglomeração e solidão.

O público-alvo dos questionários foram os moradores maiores de 18 anos do edifício selecionado para o caso em estudo. O questionário abrangeu principalmente as questões estruturadas de múltipla escolha e ordinais. As de múltipla escolha abrangeram as do tipo nominal, especialmente na coleta dos dados sociodemográficos, e as ordinais, foram em sua maioria questões do tipo intervalar. No caso das perguntas intervalares, as escalas foram

do tipo bipolar Likert, de 5 pontos, com categorias de concordância (discordo completamente - concordo completamente), satisfação (totalmente insatisfeito – muito satisfeito) e frequência (nunca – sempre).

Sobre os conteúdos, o questionário (Apêndice K) dividiu-se em 04 seções distintas: 1) dados sociodemográficos; 2) você e sua relação com o lugar em que mora; 3) percepções de privacidade no interior da habitação; 4) percepções de aglomeração e solidão no interior da habitação.

Dentre os dados sócios demográficos de maior impacto nas pesquisas sobre privacidade habitacional destacaram-se: idade, gênero, tipo de domicílio e de propriedade, densidade domiciliar e composição familiar, tempo de residência e renda. Uma vez que na pesquisa em tela, o estudo de caso trata de um empreendimento único, o tipo do domicílio foi um fator predeterminado e a renda pôde ser eliminada, já que o padrão de renda dos moradores tende a ser similar. Como o objeto de estudo tratou de edifício com torres múltiplas e diferentes plantas-tipo, foram incluídas questões a respeito do andar e da tipologia do apartamento. Assim, na seção 01, os dados sócios demográficos levantados foram: idade, sexo, densidade domiciliar, posição no grupo familiar (chefe de família), composição familiar, tipo de propriedade, tempo de residência, andar e tipologia do apartamento.

A seção 02, você e sua relação com o lugar em que mora, buscou identificar os conceitos de privacidade dos moradores, os traços de personalidade e as reformas realizadas. Para tanto, foi utilizada uma pergunta aberta para que o morador descrevesse o “lugar onde se sente em casa” e para os traços de personalidade foi utilizada uma versão simplificada do Big Five, validada em estudo transcultural de estudantes ingleses e alemães (RAMMSTEDT; JOHN, 2007). Nesse sentido, por meio de 9 afirmações sobre sua personalidade, foram aferidos os traços de extroversão, amabilidade (agradabilidade), conscienciosidade (disciplina), neuroticismo (instabilidade) e abertura a novas experiências dos entrevistados. Sobre as reformas, os moradores foram questionados sobre a sua execução ou não.

A seção 03 teve por objetivo aferir as percepções de privacidade dos moradores na habitação, avaliar sua satisfação com a privacidade, levantar os incômodos percebidos e as estratégias de enfrentamento utilizadas. Sobre as percepções, foram elaboradas questões sobre o conceito de privacidade e quais comportamentos os moradores utilizam para alcançar o nível de privacidade desejado. Em relação à satisfação, foram feitas perguntas sobre o grau de satisfação com a privacidade (escala Likert - 5 pontos) e sobre a frequência dos incômodos relacionados à sua acessibilidade física (presença de pessoas, visualização, barulhos, odores, temperatura e espaço), sendo perguntado também quais comportamentos os moradores tinham quando se sentiam incomodados.

Por fim, a seção 04, percepções de aglomeração e solidão no interior da habitação, baseou suas questões nos estudos de inadequação do espaço doméstico e estresse percebido na moradia, proposto por Campagna (2016), avaliando a frequência em que o espaço físico percebido do apartamento influenciou sua privacidade, espaço pessoal, atividades domésticas, organização de objetos, recepção de amigos, entre outros. Enquanto as questões relacionadas à solidão, basearam-se na escala simplificada UCLA, proposta em estudo com idosos nos Estados Unidos (HUGHES et al., 2004), em que foram levantadas as frequências da percepção de falta de suporte social, exclusão e isolamento.

Sobre as formas de aplicação, o questionário pôde ser aplicado presencial, com os levantamentos feitos pela pesquisadora, e por meio de uma plataforma digital de pesquisas (Survicate), com envio do link por celular, através do síndico. Para estimular a participação dos moradores e, por indicação da administração do condomínio, foram fixados folders (Figura 15), com diagramação sugerida pela administração do condomínio, nos quadros de aviso próximo aos elevadores, convidando e apresentando a pesquisa, nos quais havia QR-Codes que direcionavam aos links dos questionários.

Figura 15: Folders convidando os moradores para participação na pesquisa (questionário)



Fonte: acervo próprio, 2022.

7.1.1.4 Entrevistas

Os roteiros de entrevistas foram do tipo semiestruturadas, com perguntas abertas e divididas por três técnicas diferentes: com moradores, com gestores do edifício e com arquiteto.

Nas entrevistas com os moradores (Apêndice L), foram tratadas apenas questões relacionadas à privacidade, espaço pessoal e territorialidade, os temas de aglomeração e

solidão restringiram-se aos questionários, dada a delicadeza da sua abordagem. O objetivo das entrevistas com moradores consistiu na compreensão, em maior profundidade, das necessidades de privacidade dos moradores, identificar os espaços pessoais e os padrões de uso associados a eles, compreender o funcionamento familiar, através da gestão dos conflitos, entender as relações de vizinhança e quais necessidades dos moradores ainda não foram atendidas no seu apartamento e nas áreas comuns.

A entrevista com os gestores do edifício (Apêndice M) teve por objetivo entender o uso dos espaços comuns, especialmente nos aspectos relacionados à territorialidade, identificando quais espaços eram mais utilizados e por quem, e aos incômodos relacionados à privacidade, relatando quais as reclamações eram mais recorrentes e se havia conflitos entre os moradores, relacionados ao uso dos espaços comum ou entre apartamentos.

Por fim, na entrevista com um dos arquitetos responsáveis pelo projeto do empreendimento (Apêndice N), foram identificados os critérios mais relevantes na concepção das plantas e implantação dos projetos habitacionais, como a privacidade foi tratada no projeto. O objetivo desta entrevista foi, portanto, entender quais fatores influenciaram a concepção do projeto em estudo e como a privacidade foi pensada para atender às necessidades dos moradores.

Além disso, em virtude do contexto da pandemia, foram elaboradas, em todas as entrevistas, questões sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nas percepções de privacidade dos moradores, gestores e arquiteto do condomínio.

Sobre a forma de abordagem, as entrevistas podiam ser realizadas de forma presencial ou *online*. Para os moradores, o interesse para participação foi levantado nos questionários, quando solicitado o contato de telefone ou e-mail daqueles que desejem participar da etapa de entrevistas. Para os gestores do edifício, o síndico foi contatado e pessoas chave da administração do condomínio foram convocadas para participar da pesquisa. Quanto aos arquitetos, eles foram identificados através do levantamento geral de dados e o contato foi feito diretamente com o escritório.

7.1.2 Questões Éticas

Quando uma pesquisa envolve o contato com seres humanos como participantes diretos, expressando suas percepções e opiniões a respeito de um assunto, para que a pesquisa transcorra adequadamente e com transparência, é necessário que o pesquisador atue guiado por princípios éticos em todas as etapas do processo de investigação (ALKTHEEB, 2015; ELALI, 2010).

No contexto brasileiro, o grande marco ético para as pesquisas foi a implantação, em 2011, da Plataforma Brasil, ferramenta *online* que constitui uma base nacional unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para auxiliar os trabalhos dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CONEP). Sob esse ponto de vista, as Resoluções n. 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde (respectivamente, BRASIL/CNS, 2012; BRASIL/CNS, 2016), estabeleceram uma série de exigências a serem cumpridas em pesquisas envolvendo seres humanos em qualquer área do conhecimento.

Dentre essas exigências encontram-se a necessidade de submissão dos protocolos de pesquisa na Plataforma, antes do início da pesquisa empírica e a anuência dos participantes através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O uso e a aprovação desses protocolos garantem a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades (BRASIL/CNS, 2012).

O TCLE corresponde ao documento que explicita as informações necessárias para que o participante leigo compreenda a investigação, devendo ser escrito em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, compreendendo os fins para os quais as informações estão sendo coletadas, riscos e benefícios da participação, meio de contato com os pesquisadores caso tenham dúvidas ou desejem desistir de participar da pesquisa.

Nesse sentido, os TCLEs foram previstos para todos os instrumentos que abordaram diretamente pessoas e em virtude das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, todos tiveram uma versão para aplicação em formato online ou presencial. Apesar disso, como o período de aplicação das entrevistas coincidiu com a maior flexibilização das restrições impostas pela pandemia, apenas os questionários precisaram ser aplicados também de maneira online. Nesse caso, TCLEs utilizados na pesquisa foram: questionário online (Apêndice O) e presencial (Apêndice P) com moradores, entrevista presencial com o morador (Apêndice Q), entrevista presencial com gestores do edifício (Apêndice R), entrevista presencial com projetista (Apêndice S).

Nos questionários aplicados de forma virtual, os TCLEs foram assinados por meio da ciência/autorização dada pelo participante, nas plataformas virtuais. Já nos instrumentos aplicados presencialmente, os TCLEs foram assinados pelos participantes, em duas cópias, sendo uma delas para o participante e a outra devolvida à pesquisadora.

Além disso, foram adotados alguns outros procedimentos éticos para minimizar os eventuais danos desconhecidos da pesquisa e preservar a confidencialidade e a privacidade dos usuários e das informações do edifício.

Para os registros fotográficos e da documentação gráfica do condomínio, foram previstas estratégias que dificultem a identificação das áreas/logomarca do condomínio e das pessoas envolvidas. Em relação às peças gráficas arquitetônicas, optou-se por não identificar nenhum deles, tanto para garantir a segurança do condomínio, como para evitar que eventuais comentários sobre o projeto sejam vinculados a opiniões sobre o profissional ou a empresa responsável (ELALI, 2010).

As relações entre instrumentos de pesquisa e procedimentos éticos encontra-se sistematizada no Quadro 41.

Quadro 41: Técnicas de pesquisas e procedimentos éticos adotados

Técnica	Fonte de dados	Procedimentos éticos para preservar a confidencialidade das informações dos usuários e do condomínio
Levantamento geral de dados e análise sintática do espaço	Peças gráficas e documentos	Não identificar no texto as informações sobre dados das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na pesquisa, a fim de evitar, na medida do possível, a identificação do condomínio. Documentos oficiais incluídos no trabalho terão essas informações tarjadas.
Walkthrough	Pesquisador e peças gráficas	Os registros fotográficos feitos pela pesquisadora e que integrem o corpo do trabalho buscaram, na medida do possível, conter fotos mais focada em detalhes específicos, sem grandes perspectivas do edifício ou das fachadas, para minimizar o reconhecimento do condomínio. Nas fotos em que seja inevitável o aparecimento de pessoas, carros ou sinalização do condomínio, os rostos e placas serão borrados.
Questionário	Moradores	Por envolver dados dos moradores, foram elaborados TCLEs para os respondentes dos questionários, todos adultos. Além disso, para evitar a identificação dos respondentes, não foram solicitadas informações tais como nome do entrevistado ou número do apartamento.
Entrevistas com gestores do edifício	Membros da administração	Por envolver dados dos moradores e do condomínio, as opiniões e percepções dos respondentes, foi elaborado TCLE para o síndico. Como no item anterior não serão solicitados dados pessoais sobre eles.
Entrevistas com arquitetos	Arquitetos	Por envolver dados do projeto e de opiniões e percepções dos respondentes, foi elaborado TCLE para os arquitetos. Como no item anterior não serão solicitados dados pessoais sobre ele. Além disso, informações sobre dados das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no projeto, não foram divulgadas.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Os instrumentos, TCLEs e demais procedimentos éticos necessários à pesquisa foram submetidos e aprovados pelos Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP (CAAE: 37102220.0.0000.5390, aprovado em 12 de julho de 2021, conforme Anexo 3).

7.2 O caso de estudo

Para apresentar o caso de estudo selecionado, foi apresentado inicialmente um breve contexto histórico do processo de verticalização na cidade de Natal (RN), com o objetivo de se fazer entender em que condições surgiram as primeiras unidades com dimensões reduzidas e como os edifícios verticais foram se consolidando na prática do mercado imobiliário da cidade. Na sequência, foram apresentadas as características gerais do prédio, a partir da análise documental e gráfica do projeto de arquitetura e seus memoriais.

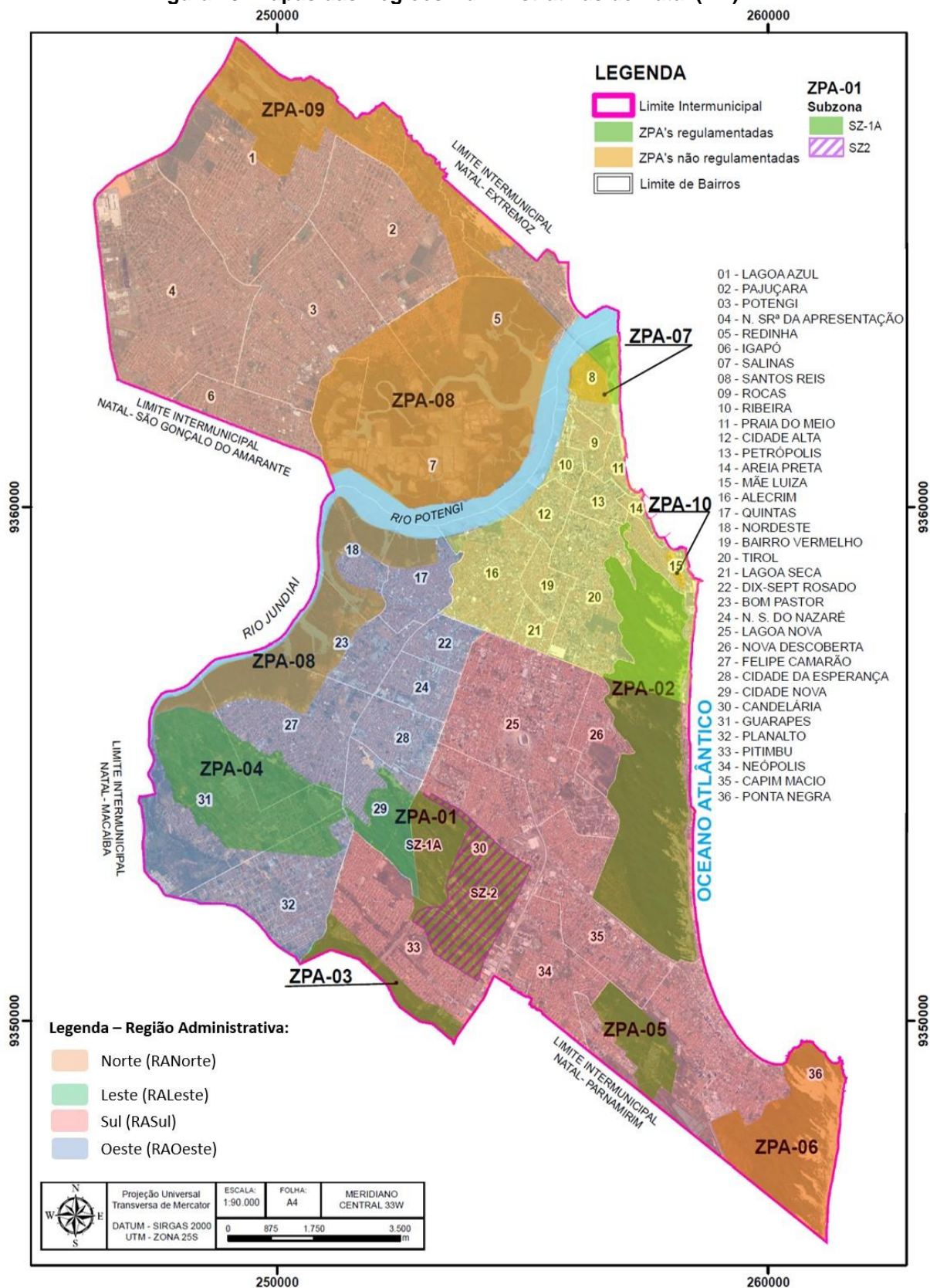
7.2.1 Breve contexto histórico

Com área de aproximadamente 167,401km² e uma população média de 877.640 habitantes, a cidade de Natal (RN) possui cerca de 20% da sua área territorial composta por áreas de proteção ambiental, em virtude do Parque das Dunas, da presença das águas de rios, lagoas, das áreas de mangues ou dunas (NATAL, 2019). Dividida em 04 Regiões Administrativas (RA), a saber: RANorte, RALeste, RAOeste e RASul (Figura 16), a ocupação territorial caracteriza-se por seu caráter predominantemente horizontal, com áreas pontuais de verticalização nas RALeste e RASul e verticalização ainda incipiente nas RANorte e RAOeste. Com ocupação territorial bastante rarefeita³⁰ até o início do século XX (ATAÍDE, 1997), as primeiras alterações significativas do espaço urbano da cidade aconteceram com a presença das tropas americanas durante a Segunda Guerra Mundial e com a política de incentivo da migração do campo para a cidade do governo Vargas (ATAÍDE, 1997; SILVA, 2010).

Numa solução semelhante à de outras metrópoles brasileiras, o processo de expansão territorial de Natal esteve intimamente relacionado à produção habitacional horizontal. Apesar do crescimento habitacional ter se iniciado com maior intensidade nos finais da década de 1940, foi apenas na década de 1960 que aconteceram os primeiros indícios de verticalização habitacional na cidade, sendo, o primeiro edifício vertical exclusivamente residencial inaugurado em 1969, no bairro de Cidade Alta (SOUSA, 2005).

³⁰ Ao final do século XIX a economia do estado estava voltada para a produção e exportação de matérias primas. Apesar de acontecerem no interior, os recursos obtidos por essas atividades possibilitaram o aparelhamento da capital, dotando-a de serviços de infraestrutura, como ferrovias e prédios públicos. (ATAÍDE, 1997; LIMA, 1998).

Figura 16: Mapas das Regiões Administrativas de Natal (RN).



Fonte: Adaptado de NATAL (2019).

Nota: Base cartográfica SEMURB – mosaico de imagens do Google Earth Pro – Digital Globe, ano: 2016.

Na década de 1980, a partir da atuação dos incorporadores imobiliários e impulsionados pelos financiamentos do Banco Nacional da Habitação (BNH), consolidou-se a inserção definitiva da tipologia do bloco de apartamento em edifícios verticais³¹ enquanto opção de oferta de moradia pelo mercado. Neste período, a produção direcionou-se aos bairros de Lagoa Nova (RASul), Petrópolis e Tirol (RALeste) (COSTA, 2000; QUEIROZ, 2012) e, de acordo com Duarte (2006), a produção saltou de 32 edifícios residenciais, em 1970, para 140, na década de 1980. O modelo habitacional da década de 1980 seguia a tendência nacional, apontada por Villa (2020), de diminuição das áreas dos apartamentos e consolidação das varandas, especialmente nas tipologias de dois e três dormitórios. Esse padrão de produção era reflexo de um lado, de população demandante por espaços de morar com limitações de diferentes ordens, como financeira ou de localização e, de outro lado, de um mercado imobiliário reduzindo as áreas uteis dos apartamentos, no afã de atingir cada vez mais compradores (VILLA, 2020).

Com a extinção do BNH em 1986, a instabilidade econômica do país, as altas taxas de desemprego e o direcionamento de recursos para construções de obras públicas de infraestrutura, os financiamentos habitacionais estatais reduziram-se. Em razão disso, a produção imobiliária da década de 1990 foi direcionada principalmente para a produção autofinanciada de apartamentos de alto padrão (QUEIROZ, 2012), inserindo os bairros de Areia Preta, Ponta Negra, Capim Macio, Candelária e Barro Vermelho no contexto da produção vertical da cidade (COSTA, 2000). Foi também nesse contexto que se iniciou na cidade, o processo de valorização da esfera coletiva nos apartamentos, caracterizada pelo surgimento áreas de lazer coletivas (VILLA, 2020). Apesar da predominância das unidades de alto padrão, alguns apartamentos de torres múltiplas continuaram a ser produzidos, como os emblemáticos conjuntos dos Plano Cem, e contribuíram para consolidar o padrão verticalizado com elevador dentro do contexto do habitar mínimo na cidade (MACEDO, 2018).

O início dos anos 2000 foi marcado pela produção das tipologias *flats* na cidade, seguindo a tendência das demais metrópoles brasileiras (VILLA, 2020). Contudo, em Natal, esse processo assumiu características específicas. A produção de flats na cidade foi marcada pelas pressões dos incorporadores sobre a administração municipal e pela presença do fenômeno do imobiliário-turístico, que impulsionado pelas ações do Programa de Desenvolvimento Turístico no Nordeste – PRODETUR NE, aumentou o fluxo de estrangeiros, dispostos a ter segunda moradia ou fazer negócios na cidade (SILVA, 2010; QUEIROZ, 2012). A participação destes na produção habitacional da cidade estimulou “a construção de apartamentos cada

³¹ Para Costa (2000) classifica-se como edifício vertical, “toda e qualquer edificação com quatro pavimentos ou mais dotada de elevador, considerando os mais diversos tipos de uso” (COSTA, 2000, p. 154).

vez menores” (SILVA, 2010, p.309), aumentando a demanda pela produção de *flats*, durante a primeira década dos anos 2000, localizados principalmente, nos bairros de Petrópolis, Tirol, Capim Macio e Ponta Negra (SEMURB, apud SILVA, 2010).

Entretanto, com a crise imobiliária internacional (*subprime*) e a saída do mercado consumidor internacional, houve uma retração do consumo da tipologia *flat*, fazendo com os empreendimentos materializados neste período não tivessem vazão pelo mercado imobiliário. Desse modo, sob pressão da iniciativa privada, a Prefeitura lançou um decreto (NATAL, 2009), que autorizou a conversão *flats* em edifícios de uso residencial, de modo que, os benefícios dos serviços hoteleiros, que poderiam justificar a redução dimensional das unidades, deixaram de ser obrigatórios aos empreendimentos licenciados e as habitações decorrentes disso herdaram da tipologia *flats* as dimensões exíguas (MACEDO, 2018).

Paralelamente a isso, no âmbito nacional, o governo federal instituiu, como uma das medidas anticíclicas em resposta à crise internacional de 2008, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que orientou a produção vertical de blocos de apartamentos, até meados de 2013. Com o mercado arrefecido pelo PMCMV, a expansão do crédito imobiliário e a chegada grandes incorporadoras nacionais, como Cyrella e Gafisa, observou-se também a disseminação de uma nova tipologia na cidade, o condomínio clube (QUEIROZ, 2012). De acordo com Araújo (2015), os condomínios clube têm como principal característica uma vasta estrutura de lazer coletiva e fazem parte de um “novo ideal de morar” recriado pelo mercado imobiliário, que prioriza a oferta de diferentes utilidades privativas e a segurança. Segundo o autor, em Natal, essa tipologia disseminou-se principalmente nos bairros da RASul e entre a classe média, já que este tipo de empreendimento não se torna atrativo para as classes mais altas, que querem exclusividade. Araújo (2015) ponderou ainda que a produção desse padrão tipológico influenciou direcionou o mercado imobiliário a ofertar de itens de lazer nos empreendimentos das faixas 2 e 3 do PMCMV.

Contudo, a partir de 2013, a economia nacional começou a dar sinais de desaquecimento e o setor imobiliário arrefeceu. Motivados pela instabilidade política, pelo aumento das taxas de juros, pela supervalorização dos preços dos imóveis, pela falta de demanda e pela grande quantidade de unidades ainda desocupadas, o setor de construção civil desacelerou a oferta de novos empreendimentos, chegando a níveis próximos de estagnação (MEDEIROS, 2021). De acordo com o referido autor, os impactos desse processo foram percebidos com maior relevância a partir de 2016, com uma queda acentuada nos registros imobiliários, chegando ao seu ápice, em 2017, quando a cidade registrou o lançamento de apenas 01 empreendimento habitacional vertical.

Diante desse cenário e de acordo com os estudos recentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) da cidade (NATAL, 2019), a verticalização atual se concentrou principalmente na RALeste e RASul (Figura 17), com padrões médios de mais de 18 pavimentos em bairros como Tirol, Petrópolis, Capim Macio, Neópolis e Pitimbú, sendo estes últimos de ocupação vertical mais recente. Nestas áreas, foram identificadas menor densidade e maior infraestrutura instalada, com empreendimentos com áreas construídas maiores e mais áreas destinadas ao uso comum e lazer dos moradores. Recentemente, notou-se também um crescimento na verticalização da RANorte, com padrão de prédios com média entre 4 e 8 pavimentos, e o início da verticalização na RAOeste, com padrão de 4 pavimentos, com uma verticalização mais rarefeita e um padrão de renda mais baixo.

Figura 17: Imagens aéreas dos bairros de Tirol e Petrópolis (RALeste) e dos bairros de Capim Macio e Ponta Negra (RASul), respectivamente.



SOARES, 2013.

Sobre os padrões dimensionais, entendeu-se que a conversão dos flats em unidades residenciais e a produção derivada do PMCMV consolidou na cidade o modelo de torres habitacionais, com plantas que adotam os padrões mínimos definidos pelos regramentos urbanísticos municipais, pela Caixa Econômica Federal (CEF) ou pela ABNT NBR 15.575 (MACEDO, 2018; ABNT, 2013). Assim, desde 2005, a produção vertical de apartamento com dois e três dormitórios priorizou a oferta de apartamentos, com ambientes que seguem padrões dimensionais mínimos, consolidando o processo de redução dimensional dos apartamentos oferecidos pelo mercado imobiliário, iniciado desde a década de 1980 (VILLA, 2020). Sob essa perspectiva, entendeu-se que no processo de evolução da verticalização em Natal (RN) (Figura 18) o período de maior produção de apartamentos com padrões dimensionais de ambientes mínimos em Natal foi entre 2005 e 2015, e, que, portanto, os expoentes desse período podem ser considerados como os mais relevantes para ilustrar a produção contemporânea de apartamentos na cidade. Com base nesse pressuposto e partindo dos dados obtidos em estudos anteriores (MACEDO, 2018), procedeu-se à seleção do caso de estudo, cujos critérios de escolha atendessem ao recorte temporal mencionado e tivesse uma relevante representatividade de torres e unidades, sendo escolhido, portanto, um empreendimento do tipo condomínio clube.

Figura 18: Evolução da verticalização de Natal



Fonte: elaboração própria, 2023.

7.2.2 O condomínio escolhido

O condomínio escolhido localiza-se na Região Administrativa Sul da cidade de Natal, com projeto datado de 2007, incorporação e construção de 2010, e entrega em 2013. Implantado em terreno com área de 39.450 m², o empreendimento possui 900 UHs distribuídas em 6 torres distintas.

No térreo, o acesso de carros e pedestres acontece por duas portarias distintas, uma que conduz às torres 01, 02 e 03 e outras que leva às torres 04, 05 e 06. O condomínio possui estacionamento para 1.127 vagas de garagem, sendo 1.083 destinadas ao uso dos condôminos, 08 vagas para visitantes e 36 vagas para pessoas com deficiência (PCD), sendo todas descobertas. Em relação aos equipamentos externos (Figura 19), o condomínio possui duas piscinas, duas quadras, dois playgrounds e diferentes praças de convivência, todas dotadas de bancos e lixeiras, e algumas duas áreas de churrasqueira, com espaços de apoio cobertos com geladeira, forno e mesas com cadeiras. O condomínio possui ainda salão de festas, academia, brinquedoteca, espaço juvenil, auditório, administração, vestiário e banheiros para funcionários, localizados nas projeções das torres no térreo (Figura 20).

O programa básico comum a todas as plantas consiste em sala de estar e jantar, varanda, cozinha, área de serviço, circulação, 02 quartos e banheiro social. As diferenças de programa e área das plantas tipos concentram-se na quantidade de banheiros e quartos, presença de suíte, de jardim (no térreo) ou área privativas de lazer (nos terraços das coberturas).

Figura 19: Áreas comuns do condomínio selecionado

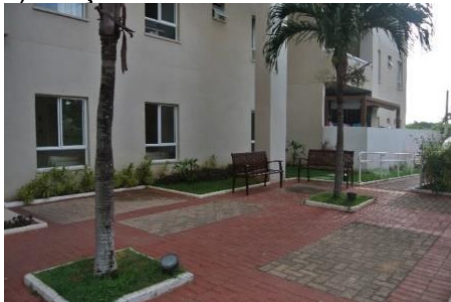
a) Piscina



b) Quadras poliesportivas



c) Praças de convivência

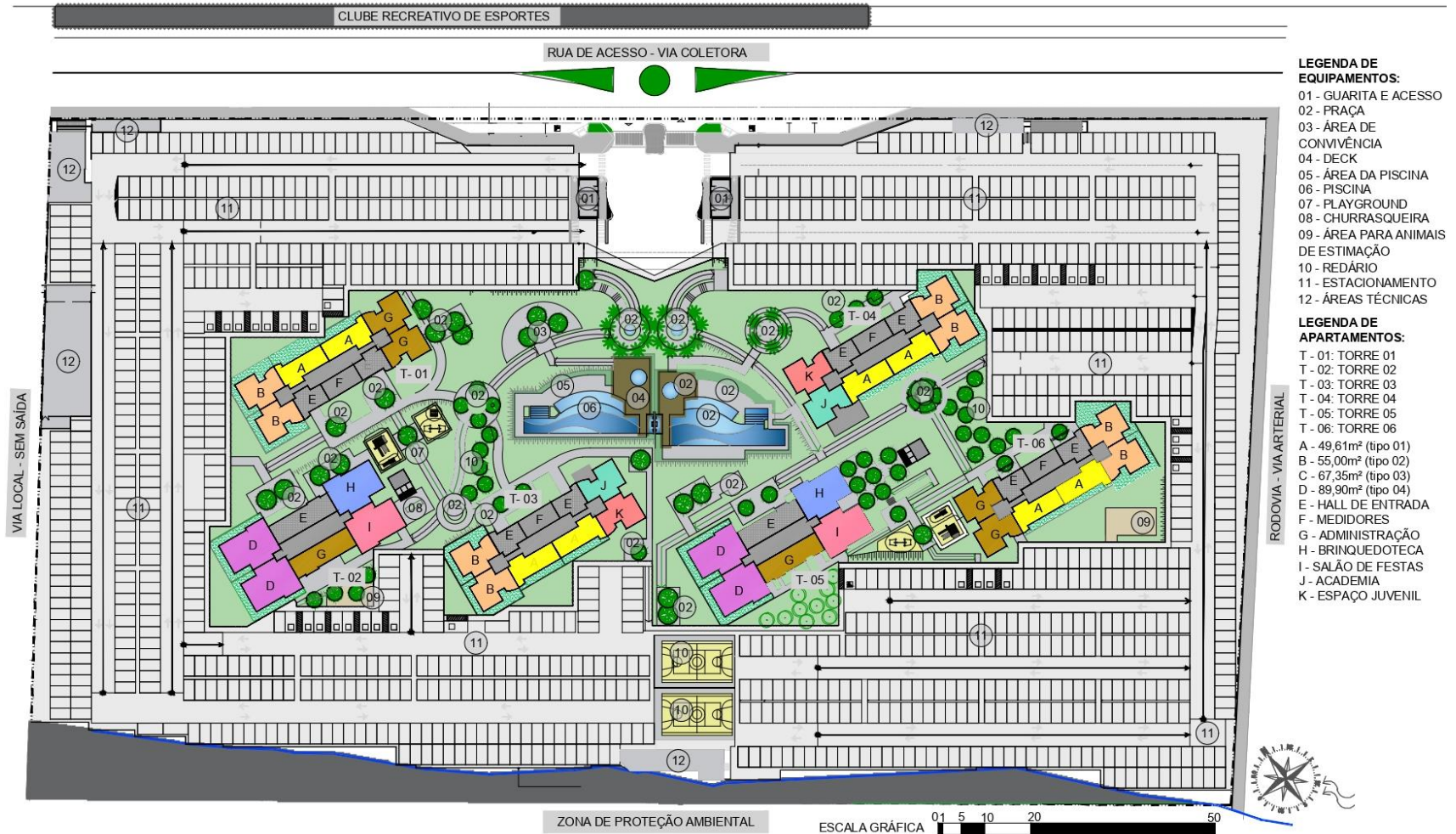


d) Playground



Fonte: acervo próprio, 2021.

Figura 20: Implantação geral do condomínio



Fonte: elaboração própria, 2023. Nota: adaptado dos documentos fornecidos pelo arquiteto

Excluindo-se as áreas descobertas e considerando os ambientes de cada tipo (Figura 21), podemos sintetizar um total de 08 plantas tipo, a saber: **a) tipo 01** - 49,61m², com 02 quartos; **b) tipo 02** - 55,00m², com 02 quartos, sendo um suíte, **c) tipo 03** - 67,35m², com 03 quartos, sendo um suíte; **d) tipo 04** - 89,19m², com 03 quartos, sendo 01 suíte, e quarto e banheiro de serviço; **e) tipo 01 com jardim**: 49,61m, 02 quartos e jardins descobertos, **f) tipo 02 com jardim** - 55,00m², 02 quartos, sendo um suíte e jardins descobertos; **g) tipo 03 com jardim** - 89,19m², 03 quartos, sendo um suíte, quarto reversível, banheiro de serviço e jardins descobertos; **h) duplex** - 129,97m², 03 quartos, sendo um suíte, quarto reversível, banheiro de serviço e jardins descobertos e, no pavimento superior, sala de estar, banheiro e terraço.

As torres 01, 03, 04 e 06 possuem 20 andares cada, sendo térreo e 20 pavimentos tipo. Cada torre tem um total de 164 UHs, sendo 04 UHs designadas no material da construtora como *giardino*, por possuírem jardim privativo, e 164 unidades tipos distribuídas do 1º ao 20º andar, a razão de 08 UHs por pavimento. Já as torres 02 e 05 possuem 21 andares, sendo térreo, 19 pavimentos tipos e pavimentos de cobertura duplex (20º e 21º). Cada torre possui um total de 122 UHs, sendo o térreo composto por 02 UHs *giardino*, 114 unidades tipo distribuídas do 1º ao 19º andar, a razão de 06 UHs por pavimento, 02 unidades tipo localizadas no 20º andar e 04 unidades tipo duplex no 20º e 21º andar.

Nesse sentido, das 900 UHs, 320 são do tipo 01, 320 do tipo 02, 80 do tipo 03, 152 do tipo 04, 08 do tipo 01 com jardim, 08 do tipo 02 com jardim, 04 tipos 03 com jardim e 08 duplex. A distribuição das unidades por torre encontra-se sintetizada no Quadro 42.

Quadro 42: Quadro resumo do total de UHs e distribuição por torre

Tipo de UH	Total de UHs	Distribuição por andar e torre
Tipo 01	320	1º ao 20º andar das torres 01, 03, 04 e 06, na razão de 08 UHs totais por pavimento em cada torre.
Tipo 02	320	
Tipo 03	80	1º ao 19º andar das torres 02 e 05, na razão de 06 UHs totais por pavimento em cada torre. E duas no 20º andar de cada torre.
Tipo 04	152	
Tipo 01 com jardim	08	Térreo das torres 01, 03, 04 e 06, na razão de 04 UHs totais por pavimento em cada torre.
Tipo 02 com jardim	08	
Tipo 03 com jardim	04	Térreo das torres 01, 03, 04 e 06, na razão de 02 UHs totais por pavimento em cada torre.
Duplex	08	20º (pavimento superior corresponde ao 21º) andar das torres 02 e 05, na razão de 04 UHs totais por pavimento em cada torre.

Fonte: elaboração própria, 2021.

Sobre os acabamentos, os dormitórios, circulação e salas de estar e jantar foram entregues sem piso (cada morador definiu seu tipo de piso) e com pintura na cor branca nas paredes e teto. As cozinhas, área de serviço e banheiros foram entregues com piso em cerâmica na cor branca (45cmx45cm), paredes com aplicação de azulejo na cor branca (25x35cm) e teto na cor branca.

Figura 21: Plantas dos apartamentos, conforme projeto divulgado pela construtora



Fonte: site da construtora³². Nota: Norte variável com a posição da UH nas torres. Plantas sem escala definida.

³² A referência do site foi omitida para não identificar o condomínio.

As bancadas das cozinhas e áreas de serviço foram executadas em granito branco e as bancadas dos banheiros em mármore travertino. As varandas e área técnicas receberam piso em cerâmica bege (41,5x41,5cm), parede em monocapa³³ na cor areia e teto também na cor areia. As fachadas dos edifícios são revestidas em monocapa nas cores bege e areia.

Em relação as esquadrias, foram utilizadas portas de madeira pintadas na cor branca, nos ambientes internos e na porta de entrada, e utilizadas porta, na varanda, e janelas de alumínio e vidro. Os vidros utilizados foram do tipo liso incolor, nas janelas dos dormitórios, varanda e terraços e mini boreal corrugado nos banheiros e área de serviço.

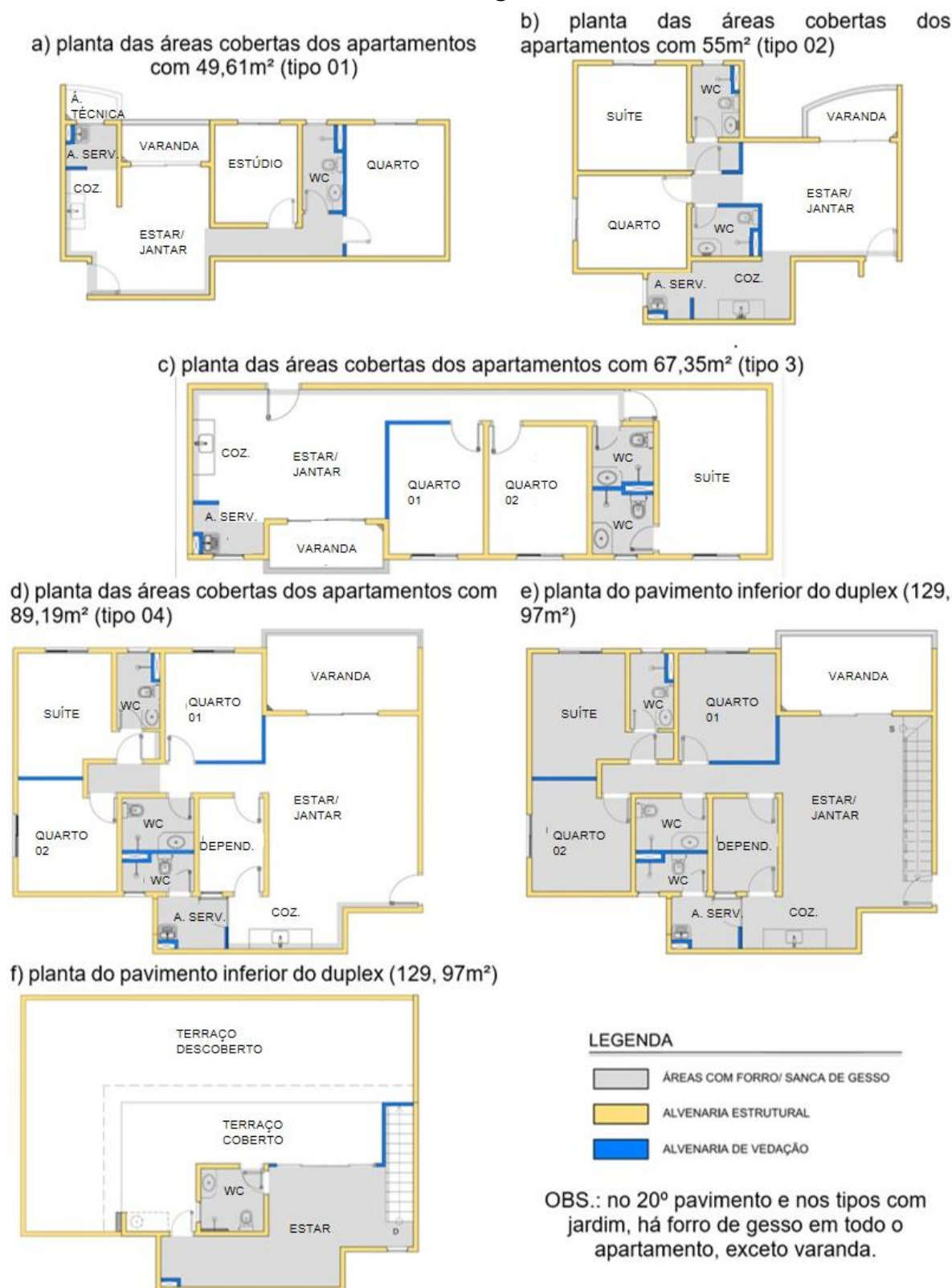
Sobre o sistema construtivo (Figura 22), o edifício foi executado em alvenaria estrutural e laje de concreto, com alguns pilares em concreto armado identificados nas áreas de fachadas. As divisões internas apresentam algumas paredes de vedação, em *drywall*, o que permite reformas em pontos específicos. Nos apartamentos com 02 dormitórios as alvenarias de vedação limitam-se as divisórias entre cozinha e área de serviço e as divisórias da suíte ou quarto e banheiro social. Nos apartamentos com 03 dormitórios, essas vedações estão no dormitório 02 permitindo a ampliação das salas, e entre a suíte e dormitório 01, o que facilita a ampliação ou retirada de algum dos dois ambientes. Ademais, nos apartamentos com quarto de serviço (dependência) pode-se optar pela porta voltada para a circulação ou para a cozinha.

A respeito do forro (Figura 22), em todos os apartamentos com jardins, duplex e nos tipos localizados no 20º andar, houve previsão de forro de gesso em todos os ambientes, a exceção das varandas. Nos demais apartamentos tipo há previsão de forro de gesso apenas nos banheiros, áreas de serviços e circulação, com sanca de gesso da porta de entrada até a cozinha. Nos outros ambientes, o teto é revestido apenas com gesso liso aplicado diretamente na laje de concreto.

Acerca das instalações, o condomínio possui rede água fria, com medição individualizada e fornecimento garantindo pela concessionária local, e rede de água quente, por meio de aquecedor a gás de passagem com exaustão forçada para chuveiros, de aquisição sob responsabilidade do morador, sendo o esgoto gerado pelo condomínio destinado à estação de tratamento de esgoto (ETE) própria. A rede elétrica também possui medição individualizada e cada apartamento tem seu próprio quadro de distribuição, sendo previstos também ponto de telefone na sala de estar, interfone na cozinha e pontos para sistemas de antena coletiva ou a cabo para televisão.

³³ Monocapa é um tipo de argamassa decorativa aplicada principalmente em fachadas.

Figura 22: Plantas baixas dos apartamentos com indicação do sistema construtivo e forro de gesso



Fonte: manual do proprietário do condomínio, 2013. Nota: Norte variável com a posição da UH nas torres. Plantas sem escala definida.

Ainda sobre as instalações, os apartamentos contemplam rede de gás encanado de medição individualizada com pontos para fogão e aquecedor de água. Sobre os sistemas mecânicos,

os banheiros sem ventilação natural contam com sistema de exaustão mecânica para renovação de ar e os sistemas de ar-condicionado para ar frio, possuem evaporadoras localizadas em apenas um dos quartos (suíte, quando existente) e condensadoras localizadas na varanda ou área técnica.

7.3 Resultados do estudo piloto baseado no modelo

Para a coleta dos dados foram realizadas visitas ao condomínio para familiarização com os espaços, com os administradores e moradores. As visitas foram realizadas em horários distintos para que se pudessem entender, de maneira geral, como, onde e em que horários os moradores mais utilizavam as áreas comuns. O contato mais próximo com a administração (decorrente das visitas frequentes) permitiu identificar os projetistas responsáveis pelo projeto arquitetônico e definir as estratégias de aplicação das entrevistas com a administração e dos questionários junto aos moradores.

Em relação às entrevistas com os gestores do edifício, após contato via e-mail e visita presencial, foi agendada uma data para aplicação das entrevistas com as pessoas indicadas pelo síndico, sendo selecionados 04 integrantes da administração.

Sobre os projetistas, após a identificação dos autores, foi feito um contato com o escritório, sendo agendada uma entrevista com os responsáveis pelo projeto. Desses, apenas 01 dos arquitetos aceitou participar da pesquisa. No momento do agendamento, foram solicitadas também as plantas técnicas dos projetos de arquitetura para facilitar a compreensão do edifício e identificar o que havia sido alterado em relação ao projeto inicial.

A respeito dos instrumentos com moradores, inicialmente, optou-se por contato por meios eletrônicos, via administração. Nessa primeira etapa, uma breve apresentação da pesquisa foi enviada aos moradores, por meio do WhatsApp, no grupo geral do condomínio, e, dois dias após, a administração enviou o link com o questionário.

Como o caso selecionado para o estudo exploratório tem 900 UHs, das quais, pretendia-se obter uma amostra de 180 (com participação de um morador em cada unidade). Nessa primeira tentativa, foi obtida uma taxa de retorno de apenas 9 questionários, sendo 7 questionários válidos. Dada a baixa adesão dos moradores, após um novo contato com a administração, foi sugerida a opção de entrega dos formulários de porta em porta. Entretanto, ainda em função da pandemia, a administração sugeriu que os questionários fossem aplicados presencialmente nas áreas comuns (abertas) do condomínio. Nessa segunda etapa, os formulários foram entregues aos moradores que aceitaram participar da pesquisa e

foram autorrespondidos por eles, sendo aplicados 14 questionários, dos quais 11 foram válidos.

Mais uma vez, na tentativa de alcançar uma maior representatividade da amostra, procedeu-se uma nova abordagem para convidar os moradores. Na estrutura organizacional do condomínio, além do grupo geral de WhatsApp, existem grupos específicos por torre. A partir dessa informação, definiu-se um modelo de divulgação da pesquisa via folders afixados nos quadros de avisos junto aos elevadores de cada torre e foi solicitado junto aos representantes das torres, o envio do link dos questionários, nos seus grupos específicos. Nessa última etapa, foi obtida uma taxa de retorno de 51 questionários, com 25 respostas válidas. Somando-se todas as tentativas, ao final, obteve-se um total de 42 respostas válidas.

Sobre as entrevistas com moradores, 09 respondentes disponibilizaram o contato para aplicação das entrevistas, sendo que destes apenas 01 das moradoras aceitou o convite. Nesse contato, foi sugerida a realização da entrevista no apartamento ou na área comum e conforme anuência da moradora, a entrevista foi realizada na área comum do edifício. Ainda nesse contato, foram solicitadas fotos do apartamento para que se pudesse ilustrar as formas de adaptação e apropriação do espaço, mas a moradora preferiu não realizar a atividade. Nesse sentido, para que ainda assim se obtivesse dados sobre a unidade, durante a entrevista, a partir das descrições dadas pela moradora, foi desenhado, pela pesquisadora, um croqui esquemático da planta baixa da moradia.

7.3.1 O que dizem os moradores

Conforme a estrutura dos questionários, os primeiros resultados referem-se aos dados sociodemográficos dos respondentes (Quadro 43).

Na amostra estudada (n=42), 24 respondentes eram homens (57,14%), com idade média de 37 anos, e 18 eram mulheres (42,86%), com idade média de 35 anos. Sobre a posição no grupo familiar, em relação à renda, 25 respondentes eram chefes de família e 17 não chefe de família. Dentre os chefes, 19 eram homens casados (45,24%), e entre os não chefes, 11 eram mulheres casadas (26,19%) cujo cônjuge era o chefe, o que aponta que 71,43% dos lares respondentes, o marido (homem) é o chefe financeiro da família.

Em relação aos arranjos domésticos, as respostas sobre “Quem mora com você?” foram classificadas em família nuclear (casal com filhos), nuclear expandida ou reconstruída (casal com filhos e outros parentes, por exemplo: genro, sogra ou enteado), casal sem filhos, monoparental, (re) coabitação (avós e neto ou casal e sogra), unipessoal. A partir dessas

classificações, foram identificadas em ordem decrescente: 18 famílias nucleares (casal com filhos) (42,86%), 15 casais sem filhos (35,71%), 3 famílias nucleares expandidas (7,14%), 2 famílias monoparentais (4,76%), 2 (re) coabitações (4,76%) e 2 unipessoal (4,76%). Sobre a quantidade de moradores por UH, os valores variaram entre 1 e 5 pessoas, sendo a densidade média de 3 pessoas/UH. A respeito da presença de funcionários, 26 respondentes declararam não ter (61,90%), 11 tem diarista (26,19%), 3 tem mensalista que não dorme no apartamento (7,14%) e 2 tem mensalista que dorme no apartamento (4,76%).

Quadro 43: Resumo dos dados sóciodemográfico dos respondentes (n=42)

Característica	Frequência (n)	Percentual (%)
Gênero		
Feminino	18	57,14%
Masculino	24	42,86%
Idade		
20 – 30	9	21,43%
31 – 40	21	50,00%
41 – 50	10	23,81%
51 - 61	2	4,76%
Estado civil		
Casado (a)	6	14,29%
Não casado (a)	36	85,71%
Principal fonte de renda		
Chefe de família		
Não chefe de família		
Arranjo doméstico		
Família nuclear	18	42,86%
Família nuclear expandida ou reconstruída	3	7,14%
Casal sem filhos	15	35,71%
Monoparental	2	4,76%
(Re)coabitação	2	4,76%
Unipessoal	2	4,76%
Presença de funcionário (a)		
Mensalista, que dorme no apartamento	2	4,76%
Mensalista, que não dorme no apartamento	3	7,14%
Diarista	11	26,19%
Não tem	26	61,90%
Área privativa (coberta) do apartamento		
49,61m ²	14	33,33%
55,00 m ²	13	30,95%
67,35m ²	4	9,52%
89,19 m ²	10	23,81%
129,97m ²	1	2,38%
Andar do apartamento		
2º ao 3º andar	6	14,29%
4º ao 7º andar	5	11,90%
8º ao 11º andar	8	19,05%
12º ao 15º andar	14	33,33%
16º ao 20º andar	9	21,43%
Tipo de propriedade		
Financiado (ainda paga parcelas)	21	50,00%
Próprio	15	35,71%
Alugado	6	14,29%

Fonte: elaboração própria, 2023.

Em relação à área e tipologia dos apartamentos, foram 14 respondentes em apartamentos de 49,61m² (33,33%), 13 respondentes em apartamentos de 55 m² (30,95%), 10 em

apartamentos de 89,19 m² (23,81%), 4 em apartamento de 67,35m² (9,52%) e 1 em apartamento tipo cobertura de 129,97m² (2,38%), de modo que, não houve participantes das tipologias com jardim. Os resultados demonstraram, portanto, que a maioria dos respondentes (64,28%) mora em apartamentos de dois dormitórios.

No que se refere ao andar, as respostas variaram entre o 2º e o 20º andar não havendo respondentes no térreo ou primeiro pavimento. Uma vez que, o edifício possui 20 andares, os intervalos foram divididos por igual, abarcando 4 andares por intervalo, como não houve respondentes para o térreo e 1º andar o primeiro intervalo correspondeu apenas ao 2º e 3º andar. Nessa perspectiva, 6 respondentes moravam no 2º ou 3º andar (14,29%), 5 moravam entre o 4º e 7º andar (11,90%), 8 entre o 8º e 11º andar (19,05%), 14 entre o 12º e 15º andar (33,33%) e 9 entre o 16º e 20º andar (21,43%). Os resultados demonstraram que a maioria dos respondentes (73,81%) mora acima do 8º andar, o que pode indicar uma menor percepção/influência das áreas comuns em relação ao interior do apartamento.

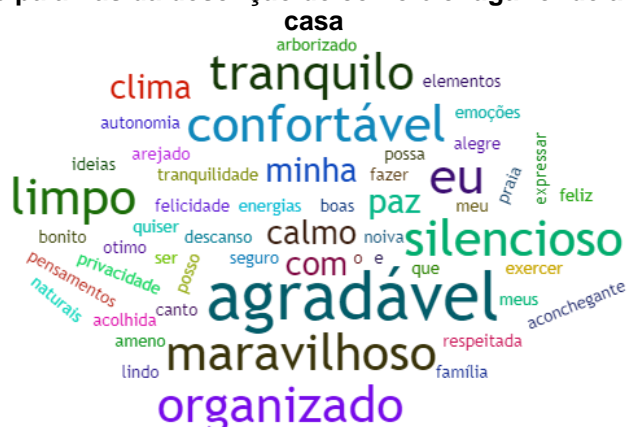
Sobre o tipo de propriedade, 21 respondentes têm apartamento financiado (50,00%), 15 tem apartamento próprio (35,71%) e 6 tem apartamento alugado (14,29%), o que indica que a maioria dos respondentes tem posse sobre a sua moradia (85,71%). Em virtude desse cenário, sobre o tempo de moradia, o intervalo variou de 1 mês a 8 anos. Sendo a média, para aqueles que responderam o tempo em anos, de 6 anos.

A respeito dos traços de personalidade, cada fator bipolar expressou facetas específicas dos traços determinados, de modo que, cada item foi pontuado numa escala de 1 (discordo completamente) a 5 (concordo completamente), com os valores reversos para as afirmações negativas. Por exemplo, para a extroversão, foi analisado se a pessoa era reservada (pontuação reversa) e se a pessoa gosta de sair (pontuação normal). Os cinco traços de personalidade foram calculados pela média de cada fator bipolar com a pontuação específica de cada indivíduo, que, por sua vez, foi utilizada para calcular a média para cada traço considerado. Os resultados demonstraram médias altas (4) para a amabilidade (agradabilidade), conscienciosidade (disciplina) e abertura a novas experiências, média regular (3) para a extroversão e média baixa (2) para o neuroticismo (instabilidade emocional).

Na seção sobre privacidade, os respondentes definiram o local como se sentia em casa. Cabe destacar, entretanto, que a questão aparentemente não foi entendida corretamente pelos respondentes, pois algumas respostas continham descrições a respeito das áreas comuns do edifício, problemas em relação a quantidade de torres ou resposta do tipo “sim”. Dessa maneira, para a análise dos conceitos de lar, foram consideradas apenas as respostas que relacionavam ou descreviam o lugar entendido como “casa”. Para entender os atributos que qualificavam o lugar foi feita uma nuvem de palavras a partir dos comentários obtidos, sendo

excluídos dos textos os conectores, como “o”, “de, e palavras como, “lugar”, “sinto”, que serviam apenas de suporte às descrições. Dentre as respostas válidas, as descrições relacionavam a casa a um lugar agradável, confortável, tranquilo/tranquilidade, silencioso, organizado, limpo, sendo expressas também as ideias de paz e calma e de um lugar “do eu”, em que a pessoa podia, segundo palavras dos respondentes: “ser eu”, “expressar meus pensamentos, ideias e emoções”, “fazer o que quiser”, “exercer autonomia”.

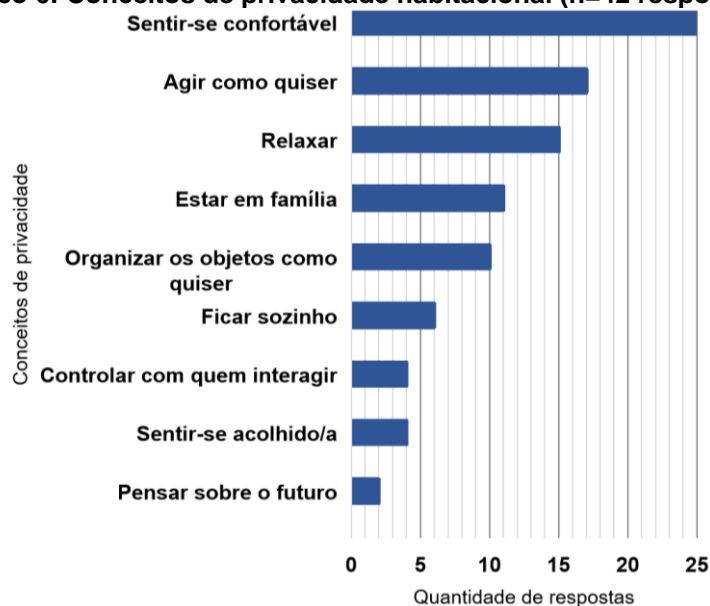
Figura 23: Nuvem de palavras da descrição de como é o lugar onde a pessoa se sente em casa



Fonte: elaboração própria (2023), a partir do aplicativo Word Cloud Generator.

Em direção semelhante, para os respondentes a privacidade associou-se principalmente a: sentir-se confortável (n=25, 59,52%), agir como quiser (n=17, 40,48%), relaxar (n=15, 35,71%), estar em família (n=11, 26,19%), organizar os objetos como quiser (n=10, 23,818%), ficar sozinho (n=6, 14,29%), sentir-se acolhido/a (n=4, 9,52%), controlar com quem interagir (n=4, 9,52%), pensar sobre o futuro (n=4, 4,76%). Cabe ressaltar, que cada respondente (n=42) poderia selecionar até 3 opções dentre as listadas (Gráfico 6).

Gráfico 6: Conceitos de privacidade habitacional (n=42 respondentes)

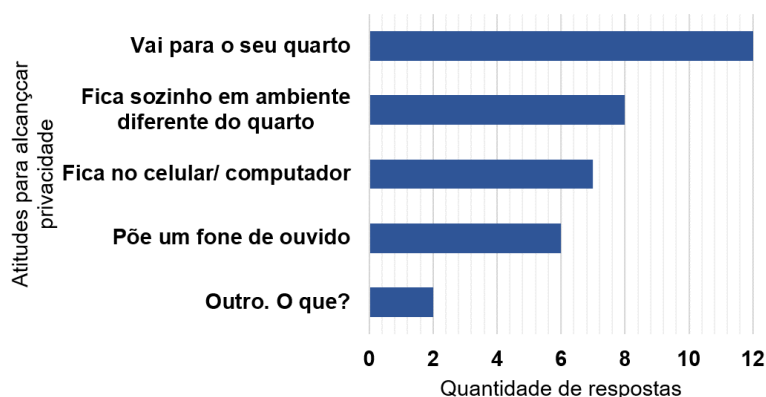


Obs.: cada respondente poderia assinalar até 3 itens.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Para alcançar a privacidade desejada no interior da habitação, as principais atitudes tomadas pelos respondentes foram, em ordem decrescente (Gráfico 7): vai para o seu quarto (n=12, 28,57%), fica sozinho em um ambiente diferente do quarto (n=8, 19,05%), fica no celular/computador (n=7, 16,67%), põe um fone de ouvido (n=6, 14,29%), outros (n=2, 4,76%).

Gráfico 7: Comportamentos para alcançar a privacidade desejada no interior da habitação (n=42 respondentes)



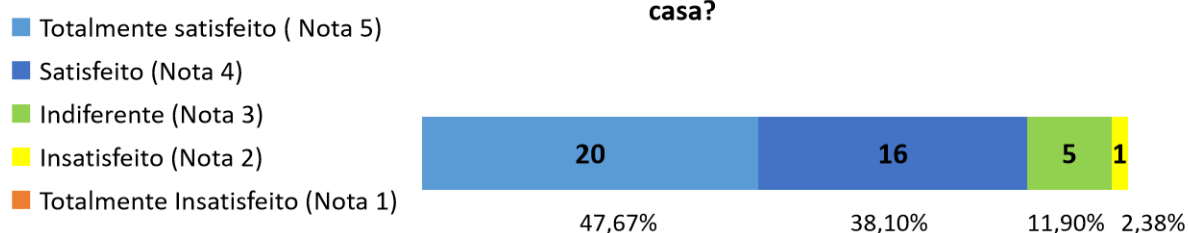
Obs.: cada respondente poderia assinalar até 3 itens.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Sobre a existência de reformas, em 17 apartamentos era conhecida a existência de reformas, 16 não tinham sido reformados e 3 não sabiam. Em relação à satisfação geral com a privacidade (Gráfico 8), 20 estavam totalmente satisfeitos (50%), 16 satisfeitos (38,89%), 5 indiferentes (8,33%), 1 insatisfeito (2,78%) e nenhum estava totalmente insatisfeito.

Gráfico 8: Grau de satisfação com a privacidade (n=42 respondentes)

Q#20: Qual seu grau de satisfação com a privacidade no interior da sua casa?



Fonte: elaboração própria, 2023.

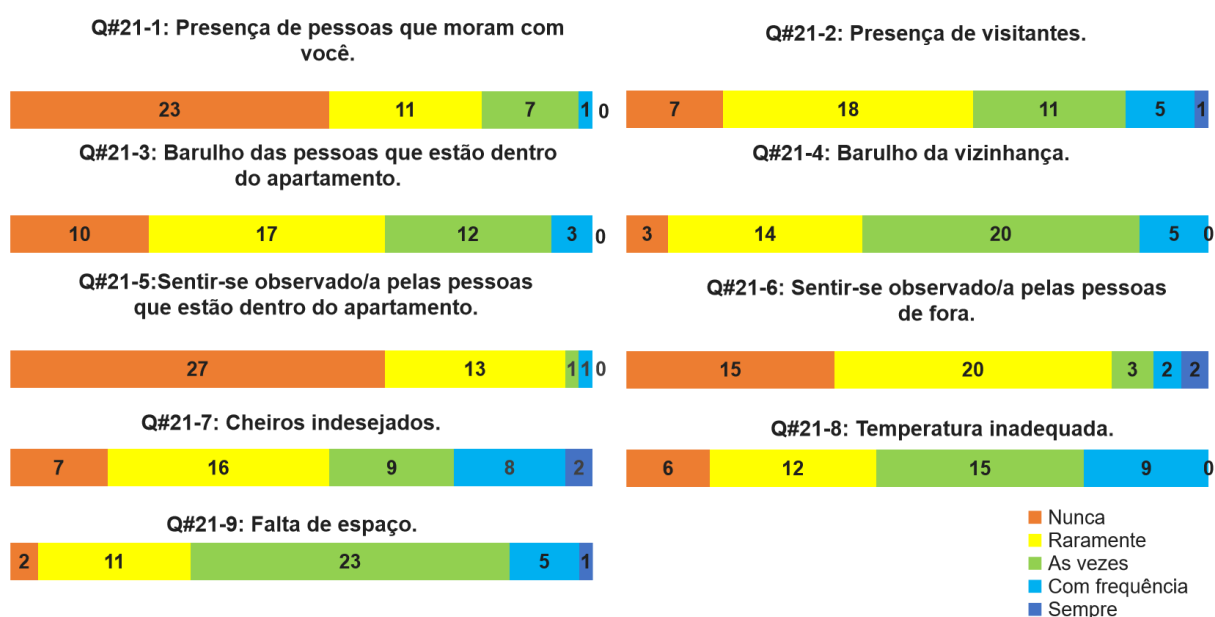
Sobre a média de frequência dos incômodos, os respondentes a assinalaram principalmente como “raramente”, “nunca” e “as vezes”. A opção “com frequência” foi recorrente em todos os incômodos listados e apenas nos incômodos pela presença de visitantes, pessoas olhando de fora, cheiros indesejados e falta de espaço houve pelo menos 1 respondente que relatou a frequência “sempre”.

Sobre os tipos de incômodos, as maiores queixas (itens com frequência predominante de “as vezes”) foram relacionadas aos barulhos da vizinhança, temperatura inadequada e falta de espaço. Os incômodos pela presença ou observação das pessoas que moram juntas não

foram relevantes (predominância de “nunca”), enquanto o barulho das pessoas que estão dentro do apartamento e a presença de visitantes foram incômodos com predominância de raramente percebidos. Alguns incômodos, como presença de visitantes, barulho da vizinhança, cheiros indesejados, temperatura inadequada e falta de espaço também foram relatados “com frequência” para alguns participantes, não havendo, contudo, uma predominância desses resultados. Ressalte-se, ainda, que diante da afirmativa “presença de pessoas que moram com você” os participantes não fizeram menções relevantes (80,95% das respostas assinaladas foram “nunca” ou “raramente”).

Gráfico 9: Frequência com incômodos (n=42 respondentes)

Q#21: Com que frequência você se sente incomodado(a) em casa, em relação à(ao):



Fonte: elaboração própria, 2023.

Nesse sentido, os resultados sobre os incômodos percebidos apontam que:

- A presença de visitantes: foi importante para alguns (40,48% assinalaram em “as vezes”, “com frequência” e “sempre”) e pouco significativa para outros respondentes;
- O barulho das pessoas que estão dentro do apartamento: foi pouco relevante, no contexto geral, mas notam-se incômodos pontuais pela predominância do “raramente” (40,48%) e maior frequência de “as vezes” (28,57%) em detrimento de “nunca” (23,80%);
- O barulho da vizinhança: foi relevante para a maioria da amostra (59,52% das respostas foram “às vezes” e “com frequência”) com pouca ocorrência de “nunca” (7,14%);
- Sentir-se observado/a pelas pessoas que estão dentro do apartamento: não foi relevante (95,24% das respostas assinaladas em “nunca” ou “raramente”);
- Sentir-se observado/a pelas pessoas de fora: foi pouco relevante, no contexto geral, mas notam-se incômodos pontuais pela predominância do “raramente” (47,62%) e pelas respostas de “com frequência” (4,76%) e, principalmente, “sempre” (4,76%);

- Os cheiros indesejados: foram importantes para muitos (45,23% assinalaram em “às vezes”, “com frequência” e “sempre”), sendo a frequência de raramente (38,09%) predominante sobre “nunca” (16,67%);
- A temperatura indesejada: foi relevante para a maioria da amostra (57,14% das respostas foram “às vezes” e “com frequência”);
- A falta de espaço: foi relevante para a maioria da amostra (69,05% das respostas foram “às vezes”, “com frequência” e “sempre”), com pouca ocorrência de “nunca” (4,76%).

A respeito das estratégias de enfrentamento utilizadas (Gráfico 10) quando percebiam estes incômodos, os respondentes (n=42) poderiam selecionar até 3 atitudes dentre as listadas. As mais recorrentes foram, em ordem decrescente: fechar a porta (n=22, 28,57%), fechar a cortina (n=15, 19,48%), reclamar verbalmente (n=13, 16,88%), não faço nada (n=10, 12,99%), me retiro do espaço (n=8, 10,39%), coloco fones de ouvido (n=3, 3,90%), mudo a expressão facial (n=3, 3,90%), outras (n=3, 3,90%).

Gráfico 10: Estratégias de enfrentamento às invasões de privacidade (n=42 respondentes)



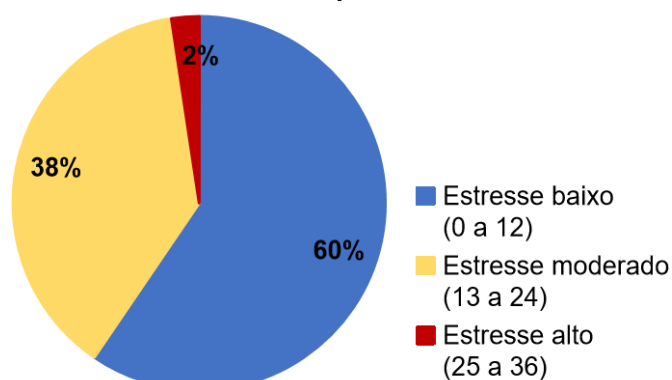
Obs.: cada respondente poderia assinalar até 3 itens.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Na seção de percepções de aglomeração, foi calculada a média de estresse, com base na adaptação proposta na literatura levantada (CAMPAGNA, 2016). Para tanto, a escala de estresse percebida (Perceived Stress Scale - PSS) identificou a frequência de sentimentos e pensamentos sobre determinados aspectos do espaço da casa no último mês. Para cada item (9 afirmações), foi atribuído um valor de frequência, de nunca (0) até sempre (4), sendo que alguns itens (Q#23 – 1,2,3,4,8,9) tinham pontuação reversa, por estarem no sentido positivo. Por exemplo, para quem assinalou ter privacidade suficiente “sempre”, a pontuação reversa definida foi “0”, enquanto “nunca” foi definido como a pontuação de “4”.

O resultado por indivíduo, correspondia a um intervalo de soma de 0 a 36, que divididos em três intervalos simétricos, apontaria o grau de estresse percebido com a situação, sendo os resultados: de 0 a 12: estresse baixo; de 13 a 24: estresse moderado; de 25 a 36: estresse alto. Os resultados para a escala de estresse percebido (Gráfico 11) demonstraram uma percepção de estresse baixo (n=25, 60%) para a maioria dos respondentes, com um percentual relevante de estresse moderado (n=16, 38%) e apenas um respondente com estresse alto (n=1, 2%).

Gráfico 11: Escala de estresse percebido com o interior do apartamento (n=42 respondentes)
Estresse percebido



Fonte: elaboração própria, 2023.

Pela análise de cada item (Gráfico 12), os apartamentos permitem aos moradores “com frequência” ou “sempre” ter privacidade (Q#23-1), condições físicas adequadas às necessidades (Q#23-2) realizar as atividades que desejava (Q#23-2) e ter espaço suficiente (Q#23-4). Em relação aos incômodos ou distrações com as quais as pessoas não conseguiriam lidar, quando estes eram gerados pelas pessoas que moravam juntas (Q#23-5), a frequência predominante foi “nunca”, seguido de “raramente”. Quando estes eram gerados pela vizinhança (Q#23-6), a frequência predominante foi “raramente”, com relevância de frequência “às vezes”, o que confirma os incômodos maiores percebidos com a vizinhança, especialmente, em relação aos barulhos, cheiros e, em menor grau, visualizações indesejadas.

Sobre receber outras pessoas (Q#23-8), houve uma predominância de “às vezes”, o que pode indicar que para alguns moradores a socialização com pessoas de fora do apartamento (amigos ou pessoas íntimas, por exemplo) pode estar comprometida. E sobre organizar os objetos do modo como deseja (Q#23-9), apesar da predominância do “sempre”, os resultados assinalados como “às vezes” também foram relevantes, o que pode comprometer em algum grau a percepção de privacidade, para aqueles que a definiram enquanto uma qualidade de se poder “agir como quiser”.

Gráfico 12: Frequência de percepções de inadequação espacial da área interna do apartamento (n=42 respondentes)

Q#23: Considerando o último mês e o ambiente onde mora, responda com que frequência você sentiu que a área interna do seu apartamento:

■ Nunca
■ Raramente
■ As vezes
■ Com frequência
■ Sempre

Q#23-1: tinha privacidade suficiente



Q#23-2: ofereceu as condições físicas adequadas às suas necessidades



Q#23-3: permitiu que conseguisse realizar as atividades que desejava



Q#23-4: ofereceu espaço suficiente para você



Q#23-5: apresentou incômodos e distrações, vindos das pessoas que estão dentro de casa, com os quais você não consegue lidar



Q#23-6: apresentou incômodos ou distrações vindos da vizinhança, com os quais você não consegue lidar



Q#23-7: permitiu que você ignorasse o que estava acontecendo em casa



Q#23-8: permitiu receber outras pessoas



Q#23-9: possibilitou a organizar os objetos do modo como você deseja



Fonte: elaboração própria, 2023.

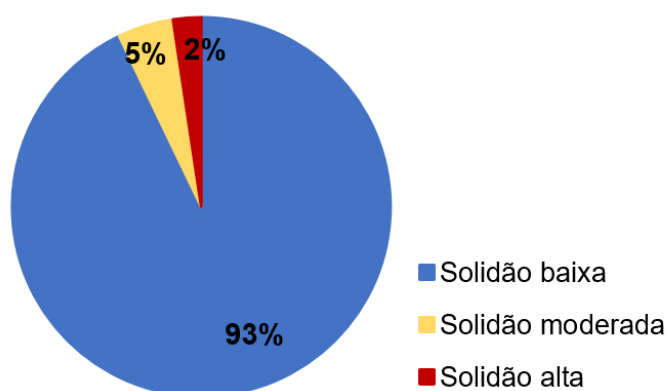
Outra observação que deve ser destacada, refere-se ao item de ignorar o que acontece em casa (Q#23-7). Inicialmente o item estava entendido como uma afirmação positiva, de modo que, se o apartamento “sempre” permite-se ignorar o que estava acontecendo nele, ele teria uma boa avaliação, pois o ambiente permitiria que cada um exercesse suas atividades de forma autônoma, quando desejado. Contudo, percebeu-se pela análise individual dos resultados e durante a aplicação dos questionários na modalidade presencial, que muitas pessoas entendiam “o ignorar” como algo não desejado. No contexto da privacidade, “ignorar o que está acontecendo” pareceu ser entendido por alguns respondentes como uma ausência de controle sobre o espaço doméstico, e isso não seria desejado por muitos moradores. Logo, as avaliações deste item ficaram limitadas em seus resultados, posto que, a sentença não pareceu clara a todos os respondentes.

Na seção de percepções de solidão, foi calculada a solidão percebida, com base na adaptação proposta pela escala UCLA simplificada. Para tanto, foi identificada a frequência sentimentos

de falta de suporte, isolamento e exclusão. Para cada item (3 afirmações), foi atribuído um valor de frequência, de nunca (0) até sempre (4). O resultado por indivíduo, correspondia a média aritmética do valor de cada item, de modo que, ao final a soma corresponderia a um intervalo de 0 a 3, que apontaria o grau de solidão percebido sendo os resultados: de 0 e 1: solidão baixa; 2: solidão moderado; de 3 e 4: solidão alta. Os resultados individuais foram somados, sendo avaliados os intervalos decorrentes da média aritmética desta soma, que corresponderam à escala de solidão levantada (Gráfico 13). Esses resultados demonstraram predominantemente uma percepção de solidão baixa (n=39, 92,86%), com duas pessoas percebendo solidão moderada (n=2, 4,76%) e uma com solidão alta (n=1, 2,38%).

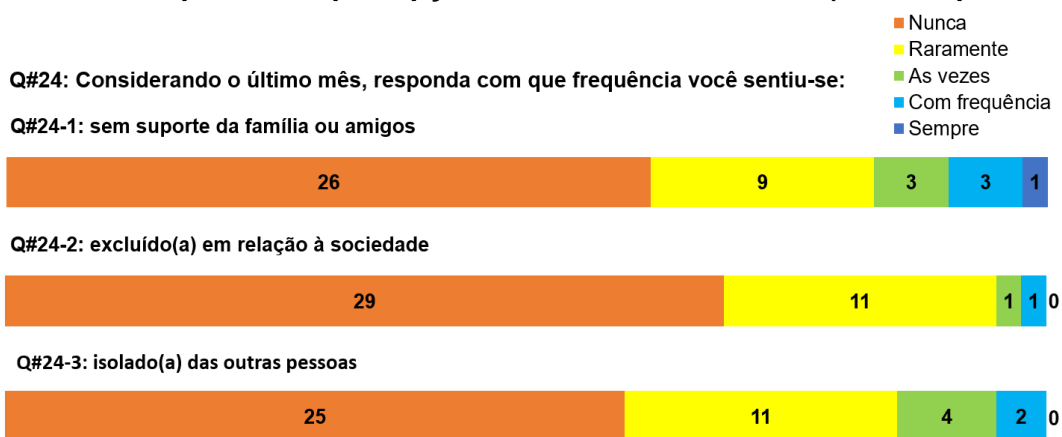
Relativamente aos itens específicos (Gráfico 14), apenas no suporte da família e amigos houve uma frequência de “sempre”, havendo indicações de “as vezes” e “com frequência”. No sentimento de exclusão em relação à sociedade e isolamento a frequência de “raramente” foi expressiva, sendo neste último destacada também a frequência de “às vezes”. Contudo, no geral, predominou a frequência “nunca” para a percepção de falta de suporte ou isolamento, o que explica a baixa solidão percebida pelos moradores.

Gráfico 13: Resultado da escala de solidão (UCLA simplificada) (n=42 respondentes)
Escala de solidão (UCLA simplificada)



Fonte: elaboração própria, 2023.

Gráfico 14: Frequência de percepções relacionadas à solidão (n=42 respondentes)



Fonte: elaboração própria, 2023.

Na entrevista com a moradora, foram mais bem detalhadas a forma como esses incômodos/invasões de privacidade aconteciam. A entrevistada era uma mulher, de 35 anos, casada, que morava com o marido e a filha, na unidade de 49,61m². De acordo com o seu relato, a **privacidade no interior do apartamento** não era absoluta, principalmente pela questão do desconforto acústico. Segundo afirmou, era possível ouvir, diálogos das pessoas na circulação (hall) dos elevadores e escadas, mas também barulhos vindos dos apartamentos vizinhos, como o balanço de redes ou descargas. Apesar do barulho ser o incômodo mais frequente, o que mais a incomodava era a questão dos cheiros indesejados, principalmente, entre 17h e 19h. Sobre a gestão dos **conflitos**, a moradora revelou que resolve os problemas familiares em casa ou com os vizinhos através da comunicação não violenta e do diálogo.

Com relação aos **espaços da habitação**, a moradora descreveu que não existe um lugar onde ela passe mais tempo, pois costuma usar bem todos os espaços da casa, sendo o quarto o local onde ela se sentia mais à vontade. Para ela, os objetos indispensáveis neste local seriam a cama, a iluminação e o ar-condicionado e o principal incômodo seriam a falta de espaço. A respeito da **relação com os vizinhos**, a moradora afirmou que a relação é tranquila e que a vizinhança em geral é boa, afirmando que há uma convivência pacífica entre eles. Para ela, a vizinhança a ajuda não sendo incomoda, o que, por sua vez, a faz ter a percepção de que a vizinhança não a atrapalha em nada. Apesar disso, revelou que algumas pessoas parecem se sentir desconfortáveis com as atividades coletivas que acontecem no condomínio. O que, para ela, parece um contrassenso, uma vez que, ao morar em um condomínio clube seria esperado que elas se identificassem com o fluxo mais intenso de atividades nas áreas de uso comum.

Sobre desejos não atendidos ou a casa ideal, a principal queixa da moradora sobre o interior do seu apartamento relacionou-se aos acabamentos, especialmente o piso, e à falta de espaço, expressando um desejo por maior amplitude nos espaços. De acordo com seus relatos há conflitos de uso entre pessoas, quando os ambientes são usados por mais de uma pessoa, ou dela com os objetos da casa. Em relação ao condomínio, afirmou que mudaria o estacionamento, substituindo-o por um subterrâneo e os parques infantis, que considerava pequenos e com brinquedos pouco interessantes.

Por fim, em relação à pandemia da COVID-19, a entrevistada comentou que o período de isolamento alterou pouco a sua rotina familiar, pois ela já trabalhava em casa, o marido já está aposentado e a filha já era educada com poucas horas na escola³⁴. Além disso, comentou

³⁴ Atualmente métodos educativos com menos horas na escola e maior apoio familiar (atividades em casa) estão em evidência em vários países, envolvendo métodos como *liveschooling*, *homeschooling*, *unschooling*, *charlote mason*, e outros.

que por estar em outra cidade nos períodos mais restritivos de isolamento, não poderia opinar sobre as questões do condomínio e apartamento neste período, mas identificou que seria desafiador vivenciar as restrições no apartamento atual, pois o considera pequeno e com ventilação inadequada, o que poderia ter gerado estresse indesejado nos períodos mais restritivos. As principais mudanças que percebeu em relação à privacidade foram no espaço público, em que as pessoas, por medo da infecção, tentavam “privatizar”, ainda que momentaneamente, uma fatia do espaço público.

7.3.2 O que comentam os gestores do edifício e o arquiteto

Nas entrevistas com os gestores do edifício, o enfoque centrou-se nos problemas relacionados à privacidade, nas relações de vizinhança e territorialidade nos usos das áreas comuns e nos efeitos percebidos da pandemia sobre esses espaços e relações. Foram entrevistados quatro funcionários, sendo que dois dele moravam no condomínio e dois não, o que acarretou diferenças nas percepções de incômodos e senso de comunidade.

Sobre o uso dos espaços comuns, os entrevistados apontaram a piscina, a churrasqueira, salão de festas e espaço de convivência como os espaços mais utilizados antes da pandemia. No período crítico da pandemia, os entrevistados relataram que o condomínio precisou se adaptar aos decretos federais, estaduais e municipais vigentes, sendo os espaços totalmente fechados em determinados momentos. Com as flexibilizações, o acesso passou a ser limitado, com uso condicionado à realização de reservas. No processo de reabertura, os espaços percebidos como mais utilizados foram piscina, churrasqueira, espaço de convivência, academia e brinquedoteca. De acordo com os relatos, os locais de maiores usos não mudaram, o que mudou foi a frequência e a quantidade de pessoas que utilizavam os espaços, que, imediatamente após o fim dos decretos, diminuiu.

A respeito das reclamações, para os entrevistados que não moravam no condomínio, as queixas mais frequentes relacionaram-se a limpeza. Para os gestores que moravam no condomínio, as questões físicas de reforma da brinquedoteca e do salão de festas, bem como de manutenção e restrição de uso da piscina foram as queixas mais recorrentes. Sobre as questões de privacidade, a acústica foi apontada por todos os respondentes como sendo o principal incômodo percebido pelos moradores, tanto relacionado aos barulhos entre apartamentos (entre vizinhos), como aqueles relacionados à vizinhança imediata pela presença de um clube esportivo e pela proximidade com uma rodovia de alto fluxo da cidade. Outros incômodos, como cheiros indesejados relacionados à animais de estimação ou comportamentos tidos como visualmente inadequados pelos vizinhos, como pessoa andando

sem roupa próximo à janela ou alguém assistindo conteúdo erótico na sua sala e sendo visível pela varanda do vizinho da frente, também foram relatados. Em relação aos horários, não houve convergência entre os entrevistados, sendo relatadas reclamações em horário comercial, especialmente relacionada à barulhos de obras ou da vizinhança, ou a noite por som excessivo.

A respeito da atuação do condomínio relacionada a medidas para solucionar as reclamações relacionadas à privacidade, os respondentes mencionaram: 1) o uso de medidas que visavam regular as normas sociais do condomínio, como o regimento interno; 2) a existência dos representantes de torres, como facilitadores da comunicação com a administração; 3) a prática de comunicações por meio de avisos, notificações e, se necessário, a aplicação de multas como forma de gerenciar os conflitos.

Sobre a territorialidade, os entrevistados apontaram a formação de grupos de: 1) adolescentes, na área de convivência, na piscina e no hall das torres; 2) mães, no playground e brinquedoteca, 3) tutores de animais de estimação, no espaço para animais. A respeito do senso de comunidade, os respondentes que não moravam no condomínio indicaram tendência a não existir senso de coletividade entre os moradores, enquanto os respondentes que moravam no edifício percebiam os moradores como bem integrados.

Na entrevista com o projetista foram levantadas questões sobre a organização espacial, percepções de privacidade e impactos da pandemia nos projetos habitacionais. O entrevistado atua no mercado imobiliário desde 1995 e já participou da elaboração de cerca de 80 a 90 empreendimentos residenciais multifamiliares, dos quais estima que 30% foram executados, dentre eles o caso de estudo desta tese.

A respeito da organização espacial das unidades, o arquiteto comentou que o principal condicionante para distribuição dos espaços relaciona-se às questões de conforto ambiental, especialmente relacionadas ao sol poente (orientação oeste) e aos ventos predominantes (orientação sudeste, leste e/ou sul). Essas orientações determinariam, na sua concepção, a posição dos ambientes de maior permanência, que deveriam estar protegidos do sol poente e voltados para a ventilação predominante. Quando esses resultados não eram possíveis, em função da tipologia do bloco e quantidade de unidades do por pavimento, como no caso estudado, o arquiteto comentou que os projetos buscavam minimizar os possíveis desconforto por meio do uso de empenas (prolongamento de alvenaria) para proteção solar ou de tijolos termoacústicos.

Na distribuição funcional dos espaços, o entrevistado comentou que recentemente tem percebido uma mudança em relação às transições entre os setores íntimo, social e serviço. Conforme afirmou, a sequência serviço, social e íntimo, que permitia chegar ao setor íntimo

sem cruzar o social, tem se alterado. Para ele, o setor de serviço está “invadindo” o social, por meio do uso de cozinhas abertas para salas ou até mesmo conectadas com as varandas. Ademais, para ele, a organização espacial também depende da tipologia do projeto e do público-alvo que se deseja atingir. Sobre este, explicou que em apartamentos de alto padrão, a busca por privacidade (no sentido de exclusividade) é maior, enquanto em habitações menores e com múltiplas torres torna-se mais difícil se atingir uma “privacidade absoluta”.

No que diz respeito à privacidade habitacional, o arquiteto ponderou as diferenças culturais que existem entre as diferentes regiões do país e mencionou as questões relacionadas à privacidade visual e acústica. Para ele, no caso de Natal os regramentos urbanísticos relativos aos recuos já atendem de forma satisfatória as demandas de privacidade visual relacionadas ao distanciamento entre unidades “frente a frente”. Além disso, comentou que as pessoas podem fazer uso de artifícios como paisagismo e cortina para garantir mais privacidade entre vizinhos.

Para o arquiteto, nos apartamentos com mais de uma unidade por pavimento, deve existir também a privacidade da unidade para o corredor, que deve priorizar o conforto acústico, para que não haja comunicação entre o apartamento e a circulação comum. No tocante ao modo como a privacidade é tratada em seus projetos, o entrevistado comentou que os projetos são pensados junto às incorporadoras e que, até então, não tinha sido levantada, por elas, uma demanda por maior privacidade entre unidades, especialmente nas habitações de pequenos tamanhos, e que não identificava em Natal (RN) a necessidade de aumentar a privacidade em apartamentos, exemplificando que, em muitos apartamentos utilizam-se varandas com fechamentos totalmente de vidro.

Sobre a implantação das torres e equipamentos das áreas comuns, comentou que a principal premissa para a implantação dos projetos de grande porte era o fluxo dos carros em relação aos pedestres. Para ele, a concepção se inicia pela disposição dos estacionamentos, em uma organização que privilegie um trajeto em que o pedestre, da entrada do empreendimento até o seu apartamento, não precisasse cruzar com os carros. Após a locação do estacionamento, seriam definidas as tipologias das torres e a quantidade de apartamentos por andar e, na sequência, as torres estariam dispostas na melhor orientação com relação à insolação e ventilação. Por fim, os espaços livres que sobrassem nas áreas entre torres seriam destinados às áreas contemplativas e de lazer.

A respeito da privacidade na implantação, destacou novamente a questão dos recuos entre torres, afirmando que, no empreendimento em estudo, o projeto buscou ampliar ao máximo a distância entre torres e deixar os apartamentos voltados para o perímetro do terreno com visuais desobstruídas de construção. Além disso, destacou que as varandas também foram

utilizadas para dar mais privacidade visual às salas, servindo como uma transição entre interior e o exterior. Sobre a questão da pandemia, destacou que ainda não identificou demandas específicas sobre a privacidade no projeto de habitações em Natal (RN).

7.3.3 Avaliação física e social: avaliando a vizinhança próxima e o edifício

A partir dos documentos gráficos do projeto do condomínio, dos dados obtidos pelas respostas dos participantes e de visitas realizadas ao condomínio em diferentes dias e períodos, procedeu-se à avaliação física e social do ambiente construído do condomínio e sua vizinhança próxima.

7.3.3.1 *Walkthrough*

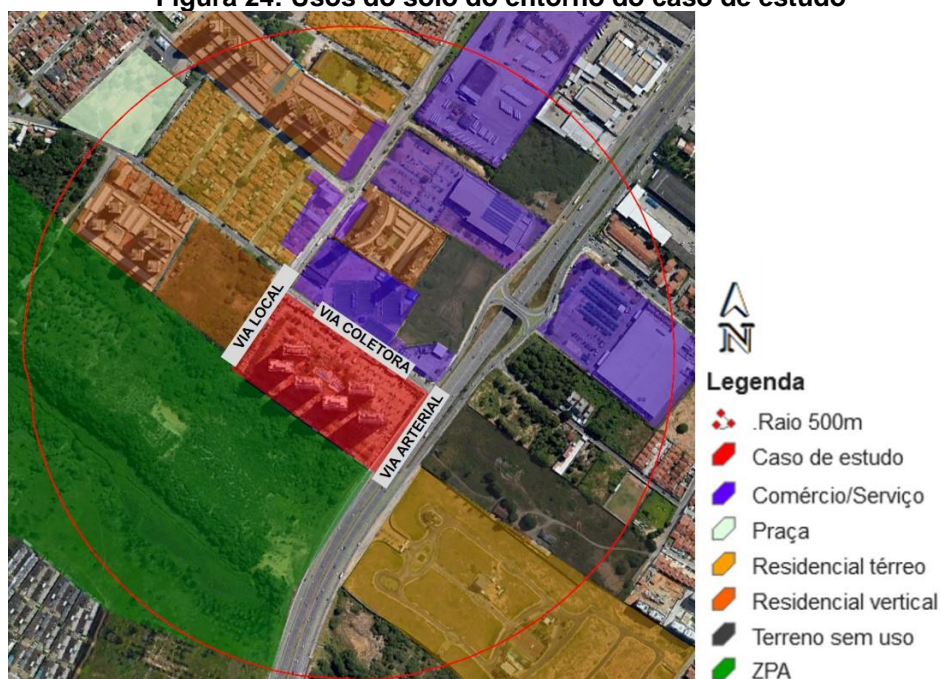
A avaliação considerando o *walkthrough* consistiu no diagnóstico das condições físicas e comportamentais, com foco nos aspectos físicos e sociais, do ambiente construído do entorno (vizinhança imediata) e das áreas comuns do condomínio (edifício).

Nesse sentido, na escala da vizinhança próxima foram avaliadas as características do entorno, as facilidades existentes e a presença de problemas socioambientais e manifestações patológicas. E na escala do edifício foram avaliadas principalmente as condições de acesso e legibilidade destes espaços, conforme necessidade apontada pelo especialista 01, no painel de especialistas. Por fim, foram identificadas também as áreas verdes e locais de formação de grupos (territorialidade).

As avaliações iniciais foram propostas pelos *checklists* apresentados, por meio da percepção técnica da pesquisadora sobre a qualidade dos itens avaliados.

O terreno do condomínio (Figura 24) ocupa uma quadra inteira próxima à Zona de Proteção Ambiental (ZPA). Os usos do solo do entorno (Figura 24) caracterizam-se pela presença a Norte, do uso residencial unifamiliar térreo e multifamiliar vertical, com a presença de outros condomínios com torres múltiplas, e do uso de comércio e serviços, com o clube recreativo de esportes, posto de gasolina, comércios e serviços locais. A Leste pela presença da rodovia e terrenos com previsão de empreendimentos residenciais ou ainda sem uso. A Sul e Oeste pela presença ZPA, com o crescimento de empreendimentos multifamiliares verticais, nas áreas edificantes voltadas para o Oeste.

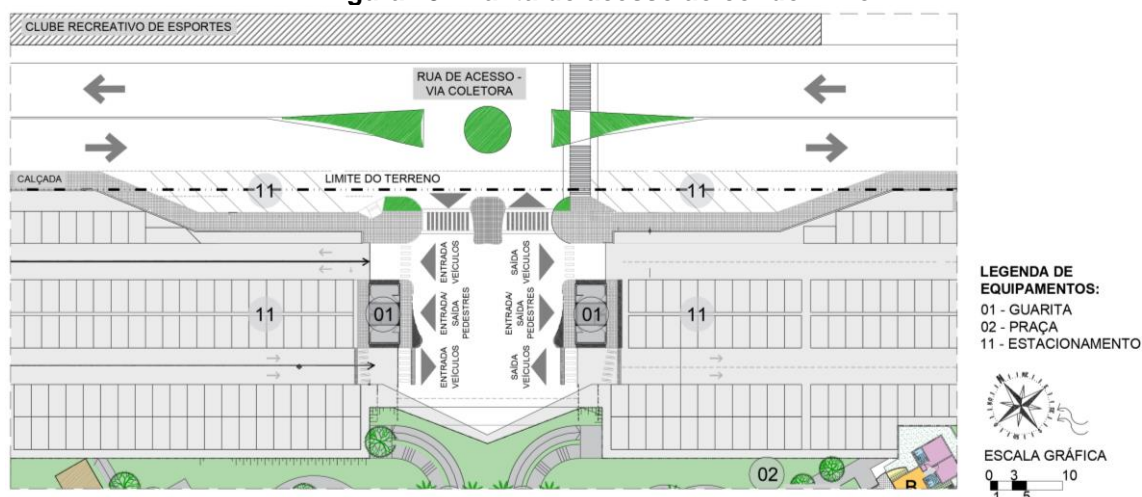
Figura 24: Usos do solo do entorno do caso de estudo



Fonte: elaboração própria (2023), a partir da base cartográfica do Google Earth

Sobre a qualidade dos espaços e facilidades do entorno (Quadro 44), os acessos externos (Figura 25 e Figura 26) foram considerados legíveis, tanto do ponto de vista dos carros, como dos pedestres, sendo demarcados por uma rotatória de acesso e pela presença de uma travessia elevada que reduz a velocidade dos veículos neste trecho.

Figura 25: Planta do acesso ao condomínio



Fonte: elaboração própria (2023), a partir do projeto cedido pelo arquiteto entrevistado.

A transição entre o público e o privado, entretanto, encontra-se marcada pela presença de um muro em blocos de concreto, com altura média de 2,20m, e as guaritas e portões de entrada, estão perpendiculares à via de acesso (Figura 25), formando uma barreira simbólica para acesso ao espaço privado. Apenas o tratamento paisagístico e a presença de gradil entre as

guaritas suavizam essa transição. O que não pareceu ser suficiente, uma vez que, por estar recuada, essa suavização é pouco percebida por quem está na rua/calçada.

Figura 26: Acesso externo ao condomínio



Fonte: acervo da autora, 2022.

As calçadas que circundam a via coletora e a via estrutural foram executadas em piso cimentado vassourado e piso intertravado de concreto e as vias em pavimentação asfáltica estando ambas bem cuidadas e acessíveis nos padrões normativos (ABNT, 2020; ABNT, 2013), no que se refere à sinalização da travessia de pedestre, uso de materiais antiderrapante e não trepidantes. Contudo, a calçada voltada para a via local, sem saída, não acompanha toda a extensão do condomínio nesta face, sendo interrompida, o que compromete seu acesso por pedestres. Entretanto, como a via é sem saída e há presença de guia rebaixada na esquina que viabiliza o acesso à rua, o problema não foi considerado grave.

Figura 27: Calçada na via coletora e na via local, respectivamente



Fonte: acervo da autora, 2022.

Os postes de iluminação estão distribuídos a uma distância média de 40 m e localizados na calçada da continuidade do clube recreativo. Desse modo, por estarem na calçada oposta à do condomínio e voltados para a via, acabam iluminando pouco as calçadas do limite do prédio, o que foi, parcialmente, suprido, pela iluminação do clube esportivo próximo, por causa dos refletores das quadras. Por fim, o condomínio possui 7 vagas para visitantes na área entre as duas guaritas e 13 vagas disponível na via pública, que, em virtude da presença do clube, acabam sendo compartilhadas entre os dois empreendimentos.

Quadro 44: Avaliação da qualidade dos espaços e facilidades do entorno

Qualidade do (a)...	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
... legibilidade do acesso					
... transição entre público e privado					
... manutenção das calçadas					
... manutenção das vias					
... iluminação pública					
... estacionamento					

Fonte: elaboração própria, 2023.

A respeito dos problemas socioambientais e manifestações patológicas existentes, foi identificada a presença de lixo e metralha na via local sem saída, com alguns pontos de lixo na via coletora de acesso e algumas manifestações patológicas no muro, como mofo por umidade, provocando manchas e descascamento da pintura (Figura 28).

Figura 28: Presença de lixo na área onde deveria ser a calçada e manifestações patológicas no muro, respectivamente



Fonte: acervo da autora, 2022.

Não foi identificado vandalismo nas vias que circundam o condomínio e, apesar da presença da ZPA, foi identificada apenas uma praça, como espaço público de permanência em um raio de 500 m, medido a partir do acesso (Figura 24). Além da arborização natural da área de preservação, havia árvores na calçada voltada para a rua coletora de acesso ao prédio (Figura 27).

Na avaliação da qualidade das facilidades na escala do condomínio (Quadro 45), a legibilidade do acesso às torres e aos equipamentos de lazer é dificultada pela presença dos desníveis, multiplicidade de percursos e falta de sinalização na entrada, com mapa de localização ou assemelhados. Nas circulações de pedestres, existem alguns totens com sinalização informativa sobre a direção das torres e equipamentos, mas pelo distanciamento entre eles e a quantidade de informações em cada um deles, os percursos para as torres e equipamentos não são facilmente encontrados. Além disso, como as rotas se cruzam em pontos centrais, sem não ter muitas rotas que se cruzam entre si, ao errar um caminho é preciso, em muitos

casos, voltar para uma das áreas centrais (praças circulares na implantação) para retomar ao acesso desejado (Figura 29).

Figura 29: Praças circulares que distribuem as circulações, sem sinalização sobre os percursos



Fonte: acervo da autora, 2022.

A manutenção das calçadas é boa, entretanto, alguns trechos encontram-se com pisos levantados ou abaulados, o que pode significar necessidade de manutenção desses pisos. As áreas verdes são bem cuidadas, com trechos pontuais em que a vegetação está desmatada. As condições de acessibilidade universal são boas, com presença de rampas com inclinações adequadas, corrimãos em duas alturas em rampas e escadas e banheiros acessíveis nos equipamentos de uso comum. Apesar disso, não foram identificados guarda corpos em trechos de rampa e escadas externas, o que pode representar risco durante o uso dos espaços.

Figura 30: Rampa e escada com corrimãos, mas com ausência de guarda corpos em trechos em desnível



Fonte: acervo da autora, 2022.

Apesar de a iluminação das áreas externas estar situada em parâmetros adequados à altura dos pedestres, esta pareceu insuficiente nas áreas de circulação, incluindo áreas de permanência com presença de bancos, o que pode comprometer o uso dos espaços a noite. O estacionamento é descoberto e com presença de poucas árvores (Figura 31), o que compromete o conforto dos usuários, conforme apontado pela entrevista da moradora.

Figura 31: Estacionamento descoberto



Fonte: acervo da autora, 2022.

Ainda sobre as condições de conforto, as torres foram implantadas (Figura 33) com as menores fachadas voltadas para as orientações sudoeste e sudeste, o que de um lado, favorece visuais de algumas unidades para a ZPA, mas por outro lado expõe estas unidades à fachada oeste (sol da tarde) e não favorece a entrada dos ventos predominantes. Essas condições desfavoráveis de implantação de algumas unidades, pode justificar os resultados de incômodos por temperatura inadequada apontados em alguns questionários com moradores. Nas áreas comuns, em virtude da altura e extensão das torres e da presença alguns trechos com árvores de grande porte, as áreas externas de uso comum têm sombreamento excelente, o que, pode justificar o fluxo elevado de pessoas nesses espaços.

Quadro 45: Avaliação das áreas comuns do condomínio

Qualidade do (a)...	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
... legibilidade dos acessos às torres					
... legibilidade dos acessos aos equipamentos de uso comum					
... manutenção das calçadas					
... manutenção das vias					
... manutenção das áreas verdes					
... acessibilidade ³⁵ da edificação					
... iluminação das áreas externas					
... estacionamento					
... condições de implantação das torres					
... sombreamento das áreas externas de uso comum					

Fonte: elaboração própria, 2023.

³⁵ Neste caso específico, a acessibilidade esteve relacionada ao desenho universal e à garantia da possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020)

a) Áreas verdes:

O empreendimento limita-se na face sudoeste com a ZPA, garantindo a existência de áreas verdes no entorno com visuais para elas, nos apartamentos localizados nesta fachada nas torres 02, 03, 05 e 06. Além disso, há, como mencionado pelo arquiteto, um “núcleo” verde nas áreas comuns entre torres, o que favorece o contato com a natureza no uso dos equipamentos do condomínio e visuais dos apartamentos voltados para a área central.

Figura 32: Vista a partir da entrada do edifício, com destaque para o "núcleo" verde apontado pelo arquiteto nos equipamentos de uso comum



Fonte: acervo da autora, 2022.

Tanto a presença da ZPA, como as áreas verdes do condomínio foram destacados como positivas pelos moradores na entrevista e na pergunta aberta dos questionários, o que pode indicar que a presença de áreas verdes no entorno da habitação melhora a satisfação com a habitação e a privacidade, o que, por sua vez, pode contribuir para reduzir o estresse, e, conseqüentemente, as percepções de solidão e aglomeração.

b) Locais de reunião de pessoas

A partir dos apontamentos de Pereira (2017) sobre o uso do *walkthrough* para identificar os locais de reuniões de pessoas, foram realizadas algumas visitas ao condomínio em dias diferentes e em condições diferentes da pandemia.

Durante as visitas realizadas nos períodos das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, os principais pontos de reunião de pessoas identificados foram os playgrounds e, com menor frequência, a academia e a brinquedoteca, dada a limitação de pessoas por m² nos ambientes que não eram ao ar livre.

Apesar de um fluxo intenso de pessoas nas circulações internas do condomínio e do uso desses espaços como rota para passeios com os animais de estimação, não foram identificados outros pontos significativos de reuniões de pessoas.

Após o período de flexibilização e com a desobrigação do uso de máscara, ocorrida a no Estado (RN) a partir de abril de 2022, percebeu-se, por volta do mês de junho de 2022, um aumento significativo no uso dos espaços comuns, com um uso intensivo das piscinas, quadra poliesportiva e espaço de convivência e aumento da frequência do uso dos playgrounds, além de terem sido identificados usos mais recorrentes nas churrasqueiras, em dia de semana. Nos ambientes fechados do espaço juvenil e salão de festas, nos redários e espaço para animais de estimação não foram identificados usos relevantes nos períodos visitados. Destacou-se, entretanto, um fluxo intenso de moradores com animais de estimação ao longo das circulações do condomínio, tanto no período de restrições, como após a sua flexibilização. Esses resultados corroboram aqueles obtidos nas entrevistas com gestores do edifício, que destacaram a piscina, playground, brinquedoteca e espaço de convivência como os mais utilizados pelos moradores.

7.3.3.2 Privacidade visual e acústica: medição das distâncias interpessoais

Para a verificação das distâncias visuais interpessoais, Pereira (2017) preconizou a medição das distâncias entre as janelas unidades autônomas vizinhas e entre janelas e as rotas de passagem (circulações das áreas comuns), no caso dos pavimentos térreos.

A medição das distâncias entre janelas autônomas foi feita por torres (Quadro 46), sendo os ambientes identificados por cores distintas, conforme a legenda. As distâncias entre torres variaram de cerca de 9m a 40m (Figura 33).

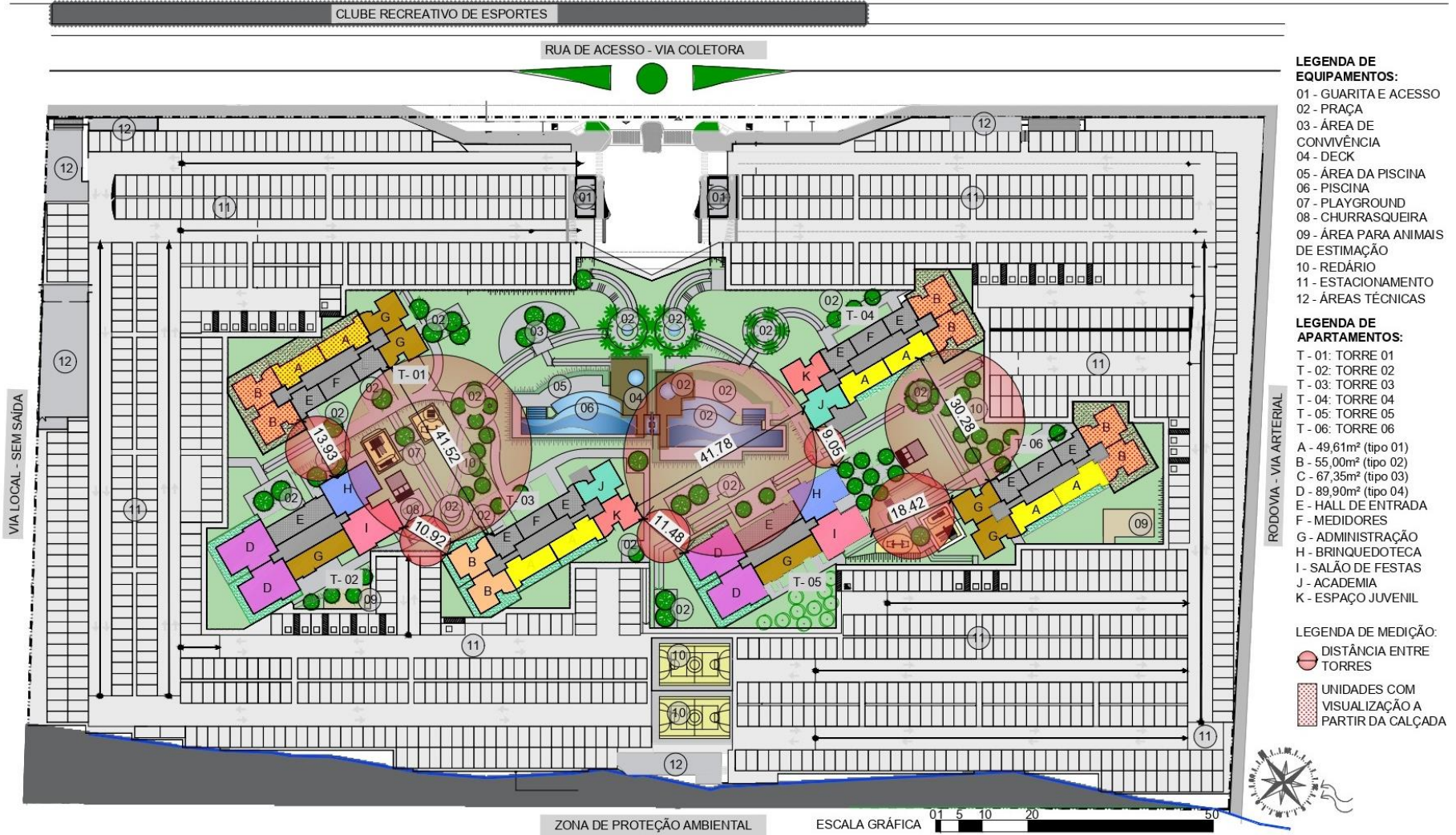
Conforme apontado pelo arquiteto, algumas torres estavam voltadas para “vistas longas”, de modo que, algumas unidades, como as unidades com janelas voltadas para a fachada norte das torres 01 e 04 e as unidades com janelas voltadas para a fachada sul das torres 02, 03, 05 e 06, não sofreram influência visual das torres vizinhas. O posicionamento favorável destas unidades, em termos de privacidade visual, pode justificar os resultados dos questionários que para alguns respondentes apontaram menores frequências de incômodos por visualizações dos vizinhos.

Quadro 46: Resumo das distâncias entre torres

Distância entre torres	Distância (m)
Torre 01 e 02	13,93
Torre 01 e 03	41,52
Torre 02 e 03	10,92
Torre 03 e 04	41,78
Torre 03 e 05	11,48
Torre 04 e 05	9,05
Torre 04 e 06	30,28
Torre 05 e 06	18,42

Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 33: Implantação com medição de distâncias entre torres



Fonte: elaboração própria (2023), a partir do projeto cedido pelo arquiteto entrevistado

Por outro lado, os resultados das entrevistas com gestores do edifício demonstraram que eventualmente foram relatados incômodos com visualizações indesejadas entre vizinhos, o que pode demonstrar que a distância “ótima” de 7,50m (PEREIRA, 2017) pode ser insuficiente para garantir a privacidade visual no interior das habitações, já que, a menor distância entre torres aferida foi de 9,05m. Ao mesmo tempo, Gregoletto e Reis (2020) apontaram que distâncias entre as janelas de edifícios altos inferiores a 20 metros podem afetar negativamente a satisfação com privacidade visual em relação ao exterior. Entretanto, como os resultados dos incômodos e satisfação para o caso de estudo não demonstraram insatisfações frequentes, apenas problemas pontuais, e como não foram levantados nos questionários os posicionamentos dos apartamentos dos respondentes, sugere-se que a definição dos valores de distâncias entre janelas deve ter maiores aprofundamentos.

Sobre as rotas de passagem, foram avaliadas apenas as unidades térreas. Sobre estas, foi identificada *in loco* a existência de um muro, com limite superior na altura da metade da janela (Figura 34), para tentar proteger as visualizações por quem passava pelo lado de fora. Contudo, por causa dos diferentes níveis de piso do terreno, se para quem estava na casa o muro estava na altura da janela, pelo lado externo, essa altura em relação à circulação externa era variável. Desse modo, devido à proximidade das circulações externas com o apartamento e o nível das calçadas acima do nível de piso do apartamento, as unidades térreas das torres 01, 04 e 06 permitiam visuais para os seus jardins e demais janelas existentes (Figura 35).

Figura 34: Muro de divisa do jardim na altura da janela



Fonte: acervo da autora, 2022.

Figura 35: Apartamento com nível de piso abaixo da circulação adjacente

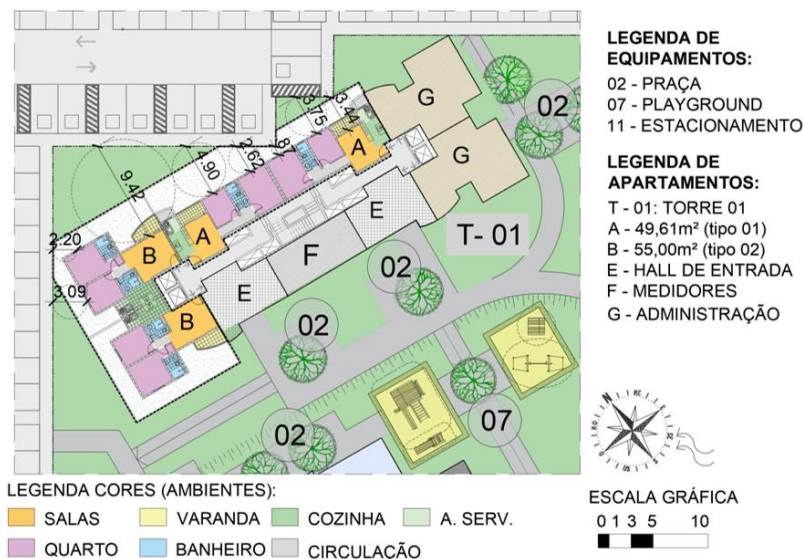


Fonte: acervo da autora, 2022.

Em alguns apartamentos, o muro de divisa do apartamento também delimitava a circulação, de modo que não havia distância entre a circulação externa e os jardins dos apartamentos. Nas janelas das salas e quartos, as distâncias variaram, principalmente, entre 2m e 4m,

predominando os níveis intermediários e bons (PEREIRA, 2017). Contudo, na torre 01, por exemplo, identificou-se um quarto (apartamento tipo 01 com jardim) com distância de 0,87m para circulação (Figura 36), o que pode comprometer a privacidade visual do ambiente e, especialmente, a necessidade de espaço pessoal dos indivíduos.

Figura 36: Distâncias das unidades térreas para a circulação das áreas comuns do condomínio



Fonte: elaboração própria (2023), a partir do projeto cedido pelo arquiteto entrevistado

Nos trechos em que as circulações externas permitiam visualizações para os espaços da casa foram identificadas algumas estratégias de enfrentamento às invasões, como películas blackout, grades, uso de placas translúcidas ou opacas (Figura 37 e Figura 38). No caso do uso exclusivamente das películas, destaca-se que a estratégia muitas vezes impede a abertura das esquadrias, o que pode comprometer o conforto térmico dos usuários.

Figura 37: Uso de fechamentos opacos para impedir visualização interna do apartamento



Fonte: acervo da autora, 2022.

Figura 38: Uso de fechamentos opacos para impedir visualização interna do apartamento circulação no limite do muro do apartamento



Fonte: acervo da autora, 2022.

No painel de especialistas, o consultor 02 indicou a necessidade de se investigar também as distâncias entre as pessoas e as fontes de ruídos. Uma vez que, os resultados da participação dos usuários demonstraram maior relevância dos incômodos por barulhos indesejados, procedeu-se também a verificação das distâncias entre as torres e as fontes de ruído da vizinhança, fossem elas internas e externas. A principal fonte ruído apontada pelos usuários foram os incômodos entre unidades, o que demonstra a falta de isolamento acústico entre as unidades (alvenarias e laje) e as circulações.

Para as fontes de ruído externas, foram consideradas aquelas apontadas pelas entrevistas com os gestores e com a moradora e referiam-se ao clube recreativo de esportes e rodovia, no entorno, e à churrasqueira, playground, quadra poliesportiva, nas áreas comuns do condomínio. As distâncias foram medidas da fonte de ruído até a torre/janela mais próxima dela, para que fossem considerados os casos críticos.

As distâncias aferidas (Quadro 47) variaram de pouco mais de 1,30m a 57,00m, o que indica que para os casos de ruídos urbanos, o raio de influência do entorno sobre a privacidade acústica da habitação pode ultrapassar os 50m (Figura 39).

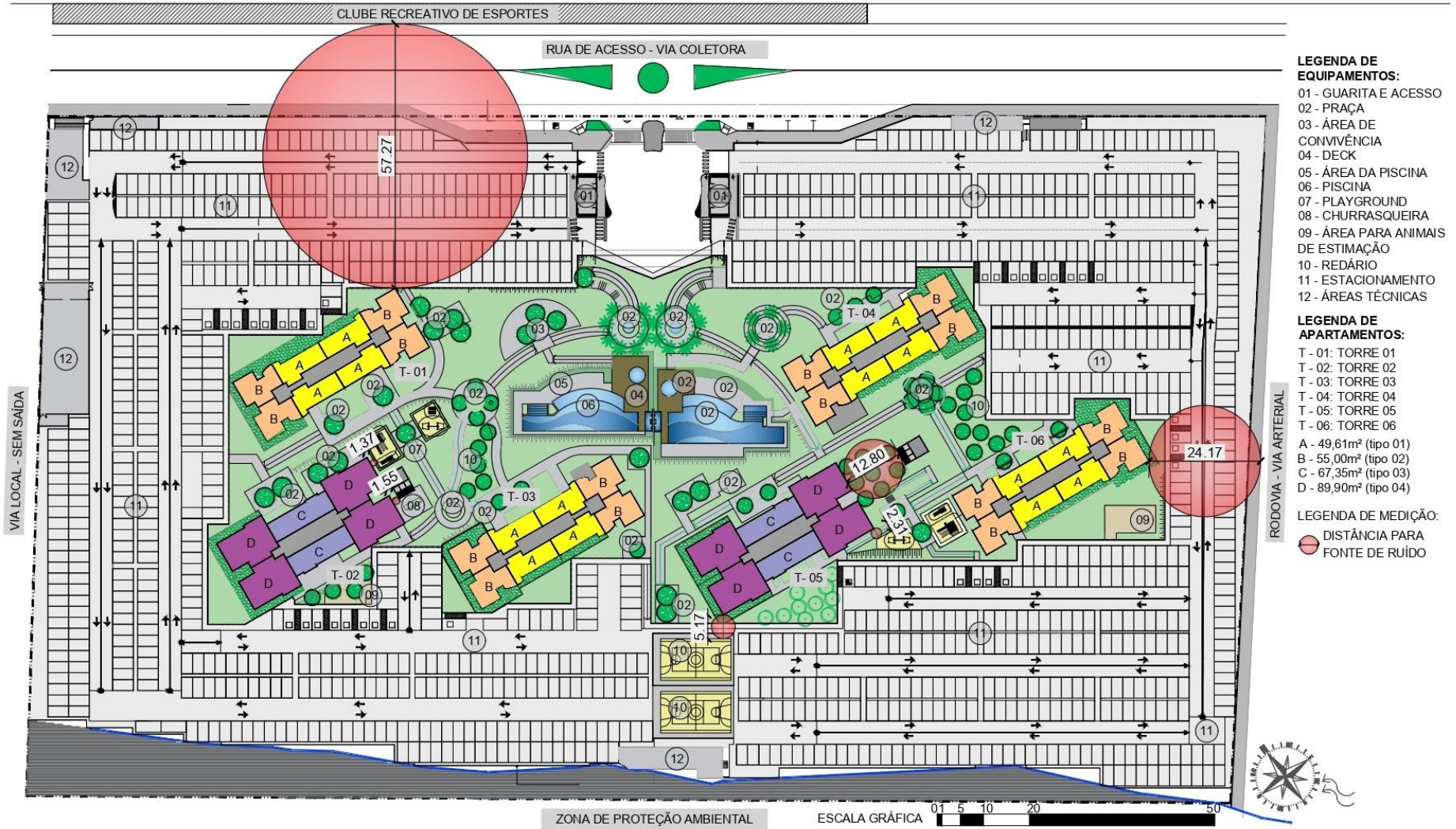
Quadro 47: Resumo das distâncias entre as torres e as principais fontes de ruídos

Distância entre fontes de ruídos		Distância (m)
Torre 01	Clube recreativo de esportes	57,27
Torre 02	Playground	1,37
Torre 02	Churrasqueira	1,55
Torre 05	Quadra poliesportiva	5,17
Torre 05	Churrasqueira	12,80
Torre 05	Playground	2,31
Torre 06	Rodovia	24,17

Fonte: elaboração própria, 2023.

Considerando apenas o limite da amostra estudada, os resultados demonstraram que a distribuição das torres priorizou visuais de janelas dos ambientes de longa permanência desobstruídas de construções. As varandas, apesar da pretendida função de transição entre público privado, não serviram como barreiras suficientemente adequadas quando da ocorrência de torres frente a frente, já que foram apontadas algumas insatisfações dos moradores nos questionários e nas entrevistas com os gestores do edifício.

Figura 39: Distâncias das torres para as fontes de ruídos (pavimento tipo).



Fonte: elaboração própria (2023), a partir do projeto cedido pelo arquiteto entrevistado.

No pavimento térreo, o uso dos jardins com muros, favoreceu a privacidade visual dessas unidades, apenas quando os muros estavam na altura do olho do observador, considerando a circulação externa. Nos trechos em que as circulações estavam em um nível acima dos jardins e conseqüentemente do muro, a privacidade visual das unidades em relação ao exterior ficou comprometida. Nesses casos, observou-se algumas estratégias de enfrentamento à invasão de privacidade utilizadas pelos moradores para impedir o acesso visual indesejado, como uso de materiais opacos ou translúcidos, pela face externa da grade e uso de cortinas e películas nas janelas.

Ademais, considerando os indicadores de distância visual apontados pela literatura (PEREIRA, 2017; GREGOLETTO; REIS, 2020) os resultados obtidos não convergiram com os apontamentos feitos, de modo que, a questão das distâncias interpessoais para privacidade visual no caso levantado devem ser melhor investigadas.

Sobre a privacidade acústica, os resultados demonstraram que, no caso levantado, ruídos de fontes externas a mais de 50m de distância, influenciavam a percepção de incômodos dos moradores. De modo que, a definição de indicadores para distâncias interpessoais para privacidade acústica também devem ser melhor investigadas.

7.3.3.3 Análise sintática do espaço: acessibilidade física e visual

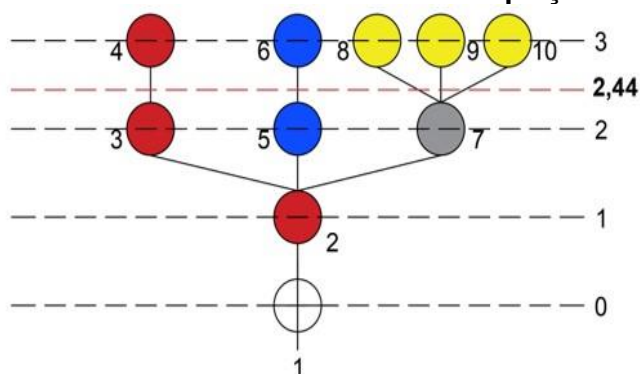
Para os estudos sobre privacidade, a análise da configuração espacial tem sido utilizada principalmente na escala da unidade e tem contribuído para quantificar as relações de acessibilidade física e visual dos espaços da casa. Estas, por sua vez, são capazes de expressar a cultura, o funcionamento familiar, privacidade movimento (presença) e visual interna, especialmente no que tange ao controle dos espaços e a capacidade destes de servirem como espaços de reunião, exclusão ou reclusão. Nesse sentido, a análise sintática do espaço, utilizada para revelar os modos subjetivos como as pessoas se apropriam do seu espaço doméstico, pode dar significado às diferentes formas de percepções de privacidade ou aglomeração.

Para o caso de estudo proposto, foi analisada a planta baixa da moradora entrevistada, cujo desenho foi obtido a partir da descrição verbal feita por ela no momento da entrevista. Sobre a apropriação, a moradora não executou reformas no sentido de criar divisórias ou novos ambientes no apartamento. Pelos relatos, a única mudança feita foi no uso de um dos quartos, que servia apenas para as funções de guarda de itens pessoais, trabalho e estudo, excluindo-se a função de dormir neste ambiente. Logo, funcionalmente, não houve mudanças significativas entre a planta projetada e a apropriada, de modo que, os resultados da análise

de convexidade feita aplicam-se ao projeto inicial e às demais plantas do apartamento tipo A, que não tenham sofrido reformas nos seus usos.

Para as análises de convexidade, a planta baixa foi convertida em mapas convexos, e por meio do programa JASS³⁶, foram elaborados os grafos de acesso, enraizados no exterior, sendo aferidas as medidas sintáticas de profundidade média e a integração RRA (Figura 40). Os resultados das medidas permitiram estabelecer as inequações de acessibilidade da configuração, entendendo as formas de permeabilidade dos ambientes e dos setores funcionais da casa.

Figura 40: Grafo de acesso enraizado no exterior³⁷ e inequação de acessibilidade³⁸



01 – Exterior; 02 – Sala de jantar; 03 – Sala de estar; 04 – Varanda; 05 – Cozinha;
06 – Área de serviço; 07 – Circulação; 08 – Quarto; 09 – WC; 10 – Quarto Casal

INEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE:

Sala de jantar (0,4545) > Estar (1,000) = Cozinha (1,000) > Exterior (1,1818) > Casal (1,3636)

Legenda de cores:

● Setor social ● Setor íntimo ● Setor serviços

Fonte: elaboração própria, 2023.

Esses resultados corroboram a ideia tradicional da tripartição das habitações em setores funcionais, distribuídos de forma independente um do outro e em que os espaços da zona social, sala de jantar e estar são os mais integrados e destinados à reunião de pessoas e os espaços do setor íntimo, não se acessam de maneira direta por nenhum outro setor, sendo os espaços menos integrados e destinados à reclusão. Entretanto, algumas especificidades devem ser apontadas.

³⁶ Disponível em:

<http://kth.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1457064&dswid=1872>

³⁷ A raiz é o ponto de onde se inicia o grafo, logo, o grafo enraizado no exterior fornece as possibilidades de acesso e movimento do interior da casa, considerando seu acesso externo.

³⁸ A inequação de acessibilidade refere-se à análise comparativa dos valores de integração entre ambientes, organizando-os do menor valor (maior integração) para o maior (menor integração).

Sobre o setor social enquanto espaço de reunião de pessoas, destaca-se que as dimensões diminutas dos ambientes podem dificultar essa atividade, quando se trata de pessoas fora da casa (visitantes), como revelaram os resultados da entrevista com a moradora, com queixas sobre o uso dos espaços de forma simultânea por mais de uma pessoa, e do questionário, no item 8 da questão 21, em que metade dos respondentes afirmaram só conseguir receber visitantes às vezes, raramente ou nunca.

Além disso, os valores de integração RRA parecem corroborar a tendência contemporânea de incorporação da cozinha à zona social, pelos valores iguais entre cozinha (serviços) e sala de estar (social). Tendência que também foi corroborado pelos comentários da moradora sobre a casa ideal, em que desejava os ambientes integrados, e pelo arquiteto.

Os valores de integração RRA dos quartos acima de 1,00 reafirmam a alta hierarquização dos espaços, com a zona íntima sendo a mais privativa e com o acesso/movimento mais controlado, servindo como espaço de reclusão para os moradores. Por outro lado, o valor de integração do exterior maior do que o do quarto de casal pode demonstrar uma maior abertura da casa e seus moradores às influências externas (mundo exterior).

Por fim, os valores de integração mais altos da área serviço e da varanda podem reafirmar algumas tendências já indicadas como a área de serviço enquanto um espaço de exclusão (o que não se quer mostrar) e a varanda, que tanto pela sua acessibilidade física, como pela sua dimensão, surge mais como um elemento de valor do mercado do que como um espaço para convivência ou uma transição entre público (exterior) e privado (familiar).

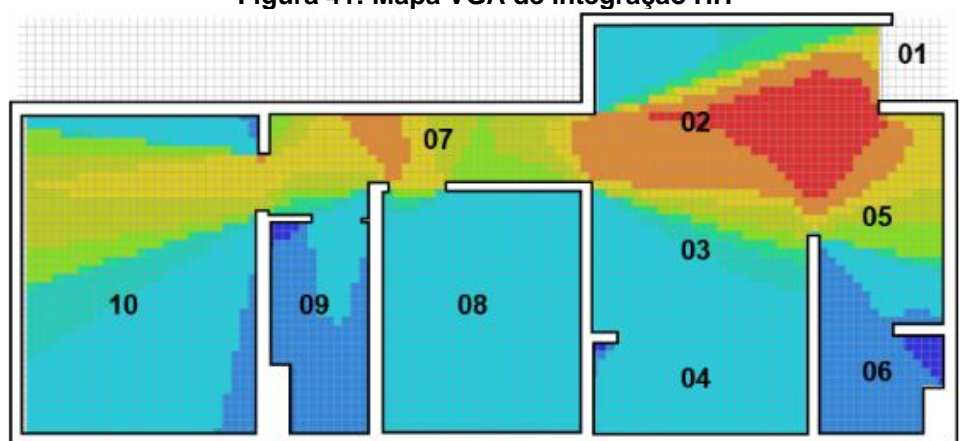
Para as análises de visibilidade, a planta foi processada pelo programa DepthmapX³⁹ e foram consideradas como barreiras visuais apenas os elementos opacos na altura média do olho de um observador adulto (1,50m). Por meio do programa foram processados o mapa VGA e a isovista a partir da entrada.

Na escala global da UH, para o mapa VGA, a planta foi convertida em um mapa com uma matriz numérica dos valores de conectividade e integração visual, cujos resultados foram traduzidos em um mapa cromático, em que o azul escuro representava os espaços menos visíveis e em vermelho estavam os espaços mais integrados visualmente (Figura 41).

As maiores integrações visuais foram observadas na sala de jantar e no corredor e as menores foram medidas nos quartos, banheiro e área de serviço. A sala de estar e varanda possuem valores intermediários, sendo mais próximos dos ambientes menos integrado visualmente, na cor azul.

³⁹ Disponível em: <http://varoudis.github.io/depthmapX/>.

Figura 41: Mapa VGA de integração HH



01 – Exterior; 02 – Sala de jantar; 03 – Sala de estar; 04 – Varanda; 05 – Cozinha; 06 – Área de serviço; 07 – Circulação; 08 – Quarto; 09 – WC; 10 – Quarto Casal

Fonte: elaboração própria, 2023.

Quando se analisou a relação entre a integração RRA, que mede a acessibilidade ao caminhar, e integração visual HH, que mede a visibilidade, os resultados foram condizentes (Quadro 48). Nesse sentido, percebeu-se uma coesão espacial entre a privacidade tátil (movimento/presença de pessoas) e visual.

Quadro 48: Relação entre acessibilidade (movimento) e visibilidade

	VISIBILIDADE ALTA	VISIBILIDADE BAIXA
ACESSIBILIDADE ALTA	Sala de jantar Circulação (corredor) Cozinha	Sala de estar
ACESSIBILIDADE BAIXA		Quarto 01 WC Quarto Casal Varanda Área de serviço

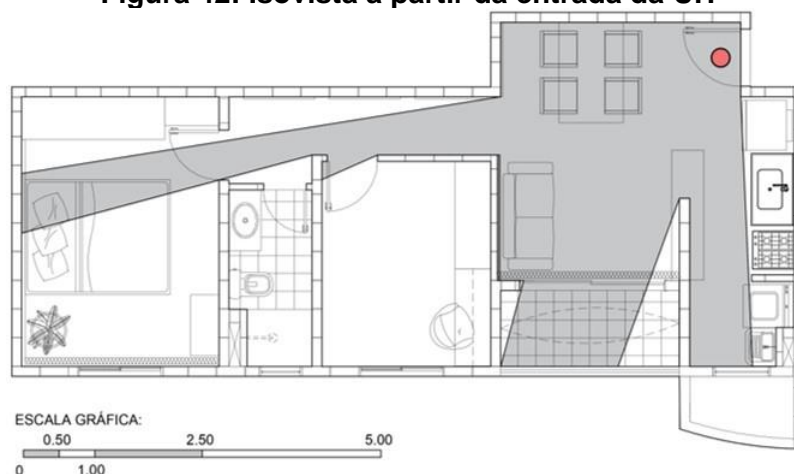
Fonte: elaboração própria, 2023.

Na escala individual, a isovista (Figura 42) foi feita a partir da porta de entrada para identificar o que poderia ser visto ou ocultado no apartamento quando do acesso dos visitantes (afetivamente próximos ou distantes). Na medição da isovista, os resultados (Quadro 49) demonstraram que uma grande área da habitação (38,66%) pode ser visualizada a partir da porta de entrada, principalmente em razão da integração visual entre as salas e a cozinha e da dimensão reduzida do corredor e ausência de porta nele.

Foram visualizados 07 espaços, dos 09 existentes, sendo os principais setores visualizados o social e o de serviços, o que revela uma menor privacidade visual nesses espaços, e que, por sua vez, deveriam ser condizentes às funções de caráter mais coletivo e abertas ao mundo exterior. Se por um lado, isso reitera a função pública das áreas sociais e reafirma a cozinha enquanto um lugar também público, por outro, a continuidade visual entre a cozinha e as

salas, acaba por expor a área de serviço, ainda concebida enquanto um lugar de movimento e visualização indesejados.

Figura 42: Isovista a partir da entrada da UH



Fonte: elaboração própria, 2023.

Quadro 49: Relação ente isovista e espaços visualizados

Área do apartamento	Quantidade de espaços do apartamento	Área de isovista	Isovista /A (%)	Quantidade de espaços visualizados	Tipos de espaços visualizados
49,61m ²	9	19,18m ²	38,66%	7	Jantar, estar, varanda, cozinha, a. serviço, circulação, quarto de casal

Fonte: elaboração própria, 2023.

No setor íntimo, a disposição do corredor de circulação favoreceu a privacidade visual dos quartos e banheiros, garantindo uma baixa visibilidade desses ambientes para quem entra na casa, e conseqüentemente, a privacidade visual deles. Entretanto, pode-se ter uma pequena visualização do quarto de casal, o que pode comprometer o uso do ambiente com a porta aberta durante alguns momentos.

7.4 Achados e perspectivas sobre a privacidade em apartamentos no caso de estudo

Apesar das limitações relacionadas à quantidade de respondentes, o que impede fazer generalizações sobre o edifício em estudo, os resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos permitem que sejam apontadas algumas tendências sobre a amostra estudada, que, por sua vez, parecem demonstrar a viabilidade de conversão do modelo em um instrumento de avaliação empírica da privacidade. Essas tendências foram elencadas a seguir:

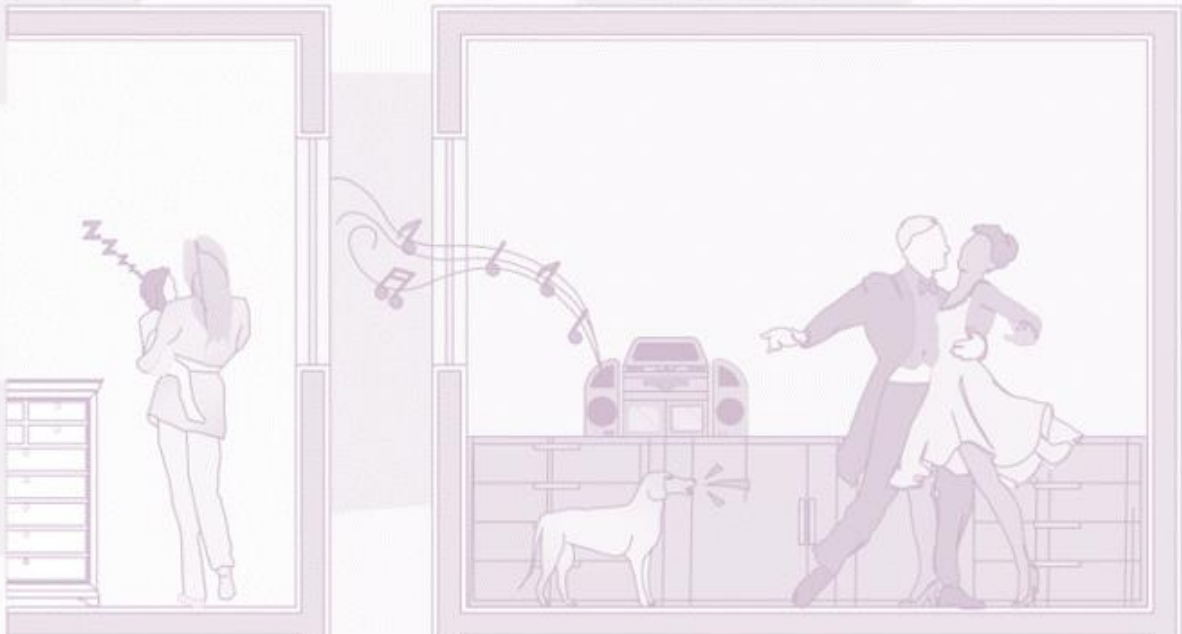
- Composições familiares: em que pese a existência de arranjos distintos, predominou na amostra levantada, a **família nuclear**, composta por adultos jovens, com média de idade próxima aos 36 anos. Isso pode ser justificado, ou pela maior representatividade desse tipo familiar enquanto mercado consumidor dessa tipologia ou por um desvio (bias) na aplicação dos questionários, visto que, muitos foram aplicados na área comum do edifício, especialmente nas áreas onde havia crianças.
- Densidade: identificou-se UHs com a presença de até 5 moradores, sendo a média de **3 pessoas/UHs**. Calculando-se a área por morador a média ficou acima dos 16m²/hab. o que atende a parâmetros internacionais de medidas mínimas por habitantes, próxima aos 12m²/hab. (MACEDO, 2018). Cabe destacar, que nos casos em que havia 5 pessoas na mesma residência, os parâmetros mínimos de área por habitante ficaram em 11m²/hab.
- Traços de personalidade: a maioria dos respondentes tem médias altas de amabilidade (agradabilidade), conscienciosidade (disciplina) e abertura a novas experiências, com médias baixas para neuroticismo (instabilidade emocional) o que pode justificar as baixas percepções de estresse.
- Conceito de casa e privacidade: os resultados corroboraram os estudos de Elmansuri e Goodchild (2019), demonstrando uma clara convergência entre os dois conceitos, ambos majoritariamente classificados como **um lugar onde a pessoa se sente confortável**. Além disso, corroboraram também estudos (MAIA, 2012; ELMANSURI; GOODCHILD, 2019; WILLEMS; SMET; HEYLIGHEN, 2020) sobre a relação dos conceitos com a ideia de família e de relaxamento (paz e silêncio, nas palavras dos moradores). Ademais, os questionários revelaram a privacidade enquanto uma qualidade, de se poder agir ou organizar os objetos como quiser associação, portanto, a ideia de controle sobre ambiente. Os resultados revelaram também a ideia de beleza e limpeza, ressaltando o aspecto estético relacionado ao conceito de casa para a amostra estudada.
- Satisfação com a privacidade: os respondentes demonstraram um **nível alto de satisfação com a privacidade** e foi relatada uma baixa frequência de invasões de privacidade, a partir dos incômodos listados. Essa satisfação foi corroborada pelos resultados decorrentes das percepções de estresse e inadequação do ambiente, que foram baixas ou pouco frequentes.
- Incômodos: as entrevistas com morador e com os gestores do edifício demonstraram que o principal problema de privacidade no interior dos apartamentos deve-se aos **barulhos indesejados**, o que foi parcialmente confirmado pelos questionários. Além disso, as entrevistas corroboraram também os incômodos relacionados aos cheiros indesejados, relatados com relativa frequência pelos respondentes dos questionários.

Por fim, os incômodos com a falta de espaço e a temperatura foram relatados pelos moradores nos questionários e na entrevista, em que, a entrevistada aponta a falta de espaço como desejo ainda não alcançado e o ar-condicionado como item indispensável no seu espaço preferido. Esses resultados demonstraram também que as preocupações do arquiteto com as questões de conforto térmico e acústico são também percebidas como relevantes pelos moradores.

- **Aglomerção:** apesar de terem sido identificadas algumas inadequações do ambiente construído, principalmente relacionadas à recepção de visitantes e organização dos objetos do modo como a pessoa deseja, os níveis de estresse aferidos foram baixos, demonstrando que apesar de limitar alguns comportamentos relacionados à privacidade, essas limitações não foram preponderantes ao ponto de demonstrar um sentimento de aglomeração nos respondentes.
- **Solidão:** os níveis de solidão aferidos foram baixos, com alguma presença de sentimentos de isolamento e exclusão da sociedade e algum relato de falta de suporte social;
- **Relações entre vizinhos e senso de comunidade:** foi identificada a formação de grupos com características semelhantes em espaços específicos, como playground, piscina, espaço de convivência, que, por sua vez, foram observados como os espaços utilizados com maior frequência, o que indica um comportamento territorial no uso desses espaços por esses grupos, que pode indicar a existência de um senso de comunidade.
- **Relações público-privada na casa:** com base na organização espacial do apartamento analisado, o setor social continua sendo o mais aberto às influências externas, com maior acessibilidade de movimento e visual. Notou-se também uma maior abertura do setor de serviços, pela presença da cozinha como um lugar mais integrado e público, e do setor íntimo com uma maior integração relacionada à acessibilidade de movimento, mas mantendo sua privacidade visual, caracterizando-se como espaço de reclusão. O principal espaço de exclusão da casa foi a área de serviço, com baixo grau de acessibilidade física e visual.
- **Relações do entorno:** a ausência de problemas socioambientais, as boas condições de acesso internas e externas e, principalmente, a boa manutenção dos equipamentos de uso comum e presença de áreas verdes influenciaram positivamente as percepções de privacidade dos usuários, relacionando-as ao conceito de casa e à satisfação com a privacidade. Entretanto, a presença de equipamentos urbanos nas proximidades, como clube recreativo e rodovia, e a implantação das torres, com proximidade entre UHs e posicionamento de algumas UHs em condições desfavoráveis ao conforto

ambiental, interferiu negativamente nas percepções de incômodos de alguns moradores.

- Impactos da COVID-19: poucas mudanças foram observadas pelos relatos dos respondentes, sendo apontadas apenas algumas reflexões sobre o uso de espaços externos ao ar livre, o que não impede, por exemplo, que um maior distanciamento temporal do evento mude a percepção dessa diferenciação.



8 O MORAR CONTEMPORÂNEO E A PRIVACIDADE EM APARTAMENTOS



8 O MORAR CONTEMPORÂNEO E A PRIVACIDADE EM APARTAMENTOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO MODELO PROPOSTO

Como uma característica da vida humana em sociedade, o morar envolve, para além do abrigo, as necessidades de privacidade dos seus habitantes em suas moradias. Na vida em apartamentos, as questões de privacidade parecem ganhar especial atenção dada a proximidade entre vizinhos e o compartilhamento de áreas de circulação e lazer, que ao criar novas perspectivas sobre as relações público privadas e sobre as relações de vizinhança, podem favorecer ou dificultar a obtenção de privacidade para seus moradores.

Nesse sentido, se por um lado, todos necessitam de um abrigo frente às intempéries e compartilham padrões culturais proxêmicos comuns de privacidade, por outro, as divergências que tornam cada família e cada ser humano único, nos permitem entender as questões centrais e específicas para cada contexto estudado. Nesta pesquisa, a partir do desenvolvimento do modelo inicial de avaliação de privacidade pôde-se entender as questões centrais relacionadas à privacidade habitacional, enquanto a sua aplicação empírica ofereceu dados preliminares sobre as questões mais individualizadas.

A partir dos instrumentos desenvolvidos e aplicados aos diferentes atores, pôde-se fazer algumas inferências que, ainda que não possam ser tomadas como genéricas, demonstram algumas direções sobre o morar contemporâneo em um condomínio clube de torres múltiplas, na cidade de Natal (RN), e as perspectivas dos seus moradores relacionadas à privacidade. Esses resultados juntamente aos comentários dos especialistas, permitiram definir um modelo final da privacidade habitacional capaz de indicar possíveis caminhos para se realizar diagnósticos em arquitetura e urbanismo sobre privacidade habitacional, que podem envolver também os temas chave de territorialidade, espaço pessoal, aglomeração e solidão, com suas diferentes dimensões e enfoques.

Nesse sentido, foram apresentados neste capítulo a relação entre os achados do estudo exploratório e o modelo inicial, buscando demonstrar a viabilidade de aplicação empírica do segundo. E, na sequência, é apresentado o modelo final de avaliação da privacidade habitacional desenvolvido nesta tese.

8.1 Relação dos principais achados do estudo de caso com o modelo

O modelo inicialmente proposto pretendia definir as etapas mínimas necessárias à avaliação da privacidade habitacional. Nesse sentido, a sua aplicação empírica necessitou da conversão

do modelo em instrumentos que viabilizassem a execução de um pré-teste por meio de um estudo exploratório.

Apesar das limitações relacionadas à quantidade de respondentes, o objetivo do estudo exploratório realizado foi de ilustrar a teoria apresentada no modelo e indicar que sua aplicação empírica era viável. Os resultados reforçaram a ideia de casa enquanto um lugar de conforto e tranquilidade, confirmaram algumas tendências contemporâneas relacionadas às relações a cozinha como um ambiente social, reafirmaram o individualismo e a importância dos espaços primários como aqueles associados ao espaço pessoal e demonstraram a existência de novos padrões de relação pais e filhos, como a educação em casa. Ademais, demonstraram que as soluções de projeto propostas pelo mercado imobiliário parecem atender de forma satisfatória as necessidades de privacidade dos usuários em suas casas.

Nesse sentido, entendeu-se que a aplicação das diferentes etapas modelo apontou tendências preliminares, que apesar de não poderem ser tomadas de maneira genérica, permitiram a construção de conclusões sobre as relações pessoa-ambiente para os diferentes eixos temáticos, dimensões da privacidade e escalas de abrangência apontados pelo modelo inicial. Logo, a partir das respostas obtidas, entendeu-se que os resultados demonstraram a viabilidade de aplicação empírica do modelo e fornecem um diagnóstico que auxilia a compreensão da realidade da privacidade e do morar em apartamentos de torres múltiplas.

Para ilustrar as potencialidades dos resultados que podem ser obtidos com a aplicação empírica do modelo, foram apresentados para cada relação que estrutura a privacidade habitacional, as tendências preliminares obtidas pela aplicação dos instrumentos. Nesse interim, o Quadro 50 sintetiza esses resultados, apontando além das relações e das tendências encontradas, os eixos temáticos, o indicador de desempenho, a escala de abrangência, os instrumentos e as fontes de dados. Desse modo, ao mesmo tempo em que fornece um diagnóstico sobre a realidade relativa ao caso de estudo, os achados levantados no quadro também demonstram possíveis caminhos, para pesquisas futuras, de como se encontrar os resultados e tendências apontadas em situações semelhantes.

Quadro 50: Resumo das principais tendências habitacionais resultantes da aplicação do modelo

Relações estabelecidas a partir do modelo (etapas 1 a 6)						Resultados obtidos (etapas 7 a 9)	
Relações de privacidade	Eixos temáticos	Indicador de desempenho	Escala	Instrumento	Fonte de dados	Tendência	
Caracterização do lugar	Privacidade	Entorno	Vizinhança próxima	Entrevista	Gestores	A presença de equipamentos urbanos, como clube esportivo e rodovia próximos, pode influenciar negativamente a privacidade devido os incômodos por barulhos indesejados.	
				Walkthrough	Pesquisador	Presença de áreas verdes próximas e ausência de problemas socioambientais podem influenciar a percepção positiva de privacidade.	
	Privacidade/aglomeração	Densidade	Unidade	Questionário	Moradores	A densidade média dos apartamentos foi de 3 habitantes/UH, com uma média de 16m ² /morador, o que pode justificar a alta satisfação com a privacidade e os baixos índices de estresse, por estressores ambientais.	
	Privacidade	Organização espacial	Unidade	Análise sintática do espaço	Pesquisador	A distribuição dos setores e dos ambientes na planta segue o padrão tripartido oitocentista com a separação em social (espaços de reunião de pessoas), serviço (espaços de exclusão) e íntimo (espaços de reclusão).	
Entrevista				Arquiteto			
Regulação das distâncias interpessoais	Controle da acessibilidade física	Privacidade	Interações sociais	Edifício	Entrevista	Gestores	Existência de uma convenção condominial, com previsão de advertências e multas, que favorece o estabelecimento as regras de controle da privacidade, principalmente, relacionadas à acústica.
			Hierarquia de acessibilidade	Unidade	Análise sintática do espaço	Pesquisador	O setor social continua sendo o mais aberto às influências externas, com maior acessibilidade de presença e visual. Maior abertura do setor de serviços, pela presença da cozinha como um lugar mais integrado e público, enquanto a área de serviço continua como espaço de exclusão da casa foi, com baixo grau de acessibilidade de presença e visual. O setor íntimo apresentou uma maior integração relacionada à acessibilidade de presença, mas mantendo sua privacidade visual, caracterizando-se como espaço de reclusão.
	Contato social desejado	Privacidade/aglomeração	Tipologia habitacional	Edifício	Entrevista	Moradores	O grau de privacidade obtido é variável em relação à tipologia em que habitam. Na tipologia condomínio clube foi apontada uma tendência de que, para se adaptar ao local, o morador deve tolerar certos "incômodos" por visualização ou barulho.
						Gestores	
Projetista							
	Solidão	Interações sociais	Indivíduo	Questionário	Moradores	Sentir-se excluído ou isolados foram as queixas mais recorrentes para os moradores que demonstraram um nível de solidão médio (escala UCLA simplificada), mas no geral, não houve problemas frequentes relacionados à solidão.	

Continua...

Continuação...

Relações pessoais	Funcionamento familiar	Privacidade	Interações sociais	Edifício	Questionário	Moradores	Predominância de familiar nuclear, com casal de adultos jovens, entre 35 e 37 anos, com o homem (pai) sendo a principal fonte de renda da casa	
		Privacidade	Atividades domésticas	Unidade	Entrevista	Moradores	Planta descrita pela moradora demonstra como acontecem os usos dos espaços e algumas dinâmicas familiares contemporâneas como teletrabalho e educação domiciliar.	
		Privacidade/Territorialidade	Interações sociais				A gestão de conflitos familiares depende mais de estratégias comportamentais, como diálogo, do que das demarcações/posse dos espaços.	
		Aglomerado/Solidão	Interações sociais	Unidade	Questionário	Moradores	Foram apontadas algumas inadequações sobre a incapacidade do apartamento de receber visitas, o que pode interferir na socialização com familiares ou amigos próximos.	
	Suporte social percebido	Solidão	Suporte social	Indivíduo	Questionário	Moradores	Os moradores percebem um bom suporte social dos amigos e familiares, apesar de algumas avaliações negativas pontuais, em composições familiares com filhos.	
	Relacionamento com vizinhos	Territorialidade	Interações sociais	Edifício	Entrevista	Gestores	Formação de grupos com características semelhantes (mães, adolescentes etc.) reforçam comportamentos territoriais que podem influenciar positivamente a privacidade e as percepções de suporte social.	
Walkthrough	Pesquisador							
Relações afetivas ambientais	Pertencimento ao lugar	Territorialidade	Interações sociais	Indivíduo	Entrevista	Gestores	A participação dos moradores em grupos com características semelhantes (fases de ciclo de vida) e que se encontram frequentemente em lugares específicos sugere a sensação de pertencimento ao lugar (edifício) desses participantes.	
	Demarcação dos espaços							
	Representação da identidade	Privacidade	Significado de lar	Indivíduo	Questionário	Moradores	Conceitos de casa, como um lugar do "eu" e como uma ideia de organizar os objetos como se deseja, reforçam as associações entre privacidade e o <i>self</i> .	
	Senso de comunidade	Territorialidade	Demarcação dos espaços	Edifício	Entrevista	Gestores	Moradores	Senso de comunidade pôde ser expresso pela formação de grupos nas áreas comuns e convivência tida como pacífica entre moradores.
						Moradores		
	Significação/apropriação do lugar	Territorialidade	Preferências dos usuários	Edifício	Entrevista	Gestores	Pesquisador	A formação de grupos coincide parcialmente com as áreas comuns mais utilizadas, entendidas como as preferidas do condomínio, identificam as formas de apropriação das áreas comuns.
Walkthrough								
Privacidade		Significado de lar	Indivíduo	Questionário	Moradores	Conceitos de privacidade e casa semelhantes, relacionados à conforto, tranquilidade, limpeza, beleza.		
Privacidade/Espaço pessoal	Objetos pessoais	Unidade	Entrevista	Moradores	Itens de conforto (cama, ar-condicionado e iluminação) destacados como itens fundamentais no espaço preferido e que representam também o conceito de casa expresso principalmente pela ideia de conforto.			

Continua...

Continuação...

Equilíbrio das necessidades espaciais dos indivíduos	Necessidade de espaço pessoal	Espaço pessoal	Atividades domésticas	Unidade	Entrevista Questionário	Moradores	Maior necessidade de espaço apontada como item fundamental na “casa ideal” e falta de espaço pessoal relatado por alguns moradores.
		Espaço pessoal / Territorialidade	Objetos pessoais	Unidade	Questionário	Moradores	Metade dos moradores consideraram uma frequência média ou baixa relacionadas a organização dos objetos da casa como desejavam.
		Aglomeração	Estresse	Individuo	Questionário	Moradores	Apesar de alguns incômodos com privacidade percebidos, o estresse foi, no geral, classificado como baixo, com alguma existência de estresse moderado, o que, pode apontar a dificuldade de adaptação de algumas pessoas às condições do seu apartamento.
				Unidade			
	Privacidade	Satisfação dos usuários	Unidade	Questionário	Moradores	A avaliação positiva dos usuários em relação à privacidade da sua habitação e os baixos índices de estresse e solidão demonstram que, talvez para uma parcela dos respondentes, a habitação atende às suas necessidades de privacidade.	
	Estratégias de defesa/enfrentamento	Privacidade Territorialidade Espaço pessoal	Elementos arquitetônicos	Unidade	Questionário	Moradores	Portas, cortinas e uso de divisórias opacas foram os principais elementos de controle da interação indesejada.
					Walkthrough	Pesquisador	
					Medição de distâncias	Projeto	
Privacidade Territorialidade Espaço pessoal	Elementos arquitetônicos	Unidade	Questionário	Moradores	Os elementos arquitetônicos foram mais relevantes do que as medidas comportamentais verbais (reclamar verbalmente) ou não verbais (mudar a expressão fácil).		

Fonte: elaboração própria, 2023.

Além dos resultados das tendências levantadas, o processo de aplicação do modelo, considerando todos os eixos temáticos e relações, demonstrou que as questões levantadas pelos especialistas sobre tempo e custo para realização das pesquisas devem ser seriamente consideradas em função da complexidade e natureza do objeto estudado. As dificuldades encontradas para aplicação dos instrumentos, sejam pela classe de renda com a qual se estava trabalhando, pelas questões da pandemia ou pela quantidade de eixos temáticos abordados, demonstraram que para se conseguir investigar todas as questões com profundidade, seria necessário um maior dispêndio de tempo e recursos financeiros, o que não foi possível no contexto desta tese. Nesse sentido, as principais limitações dos instrumentos aplicados foram:

- Adaptação dos instrumentos – nos questionários com moradores, as adaptações feitas aos instrumentos consolidados, por exemplo o Big-Five e a escala de estresse SPS (inadequações do ambiente), foram livres, em caráter exploratório, sem a realização de estudos de correlação estatística específicos. Nesse sentido, é necessário garantir a confiabilidade estatística dos atributos avaliados com o rigor científico necessário, adaptando-os adequadamente ao contexto da sua aplicação. Além disso, apesar de ter sido realizado um pré-teste, algumas questões elaboradas foram mal compreendidas pelos respondentes, como as questões a questão 14, “Como você descreve o lugar onde você “se sente em casa”?” e nas questões sobre aglomeração, especialmente o item “permitiu que você ignorasse o que estava acontecendo em casa”, em que, o termo “ignorar” não foi atribuído necessariamente como algo que fosse desejado ou negativo. Houve também comentários de moradores sobre a questão 04, que considerou como chefe de família a pessoa que tinha a principal fonte de renda, o que não necessariamente corresponde a quem assume as maiores responsabilidades de gerenciamento das atividades domésticas e familiares.
- Aprofundamento das questões – na entrevista com moradores as questões foram facilmente compreendidas, mas ao redigir os resultados, percebeu-se a necessidade de maior aprofundamento de questões mais subjetivas, tais como, necessidades relacionadas ao espaço pessoal no interior da habitação, “contato desejado” e grau de pertencimento ao lugar.
- Profundidade das medições – Nas medições das fontes de incômodos (ruídos e visualizações), por meio do projeto foram eficazes para aferir as distâncias entre as torres e as fontes de incômodos. Entretanto, identificou-se a necessidade de se investigar em maior profundidade requisitos para estabelecer escalas de valores adequadas relacionadas às distâncias para garantia de privacidade visual e acústica em apartamentos.

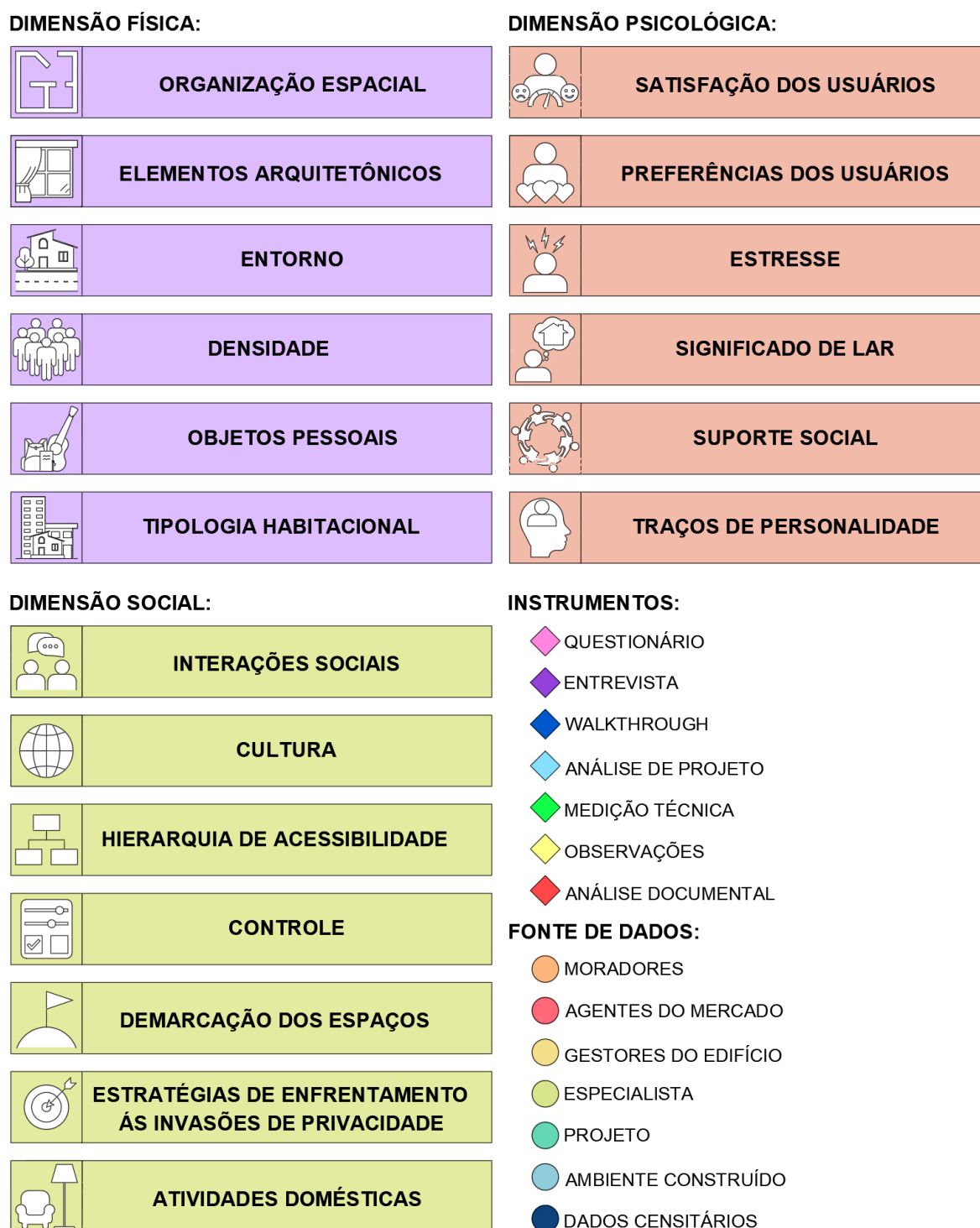
- Realização do Walkthrough - a avaliação por walkthrough permitiu avaliar qualitativamente os aspectos físicos e estéticos da vizinhança próxima e do edifício, identificando-se também por meio de observações os locais de reuniões pessoais. Entretanto, a ausência de acompanhamento por uma pessoa chave, em virtude das condições impostas pela pandemia da COVID-19, limitou o aprofundamento das motivações, expectativas e preferências dos usuários nos usos desses espaços.
- Amplitude da análise sintática do espaço-os resultados das análises de acessibilidade e visibilidade permitiram entender os padrões de privacidade implícitos ao projeto concebido. Contudo, por elas terem sido aplicadas apenas a uma moradora, não permitiram traçar comparações entre os padrões específicos e intrínsecos à apropriação dos espaços pelos diferentes usuários, entendendo de maneira mais clara quais características do ambiente eram gerais e quais eram específicas na obtenção da privacidade.

Esses resultados e limitações, parecem justificar também a inexistência de outras referências bibliográficas, conforme levantado na RSL realizada, que, em uma única pesquisa, trabalhassem todos os eixos temáticos simultaneamente. Ressalta-se, contudo, que o caminho escolhido por esta pesquisa, mesmo com suas limitações, justifica-se pelo objetivo pretendido pela tese de identificar quais variáveis poderiam ser utilizadas para avaliar cada eixo temático e indicador de desempenho proposto. Não se pretendeu necessariamente validar o modelo, mas sim identificar, entender e testar as variáveis e procedimentos de avaliação para todos os eixos temáticos, considerando suas possibilidades de uso em diferentes escalas de abrangência.

8.2 Modelo final

Com base nas avaliações dos especialistas e no estudo exploratório, o modelo final buscou aprimorar a versão inicial. Para tanto, foram feitas alterações de cunho semântico, considerando os apontamentos sobre terminologias inadequadas, mas especialmente, foram incluídos maiores detalhamentos sobre os aspectos avaliados, com a criação de uma lista de variáveis (Figura 43) que continham informações sobre os indicadores de desempenho, instrumentos e fontes de dados. A definição dessa lista baseou-se na RSL levantada e na aplicação empírica do modelo, que permitiu validar os apontamentos dos especialistas, testar a aplicabilidade do modelo e definir as principais variáveis de avaliação para cada eixo temático e dimensão da privacidade.

Figura 43: Lista de variáveis de avaliação da privacidade habitacional



Fonte: elaboração própria, 2023.

Especificamente sobre as principais modificações realizadas no modelo inicial (Quadro 51), foram propostos ajustes de nomenclatura, alterações no sequenciamento das etapas do modelo e, principalmente, um maior detalhamento dos itens avaliados e suas formas de avaliação, considerando os indicadores de desempenho e os possíveis critérios e requisitos de avaliação.

Quadro 51: Resumo das modificações feitas no modelo inicial

Modificações realizadas		Modelo inicial	Modelo final
1	Ajustes de nomenclatura	Parâmetro de avaliação	Uso dos termos indicadores, variáveis, critérios e requisitos de avaliação
		Análise técnica	Avaliação física e social Avaliação com usuários
2	Alteração do sequenciamento de etapas	Etapa 01: definir dos eixos temáticos do estudo	Etapa 01: definir os objetivos (caracterizar as relações) do estudo
		Etapa 02: definir o objetivo e o enfoque da pesquisa	Etapa 02: definir a tipologias habitacionais
		Etapa 03: selecionar o caso de estudo	Etapa 03: escolher os eixos temáticos
		Etapa 04: definir a abrangência do estudo (escalas e dimensões)	Etapa 04: selecionar as variáveis de avaliação (dimensão da privacidade e indicadores de desempenho)
		Etapa 05: escolher os parâmetros de avaliação	Etapa 05: definir o enfoque da pesquisa
		Etapa 06: selecionar os procedimentos de avaliação	Etapa 06: Escolher o método de avaliação (instrumentos e fontes de dados) Etapa 07: Selecionar os critérios e requisitos de avaliação
		Etapa 07: Coleta de dados	Etapa 08: Coleta de dados
		Etapa 08: Análise dos resultados	Etapa 09: Tabulação de dados Etapa 10: Análise de dados
		Etapa 09: Interpretação dos dados e apresentação dos resultados obtidos	Etapa 11: Interpretação dos dados Etapa 11: Resultados da avaliação
3	Maior detalhamento dos itens avaliados e suas formas de avaliação	Quadro resumo com dimensões da privacidade e objetivo de cada instrumento	Quando consultivo com dimensão da privacidade, indicador de desempenho, indicadores correlatos, enfoque, procedimentos, fontes de dados, critérios e requisitos de avaliação.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Os ajustes de nomenclatura levantados pelos especialistas foram feitos, entendendo-se, portanto, os parâmetros como variáveis de avaliação. Estas, por sua vez, foram convertidas em indicadores de desempenho, critérios e requisitos de avaliação. Além disso, houve também a separação entre as dimensões de privacidade, os atores, as escalas de avaliação e a substituição do termo análise técnica por avaliação física e social.

As principais modificações no sequenciamento decorreram do reconhecimento que: (i) para se iniciar a pesquisa a definição dos objetivos de estudo era indispensável; e (ii) a escolha da tipologia habitacional deveria ocorrer previamente à definição dos eixos. A mudança induzida por essas condições se refletiu também nas indicações sobre as questões do tempo e custo das pesquisas, apontadas pelos especialistas, pois, a escolha dos eixos temáticos demonstrou ser fortemente influenciada pelos recursos temporais e financeiros disponíveis ao pesquisador e, conseqüentemente, pelo aprofundamento efetivamente possível a cada pesquisa. Por exemplo, para um pesquisador com tempo e custo reduzido a escolha de tipologias com múltiplas unidades, reduziria o aprofundamento das suas discussões e implicaria na escolha de poucos temas-chave (talvez apenas um ou no máximo dois).

Sobre o enfoque e as dimensões da privacidade, a partir das discussões levantadas pelos especialistas, entendeu-se que sua escolha se expressa por diferentes indicadores de desempenho, estando intimamente relacionada à participação dos usuários, condição determinante para definição do enfoque. Assim, no modelo final o enfoque surgiu como consequência da escolha das dimensões da privacidade.

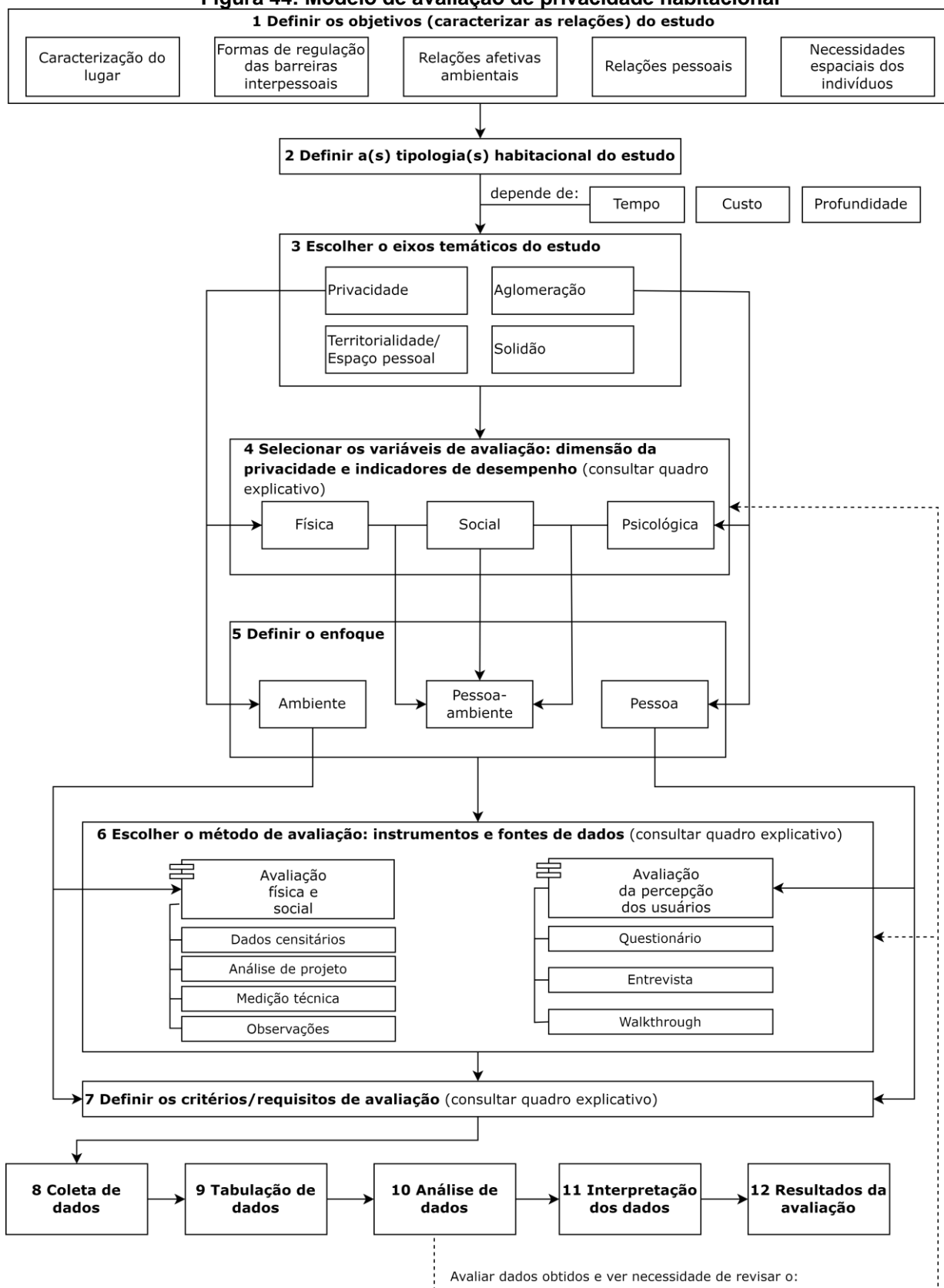
Na sequência, após a definição do enfoque, partiu-se para a escolha do método de avaliação, que implicaria na seleção dos instrumentos e das fontes de dados, distinguindo-se as avaliações físicas e sociais, baseada em avaliações feitas pelos pesquisadores, e aquelas com a participação usuários, que expressam as opiniões e percepções dos diferentes atores envolvidos na dinâmica habitacional. Ainda sobre o método de pesquisa, acrescentou-se a etapa de seleção dos critérios e requisitos de desempenho de cada indicador.

Por fim, nas etapas de coleta de dados, interpretação e discussão, acatou-se os comentários dos especialistas, relacionados a estabelecer a tabulação e interpretação dos dados como etapa do processo e não apenas uma ligação entre etapas. Logo, o modelo final (Figura 44), passou de 9 para 12 etapas.

Visando facilitar a leitura e aplicação do modelo por outros pesquisadores e considerando a recorrência dos apontamentos dos especialistas relativos ao maior detalhamento dos itens avaliados também, para cada indicador de desempenho construiu-se um quadro explicativo, numa espécie de cartão consultivo com explicações teóricas e metodológicas de como aferir cada indicador em uma aplicação empírica. Cada cartão (Quadro 51) descreve sucintamente cada um dos indicadores, as principais relações com que se envolve e seu enfoque, bem como os métodos de pesquisa que podem ser utilizados pelo levantá-lo, indicando os instrumentos, fontes de dados e possíveis critérios ou requisitos de desempenho sugeridos e as principais correlações que desenvolve com os demais indicadores, demonstrando as inter-relações que acontecem entre os constructos.

Apesar do seu caráter consultivo, os quadros desenvolvidos refletem os resultados genéricos da RSL realizada e do estudo exploratório desenvolvido. Nesse sentido, na continuidade deste processo cada pesquisador pode acrescentar instrumentos, critérios e requisitos de desempenho adequados a sua investigação, desde que os correlacione adequadamente a cada dimensão e enfoque da privacidade. Dessa maneira, alguns apontamentos dos especialistas (tais como uso de games, grupo focal - que pela sua natureza correspondente à uma entrevista-, valorização das condições de privacidade virtual, avaliação da vida atual e anterior dos moradores) não foram explicitados no modelo final, porque poderiam ser facilmente acrescentados em futuras pesquisas específicas.

Figura 44: Modelo de avaliação de privacidade habitacional



Fonte: elaboração própria, 2023.

Quadro 52: Quadros consultivos dos indicadores de desempenho

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS	SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS	PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS	INTERAÇÕES SOCIAIS	CULTURA	ATIVIDADES DOMÉSTICAS
<p>Formas como os espaços domésticos são distribuídos, segundo as funções ou rótulos dos ambientes.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícone de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - CULTURA - HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS</p>	<p>Artefatos construídos, como: portas, janelas, divisórias, elementos paisagísticos, varandas, número de cômodos/quartos, pé direito, iluminação.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - DISTÂNCIA ENTRE JANELAS - DISTÂNCIA DE FONTES DE RUÍDOS - ALTURA DO AMBIENTE - NÍVEL DE RUÍDO - TEMPERATURA DO AMBIENTE - PRESENÇA DE ÁREA VERDE</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - ENTORNO - CONTROLE - ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS - PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS</p>	<p>Mede se e até que ponto o ambiente construído da casa atende às necessidades e expectativas físicas, sociais e psicológicas dos seus moradores.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - INCÔMODO PERCEBIDOS - NÍVEL DE PRIVACIDADE DESEJADO/ OBTIDO - RELAÇÃO À CASA (CASA IDEAL) - MOTIVOS DAS REFORMAS - MOTIVAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DA CASA</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - INTERAÇÕES SOCIAIS - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - ATIVIDADES DOMÉSTICAS - PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS - TRAÇOS DE PERSONALIDADE</p>	<p>Representa os desejos dos usuários ou a predileção de um ou vários aspectos em detrimento dos outros.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS PRESERVAÇÃO DA INTIMIDADE</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - NÍVEL DE PRIVACIDADE DESEJADO - DESEJOS E EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À CASA (CASA IDEAL) - MOTIVOS DAS REFORMAS - MOTIVAÇÕES PARA AQUISIÇÃO DA CASA</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - OBJETOS PESSOAIS - ATIVIDADES DOMÉSTICAS - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS</p>	<p>Relações interpessoais que se estabelecem e acontecem no contexto da habitação, especialmente as íntimas (familiares e entre vizinhos).</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES PESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA-AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - FORMAS DE NEGOCIAÇÃO DE USO DOS ESPAÇOS E GERENCIAMENTO DE CONFLITOS - SENSO DE PERTENCIMENTO - SENSO DE COMUNIDADE - GRAU DE INTIMIDADE ENTRE VIZINHOS</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ENTORNO - CULTURA - HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE - CONTROLE - ATIVIDADES DOMÉSTICAS - SUPORTE SOCIAL</p>	<p>Refletem os padrões próximos desejados de privacidade física e de contato social na habitação.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES PESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA-AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - GRAU DE PRIVACIDADE DESEJADO/ OBTIDO EM CADA ATIVIDADE DOMÉSTICA OU AMBIENTE - RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA DOS AMBIENTES - INCÔMODO PERCEBIDOS</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE - ATIVIDADES DOMÉSTICAS - PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS - SIGNIFICADO DE LAR</p>	<p>Modo como o ambiente responde funcionalmente às necessidades, valores, objetivos e estilo de vida dos seus moradores e às formas como eles interagem.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES PESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - DIÁRIO DE ATIVIDADES - QUEM PODE PARTICIPAR E TEMPO GASTO COM AS ATIVIDADES - NÍVEL DE PRIVACIDADE DESEJADO/OBTIDO POR ATIVIDADE DOMÉSTICA</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - INTERAÇÕES SOCIAIS - HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE - CONTROLE</p>
<p>Características, qualitativas e quantitativas, dos atributos físicos da vizinhança imediata.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES PESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - ESPAÇO DE REUNIÃO DE PESSOAS - PRESENÇA DE VANDALISMO OU OBJETOS ABANDONADOS - PRESENÇA DE ÁREA VERDE (ARBORIZAÇÃO) - PRESENÇA DE ESTACIONAMENTO</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - INTERAÇÕES SOCIAIS - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO</p>	<p>Relação entre a quantidade de pessoas e uma determinada área.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES PESSOAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - DENSIDADE DO BAIRRO/ENTORNO (PESSOAS/ACRE) - DENSIDADE DA UH (PESSOAS/MM²) - DENSIDADE POR AMBIENTE CÔMODO (PESSOAS/QUARTO)</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ENTORNO - TIPOLOGIA HABITACIONAL - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - ESTRESSE</p>	<p>Resultado da interação entre o indivíduo e seu contexto físico e social, resultando em uma situação em que os níveis desejados de privacidade não são alcançados.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR RELAÇÕES PESSOAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA-AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - IDENTIFICAÇÃO DAS INADEQUAÇÕES DO AMBIENTE DOMÉSTICO OU ESTRESSORES AMBIENTAIS - NÍVEL DE ESTRESSE DO INDIVÍDUO - INCÔMODO PERCEBIDOS</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - INTERAÇÕES SOCIAIS - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS</p>	<p>Representação e uma simbolização da identidade, estilo de vida e história das pessoas e das relações que ali se estabelecem</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>RELAÇÕES PESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS PRESERVAÇÃO DA INTIMIDADE</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA-AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - CONCEITO DE CASA - CONCEITO DE PRIVACIDADE - SIGNIFICADO DOS OBJETOS E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - OBJETOS PESSOAIS - INTERAÇÕES SOCIAIS - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS</p>	<p>Revelam as relações sociais implícitas, que indicam os comportamentos comuns e os níveis de privacidade de uma organização espacial</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - GRAU DE ACESSIBILIDADE⁽¹⁾ - INEQUAÇÃO⁽²⁾ DE ACESSIBILIDADE - GRAU DE CONTROLE DE ACESSO</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - CULTURA - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - ATIVIDADES DOMÉSTICAS</p>	<p>Habilidade, individual ou do grupo, de expressar seu desejo por maior ou menor contato social.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES PESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA-AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - PRESENÇA DE ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA - FORMAS DE DEMARCAÇÕES - COMPORTAMENTOS CONTRA INVASÕES DE TERRITÓRIOS OU PRIVACIDADE</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - CULTURA - HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - OBJETOS PESSOAIS</p>	<p>(1) Hierarquia de acessibilidade: no contexto da privacidade, a hierarquia de acessibilidade está relacionada às possibilidades ou restrições de acesso (de movimento ou visual) a determinado espaço. Não se trata, portanto do conceito de acessibilidade, ligado ao desenho universal e associada às possibilidades e condições de alcance, percepção e entendimento por quaisquer pessoas, notadamente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>(2) Inequação de acessibilidade: análise comparativa dos valores de integração entre ambientes, organizando-os do menor valor (maior integração) para o maior (menor integração).</p>
<p>Apropriação dos espaços domésticos, por meio da disposição de elementos como mobiliários, objetos decorativos ou fotografias.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS RELAÇÕES PESSOAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA-AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - RELAÇÃO ENTRE OS OBJETOS E OS TRAÇOS DE PERSONALIDADE - SIGNIFICADO DOS OBJETOS E DO LUGAR - PADRÕES DE APROPRIAÇÃO/ PERSONALIZAÇÃO</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS - SIGNIFICADO DE LAR - TRAÇOS DE PERSONALIDADE</p>	<p>Soluções arquitetônicas relacionadas principalmente às condições de implantação e entorno.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES PESSOAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA ENTRE CASA E VIZINHANÇA - PADRÕES TERRITORIAIS DE APROPRIAÇÃO DO LUGAR - NÍVEL DE PRIVACIDADE DESEJADO EM RELAÇÃO A QUEM ESTÁ FORA</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ENTORNO - INTERAÇÕES SOCIAIS - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS - PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS</p>	<p>Percepção de apoio que as pessoas têm sobre as relações sociais que estabelecem com os outros.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>RELAÇÕES PESSOAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - QUANTIDADE DE VIZINHOS CONHECIDOS E GRAU DE INTIMIDADE - PERCEPÇÃO DE PESSOAS DISPONÍVEIS PARA APOIO EM SITUAÇÕES COTIDIANAS (FAMÍLIA OU AMIGOS)</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - INTERAÇÕES SOCIAIS - ESTRESSE - DENSIDADE</p>	<p>Características psicológicas que representam tendências sobre formas de pensar e sentir das pessoas, que se refletem nos tipos de comportamentos esperados para elas.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - AFIRMAÇÕES SOBRE PERSONALIDADE - AFIRMAÇÕES SOBRE ATITUDES/COMPORTAMENTOS EM SITUAÇÕES COTIDIANAS</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - OBJETOS PESSOAIS - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS - PREFERÊNCIAS DOS USUÁRIOS</p>	<p>Marcação de posse de um objeto ou espaço, pela presença de barreiras físicas ou simbólicas</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA-AMBIENTE</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - SIGNIFICADO DO LUGAR - PADRÕES DE APROPRIAÇÃO/ PERSONALIZAÇÃO - RELAÇÃO ENTRE OS OBJETOS/ESPAÇOS E A SUA DEFESA - SENSO DE COMUNIDADE</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - INTERAÇÕES SOCIAIS - HIERARQUIA DE ACESSIBILIDADE - CONTROLE - ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO - SIGNIFICADO DE LAR</p>	<p>Reações de um indivíduo em uma situação de estresse ou desconforto, quando o nível de privacidade desejado não pode ser alcançado.</p> <p>RELAÇÕES QUE ESTUDA</p> <p>REGULAÇÃO DAS DISTÂNCIAS INTERPESSOAIS RELAÇÕES AFETIVAS AMBIENTAIS EQUILÍBRIO DAS NECESSIDADES ESPACIAIS</p> <p>PRINCIPAL ENFOQUE: PESSOA</p> <p>MÉTODO DE AVALIAÇÃO: [Ícones de seta verde]</p> <p>FONTES DE DADOS: [Ícones de círculo verde]</p> <p>CRITÉRIOS/REQUISITOS: - FORMAS DE NEGOCIAÇÃO DE USO DOS ESPAÇOS - PRESENÇA DE ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - COMPORTAMENTOS CONTRA INVASÕES DE TERRITÓRIOS OU PRIVACIDADE</p> <p>INDICADORES CORRELATOS: - ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS - INTERAÇÕES SOCIAIS - CULTURA - CONTROLE - DEMARCAÇÃO DOS ESPAÇOS - ESTRESSE</p>	<p>INSTRUMENTOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> QUESTIONÁRIO ENTREVISTA WALKTHROUGH ANÁLISE DE PROJETO MEDIÇÃO TÉCNICA OBSERVAÇÕES ANÁLISE DOCUMENTAL <p>FUNTE DE DADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> MORADORES AGENTES DO MERCADO GESTORES DO EDIFÍCIO ESPECIALISTA PROJETO AMBIENTE CONSTRUÍDO DADOS CENSITÁRIOS

Diante dessas considerações, o modelo de privacidade habitacional desenvolvido pode ser considerado um padrão para futuras pesquisas sobre privacidade, aglomeração, territorialidade, espaço pessoal e solidão em habitações, apontando os caminhos e as consequências para estudos que desejem trabalhar cada tema de forma individualizada ou em conjunto.

8.3 Explicações sobre o morar em condomínio clube e o modelo de avaliação da privacidade habitacional

Considerando a situação estudada, a aplicação do modelo demonstrou que as principais dificuldades encontradas no morar em apartamentos no condomínio estudado se relacionaram à privacidade acústica e olfativa, conforto térmico e falta de espaço, com algumas considerações sobre a possibilidade de ocorrerem observações consideradas indesejadas. Além disso, a relevância de incômodos foi percebida como maior quando se tratava das fontes externas (vizinhos).

O morar típico foi caracterizado pela família nuclear, composta por casal e filho, com adultos em idade próxima aos 36 anos. No espaço doméstico esse modo de morar foi representado, pelas características do projeto original, pela permanência do setor social enquanto espaço mais público, aberto às influências do exterior e local de reunião de pessoas, o setor de serviços com uma maior abertura ao público, pela cozinha aberta, mas como uma segregação por exclusão ainda forte da área de serviços. Enquanto os espaços íntimos, mais segregados, foram destinados às atividades mais privativas dos usuários, requisito essencial para, quando desejada, proporcionar o desenvolvimento da individualidade e reclusão. Por não terem sido levantados apartamentos com reformas nos usos ou divisórias não se pôde levantar quais especificidades caracterizam as particularidades do morar atípico⁴⁰ e individualizado, como uso de divisórias na cozinha ou área de serviço, porta na transição do setor social e a circulação, dentre outras alterações que poderiam alterar principalmente as condições de acessibilidade visual.

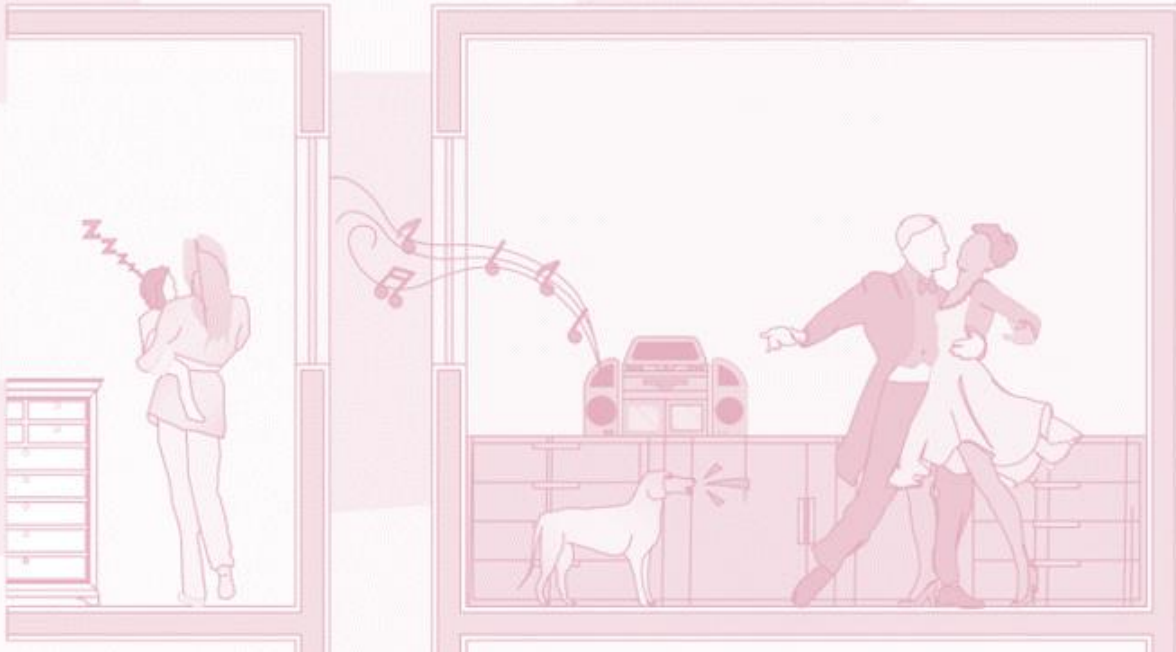
As entrevistas com morador, gestores e arquiteto demonstraram consensualmente que deveria existir um “morador típico” que fosse mais tolerante a possíveis desconfortos

⁴⁰ Em seu trabalho, Griz (2012) classificou como projetos típicos, aqueles padrões dominantes de configuração de plantas e que servem, como padrão de referência para concepção de projetos, pressupondo um grupo homogêneo com relativamente comportamentos padronizados (exemplo: tripartição funcional). Por outro lado, os projetos atípicos eram aqueles que apresentavam características opostas ao padrão de referência. Nesse sentido, a autora entendeu que a identificação de projetos típicos (que afirmam o status instituído) e atípicos (que negam esse status) pode ser associada, portanto, a modos de habitar típicos e atípicos de uma determinada sociedade (GRIZ, 2012, p. 139).

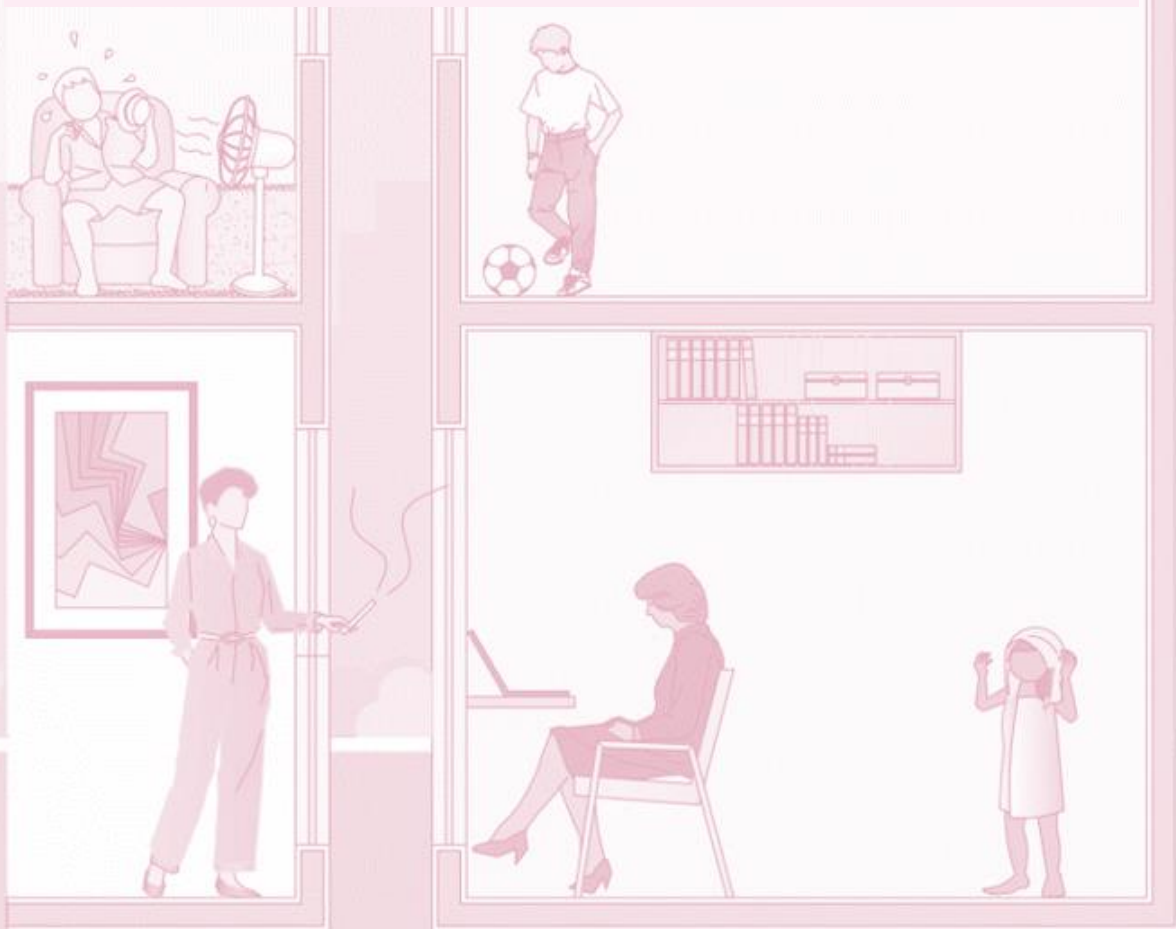
decorrentes da proximidade entre torres e UHs. Apesar do senso comum apontar para a necessidade de se existir um morador típico, com comportamentos e tolerâncias a incômodos homogênea, entende-se que a diversidade comportamental humana contemporânea parece apontar para uma direção contrária. Logo, especialmente em contextos de maior densidade, como nos edifícios com torres múltiplas, acredita-se que a concepção dos projetos deveria seguir pela busca de soluções que atendam aos diferentes consumidores em suas especificidades. Assim, entende-se que a adaptação do projeto a usuários diversos poderiam ser mais bem discutidas no âmbito da indústria da construção civil, com a busca por soluções projetuais que amenizem, especialmente, os problemas de ruídos, visualização indesejada e de conforto térmico, por exemplo. A existência de diferentes itens de lazer, principalmente em ambientes fechados com atividades mais semelhantes àquelas que poderiam ser feitas no interior das habitações, parece compensar a falta de espaço das unidades, visto que espaços como o “juvenil”, não foram mencionados nas entrevistas ou não foram identificados usos nas observações realizadas. A presença desses ambientes para um público específico parece estar mais associada às estratégias publicitárias, correspondendo a um desejo de morar do mercado imobiliário. Entretanto, os itens de lazer nas áreas externas e abertas foram amplamente utilizados, demonstrando o interesse dos moradores por esse tipo de facilidades, pelo menos do que diz respeito às famílias com crianças e adolescentes.

Apesar das limitações estatísticas, foi observado, pelo menos para o grupo participante uma satisfação elevada dos moradores, relacionadas à privacidade interna e a territorialidade do grupo e que as características do ambiente construído promoveram um grau de estresse baixo ou moderado, tendo favorecido a baixa incidência de sentimentos de aglomeração e solidão.

A soma desses resultados com as potencialidades e dificuldades apontadas pelos especialistas demonstraram claramente o potencial do modelo inicial para estabelecer as principais relações que se desenvolvem entre os principais constructos da privacidade. De fato, a análise crítica dos comentários dos especialistas e a aplicação do pré-teste constituíram uma importante contribuição para a proposta, tendo permitido a evolução do modelo, e indicado a potencialidade dos instrumentos propostos para aplicação em larga escala, desde que sejam aperfeiçoados a fim de permitirem uma posterior validação empírica, superando as limitações apontadas. Sob essa perspectiva, entende-se que os resultados então encontrados poderão dialogar de modo consistente com o conhecimento já existente nesta área, e contribuir para sua evolução.



9 PRIVACIDADE E HABITAÇÃO



9 PRIVACIDADE E HABITAÇÃO: ACHADOS E DESAFIOS INERENTES A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO

A partir da questão central: “Como avaliar a privacidade habitacional?” desvendaram-se os caminhos e as possibilidades que abrangem as principais nuances desse fenômeno. Numa visão geral, à luz das discussões acadêmicas e do comportamento socioespacial humano, as percepções de privacidade, envolvem especialmente as complexidades inerentes à três dimensões: 1) individual, sendo desejada e percebida de maneira particular, por cada ser humano e protegida, enquanto direito, pela sociedade; 2) coletiva, regida pelos padrões culturais comuns e normas sociais, que estabelecem o contexto sócio demográfico onde o indivíduo se insere e as regras de convívio entre as pessoas; 3) meio físico, locais onde os eventos e as interações interpessoais acontecem. Nessa perspectiva, ao falarmos em privacidade, precisamos ter em mente que, ainda que alguns estudos focalizem a atenção em uma abordagem específica, o seu equilíbrio depende dos aspectos relacionados à territorialidade e ao espaço pessoal, e das percepções de aglomeração e solidão.

Logo, para que se entendesse como avaliar a privacidade habitacional, foi preciso começar por entender questões específicas, relacionadas às características do ambiente construído e do comportamento dos usuários bem como detectar métodos de pesquisa e abordagens relevantes para avaliar a privacidade em habitações, cujos resultados foram apresentados no Capítulo 5. Diante dessas características e métodos, e a partir do desenvolvimento de um modelo inicial, buscou-se entender se os projetos contemporâneos de apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário atendiam às necessidades de privacidade dos moradores. Em que pese as limitações relativas à quantidade de respondentes no estudo exploratório, os resultados apontam que, talvez para uma parcela de moradores participantes da pesquisa, o projeto do condomínio estudo de caso atendeu de maneira satisfatória às suas necessidades de privacidade, ainda que fossem apontadas inadequações que poderiam ser minimizadas por outras soluções de projeto, demandadas pelo mercado. Essa relativa satisfação embasou-se nos resultados positivos de satisfação com a privacidade, a frequência relativamente baixa de todos os incômodos, as percepções de estresse, aglomeração e solidão baixas e a convivência pacífica entre vizinhos, com o aparente estabelecimento de vínculos pessoais entre vizinhos e afetivos ambientais com o lugar. Apesar desses resultados, cabe destacar que a satisfação indicada pelos participantes, não reflete, necessariamente, que os desejos e as necessidades de privacidade de todos os moradores desse tipo de apartamento estão plena e satisfatoriamente atendidos pelos projetos ofertados. Por envolver dois temas muito relacionados ao *self*, (a privacidade e o lar, enquanto um território primário), pode ter havido um viés relacionado à dissonância cognitiva dos respondentes, que os inibiu de revelarem opiniões negativas com relação ao ambiente onde moram. Assim, os resultados relacionando

a satisfação e a adequação do projeto às necessidades dos moradores deveriam ser aprofundadas em pesquisas futuras.

Diante disso, e retomando-se as hipóteses específicas levantadas, entende-se que seus resultados foram testados no âmbito da teoria, por meio da RSL realizada, e da prática, pela aplicação, ainda que exploratória, do modelo. Sobre a confirmação ou não das hipóteses específicas levantadas, temos:

- H1) os novos padrões de comportamentos contemporâneos fizeram emergir novas necessidades de privacidade, relacionadas a regulação das distâncias interpessoais no ambiente doméstico: **parcialmente confirmada**. A revisão realizada sobre a privacidade contemporânea revelou novos comportamentos relacionados aos arranjos domiciliares, relações pais e filhos, comensalidade, que intensificaram o individualismo e flexibilizaram as barreiras da privacidade doméstica, principalmente, sob a ótica da família, que na contemporaneidade divide o lugar de proteção com o *self*. Os achados empíricos reforçaram a tendência das alterações da relação com a cozinha, que passou a ser vista como um ambiente social, bem como a existência de novos padrões de relação pais e filhos, como a educação em casa. Entretanto, os demais comportamentos não puderam ser aferidos apenas com os dados obtidos.
- H2) as necessidades de privacidade das pessoas podem ser identificadas por investigações sobre seus modos de morar e por meio de avaliações da percepção dos usuários, cujos resultados comunicam o alcance (ou não) de seus desejos/interesses: **parcialmente confirmada**. Em diversos estudos revisados, foram consideradas apenas a ótica do ambiente ou dos usuários, e em ambos os resultados demonstraram que os desejos de privacidade podem ser expressos pela avaliação do ambiente físico e social e pela percepção dos usuários.
- H3) as demandas de privacidade dos moradores não são adequadamente atendidas pelos projetos contemporâneos de apartamentos, especialmente naqueles com dimensões reduzidas e torres múltiplas: **parcialmente confirmada**. Os estudos empíricos levantados demonstraram diferentes casos em que a privacidade das habitações não reflete as necessidades dos moradores, especialmente, no âmbito das culturas orientais (privacidade), dos contextos de vulnerabilidade (territorialidade e aglomeração) e de grupos de faixas de idade específicos (solidão e espaço pessoal), o que valida a hipótese. Os resultados da aplicação empírica, apesar de demonstrar níveis elevados de satisfação com a privacidade, revelaram também algumas melhorias que podem ser levadas em consideração na concepção de novos projetos ou readequações dos edifícios existentes, como: conforto acústico, térmico e ergonômico (dimensional). Esses resultados podem indicar, de um lado, que pelo

menos para a parcela de moradores estudados, a solução projetual tripartida com integração visual da cozinha, pode atender às necessidades de privacidade dos participantes, o que confirmaria parcialmente a hipótese. Por outro lado, como foi aplicado numa amostra limitada e considerando as dissonâncias cognitivas relativas às perguntas sobre satisfação no lar, destaca-se a necessidade de ampliação dos estudos dos modos de morar contemporâneos com amostras maiores e diferentes abordagens metodológicas (como discussões de projeto participativos), para afirmar no que essa solução atende e no que não atende e quais soluções projetuais ser mais bem exploradas para atender a diferentes arranjos familiares.

A vista dos resultados obtidos, entende-se os objetivos inicialmente propostos foram atendidos, e que a construção do modelo de avaliação, validado por especialistas e testado empiricamente por um estudo exploratório, **confirma a hipótese geral levantada**, visto que, possibilitou o desenvolvimento de indicadores de desempenho da privacidade habitacional, associados aos atributos físicos, sociais e psicológicos, e às avaliações do ambiente e da percepção dos usuários. Cabe destacar, no entanto, que a definição de parâmetros mais objetivos dos requisitos e critérios de avaliação ainda merece aprofundamento, sobretudo no que se refere às definições do que seriam padrões 'mínimos', 'recomendados' ou 'ótimos', como tem acontecido no desenvolvimento de outros métodos de avaliação da qualidade habitacional (discutido nos itens 2.3 e 7.2). Logo, ressalta-se a necessidade de ampliar as discussões mais específicas sobre como rebater as necessidades de privacidade nos projetos de arquitetura, definindo por exemplo, os padrões 'mínimos', 'recomendados' ou 'ótimos' de distâncias entre janelas, entre janelas e circulações externas, entre janelas e fontes de ruídos, distâncias entre atividades/cômodos, decibéis por atividade. Assim, considerando esses padrões, seria possível discutir soluções projetuais para alcançar cada um desses requisitos. Ao longo da investigação realizada algumas contribuições relativas as teorias, métodos e práticas em arquitetura habitacional merecem destaque.

O primeiro aspecto a pontuar diz respeito ao desafio configurado pelo desenvolvimento de um estudo comparativo entre a aplicação de modelos em pesquisas gerais e os de avaliação em arquitetura contribui para a disseminação e incremento do processo de modelagem do objeto arquitetônico, por meio da demonstração das etapas de construção e validação de um modelo na prática, aplicado às diferentes fases do processo de projeto, sem restringi-los apenas à representação gráfica de um projeto ou ideia.

A compilação dos dados e atributos elencados por diversos autores, permitiu a criação de uma lista de variáveis de avaliação da privacidade para projetos habitacionais, em que, foram expressas as dimensões, os instrumentos, as escalas, que servem a sua avaliação. Esse contributo compõe um guia que pode direcionar o desenvolvimento de pesquisas sobre a

privacidade habitacional e as avaliações dos objetos arquitetônicos e dos comportamentos socioespaciais que o envolve. A partir da aplicação desse guia, pode-se obter resultados sob a forma de diagnósticos que ao apontar as potencialidades e os problemas de determinado caso de estudo em uso, sugiram recomendações que impliquem na melhoria do produto arquitetônico, pelo incremento da qualidade do projeto de habitações em suas diferentes fases.

Entende-se que o modelo proposto e os instrumentos desenvolvidos para a avaliação em questão representam uma contribuição para a prática de projeto de habitações, orientando sobre o uso de ferramentas úteis à avaliação de projetos e ambientes construídos. Essa avaliação, por sua vez, pode incorporar diferentes formas de abordagem como a incorporação das tecnologias digitais, para permitir e viabilizar diversos formatos de avaliação, como os remotos (aplicáveis a estudo com amostras extensas) por meio de ferramentas online ou pelo desenvolvimento de aplicativos com abordagens que estimulem a participação dos usuários, ou híbridos, que por meio do contato presencial e de diferentes recursos tecnológicos, como as tecnologias assistivas, permitam ao pesquisador estabelecer os vínculos necessários às pesquisas mais ligadas à escala do indivíduo.

Na aventura de se construir um modelo de avaliação da privacidade habitacional em meio a uma pandemia, alguns desafios foram impostos à pesquisa, os principais estando relacionados ao acesso aos moradores e, conseqüentemente, às suas moradias. Quando a pesquisa foi iniciada pretendia-se levantar uma amostra relevante de moradores que pudesse validar os instrumentos propostos e fornecer as bases de um diagnóstico abrangente sobre a privacidade em apartamentos com dimensão reduzida e torres múltiplas. Já se sabia, de antemão, da dificuldade inerente ao levantamento de dados junto a moradores com padrões de vida de classe média ou acima. No entanto, o desenrolar da pandemia a partir de março de 2020, exigiu restrições relativas de contato social (que perduraram até o início de 2022), o que tornou essa dificuldade ainda mais evidente visto que, as socializações durante quase dois anos de pesquisa estavam proibidas ou limitadas.

A impossibilidade de visitar mesmo as áreas comuns do condomínio, (no início da pandemia) e as restrições posteriores (gradativamente reduzidas e retomadas em diversos momentos), dificultaram a aproximação entre a pesquisadora e os moradores. Como o aprofundamento do tema privacidade requer contato próximo entre as pessoas, muitas vezes, exigindo o desenvolvimento de algum tipo de vínculo entre o pesquisador e os moradores, a sua avaliação em um contexto que desestimulava o contato social, tornou-se um desafio, que, mesmo após a liberação, não pôde ser plenamente superado.

Dessa maneira, a aplicação dos instrumentos não atingiu a quantidade de respondentes pretendidos e, conseqüentemente os resultados obtidos, se restringiram a expressar o seu potencial de uso em escalas mais abrangentes. Assim, a partir dos resultados obtidos com os instrumentos propostos, indicamos como metas a serem perseguidas em pesquisas posteriores:

- Adaptações livres aos instrumentos consolidados: é necessário garantir a confiabilidade estatística dos atributos avaliados com o rigor científico necessário, adaptando-os adequadamente ao contexto da sua aplicação. Por envolver temas complexos, o desenvolvimento de um questionário final que pudesse ser replicado em outros casos de estudos, deveria envolver diversas aplicações pilotos, para testar a compreensão das questões, e aferir se os instrumentos adaptados e as variáveis se adequam ao contexto sociodemográfico estudado, por meio de testes de significância, por exemplo.
- Quantidade limitada de respondentes: os resultados obtidos não permitiram entender muito bem os vínculos afetivos ambientais no interior das casas e o suporte social percebido nas relações de vizinhança. Além disso, percebeu-se com este primeiro estudo piloto que seria necessário um maior aprofundamento de questões mais subjetivas, tais como, necessidades relacionadas ao espaço pessoal no interior da habitação e grau de pertencimento ao lugar;
- Necessidade de definição de critérios e requisitos de desempenho: não foram identificadas muitas referências específicas sobre escalas de desempenho adequadas relacionadas à qualidade da privacidade física (visual, acústica, olfativa) em apartamentos, o que limitou o alcance dos resultados obtidos com as medições realizadas;
- Ausência de entrevista acompanhada por uma pessoa chave: limitou o aprofundamento das motivações, expectativas e preferências dos usuários nos usos desses espaços. Além disso, o uso do walkthrough no interior das unidades, poderia ter sido utilizado compreender melhor o que/como seria “contato desejado” e funcionamento familiar nos ambientes ou atividades domésticas. Esses resultados, poderiam desvendar melhor os comportamentos contemporâneos em relação à privacidade;
- Dificuldade de compreender as formas de adaptação dos espaços domésticos e de como isso refletia os novos padrões de comportamentos: como a avaliação física e social da UH foi aplicada à apenas uma moradora, os resultados não permitiram traçar comparações entre os padrões específicos e intrínsecos à apropriação dos espaços pelos diferentes usuários, que viabilizem entender de maneira mais clara quais

características do ambiente eram gerais (morar típico) e quais eram específicas (morar atípico) na obtenção da privacidade e como essas adaptações refletiam as tendências de comportamento dos diferentes arranjos domésticos contemporâneos.

Outro aspecto a comentar com relação ao estudo de caso, foi sua própria escolha. Apenas após o contato com o síndico e aprovação da pesquisa, identificou-se, por meio da documentação enviada, que o sistema construtivo era feito em alvenaria estrutural, o que, inviabilizaria os estudos sobre padrões de adaptações/reformas diferentes daquele projetado. Estas impossibilidades, por sua vez, podem ter influenciado os resultados de satisfação, já que, por saberem que não podem alterar o seu espaço, as pessoas tendem a se adaptar da forma como está e, podem deixar de perceber o que poderia ser alterado.

Apesar das questões empíricas sobressaírem, alguns aspectos teóricos também precisam ser pontuados, notadamente a ausência de trabalhos abordando especificamente a privacidade na literatura brasileira localizada, o que dificultou o entendimento das questões mais específicas à privacidade no morar brasileiro. Como comentado pelo arquiteto entrevistado, até mesmo os regionalismos no país, diferenciam as percepções e desejos de privacidade entre as pessoas. Nesse sentido, apesar de abrangente, algumas das variáveis identificadas podem ser menos relevantes para casos de estudo no Brasil, dificuldade que se expressou na construção do modelo inicial, cuja principal crítica do painel de especialistas se referiu à lista de variáveis e definição de critérios e requisitos de desempenho.

Assim, o desenvolvimento de mais estudos na área pode contribuir para entender quais variáveis são mais relevantes para o contexto brasileiro e especialmente quais requisitos e critérios podem ser estabelecidos para a qualidade da privacidade habitacional brasileira. Nesse sentido, como recomendações para trabalhos futuros, sugere-se:

- Levantar as formas de adaptação de diferentes arranjos domésticos aos espaços projetados e às atividades domésticas, na relação entre os usos desses ambientes e os desejos de privacidade;
- Quantificar requisitos e critérios de privacidade em habitações que permitam a criação de índices de desempenho da privacidade habitacional, com a definição dos critérios 'mínimos', 'recomendados' ou de critérios 'ótimos' de análise e de avaliação projeto/ambiente construídos;
- Levantar de modo mais específicos os problemas de privacidade dos moradores (por exemplo: pesquisas etnográficas), discutindo e testando soluções projetuais, com os usuários (projeto participativo). Aplicar estudos pilotos em diferentes tipologias habitacionais, para testar o alcance e aplicabilidade/operacionalidade dos instrumentos propostos para contexto distintos;

- Validar estatisticamente o modelo de avaliação da privacidade habitacional, por meio de testes de significância entre as variáveis e da sua aplicação em uma amostra populacional significativa;
- Desenvolver um tutorial de aplicação, preferencialmente em meio digital, com o passo-a-passo para aplicação do modelo, como o desenvolvimento de um aplicativo relativo à avaliação da privacidade habitacional; que a partir das informações já descritas nos quadros consultivos, indique também alertas para possíveis desvios relativos a cada indicador e os critérios de desempenho de cada um deles.

Mesmo diante dos desafios encontrados, os resultados da investigação permitem concluir que a privacidade habitacional se envolve de maneira imbricada com as relações de intimidade e com a vida privada, visto que a casa pode ser vista como a expressão da identidade individual e da família (grupo) e, por isso, entendida, como uma extensão do *self*. Quando a casa e as relações que ela envolve falham em garantir a privacidade de cada um dos indivíduos, pode-se comprometer o equilíbrio pessoal, as relações familiares e, conseqüentemente, a vida em uma sociedade coesa. Nessa perspectiva, a privacidade destaca-se no âmbito do comportamento socioespacial humano das habitações, sendo intrínseca à função do habitar e aos valores culturais e simbólicos da sociedade na qual estão inseridas. Sendo assim, avançar nos estudos sobre as especificidades deste campo e sobre como os projetos de arquitetura podem contribuir para a obtenção da privacidade desejada pelos moradores, o que pode corresponder a um longo e necessário caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

- [MORA], Grupo. **IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NA HABITAÇÃO**. 2020. Disponível em: <https://morahabitacao.com/2020/08/12/impactos-da-pandemia-covid-19-na-habitacao/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ADRIAENSSEN, Daniel J.; JOHANNESSEN, Jon-Arild. Conceptual generalisation. **Kybernetes**, [S.L.], v. 44, n. 4, p. 588-605, 7 abr. 2015. Emerald.
- ALDRIGUE, Maryá de Sousa. **Aparências da forma e forma do espaço**: análise da configuração espacial de residências unifamiliares dos anos 1970 em João Pessoa – PB. 2012. 262 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- ALITAJER, Saeid; NOJOUMI, Ghazaleh Molavi. Privacy at home: Analysis of behavioral patterns in the spatial configuration of traditional and modern houses in the city of Hamedan based on the notion of space syntax. **Frontiers of Architectural Research**, [s.l.], v. 5, n. 3, p.341-352, set. 2016. Elsevier BV.
- ALKHATEEB, Maryam. **An Investigation into the concept of Privacy in Contemporary Saudi houses from a Female Perspective**: A Design Tool. 2015. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Bournemouth University, Bournemouth, 2015.
- AL-KODMANY, Kheir. women's visual privacy in traditional and modern neighborhoods in Damascus. **Journal of Architectural and Planning Research**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 283-303, dez. 2000.
- ALTMAN, Irwin. **The Environment and Social Behavior**: Privacy, personal space, territory and crowding. Monterey California: Brooks/Cole, 1975.
- AMERICAN EVALUATION ASSOCIATION - AEA (org.). **What is Evaluation?** 2014. Disponível em: <https://www.eval.org/>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **APA Dictionary of Psychology**. Washington, D.C: APA, 2023. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- AMOLE, Dolapo. Coping Strategies for Living in Student Residential Facilities in Nigeria. **Environment and Behavior**, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 201-219, mar. 2005. (SAGE Publications).
- AMORIM, L. **The sector's paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast, Brazil**. 1999. 438 f. Tese (Ph.D. em Estudos Avançados) – University College of London, Londres, 1999
- ANAPOLSKI, Anelise; MEDVEDOVSKI, Nirce. Aplicabilidade da NBR 15575 à habitação de interesse social quanto à funcionalidade das áreas habitacionais – estudo de caso: Par Porto, Pelotas, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 13, 2010, Canela. **Anais [...]**. Canela: ANTAC, 2010. p. 1-9.
- ANDRADE, Dayanne Rodrigues Quintela. **Representações sociais sobre privacidade entre usuários de redes sociais**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- ARANTES, Fernanda Inez Siqueira. **A mulher desdobrável**: a articulação entre as esferas pública e privada. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- ARAÚJO, Felipe Fernandes de. Empresários urbanos e produção do espaço residencial: condomínios-clube na Zona Sul de Natal (RN). **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]. 2015, v. 7, n. 1, pp. 106-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.AO07>, acesso em: 15 nov. 2022.

ARPIN, Sarah N.; MOHR, Cynthia D.; BRANNAN, Debi. Having Friends and Feeling Lonely. **Personality and Social Psychology Bulletin**, [S.L.], v. 41, n. 5, p. 615-628, 10 mar. 2015. (SAGE Publications).

ARVIV, Tamir; EIZENBERG, Efrat. Residential coexistence: anonymity, etiquette and proximity in high-rise living. **Urban Studies**, [S.L.], v. 58, n. 16, p. 3247-3264, 30 mar. 2021. SAGE Publications.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICAS. **NBR 15575**: Edificações habitacionais - Desempenho. Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICAS. **NBR 16537**: Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ATAÍDE, Ruth Maria da Costa. **Habitação de interesse social nos planos diretores de Natal - 1984/1994: o desafio para incluir, a exclusão que permanece**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

AVELLAR, Fabia Roberto Soares de. **Sentido das práticas alimentares contemporâneas: globalização e midiaticização**. 2018. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Culturais Contemporâneos, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2018.

AVETISYAN, Sergey. Coronavirus and Urbanization: does pandemics are anti-urban?. **Ssrn Electronic Journal**, [S.L.], p. 1-19, 2020. Elsevier BV.

BARBOSA, Otavio Luis; NEIS, Amanda Cristaldo. Habitação em meio à pandemia: um debate necessário. **Resenhas Econômicas e Pandemia**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 20-22, jul. 2020.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, Raquel R. M. P. PINA, Sílvia A. M. G. Uma abordagem de inspiração humanizadora para o projeto de habitação coletiva mais sustentável. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 121-135, jul./set. 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BEADLE, Janelle N.; et al. Trait Empathy as a Predictor of Individual Differences in Perceived Loneliness. **Psychological Reports**, [S.L.], v. 110, n. 1, p. 3-15, fev. 2012. (SAGE Publications).

BENKE, Christoph; AUTENRIETH, Lara K.; ASSELMANN, Eva; PANÉ-FARRÉ, Christiane A.. Lockdown, quarantine measures, and social distancing: associations with depression, anxiety and distress at the beginning of the covid-19 pandemic among adults from germany. **Psychiatry Research**, [S.L.], v. 293, p. 1134621-9, nov. 2020. Elsevier BV.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 2411-2421, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Educ/Cortez, 2002. Cap. 3. p. 29-38.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. FAMÍLIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: um ensaio sobre individualismo, amor líquido e cultura pós-moderna. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 102, p. 591-610, jan./dez. 2007

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998

BOMFIM, Zulmira A.; DELABRIDA, Zenith N. C.; FERREIRA, Karla Patrícia Martins. Emoções e afetividade ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 119-126.

BOUERI, José Jorge et al. Análise das exigências de área aplicáveis às habitações do programa "Minha Casa, Minha Vida". In: PEDRO, J. Branco; BOUERI, J. Jorge (Coord.). **Qualidade Espacial e Funcional da Habitação**. Cadernos Edifícios. Lisboa: LNEC, v. 7, p.89-106, mar. 2012

BOUDON, P. Do espaço arquitetural ao espaço de concepção. In: Duarte, C.R. et al. (Orgs.) **O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Proarq. p. 42-50.

BRANDÃO, Lana Souza Costa. **Espaço doméstico em edifícios multifamiliares: uma percepção do setor de serviço contemporâneo em apartamentos de alto padrão em Maceió**. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos: Habitação social no Brasil 1930-1950**. São Paulo: Edusp, 2010.

BRUNSON, Liesette; KUO, Frances E.; SULLIVAN, William C.. Resident Appropriation of Defensible Space in Public Housing. **Environment and Behavior**, [S.L.], v. 33, n. 5, p. 626-652, set. 2001. (SAGE Publications).

BUECKER, Susanne; et al. Changes in daily loneliness for German residents during the first four weeks of the COVID-19 pandemic. **Social Science & Medicine**, [S.L.], v. 265, p. 1-18, nov. 2020. (Elsevier BV).

BURGOON, Judee K.. Privacy and Communication. **Annals of the International Communication Association**, Londres: Routledge, v. 6, n. 1, p. 206-249, jan. 1982. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23808985.1982.11678499>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CACCIACARRO, Mariana Filippini; MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. A família contemporânea e seus valores: um olhar para a compreensão parental. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 381-401, ago. 2018

CAIXETA, Michele Caroline Bueno Ferrari. **O usuário e o processo de projeto: co-design em edifícios de saúde**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

CAMPAGNA, Grace. Linking crowding, housing inadequacy, and perceived housing stress. **Journal of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 45, p. 252-266, mar. 2016. (Elsevier BV).

CANCELIER, Mikhail Vieira de Lorenzi. **Infinito particular: privacidade no século XXI e a manutenção do direito de estar só**. 2016. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CARDOSO, Gustavo Duarte. **Avaliação da satisfação de usuários de imóveis residenciais: uma comparação entre incorporação pública e privada em Belém**. 2003. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará, Centro Tecnológico, Belém, 2003.

CARVALHO, Mariana Amaral. **Capitalismo de vigilância: a privacidade na sociedade da informação**. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

CETKOVIC, Alexander. Privacy in the house of future. In: 17TH INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON ELECTRONIC ART, 17., 2011, Istambul. **Proceedings** [...]. Istambul: ISEA 2011, 2011. p. 392-397.

CHAMBERS, Earle C.; BAFNA, Sonit; MACHRY, Herminia. The Association Between Apartment Layout and Depressive Symptomology among Hispanic/Latino Residents in Low-Income Housing: the ahome

study. **Journal of Urban Health**, [S.L.], v. 95, n. 1, p. 51-60, 1 dez. 2017. Springer Science and Business Media LLC.

CHAN, Ying-Keung. Privacy in the Family: its hierarchical and asymmetric nature. **Journal of Comparative Family Studies**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 1-17, 1 mar. 2000. University of Toronto Press Inc. (UTPress).

CHAUHAN, Priyanshi. "I Have No Room of My Own": covid-19 pandemic and work-from-home through a gender lens. **Gender Issues**, [S.L.], p. 1-27, 18 ago. 2022. Springer Science and Business Media LLC.

COELHO, António B. A privacidade arquitectónica no habitar I e II. **Infohabitar**, Lisboa, ano VII, n.º 341 e 342, Lisboa: LNEC, 2011. Disponível em: <<http://infohabitar.blogspot.com/>>. Acesso em: 25 nov. 2020

CONNELLAN, Kathleen. My Room, My Home, My Self. **Home Cultures**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 103-127, maio 2018. (Informa UK Limited).

COOKE, Alison; SMITH, Debbie; BOOTH, Andrew. Beyond PICO: the SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. **Qualitative Health Research**, [S.L.], v. 22, n. 10, p. 1435-1443, jul. 2012. (SAGE Publications).

CORAPCI, Feyza; WACHS, Theodore D.. Does Parental Mood or Efficacy Mediate the Influence of Environmental Chaos Upon Parenting Behavior? **Merrill-Palmer Quarterly**, [S.L.], v. 48, n. 2, p. 182-201, 2002. (Project Muse).

COSTA, Ademir Araújo da. **Impactos sócio espaciais do crescimento urbano de Natal-RN: um estudo do processo de verticalização**. 2000. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COUTO, Flávia Molina Toledo. **A influência dos fatores extrínsecos no risco de queda de idosos em ambientes domiciliares: um estudo à luz da arquitetura de interiores**. 2016. 133f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

CUNHA, Tiago Augusto da. ESPANHA, HABITAÇÃO E COVID-19. **Reves - Revista Relações Sociais**, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 0207-0211, 20 jun. 2020. Universidade Federal de Vicosa.

DANAEINIA, Ahmad. THE SENSE OF ENTRANCE TO A PLACE IN KASHAN HISTORICAL HOUSES. **Journal Of Architecture And Urbanism**, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 38-49, 22 fev. 2021. Vilnius Gediminas Technical University.

DANIELS, Inge. Japanese Homes Inside Out. **Home Cultures**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 115-139, jul. 2008. (Informa UK Limited).

DAY, Linda L. Choosing a House: The Relationship between Dwelling Type, Perception of Privacy and Residential Satisfaction. **Journal of Planning Education and Research**, [S.L.], v. 19, n. 3, p.265-275, mar. 2000. (SAGE Publications).

DEL RIO, D. Furszyfer del; SOVACOOOL, B.K.; MARTISKAINEN, M. Controllable, frightening, or fun? Exploring the gendered dynamics of smart home technology preferences in the United Kingdom. **Energy Research & Social Science**, [S.L.], v. 77, p. 102-105, jul. 2021. Elsevier BV.

DIENLIN, Tobias *et al.* The privacy process model. In: GARNETT, Simon *et al.* **Medien und Privatheit [Media and privacy]**. Passau: Stutz, 2013. p. 105-122

DIETZ, Leslie *et al.* 2019 Novel Coronavirus (COVID-19) Pandemic: built environment considerations to reduce transmission. **Msystems**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 1-13, 28 abr. 2020. American Society for Microbiology.

DUARTE, Matheus Jaques de Castro Ribeiro. **Indicações para o projeto arquitetônico de edifícios multifamiliares verticais**: uma análise pós-ocupação em Natal/RN. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

DUNSTAN, Frank et al. An observation tool to assist with the assessment of urban residential environments. **Journal of Environmental Psychology**, S.I, v. 25, n. 3, p. 293-305, set. 2005.

DURSUN, Pelin. SPACE SYNTAX IN ARCHITECTURAL DESIGN. In: INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 6., 2007, Istambul. **Proceedings** [...] . Istambul: Istanbul Technical University, 2007. p. 056:1-12.

ELALI, Gleice Azambuja. (mediadora) **Roda de Conversa Arquitetura em contexto de pandemia**: velhas questões, novos caminhos (junho/2020) – com participação de Jorge Curz Pinto, Fernando Lara e Maísa Veloso. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=l6IWUKA8cpY>. Acesso em 01/dezembro/2020 - (relato resumido In Revista PROJETAR. 5 (3), 2020(a), pp. 194-205)

ELALI, Gleice Azambuja. (mediadora) **Roda de Conversa Pandemia, ergonomia e acessibilidade** (maio/2020) – com participação de Vilma Villarouco, Cristiane Rose Duarte, Eugenio Merino, Giselle Merin, Regina Cohen, Claudia Mont'Alvão e Zilsa Santiago. Disponível em <https://www.facebook.com/eneac2020/videos/2615224548753988>. Acesso em 01/dezembro/2020 - (relato resumido In Revista PROJETAR. 5 (2), 2020(b), pp. 98-111)

ELALI, Gleice Azambuja. Processo projetual e estresse ambiental: explorando aspectos que podem influenciar a relação usuário ambiente. In: FABRICIO, Marcio Minto; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Qualidade no projeto de edifícios**. São Carlos: Rima, 2010. p.59-73.

ELALI, Gleice A.; PINHEIRO, José Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. In: VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Qualidade Ambiental na habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 15-35.

ELANGOVAN, N.; RAJENDRAN, R. Conceptual Model: a framework for institutionalizing the vigor in business research. In: National Conference on Indian Business Management, 3., 2015, India. **Proceedings** [...] . India: Sri Ramakrishna Institute of Technology, 2015. p. 1-32.

ELMANSURI, Seham; GOODCHILD, Barry. Tradition, modernity and gender in the Arab home: a study from tripoli (libya). **Housing Studies**, [S.L.], p. 1-22, 16 out. 2019. (Informa UK Limited).

EVANS, Gary W.; LEPORE, Stephen J.; ALLEN, Karen Mata. Cross-cultural differences in tolerance for crowding: fact or fiction?. **Journal of Personality and Social Psychology**, [S.L.], v. 79, n. 2, p. 204-210, 2000. American Psychological Association (APA).

FABRICIO, M. M. **Projeto Simultâneo na construção de edifícios**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FALLAH, Siyamak Nayyeri; KHALILI, Akram; RASDI, Mohamad Tajuddin Mohamad. Privacy as a cultural value within traditional Iranian housing: lessons for modern iranian high density vertical development housing. **International Journal of Architectural Research: ArchNet-IJAR**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 198-216, mar. 2015. (Emerald).

FARKISCH, Hero; AHMADI, Vahid; CHE-ANI, Adi Irfan. Evaluation of neighborhood center attributes on resident's territoriality and sense of belonging a case study in Boshrooyeh, Iran. **Habitat International**, [S.L.], v. 49, p. 56-64, out. 2015. (Elsevier BV).

FEDERAL FACILITIES COUNCIL - FFC (org.). **Learning from our buildings**: a state-of-the-practice summary of post-occupancy evaluation. Federal Facilities Council Technical Report no 145. Washington, D.C: National Academy Press, 2001. 59 p.

FERRARINI, Letícia. Sociedade tecnológica e de consumo, relações líquidas e novas formas de constituir família: perspectivas inovadoras para o direito. **Instituto Brasileiro de Direito da Família**. Belo Horizonte, set. 2016. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1149/Sociedade+tecnol%C3%B3gica+e+de+consumo,+rela%C3%A7%C3%B5es+l%C3%ADquidas+e+novas+formas+de+constituir+fam%C3%ADlia++perspectivas+inovadoras+para+o+Direito>. Acesso em: 04 out. 2022.

FIANDANESE, Filippo. Architectural models: legacy and critical perspectives. **Cahiers de La Recherche Architecturale, Urbaine Et Paysagère**, [S.L.], n. 4, p. 1-18, 28 jun. 2019. OpenEdition.

FISHER-GEWIRTZMAN, D. The impact of alternative interior configurations on the perceived density of micro apartments. **Journal of Architectural and Planning Research**, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 336–358, jul. 2017. (SAGE Publications).

FONSECA, Juliane; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. O ambiente está adequado? Prosseguindo com a discussão. **Produção**, v. 19, n. 3, set. /dez. 2009, p. 502-513.

FORNARA, Ferdinando; MOSCA, Oriana; BOSCO, Andrea; CAFFÒ, Alessandro O.; LOPEZ, Antonella; IACHINI, Tina; RUGGIERO, Gennaro; RUOTOLO, Francesco; SBORDONE, Filomena Leonela; FERRARA, Antonella. Space at home and psychological distress during the Covid-19 lockdown in Italy. **Journal Of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 79, p. 101747, fev. 2022. Elsevier BV.

FRAGOSO, Bárbara. O que muda nos perfis de imóveis após a pandemia. **A Gazeta**. Vitória, p. 1-1. ago. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/imoveis/o-que-muda-nos-perfis-de-imoveis-apos-a-pandemia-0820>. Acesso em: 11 fev. 2021.

FRAMPTON, Keneth. **História crítica da arquitetura moderna**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Franciney Carneiro de. **MEU QUARTO, MEU MUNDO**: Configuração espacial e modo de vida em casas de Brasília. 2001. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

GAETA, Laura; BRYDGES, Christopher R.. Coronavirus-Related Anxiety, Social Isolation, and Loneliness in Older Adults in Northern California during the Stay-at-Home Order. **Journal of Aging & Social Policy**, [S.L.], p. 1-12, 4 out. 2020. Informa UK Limited.

GALE, Amanda; PARK, Nam-Kyu. Desired and Achieved Privacy and Interaction in Multigenerational Homes. **Housing and Society**, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 25-41, jan. 2010. (Informa UK Limited).

GALFORD, Gregory; PEEK, Gina. Seclusion and surveillance within the home: the role of privacy in housing design. **Housing and Society**, [S.L.], v. 49, n. 1, p. 95-106, 13 abr. 2021. Informa UK Limited.

GALVÃO, Walter; ORNSTEIN, Sheila; ONO, Rosaria. A avaliação pós-ocupação em empreendimentos habitacionais no Brasil: da reabilitação aos novos edifícios. In: VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Qualidade Ambiental na habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 37-52.

GARBER, Megan. Homes Actually Need to Be Practical Now. **The Atlantic**. Boston, p. 1-1. mar. 2020. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/culture/archive/2020/03/finding-privacy-during-pandemic/608944/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

GARCIA, David. Distant space: the architecture of quarantine. **The Architectural Review**. Londres, p. 1-1. jun. 2020. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/buildings/health/distant-space-the-architecture-of-quarantine>. Acesso em: 11 fev. 2021.

GAVIÃO, Martha Maria Ferreira. **Muito além do pavimento térreo**: as áreas de lazer no mercado imobiliário em são paulo. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GIFFORD, Robert *et al.* Environmental Psychology. In: MARTIN, Paul R.; CHEUNG, Fanny M.; KNOWLES, Michael C.; KYRIOS, Michael; LITTLEFIELD, Lyn; OVERMIER, J. Bruce; PRIETO, José M. (ed.). **IAAP Handbook of Applied Psychology**. New Jersey: Blackwell Publishing Ltd., 2011. p. 440-470.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Novas configurações do comer junto – reflexões sobre a comensalidade contemporânea na cidade de São Paulo (Brasil). **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 251, 1 jun. 2017. Revista Estudos Sociedade e Agricultura.

GIORGI, Sabina; PADIGLIONE, Vincenzo; PONTECORVO, Clotilde. Appropriations: dynamics of domestic space negotiations in italian middle-class working families. **Culture & Psychology**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 147-178, jun. 2007. (SAGE Publications).

GOFFMAN, Erving. **Relations in public**. New York: Harper Colophon Books, 1971

GOGOI, Lachit; GOOWALLA, Horen. A STUDY ON THE IMPACT OF RESEARCH METHODOLOGY IN PHD COURSE: an overview. **International Journal of Development Research**, [s. l.], v. 5, n. 11, p. 6065-6067, nov. 2015.

GOLDBERG, Abbie E.; MCCORMICK, Nora; VIRGINIA, Haylie. Parenting in a Pandemic: work?family arrangements, well?being , and intimate relationships among adoptive parents. **Family Relations**, [S.L.], v. 70, n. 1, p. 7-25, 21 dez. 2020. Wiley.

GÓMEZ-JACINTO, Luis; HOMBRADOS-MENDIETA, Isabel. Multiple effects of community and household crowding. **Journal of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 233-246, set. 2002. (Elsevier BV

GOSLING, Samuel D. et al. The Personal Living Space Cue Inventory. **Environment and Behavior**, [S.L.], v. 37, n. 5, p. 683-705, set. 2005. (SAGE Publications).

GREGOLETTO, D.; REIS, A. T. Privacidade visual em relação ao exterior de apartamentos em edifícios altos. In: Encontro Nacional de Tecnologia Do Ambiente Construído, ENTAC 18., 2020. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANTAC, 2020. p. 1–8.

GRIZ, Cristiana. **Quando o luxo é necessário**: sobre projetos de apartamento no Recife. 2012. 369 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GRIZ, Cristiana; AMORIM, Luiz Manuel do Eirado; LOUREIRO, Claudia. A família e a casa: papai ainda sabe tudo?. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 15, n. 16, p. 28-47, ago. 2010.

HALL, Edward. **The Hidden Dimension**. New York City: Doubleday, 1966.

HALL, Edward. **The Silent Language**. New York: Doubleday, 1959.

HANSON, Julienne. **Decoding homes and house**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HASHIM, Ahmad Hariza; et al. Visual Privacy and Family Intimacy: a case study of malay inhabitants living in two-storey low-cost terrace housing. **Environment and Planning B: Planning and Design**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 301-318, abr. 2006. (SAGE Publications).

HEDIGER, Heini. The evolution of territorial behavior. In: WASHBURN, S.L. (ed.). **Social life of early man**. New York: Wennergren Foundation, 1961. p. 1-2

HILLIER, Bill. **Space is the machine**: a configurational theory of architecture. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne; PEONIS, John. What do we mean by building function? In: POWELL, J.A.; COOPER, I.; LERA, S. (ed.). **Designing for building utilisation**. Londres, Reino Unido: E & F.N. Spon Ltd, 1984. p. 61-72.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando Famílias**, [S.L.], n. 3, p. 8-19, 2001.

HIPWOOD, Tara. Coronavirus: an architect on how the pandemic could change our homes forever. **The Conversation**. S.l, p. 1-1. maio 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/coronavirus-an-architect-on-how-the-pandemic-could-change-our-homes-forever-138649>. Acesso em: 10 fev. 2021.

HOLANDA, Frederico. **Sintaxe de uma casa-átrio moderna**. 1999. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779578763915/sintaxe_casa_atrio.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

HOLTON, Elwood F.; LOWE, Janis S.. Toward a General Research Process for Using Dubin's Theory Building Model. **Human Resource Development Review**, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 297-320, set. 2007. SAGE Publications.

HOSSEINI, Mohammad Reza; FOULADI-FARD, Reza; AALI, Rahim. COVID-19 pandemic and sick building syndrome. **Indoor and Built Environment**, [S.L.], v. 29, n. 8, p. 1181-1183, 26 jun. 2020. SAGE Publications.

HUGHES, Mary Elizabeth; WAITE, Linda J.; HAWKLEY, Louise C.; CACIOPPO, John T.. A Short Scale for Measuring Loneliness in Large Surveys. **Research on Aging**, [S.L.], v. 26, n. 6, p. 655-672, nov. 2004. (SAGE Publications).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Família e Domicílio. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico2010.html?edicao=14881&t=resultados>. Acesso em: 23 jan. 2023.

IMAI, César. **A utilização de modelos tridimensionais físicos em projetos de habitação social: o Projeto Casa Fácil**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JONASSEN, David; STROBEL, Johannes; GOTTDENKER, Joshua. Model building for conceptual change. **Interactive Learning Environments**, [S.L.], v. 13, n. 1-2, p. 15-37, abr. 2005. Informa UK Limited.

JONG, Taeke de; VOORDT, Theo J. M. van Der (ed.). **Ways to study and research urban architectural and technical design**. Delf: Delft University Press, 2002.

KALINA, Marc. “A neighbourhood of necessity”: creating home and neighbourhood within subsidised aged housing in durban, south africa. **Journal Of Housing And The Built Environment**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 1671-1697, 15 jan. 2021. Springer Science and Business Media LLC.

KALLAS, Marília Brandão Lemos de Moraes. O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 71, p. 55-64, jun. 2016.

KAYA, Naz; ERKIP, Feyzan. Satisfaction in a Dormitory Building. **Environment and Behavior**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 35-53, jan. 2001. (SAGE Publications).

KEENAN, Jesse M.. COVID, resilience, and the built environment. **Environment Systems And Decisions**, [S.L.], v. 40, n. 2, p. 216-221, 14 maio 2020. Springer Science and Business Media LLC.

KHACHATUROVA M.; NARTOVA-BOCHAVER S. The Home Environment as a Resource of Coping Behaviour in Youth. **Psychology: Journal of Higher School of Economics**, [S.L.], v. 14, n. 3, p 571-582, jul. 2017

KINTREA, Keith; BANNISTER, Jon; PICKERING, Jon. Territoriality and disadvantage among young people: an exploratory study of six british neighbourhoods. **Journal of Housing and the Built Environment**, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 447-465, 12 out. 2010.

KLAASEN, Ina. Modelling reality. In: JONG, Taeke de; VOORDT, Theo J. M. van Der (ed.). **Ways to study and research urban architectural and technical design**. Delft: Delft University Press, 2002. p. 181-188.

KOCH, Daniel; CARRANZA, Pablo Miranda. Models and diagrams in architectural design. **The Journal of Space Syntax: JOSS**, Londres, v. 5, n. 1, p. 1-19, ago. 2014.

KORNHABER, Spencer. We're Finding Out How Small Our Lives Really Are. **The Atlantic**. Boston, p. 1-1. mar. 2020.

KOWALTOWSKI, Doris. et al (Org.). **Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social**: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida. Campinas: Unicamp, 2004. 129 p.

KOWALTOWSKI, Doris. Prefácio. In: FABRICIO, Marcio Minto; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Qualidade no projeto de edifícios**. São Carlos: Rima, 2010. p. IX-XII.

LAMPERT, Adriana. Busca por imóveis maiores e com áreas verdes aumenta durante a pandemia. **Jornal do Comercio**. Porto Alegre, p. 1-1. set. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/empresas_e_negocios/2020/09/755882-busca-por-imoveis-maiores-e-com-areas-verdes-aumenta-durante-a-pandemia.html. Acesso em: 10 fev. 2021.

LAWSON, Bryan. **Como Arquitetos e Designers Pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LAZARINI, Débora Faim. **Da Semana de Arte Moderna de 22 ao Ministério da Educação e da Saúde**: processo de consolidação do moderno no Brasil. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

LEINO-KILPI, H. et al. Privacy: a review of the literature. **International Journal of Nursing Studies**, [s.l.], v. 38, n. 6, p.663-671, dez. 2001.

LEMOS, Carlos. **A história da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989 (Repesando a história).

LINDSAY, Morag. **The impact of design on privacy and social interaction between neighbours in sustainable housing developments in England and Wales**. 2010. 212 f. Tese (Doutorado), School of The Built Environment, Oxford Brookes University, Oxford, 2010.

LINDSAY, Morag; WILLIAMS, Katie; DAIR, Carol. Is There Room for Privacy in the Compact City? **Built Environment**, [S.L.], v. 36, n. 1, p. 28-46, jan. 2010.

LOGSDON, Louise. **Qualidade habitacional**: instrumental de apoio ao projeto de moradias sociais. 2019. 286 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

LOSADA-BALTAR, Andrés; et al. "We Are Staying at Home." Association of Self-perceptions of Aging, Personal and Family Resources, and Loneliness With Psychological Distress During the Lock-Down Period of COVID-19. **The Journals of Gerontology: Series B**, [S.L.], v. 76, n. 2, p. 10-16, 13 abr. 2020. Oxford University Press (OUP).

MACEDO, Priscila F. de. **"Apertamento"**: um estudo sobre dimensionamento e funcionalidade na produção imobiliária de habitações mínimas verticais em Natal (RN). 2018. 187f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MACEDO, Priscila Ferreira de; ORNSTEIN, Sheila Walbe; ELALI, Gleice Azambuja. Privacy and housing: research perspectives based on a systematic literature review. **Journal of Housing and the Built Environment**, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 653-683, 18 mar. 2022. Springer Science and Business Media LLC.

MACEIRA, Irma Pereira. **A proteção do direito à privacidade familiar na interna**. 2012. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

MAGI, Trina J.. Fourteen Reasons Privacy Matters: a multidisciplinary review of scholarly literature. **The Library Quarterly**, [S.L.], v. 81, n. 2, p. 187-209, abr. 2011. University of Chicago Press.

MAIA, Rosemere Santos. Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares. **Terra Plural**, Ponta Grossa., v. 6, n. 2, p. 339-352, 31 ago. 2012.

MALARD, Maria Lucia. **Brazilian low cost housing**: interactions and conflicts between residents and dwellings. 1992. 239f. Tese (PhD) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, University of Sheffield, Sheffield, 1992.

MALHOTRA, Naresh et al. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Universidades. 1ª ed. 2015.

MARGULIS, Stephen T.. On the Status and Contribution of Westin's and Altman's Theories of Privacy. **Journal of Social Issues**, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 411-429, 29 abr. 2003. Wiley.

MARGULIS, Stephen T.. Privacy as a Social Issue and Behavioral Concept. **Journal of Social Issues**, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 243-261, 29 abr. 2003. Wiley.

MARGULIS, Stephen T.. Three Theories of Privacy: an overview. **Privacy Online**, [S.L.], p. 9-17, 2011. Springer Berlin Heidelberg.

MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: república: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214. (História da vida privada no Brasil 3).

MARTYN, Margaret Lima. **Estágios do ciclo de vida familiar e utilização de áreas de lazer de condomínios residenciais**. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MATTHEWS, Timothy et al. Loneliness and Neighborhood Characteristics: a multi-informant, nationally representative study of young adults. **Psychological Science**, [S.L.], v. 30, n. 5, p. 765-775, 7 abr. 2019. (SAGE Publications).

MCCARTNEY, Shelagh; ROSENVASSER, Ximena. New student residence unit typologies: introducing housing unit classification (huc), a framework for understanding student socialization. **Journal Of Housing And The Built Environment**, [S.L.], p. 1-23, 18 maio 2022. Springer Science and Business Media LLC.

MCNEILLY, Hannah; REECE, Koreen M.. 'Everybody's Always Here with Me!'. **Anthropology in Action**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 18-21, 1 dez. 2020. Berghahn Books.

MEDEIROS, Caique Diogo Fernandes de. **Indicadores macroeconômicos: repercussão na promoção imobiliária na cidade de Natal/RN**. 2021. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Tecnologia, Natal, RN, 2021.

MEGAHED, Naglaa A.; GHONEIM, Ehab M.. Antivirus-built environment: lessons learned from covid-19 pandemic. **Sustainable Cities and Society**, [S.L.], v. 61, p. 1023501-9, out. 2020. Elsevier BV.

MENDONÇA, Rafaela. **Apartamento mínimo contemporâneo**: análises e reflexões para obtenção da sua qualidade. 2015. 304f. Dissertação (Mestrado). – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MELHADO, Silvio Burrattino. **Gestão, cooperação e integração para um novo modelo voltado à qualidade do processo de projeto na construção de edifícios**. 2002. Tese (Livre Docência em Tecnologia de Processos Construtivos) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELHADO, Silvio Burrattino. **Qualidade do projeto na construção de edifícios**: aplicação ao caso das empresas de incorporação e construção. 1994. 294 f. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-654. (História da vida privada no Brasil 4).

MERINO, M. Dolores; et al. What makes one feel eustress or distress in quarantine? An analysis from conservation of resources (COR) theory. **British Journal of Health Psychology**, [S.L.], p. 12501:1-18, 5 jan. 2021.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; ALTMAN, Douglas G.. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: the prisma statement. **Plos Medicine**, [S.L.], v. 6, n. 7, p. 1000097 1-6, jul. 2009. Public Library of Science (PLoS).

MORAES, Carolina. Como a pandemia vai mudar a cara e a organização dos apartamentos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2020/07/como-a-pandemia-vai-mudar-a-cara-e-a-organizacao-dos-apartamentos.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MOREIRA, Daniel de Carvalho; KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornelie Knatz; BELTRAMIN, Renata Maria Geraldini. DINÂMICAS QUE ENSINAM: a metodologia de projeto no ensino de arquitetura. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 55, 4 abr. 2016. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

MORRISON, C. Dale; POULIN, Michael J.; HOLMAN, E. Alison. Gender, genes, and the stress-buffering benefits of “home”: evidence from two national U.S. studies. **Journal of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 60, p. 89-99, dez. 2018. (Elsevier BV).

MOSER, Carol; SCHOENEBECK, Sarita Y.; REINECKE, Katharina. Technology at the Table. In: The 2016 Chi Conference on Human Factors in Computing Systems. **Proceedings[...]**, [S.L.], p. 1-12, 7 maio 2016.

MUNIZ, C. R. **Habitação e tecnologias da informação**: uma reflexão sobre as possibilidades de sua utilização na ampliação do programa da moradia de interesse social. Monografia - disciplina SAP-5846 Habitação, Metrôpoles e Modos de Vida. São Carlos, EESC-USP, 2002. 35p. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html> Acesso em: 30 jul. 2020.

MUNRO, Moira; MADIGAN, Ruth. Privacy in the private sphere. **Housing Studies**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.29-45, jan. 1993. Informa UK Limited.

MUSTAFA, Faris Ali; HASSAN, Ahmad Sanusi; BAPER, Salahaddin Yasin. Using space syntax analysis in detecting privacy: a comparative study of traditional and modern house layouts in Erbil city, Iraq. **Asian Social Science**, [S.L.], v. 6, n. 8, p. 157-166, 18 jul. 2010. Canadian Center of Science and Education.

NACIONAL, Jornal (ed.). Procura por imóveis maiores e mais confortáveis cresce durante pandemia. **Jornal Nacional**. Rio de Janeiro, p. 1-1. set. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/04/procura-por-imoveis-maiores-e-mais-confortaveis-cresce-durante-pandemia.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2021.

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 133.03, Vitruvius, jun. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acesso em: 05 out. 2017.

NATAL (Município). **Decreto nº 8.688, de 06 de abril de 2009**. Define regras para alteração de classificação de uso dos projetos de edificação do tipo Hotel-Residência ou similar para o uso residencial e dá outras providências. Natal, RN, 2009.

NATAL (Município). Revisão do plano diretor de Natal (LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2007). **Apresentação - Oficinas ago./set. 2019**. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, SEMURB: Natal, 2019. Disponível em: https://planodiretor.natal.rn.gov.br/anexos/apresentacao/Apresentacao_Oficinas_Plano_Diretor_Ago_Set_2019-02.09.19.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

NEJADRIHI, Halleh; DINCYUREK, Ozgur. Identifying Privacy Concerns on the Formation of Courtyards. **Open House International**, [S.L.], v. 40, n. 4, p. 18-24, 1 dez. 2015. (Emerald).

NEUMANN, Débora Martins Consteila; MISSEL, Rafaela Jarros. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 75-91, dez. 2019.

NEWELL, Patricia. Perspectives on privacy. **Journal Of Environmental Psychology**, [s. l.], v. 2, n. 15, p. 87-104, 1995.

NGUYEN, Van Minh. Alone Together. **Anthropology In Action**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 14-17, 1 dez. 2020. Berghahn Books.

NOMADS.USP. 97_07: dez anos de morar urbano no Brasil. **Relatório de pesquisa**. São Carlos: EESC-Universidade de São Paulo, 2007.

ONO, Rosaria; ORNSTEIN, Sheila. Método quantitativo para a aferição da percepção dos usuários – questionário. In: Ono, Rosaria, et al. (Org.). **Avaliação pós-ocupação: Na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018. p. 95-119

ORNSTEIN, Sheila W. Com os usuários em mente: um desafio para a boa prática arquitetônica? **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 7, n. 3, p. 189-197, out. 2016.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO) NO BRASIL, 30 ANOS: o que há de novo?. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 7-12, 30 ago. 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

OTHMAN, Zulkeplee; AIRD, Rosemary; BUYS, Laurie. Privacy, modesty, hospitality, and the design of Muslim homes: a literature review. **Frontiers of Architectural Research**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 12-23, mar. 2015. (Elsevier BV).

OVERTOOM, Marjolein E.; ELSINGA, Marja G.; BLUYSSSEN, Philomena M.. Towards better home design for people in temporary accommodation: exploring relationships between meanings of home, activities, and indoor environmental quality. **Journal of Housing and the Built Environment**, [S.L.], p. 1-27, 23 abr. 2022. Springer Science and Business Media LLC.

OZAKI, Ritsuko. Housing as a Reflection of Culture: privatised living and privacy in England and Japan. **Housing Studies**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 209-227, mar. 2002. (Informa UK Limited).

PABLE, Jill. The Homeless Shelter Family Experience: examining the influence of physical living conditions on perceptions of internal control, crowding, privacy, and related issues. **Journal of Interior Design**, [S.L.], v. 37, n. 4, p. 9-37, 9 nov. 2012.

PAIVA, Dulcinéia de Souza; MENDES, Graciano Rocha. "Onde se pode ficar nu": territorialidade e privacidade na casa do estudante universitário da UnB. **Série: Textos de Alunos de Psicologia Ambiental**, UnB: Brasília, n. 7, p. 1-6, s.l, 2001.

PANDOLFO, Adalberto. **Modelo para avaliação e comparação de projetos de habitação com base no valor**. 2001. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2001.

PASALA, Sudhir Kumar *et al.* Effect of lockdown on activities of daily living in built environment and well-being. **UCL Open: Environment Preprint**, [S.L.], p. 1-13, 2 fev. 2021. UCL Press.

PEDERSEN, Darhl M.. Dimensions of Privacy. **Perceptual and Motor Skills**, [S.L.], v. 48, n. 3, p. 1291-1297, ago. 1979. SAGE Publications.

PEDERSEN, Darhl M.. PSYCHOLOGICAL FUNCTIONS OF PRIVACY. **Journal of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 147-156, jun. 1997.

PEDRO, João Branco. **Definição e avaliação da qualidade arquitectónica residencial**. 2000. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Lisboa, 2000.

PEDRO, João Branco; BOUERI, José Jorge. Exigências de espaço aplicáveis à construção de habitação de interesse social: comparação entre Portugal e o município de São Paulo. **Pós. Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fausp**, São Paulo, v. 19, n. 32, p.116-135, 25 dez. 2012. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v19i32p116-135>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de recoabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 29, p. 171-191, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

PENN, Alan et al. Configurational modelling of urban movement networks. **Environment and Planning B: Planning and Design**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 59-84, 1998.

PEREIRA, Talita Rodrigues. **O desenho das habitações populares e sua influência sobre a privacidade e conflitos de convivência dos moradores**: casos dos residenciais Tocantins 1 e 2. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

PEREZ-LOPEZ, Raquel; ARAGONÉS, Juan Ignacio; AMÉRIGO, María. Primary spaces and their cues as facilitators of personal and social inferences. **Journal of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 53, p. 157-167, nov. 2017. (Elsevier BV).

PINHEIRO, J. de Q., FARIAS, T. M., & ABE-LIMA, J. Y. Painel de Especialistas e Estratégia Multimétodos: Reflexões, Exemplos, Perspectivas. **Psico**, v. 44, n. 2, jul. 2013, p. 184-192.

PINHEIRO, Jose; ELALI, Gleice. Comportamento socioespacial humano. In CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Org.). **Temas básicos de Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 144-158.

PINHEIRO, Natalia Parente. Contornos contemporâneos da noção de privacidade: perspectiva dos estudantes de Psicologia e Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

PINTO, Augusto Eduardo Miranda. **Os efeitos da cidade digital**: o direito à privacidade e à liberdade de informação. 2012. 328 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

POGGIO, Lucía et al. The objects that personalize bedrooms and their relationship with attachment and self / Los objetos que personalizan los dormitorios y su relación con el apego y el self. **Revista de Psicología Social**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 1-25, 6 nov. 2017. (Informa UK Limited).

POURVAHIDI, Parastoo. Privacy Cognition of Spaces by Agraph Tools in Temperate Humid Climatic Region of Iran. **Iconarp International Journal of Architecture and Planning**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 241-261, 25 jun. 2020.

PREISER, Wolfgang F. E.; SCHRAMM, Ulrich. A process model for Building Performance Evaluation (BPE). In: MALLORY-HILL, Shauna; PREISER, Wolfgang F. E.; WATSON, Christopher G. (ed.). **Enhancing Building Performance**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2012. p. 19-31.

PREISER, Wolfgang; RABINOWITZ, Harvey; WHITE, Edward. **Post-occupancy evaluation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1988.

PROST, Antonie. A Família e o Indivíduo. In: **História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra aos Nossos Dias**. ARIËS, Philippe (org). São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 53-80.

PUT, Bart; PASTEELS, Inge. Motivational Barriers to Shared Housing: the importance of meanings of home in the diffusion of housing innovations. **Housing, Theory And Society**, [S.L.], v. 39, n. 3, p. 257-274, 5 jul. 2021. Informa UK Limited.

QUEIROZ, Luiz Alessandro da Câmara. **Incorporações imobiliárias: ciclos, financeirização e dinâmica espacial em Natal/RN**. 2012. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

QUEIROZ, Fabio Abreu de. **Apartamento Modelo: arquitetura, modos de morar e produção imobiliária na cidade de São Paulo**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

RAMMSTEDT, Beatrice; JOHN, Oliver P.. Measuring personality in one minute or less: a 10-item short version of the big five inventory in English and German. **Journal of Research in Personality**, [S.L.], v. 41, n. 1, p. 203-212, fev. 2007. (Elsevier BV).

RAHIM, Zaiton Abdul. The Influence of Culture and Religion on Visual Privacy. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [S.L.], v. 170, p. 537-544, jan. 2015. (Elsevier BV).

RAZALI, Noorul Huda Mohd; TALIB, Anuar. Aspects of Privacy in Muslim Malay Traditional Dwelling Interiors in Melaka. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [S.L.], v. 105, p. 644-654, dez. 2013. (Elsevier BV).

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. (Coleção Debates).

REIS, Antônio T. Habitação social original e modificada: configurações espaciais e atitudes dos residentes. In: IX Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 9., 2002, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ANTAC, 2002. p. 931 - 940.

REIS, Antônio T.; LAY, Maria Cristina. Privacidade na habitação: atitudes, conexões visuais e funcionais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 21-33, out./dez. 2003.

REQUENA, Carlos Augusto Joly. **Habitar híbrido: interatividade e experiência na era da cibercultura**. 2007. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

ROCHA, Aline Maria Matis. **As trocas interpessoais na internet: privacidade e sociabilidade na era da cibercultura**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RODOTÁ, Stefano. **A vida privada na sociedade da vigilância: a privacidade hoje**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Organização de: Maria Celina Bodin Moraes.

ROLLINGS, Kimberly A.; EVANS, Gary W.. Design Moderators of Perceived Residential Crowding and Chronic Physiological Stress Among Children. **Environment and Behavior**, [S.L.], v. 51, n. 5, p. 590-621, maio 2019. (SAGE Publications).

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Educ/Cortez, 2002. Cap. 7. p. 73-88.

ROMANO, Fabiane Vieira. **Modelo de referência para o gerenciamento do processo de projeto integrado de edificações**. 2003. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

RUIZ-CASARES, Mónica. "When It's Just Me at Home, It Hits Me That I'm Completely Alone": an online survey of adolescents in self-care. **The Journal of Psychology**, [S.L.], v. 146, n. 1-2, p. 135-153, jan. 2012. (Informa UK Limited).

RUSSELL, Daniel. **UCLA Loneliness Scale (Version 3): reliability, validity, and factor structure**. *Journal of Personality Assessment*, v. 66, p. 20-40, 1996."

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: a pequena história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Record, 1996. Tradução Betina von Staa.

SAFT, Juliana Bechara. **Qualidade ambiental na gestão de áreas de guarda de acervos em papel em edifícios históricos na cidade de São Paulo**. 2021. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SALVATI, Angela Cecília. **Avaliação pós-ocupação de edifícios residenciais em alvenaria estrutural**. 2011. 162 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SANOFF, Henry. **School building assessment methods**. Washington: National Cleanringhouse for Educacional Facilities, 2001 - Disponível em <http://www4.ncsu.edu/unity/users/s/sanoff/www/schooldesign/cd.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Educ/Cortez, 2002. Cap. 4. p. 39-50.

SAWYER, Isabel; FARDGHASSEMI, Sam; JOFFE, Helene. How the home features in young adults' representations of loneliness: the impact of covid :19. **British Journal of Social Psychology**, [S.L.], v. 61, n. 4, p. 1351-1375, 20 abr. 2022. Wiley.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. O Litoral e a Metrópole: Dinâmica imobiliária, Turismo e Expansão Urbana na Região Metropolitana de Natal-RN. 2010. 414 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo et al. Influência das condições de bem-estar domiciliar na prática do isolamento social durante a Pandemia da Covid-19. **Journal of Health & Biological Sciences**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-7, 14 ago. 2020. (Instituto para o Desenvolvimento da Educação).

SILVEIRA, Sandra R. E. da. **As cozinhas dos apartamentos urbanos da cidade de São Paulo de 2000 a 2015: espaços mínimos e integrados**. 2017. 201 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017

SIMMEL, Arnold. Privacy is not an Isolated Freedom. In: PENNOCK, James Roland; CHAPMAN, John William. **Privacy & Personality**. New York: Routledge, 1971. p. 17

SINHA, S. P.; NAYYAR, P.. Crowding Effects of Density and Personal Space Requirements Among Older People: the impact of self-control and social support. **The Journal of Social Psychology**, [S.L.], v. 140, n. 6, p. 721-728, 1 dez. 2000. (Informa UK Limited).

SOARES, Caninde. **Fotos aéreas de Natal feitas nesta terça-feira a tarde**. 2013. Disponível em: canindesoares.com. Acesso em: 15 nov. 2022.

SOBH, Rana; BELK, Russell W. Privacy and Gendered Spaces in Arab Gulf Homes. **Home Cultures**, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 317-340, nov. 2011. (Informa UK Limited).

SOBRAL, Mariana Soares. **“Vou invadir o seu mundo”**: a privacidade e a intimidade das celebridades. 2009. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOGA, Masashi; EVANS, Maldwyn J.; TSUCHIYA, Kazuaki; FUKANO, Yuya. A room with a green view: the importance of nearby nature for mental health during the covid?19 pandemic. **Ecological Applications**, [S.L.], p. 022481-10, 17 nov. 2020. Wiley.

SOLOVE, Daniel J.. A Taxonomy of Privacy. **University of Pennsylvania Law Review**, [s.l.], v. 154, n. 3, p.477-560, 1 jan. 2006.

SOMMER, Robert. Espaço Pessoal. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Org.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 119-126.

SOMMER, Robert. **Espaço pessoal, as bases comportamentais de projetos e planejamentos**. São Paulo: Epu/Edusp, 1973.

SOUSA, Nilberto Gomes de. **A forma no edifício residencial vertical em Natal: 1969 a 2000**. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SOUZA, Marcio Presente de; FABRICIO, Márcio Minto. Caracterização de avaliações de projeto e do ambiente construído. In: **Simpósio Brasileiro de Qualidade de Projeto do Ambiente Construído, Anais do**, 6, 2022, Londrina. Londrina: ANTAC, 2022. p. 1-10

STASSUN, Cristian Caê Seemann. **Sociedade do espelháculo**: facebook gadget como dispositivo de governo das informações, das circulações e do desejo. 2012. 443 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

STENGEL, Márcia et al. Geração, família e juventude na era virtual. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 424-441, ago. 2018.

STEPANIKOVA, Irena; NIE, Norman H.; HE, Xiaobin. Time on the Internet at home, loneliness, and life satisfaction: evidence from panel time-diary data. **Computers in Human Behavior**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 329-338, maio 2010. (Elsevier BV).

STOKOLS, Daniel. The Experience of Crowding in Primary and Secondary Environments. **Environment and Behavior**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 49-86, mar. 1976. SAGE Publications

STUMPP, Monika Maria. **A simetria modular e as villas de Andrea Palladio**. 2013. 327 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SUNDSTORM, Eric; BELL, Paul A.; BUSBY, Paul L.; ASMUS, Cheryl. ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY 1989–1994. **Annual Review of Psychology**, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 485-512, fev. 1996.

SURYADI, Aida Syafiqah Ahmad; MOHIDIN, Hazrina Haja Bava; AMINUDDIN, Asrul Mahjuddin Ressang; SEDIADI, Eka. The Spatial Visibility within the Low-income Housing Living Unit. **Environment-Behaviour Proceedings Journal**, [S.L.], v. 7, n. 19, p. 299-306, 31 mar. 2022. E-IPH Ltd.

TAKASHIMA, Risa; ONISHI, Ryuta; SAEKI, Kazuko; HIRANO, Michiyo. Perception of COVID-19 Restrictions on Daily Life among Japanese Older Adults: a qualitative focus group study. **Healthcare**, [S.L.], v. 8, n. 4, p. 4501-15, 1 nov. 2020. MDPI AG.

TENDAIS, Iva; RIBEIRO, Ana Isabel. Espaços verdes urbanos e saúde mental durante o confinamento causado pela COVID-19. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v. 115, n. 55, p. 183-188, jun. 2020.

THIBES, Mariana Zanara. **A vida privada na mira do sistema: a Internet e a obsolência da privacidade no capitalismo conexcionista**. 2014. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5 ed. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2002.

THORNOCK, Carly M., et al. There's no place like home: the associations between residential attributes and family functioning. **Journal of Environmental Psychology**, [S.L.], v. 64, p. 39-47, ago. 2019. (Elsevier BV).

TOKER, Zeynep. **Women's spatial needs in housing: accommodating gender ideologies, use patterns, and privacy**. 2004. 186 f. Tese (Doutorado) - College of Design, North Carolina State University, Raleigh, 2004.

TOMAH, Ayman N.; ISMAIL, Haifa Bani; ABED, Amal. The concept of privacy and its effects on residential layout and design: Amman as a case study. **Habitat International**, [S.L.], v. 53, p. 1-7, abr. 2016. (Elsevier BV).

TOMÁS, Rafael; AMÉRIGO, María; GARCÍA, Juan A. Bio-psycho-social correlates of the perceived crowding in different contexts. **Psicothema**, [S.L.], n. 284, p. 394-400, nov. 2016.

TRAMONTANO, M. ; PRATSCHKE, A. ; MARCHETTI, M. . Um toque de imaterialidade: o impacto das novas mídias no projeto do espaço doméstico. In: Seminário Internacional Psicologia e Projeto do Ambiente Construtivo, 2000, Rio de Janeiro, 23-25/08/00. **Anais [...]**, 2000. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html> Acesso em: 30 jul. 2020.

TRAMONTANO, Marcelo; REQUENA, Carlos Augusto (2006). **Habitares: processos de projeto de uma espacialidade híbrida**. In: Iberoamerican Congress of Digital Graphics, 10, 2006, Santiago. [**Proceedings...**], Santiago: SIGraDi, 2006 p. 405-407.

TRAMONTANO, Marcelo. **Espaços domésticos flexíveis. Notas sobre a produção da primeira geração de modernistas brasileiros**. 1993. São Paulo: FAU-USP, 1993. 15 p. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html> Acesso em: 01 /06/2017.

TRAMONTANO, Marcelo. **Novos Modos de Vida, Novos Espaços de Morar, Paris, São Paulo, Tokyo.**: uma reflexão sobre a habilitação contemporânea. 1998. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRAMONTANO, Marcelo. REQUENA, Guto. Habitação e Novas Mídias: Equipamentos e seus Usos no Habitar Contemporâneo. 2001. **Relatório de pesquisa** – FAPESP. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/pesquisas/espacos_morar_modos_vida/hibridos/automacao_residencial/. Acesso em: 04 out. 2022.

TURNER, Alasdair et al. From Isovists to Visibility Graphs: A Methodology for the Analysis of Architectural Space. **Environment and Planning B: Planning and Design**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.103-121, fev. 2001. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1068/b2684>.

TURNER, J. Analytical Theorizing. In: Giddens, A. and Turner, J. (Eds), **Social Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 1988, p. 156-194.

UCL SPACE SYNTAX (org.). **Space Syntax Online Training Platform**. 2021. Disponível em: <https://www.spacesyntax.online/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

UMBELINO, Andreia. A casa que vovô morou, o meu pai herdou e passou para mim...: estudo da reorganização espacial de edificação vernacular ao longo de um século. In: SEMINÁRIO HABITAR, 3, 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. p. 1-17.

VASCONCELOS, Bruno Ricardo; PROCHNO, Caio César Souza Camargo and SILVA, Luiz Carlos Avelino da. Lofts: habitações para além do contexto moderno. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2012, vol.32, n.4, pp.1014-1027.

VASILENKO, N. Modelling Methods in Solving Research and Design Problems in Architecture Activities. **Iop Conference Series: Materials Science and Engineering**, [S.L.], v. 753, n. 3, p. 032048, 1 fev. 2020. IOP Publishing.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7letras, 2002.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. **500 Anos da Casa no Brasil**: As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VILLA, Simone. **Apartamento Metropolitano**: habitações e modos de vida na cidade de São Paulo. 2002. 220f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

VILLA, Simone. **Morar em apartamentos**: a produção dos espaços privados e semi-privados nos edifícios ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto. Critérios para pós-ocupação. 2008. 360 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VILLA, Simone. **Morar em apartamento**. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

VILLA, Simone *et al.* (org.). [APO IPEA]: Desenvolvimento de metodologia de avaliação pós-ocupação em unidades habitacionais na cidade de Uberlândia, pertencentes à primeira fase do MCMV, enfocando aspectos funcionais, comportamentais e ambientais. **Relatório final**. IPEA, 2015.

VILLA, Simone.; SARAMAGO, Rita de Cássia ; GARCIA, Lucianne. Qualidade Ambiental em HIS: uma avaliação do programa Minha Casa Minha Vida. In: Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, 2, 2016, São Paulo. **Anais [...]**.São Paulo: Master Laboratório de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI / FAUUSP, 2016. v. 1. p. 388-393.

VILLA, Simone; MARQUES, Lorena. Aspectos do morar: parâmetros para sistema de avaliação pós ocupação. In: 4º CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO, 4., 2017, Porto, Covilhã. **Anais [...]**.Porto, Covilhã: CIHEL, 2017. p. 1 - 19.

VILLA. Multimétodos em avaliação pós-ocupação e sua aplicabilidade para o mercado imobiliário habitacional. In: VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Qualidade Ambiental na habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 185-208.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

VITTORINO, Fulvio; ONO, Rosaria. Técnicas estatísticas aplicadas à APO em habitações. In: VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Qualidade Ambiental na habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. p. 185-208.

VOORDT, Theo J. M. van Der; VAN WEGEN, Herman B. R. **Arquitetura sob o olhar do usuário**: Programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

WALSH, Moira; ARTHURSON, Kathy; LEVIN, Iris. Obtrusive Intimacy in Multi-Owned Housing: exploring the impacts on residents' health and wellbeing. **Housing, Theory And Society**, [S.L.], v. 38, n. 5, p. 614-630, 29 mar. 2021. Informa UK Limited.

WANG, Fang et al. Create, control and have territories or secret places: a comparative study of children's play territoriality in their daily outdoor environments between beijing's urban villages and modern residential areas. **Habitat International**, [S.L.], v. 66, p. 125-134, ago. 2017. (Elsevier BV).

WANG, Xize; LIU, Tao. Home-made blues: residential crowding and mental health in beijing, china. **Urban Studies**, [S.L.], p. 004209802211017, 15 jul. 2022. SAGE Publications.

WANZER, Dana Linnell. What Is Evaluation?: perspectives of how evaluation differs (or not) from research. **American Journal of Evaluation**, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 28-46, 22 out. 2020. SAGE Publications.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D.. The Right to Privacy. **Harvard Law Review**, [S.L.], v. 4, n. 5, p. 193-220, 15 dez. 1890.

WESTIN, Alan F. **Privacy and Freedom**. Nova Iorque: Ig Publishing, 1967.

WESTIN, Alan F.. Social and Political Dimensions of Privacy. **Journal of Social Issues**, [s.l.], v. 59, n. 2, p.431-453, jun. 2003. Wiley.

WILLEMS, Sara; SMET, Henk de; HEYLIGHEN, Ann. Seeking a balance between privacy and connectedness in housing for refugees. **Journal of Housing and The Built Environment**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 45-64, 29 jan. 2020. (Springer Science and Business Media LLC).

WOLFE, Maxine. Childhood and Privacy. In: ALTMAN, Irwin; WOHLWILL, Joachim F.. **Children and the Environment**. 3. ed. Boston: Springer, 1978. p. 175-222. (Human Behavior and Environment)

YAYLALI-YILDIZ, Berna; EK, Fatma İpek; CAN, İşin. Transformation in a housingdesign story: reading the spatial typologies of apartment projects in hatay-izmir. A/z: ITU. **Journal of Faculty of Architecture**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 123-137, 2018. (LookUs Bilisim A.S).

YUNITSYNA, Anna. Evaluation of contemporary housing in Tirana using space syntax visibility graphs. **Journal of Housing and The Built Environment**, [S.L.], p. 1-19, 26 jul. 2022. Springer Science and Business Media LLC.

ZAGO, Ana Paula S. M.; VILLA, Simone B. Percepção da qualidade dos espaços de morar: avaliação pós-ocupação do Residencial Parque Univille – Uberaba. In: 4º Congresso Internacional na Habitação no Espaço Lusófono, 2017, Porto, Covilhã. **Anais [...]**. Porto, Covilhã: 4º CIHEL, 2017.

ZIMRING, Craig; RASHID, Mahbub; KAMPSCHROER, Kevin. **Facility Performance Evaluation (FPE)**. 2016. Disponível em: <https://www.wbdg.org/resources/facility-performance-evaluation-fpe>. Acesso em: 10 fev. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A: Síntese qualitativa das publicações sobre o tema-chave da PRIVACIDADE

PRIVACIDADE											
Nº	Publicação	Autor	Ano	Título	Objetivo	Localização	S	PI	D	E	R
							Amostra	Dimensões da privacidade	Instrumentos	Avaliação	Tipo de pesquisa
P01	Urban Studies	Arviv, T.; Eizenberg, Et.	2021	Residential coexistence: Anonymity, etiquette and proximity in high-rise living	Examinar a convivência residencial e cultivo de uma identidade residencial compartilhada para moradores da classe média etnonacional mista.	Israel (Islã e judeus)	21 judeus e árabes de classe média moradores de complexos de arranha-céus	Física, social, psicológica	Entrevista, walkthrough	Entorno, interações sociais	Qualitativa
P02	Gender Issues	Chauhan, P.	2022	"I Have No Room of My Own": COVID-19 Pandemic and Work-From-Home Through a Gender Lens	Estudar as experiências de gênero relacionadas ao trabalho em casa de homens e mulheres durante a pandemia	Índia	30 casais com dupla renda	Física, social.	Entrevista	Atividades domésticas, interações sociais, controle	Qualitativa
P03	Journal of Housing and the Built Environment	McCartney, S.; Rosenvasser, X.	2022	New student residence unit typologies: introducing Housing Unit Classification (HUC), a framework for understanding student socialization	Propor uma Classificação de Unidades Habitacionais com base em padrões profissionais (ACUHO-I) para gerar uma tipologia de unidades diferenciadas de moradia estudantil	Canadá	-	física, social, psicológica	Revisão da literatura	Tipologia habitacional, organização espacial, densidade, controle	Qualitativa
P04	Housing, Theory and Society	Put, B.; Pasteels, I.	2022	Motivational Barriers to Shared Housing: The Importance of Meanings of "Home" in the Diffusion of Housing Innovations	Mapear motivações ou racionalizações por trás de (não) compartilhar vários tipos de espaços domésticos em diferentes contextos.	Bélgica	70 entrevistados de diferentes lugares da região	Social, psicológica	Entrevista	Significado de lar, atividades domésticas, controle, preferências dos usuários	Qualitativa
P05	Journal of Housing and the Built Environment	Overtoom, M.E.; 2 Elsinga, M. G.; Bluyssen, P.M.	2022	Towards better home design for people in temporary accommodation: exploring relationships between meanings of home, activities, and indoor environmental quality	Investigar se diferentes significados de lar podem influenciar como as acomodações são utilizados, com foco nas atividades e preferências dos usuários em relação à qualidade ambiental interna.	Holanda	141 estudantes universitários, 58 refugiados, 23 trabalhadores que moram que habitações temporárias	física, social, psicológica	Questionário	Elementos arquitetônicos, significado de lar, atividades domésticas, preferências dos usuários	Qualitativa
P06	Journal of Housing and the Built Environment	Yunitsyna, A.	2022	Evaluation of contemporary housing in Tirana using space syntax visibility graphs	Avaliar as propriedades espaciais dos apartamentos que estão localizados nas áreas urbanas mais densas de Tirana, Albania.	Albania	59 apartamentos	Física, social	Análise sintática	Hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Estudo de caso
P07	Journal of Architecture and Urbanism	Danaeinia, A.	2021	The sense of entrance to a place in kashan historical houses	Examinou as características integração e integridade, o raio de visão e a profundidade visual na entrada de nove casas históricas em Kashan	Irã	9 edifícios históricos	Física, social.	Observação, análise sintática	Hierarquia de acessibilidade, organização espacial, controle	Qualitativa
P08	Energy Research & Social Science	Del Rio, D.D.F.; Sovacool, B. K.; Martiskainen M.	2021	Controllable, frightening, or fun? Exploring the gendered dynamics of smart home technology preferences in the United Kingdom	Identificar quais os fatores moldam as diferentes percepções de gênero e as implicações disso para a sustentabilidade futura e o design tecnológico das casas inteligentes	Reino Unido	1032 moradores de casa com automação	física, social, psicológica, informacional	Questionário, grupo focal	Elementos arquitetônicos, atividades domésticas, controle, preferências dos usuários	Qualitativa
P09	HOUSING AND SOCIETY	Galford, G.; Peek, G.	2021	Seclusion and surveillance within the home: the role of privacy in housing design	Examinar o papel da reclusão dentro de casa e ajudar a determinar a localização adequada dos controles para definir zonas de privacidade e vigilância.	Estados Unidos	-	física, social, informacional	Revisão da literatura	Controle, organização espacial, interações sociais, automação	Qualitativa
P10	Environment – Behaviour Proceedings Journal	Suryadi, et al.	2022	The Spatial Visibility within the Low-income Housing Living Unit	Explorar o relacionamento entre espaço e usuários avaliando a visibilidade de cada um dos espaços nas unidades usando a sintaxe do espaço como ferramenta analítica	Malásia	2 apartamentos	Física, social	Análise sintática	Hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Estudo de caso
P11	Housing, Theory and Society	Walsh, M.; Arthurson, K.; Levin, I.	2021	Obtrusive Intimacy in Multi-Owned Housing: Exploring the Impacts on Residents' Health and Wellbeing	Explorar a questão do ruído em pequenas moradias multipropriedade e seus impactos na privacidade, no relacionamento entre vizinhos, na saúde e bem-estar.	Austrália	26 moradores de condomínios multipropriedade e 5 administradores das moradias	física, social, psicológica	Entrevista	Elementos arquitetônicos, interações sociais, controle, estresse, entorno.	Qualitativa
P12	Journal of Housing and the Built Environment	Kalina, M.	2020	"A neighbourhood of necessity": creating home and neighbourhood within subsidised aged housing in Durban, South Africa	Explorar como os indivíduos que vivem em habitações antigas financiadas pelo Estado transformam o ambiente construído através de práticas de vida cotidiana e como o ambiente construído do edifício molda o seu senso de lar, pertencimento e vizinhança.	África do Sul	12 moradores e administradores das moradias	física, social, psicológica	Grupo focal	Significado de lar, entorno, interações sociais	Qualitativa
P13	International Journal of Architecture and Planning	Pourvahidi, P	2020	Privacy Cognition of Spaces by Agraph Tools in Temperate Humid Climatic Region of Iran	Entender a configuração entre os espaços usando o método da sintaxe espacial.	Irã (Islã)	4 tipos diferentes de edifícios tradicionais iranianos	Física, social	Análise sintática	Hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Estudo de caso

Continua...

Continuação...

P 1 4	Journal of Housing and the Built Environment	Willems, S; De Smet, H; Heylighen, A	2020	Seeking a balance between privacy and connectedness in housing for refugees	Contribuir para a compreensão do significado social da casa e como ela se relaciona com a aparência material de uma habitação, abordando seu impacto no contexto de moradia para refugiados.	Trans-cultural	3 famílias em diferentes tipos de habitação para refugiados	física, psicológica, social	Entrevista, diário de atividades, análise de fotos, walkthrough	Satisfação dos usuários, preferências dos usuários, significado de lar, cultura, atividades domésticas, objetos pessoais	Qualitativa e estudo de caso
P 1 5	Housing Studies	Elmansuri, S; Goodchild, B	2019	Tradition, modernity and gender in the Arab home: a study from Tripoli (Libya)	Examinar o significado e o projeto da casa na sociedade árabe da Líbia, com "casa" entendida como uma montagem de espaços, práticas, objetos associados às práticas e representações de espaços.	Líbia (Islã)	322 respondentes para o questionário, 18 arquitetos e 22 moradores para entrevistas e grupos focais	física, psicológica, social	Entrevista, grupo focal, questionário, análise de fotos, análise sintática	Significado de lar, cultura, satisfação dos usuários, objetos pessoais, hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Multi-método
P 1 6	TU A Z •	Yaylali-Yildiz, B.Y.; Ek, F.I.; Can, I.	2018	Transformation in a housing-design story: Reading the spatial typologies of apartment projects in Hatay-Izmir	Discutir como o conceito de privacidade alterou-se por meio da sintaxe espacial em tipologias de apartamentos recentes e suas repetições.	Turquia	8 apartamentos modernos e 6 construídos entre 1950 e 1960 e demolidos	Física, social	Entrevista, análise sintática	Hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Qualitativa e estudo de caso
P 1 7	Frontiers of Architectural Research	Alitajer, S; Nojourni, GM	2016	Privacy at home: Analysis of behavioral patterns in the spatial configuration of traditional and modern houses in the city of Hamedan based on the notion of space syntax	Analisar os padrões de comportamento nas configurações espaciais de tradicionais e casas modernas em Hamadã.	Irã (Islã)	4 casas tradicionais e 4 modernas em complexo de edifícios residenciais	Física, social	Revisão da literatura, análise sintática	Cultura, hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Estudos de caso
P 1 8	Habitat International	Tomah, AN; Ismail, HB; Abed, A	2016	The concept of privacy and its effects on residential layout and design: Amman as a case study	Estudar a relação entre os espaços interiores através do tema da privacidade nos edifícios residenciais modernos de Amã.	Jordânia (Islã)	245 plantas de empresas do setor privado	Física, social	Análise de projeto	Hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Estudos de caso
P 1 9	Frontiers of Architectural Research	Othmann, Z; Aird, R; Buys, L	2015	Privacy, modesty, hospitality, and the design of Muslim homes: A literature review	Revisar a literatura sobre privacidade, modéstia e hospitalidade nos lares muçulmanos.	Lares muçulmanos	19 publicações entre 1986 e 2013	Física, social	Análise documental	Cultura, hierarquia de acessibilidade, elementos arquitetônicos	Revisão da literatura
P 2 0	International Journal of Architectural Research	Fallah, SN; Khalili, A; Rasdi, MTB	2015	Privacy as a cultural value in traditional Iranian housing; Lessons for Modern Iranian High Density Vertical Development (HDVD) Housing	Estabelecer uma estrutura para melhorar a organização espacial das modernas habitações vertical de alta densidade (HDVD) em desenvolvimento iraniano por meio de lições aprendidas com as habitações tradicionais iranianas.	Irã (Islã)	5 arquitetos e 15 moradores edifícios verticais modernos de classe média	Física, social	Observação, entrevista, grupo focal, análise de fotos, análise de projeto	Cultura, hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Qualitativa e estudo de caso
P 2 1	Procedia - Social and Behavioral Sciences	Rahim, ZA	2015	The Influence of Culture and Religion on Visual Privacy	Examinar as questões relacionadas à privacidade visual das famílias muçulmanas malaianas no contexto das casas com terraço nas áreas urbanas, na Malásia.	Malásia (Islã)	374 entrevistados em 11 casas com terraço de 2 andares e 3 quartos	física, psicológica, social	Questionário, análise de projeto, observação	Cultura, satisfação dos usuários, elementos arquitetônicos	Qualitativa e estudo de caso
P 2 2	open house international	Nejadriahi, H; Dincyurek	2015	Identifying privacy concerns on the formation of courtyards	Analisar e identificar a posição do pátio na organização espacial das casas tradicionais de Kashan em relação à privacidade questões, bem como o grau de interação social	Irã	8 casas pátio	Física, social	Análise sintática	Cultura, hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Qualitativa
P 2 3	Procedia - Social and Behavioral Sciences	Razali, NHM; Talib, A	2013	Aspects of Privacy in Muslim Malay Traditional Dwelling Interiors in Melaka	Investigar o comportamento dos moradores das habitações tradicionais malaianas muçulmanas relacionado ao zoneamento do gradiente de privacidade, crenças religiosas, atividades diárias e culturas das famílias malaianas muçulmanas.	Malásia (Islã)	02 famílias de casas tradicionais	Física, social	Observação, entrevista	Cultura, hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Qualitativa
P 2 4	Built Environment	Lindsay, M. Williams K., Dair, C.	2012	Is There Room for Privacy in the Compact City?	Investigar a relação entre as características de projetos de novos empreendimentos habitacionais compactos e as percepções dos residentes sobre a privacidade na casa, em termos de visuais e ruído.	Inglaterra	13 habitações sustentáveis e 659 residentes	física, social, psicológica	Checklist e questionário	Entorno, sustentabilidade, satisfação do usuário	Qualitativa e estudo de caso
P 2 5	Journal of Interior Design	Pable, J	2012	The Homeless Shelter Family Experience: Examining the Influence of Physical Living Conditions on Perceptions of Internal Control, Crowding, Privacy, and Related Issues	Determinar a natureza e os efeitos percebidos dos recursos de controle pessoal em um quarto de abrigo.	EUA	2 famílias de mães solteiras com crianças	física, social, psicológica	Entrevista, questionário, análise de fotos	Satisfação dos usuários, estresse, controle, elementos arquitetônicos, objetos pessoais	Qualitativa e estudo de caso
P 2 6	17th International Symposium on Electronic Art	Cetkovic, A.	2011	Privacy in the House of the Future	Analisar os aspectos sociais e arquitetônicos das soluções tecnológicas para manter privativos os dados coletados pelos sistemas de automação das casas inteligentes e compará-las com as questões de privacidade na Internet.	EUA	N.A.	Social, informacional	Análise documental	Automação	Revisão da literatura
P 2 7	Home cultures	Sobh, R; Belk, RW	2011	PRIVACY AND GENDERED SPACES IN ARAB GULF HOMES	Examinar se as caracterizações dos espaços femininos como locais que diminuem sua autoestima e liberdade são consistentes com as experiências de mulheres no Catar contemporâneo.	Golfo árabe (Islã)	24 famílias de classe média proprietárias (donas) de casas por um período maior que 2 anos	física, social, psicológica	Observação, entrevista	Significado de lar, cultura, preferências dos usuários, objetos pessoais, organização espacial	Qualitativa

Continua...

Continuação...

P 2 8	Infohabitar	Coelho, A. B.	2 0 1 1	A privacidade arquitectónica no habitar I e II	Apontar alguns aspectos que têm sido sistematicamente ponderados, na sequência da aplicação dos conceitos ligados aos diversos rumos de qualidade arquitetônica residencial.	Portugal	NA	Física, social	Análise documental	Hierarquia de acessibilidade, entorno, tipologia habitacional, elementos arquitetônicos, organização espacial.	Revisão da literatura
P 2 9	Asian Social Science	Mustafa F. A.; Hassan, A. S.; Baper, S. Y.	2 0 1 0	Using Space Syntax Analysis in Detecting Privacy: A Comparative Study of Traditional and Modern House Layouts in Erbil City, Iraq	Examinar os parâmetros para obtenção de privacidade no uso de espaços interiores domésticos e em que medida estes influenciam a distribuição dos espaços.	Iraque	20 casas tradicionais e modernas	Física, social	Análise sintática	Hierarquia de acessibilidade, organização espacial	Qualitativa
P 3 0	Home cultures	Daniels, I	2 0 0 8	JAPANESE HOMES INSIDE OUT	Contestar as representações nativas e estrangeiras do Japão como o "outro" por excelência, com foco na especificidade da categorização japonesa de dentro para fora, usada pela amostra selecionada.	Japão	5 famílias de classe média (foco) e análise de 25 casas	Física, social	Observação	Cultura, elementos arquitetônicos, preferências dos usuários, interações sociais, entorno	Qualitativa
P 3 1	Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science	Hashim, et al.	2 0 0 6	Visual privacy and family intimacy: a case study of Malay inhabitants living in two-storey low-cost terrace housing	Entender a necessidade de privacidade, mecanismos reguladores e as consequências envolvidas no processo de obtenção de privacidade para os moradores malaios de casas de baixo custo com terraço e dois andares em Selanogs, Malásia.	Malásia (Islã)	6 famílias em casas de 2 andares com terraço de baixo custo,	física, social, psicológica	Entrevista, observação, análise de projeto	Organização espacial, elementos arquitetônicos, interações sociais, cultura.	Qualitativa e estudo de caso
P 3 2	Ambiente construído	Reis, A.; Lay, M. C.	2 0 0 3	Privacidade na habitação: atitudes, conexões visuais e funcionais	Examinar a adequação da privacidade visual no interior das unidades habitacionais e aspectos associados às conexões visuais, a relação entre o número médio de espaços visualizados e o número médio de espaços nas moradias em cada conjunto, e os tipos de espaços visualizados.	Brasil	374 moradores em 12 conjuntos na região metropolitana de Porto Alegre	física, social, psicológica	Questionário, entrevistas, análise sintática	Satisfação dos usuários, organização espacial, tipologia habitacional, hierarquia de acessibilidade	Qualitativa e estudo de caso
P 3 3	Housing studies	Ozaki, R	2 0 0 2	Housing as a reflection of culture: Privatised living and privacy in England and Japan	Verificar se existem relações causais entre os valores culturais e a forma física de habitação da Inglaterra e Japão contemporâneos, como é argumentado por vários estudos sociológicos.	Japão e Inglaterra	269 casas particulares construídas pelo mercado imobiliário desde 1970, com 55 respondentes do Japão e 56 da Inglaterra	física, social, psicológica	Questionário, entrevistas, análise documental	Cultura, organização espacial, preferências dos usuários	Estudo comparativo
P 3 4	Environment and Behavior	Kaya, N; Erkip, F	2 0 0 1	Satisfaction in a dormitory building - The effects of floor height on the perception of room size and crowding	Examinar os efeitos da altura do pavimento na percepção da aglomeração e do tamanho da sala, como um aspecto importante da satisfação com um edifício de dormitórios (estudantis).	Turquia	160 residentes de dormitórios em 2 edifícios de 5 andares com mesma planta.	física, social, psicológica	Questionário	Satisfação dos usuários, preferências dos usuários, estresse, elementos arquitetônicos	Qualitativa
P 3 5	Journal of Architectural and Planning Research	Al-Kodmany, K	2 0 0 0	Women's visual privacy in traditional and modern neighborhoods in Damascus	Testar empiricamente duas visões contrastantes sobre a importância da privacidade residencial para as mulheres em Damasco.	Síria (Islã)	100 mulheres, entre 18 e 40 anos, que vivem em dois bairros tradicionais e modernos de classe média	física, social, psicológica	Questionário	Cultura, satisfação dos usuários, elementos arquitetônicos, atividades domésticas	Qualitativa e estudo de caso
P 3 6	Journal of Comparative Family Studies	Chan, YK	2 0 0 0	Privacy in the family: Its hierarchical and asymmetric nature	Fornecer mais informações sobre como as pessoas de Hong Kong diferenciam privacidade pessoal da privacidade familiar ou, em particular, sobre os padrões e características dos zoneamentos de privacidade dentro da família	China	414 residentes de Hong Kong com 18 anos ou mais	Social, informacional	Questionário	Cultura, interações sociais, controle	Qualitativa
P 3 7	Journal of Planning Education and Research	Day, L.	2 0 0 0	Choosing a House: The Relationship Between Dwelling Type, Perception of Privacy and Residential Satisfaction	Medir a satisfação dos residentes em dois novos loteamentos suburbanos de alta densidade em casas isoladas e geminadas.	EUA	140 residentes de casas isoladas e geminadas	Física, psicológica	Entrevista	Satisfação dos usuários, preferências dos usuários, entorno, elementos arquitetônicos	Qualitativa e estudo de caso

Fonte: elaboração própria, 2023. - Adaptado de: Cooke; Smith; Booth (2012)

Apêndice B: Síntese qualitativa das publicações sobre o tema-chave da TERRITORIALIDADE E ESPAÇO PESSOAL

TERRITORIALIDADE E ESPAÇO PESSOAL

Nº	Publicação	Autor	Ano	Título	Objetivo	Localização	S	PI	D	E	R
							Amostra	Dimensões da privacidade	Instrumentos	Avaliação	Tipo de pesquisa
T01	Anthropology in Action	Nguyen, V.M	2020	Alone Together Intimacy and Semi-Mobility during Ho Chi Minh City's Lockdown	Analisar como COVID-19 influenciou a intimidades e as formas alternativas de sociabilidade dentro e fora do espaço doméstico.	Vietnã	N.A	Social, física	Análise documental	Organização espacial, interações sociais, mobilidade residencial	Etnográfica
T02	Home Cultures	Connellan, K	2019	My Room, My Home, My Self Objects of memory in residential aged care	Analisar o equilíbrio entre considerações práticas e emocionais na escolha e presença dos objetos pessoais nos quartos dos residentes.	Australia	13 idosos residentes, 3 membros da família e 7 membros da instituição.	Física, psicológica	Entrevista, observação, análise de fotos	objetos pessoais, significado de lar, interações sociais	Etnográfica
T03	Journal of Environmental Psychology	Morrison, CD; Poulin, MJ; Holman, EA	2018	Gender, genes, and the stress-buffering benefits of home: Evidence from two national US studies	Fornecer evidências de como a tipologia habitacional (unifamiliar e multifamiliar) como um amortecedor de estresse entre os indivíduos e identificar uma base biológica potencial para este fenômeno.	EUA	9.092 participantes escolhidos por amostragem em 2 estudos.	Física, psicológica	Questionário, coleta de DNA	Tipologia habitacional, estresse, estudo genético	Estudo comparativo
T04	Revista de Psicologia Social	Poggio, L; et al.	2018	The objects that personalize bedrooms and their relationship with attachment and self	Estabelecer as categorias em que os objetos contidos nos quartos podem ser organizados e avaliar em que medida essas categorias estão relacionadas ao <i>self</i> estendido e ao apego.	México	Estudo 1: 77 alunos; Estudo 2: 56 alunos; Estudo 3: 144 alunos universitários.	Física, psicológica	Questionário, cartão de imagens	objetos pessoais, traços de personalidade	Qualitativa
T05	Journal of Environmental Psychology	Perez-Lopez, R; Aragonés, JI; Amerigo, M	2017	Primary spaces and their cues as facilitators of personal and social inferences	Estudar as inferências feitas sobre os ocupantes de espaços não compartilhados e compreender os vestígios utilizados para inferir as características pessoais e sociais dos residentes.	Espanha	Estudo 1: 214 participantes; Estudo 2: 150 participantes universitários	Física, psicológica	Questionário, cartão de imagens	Traços de personalidade, objetos pessoais	Estudo comparativo
T06	Habitat International	Wang, Fet al.	2017	Create, control and have territories or secret places: A comparative study of children's play territoriality in their daily outdoor environments between Beijing's urban villages and modern residential areas	Examinar a seleção, a psicologia e o comportamento territorial de crianças de 8 a 12 anos, quando brincam ao ar livre, comparando grupos que vivem em vilas urbanas e áreas residenciais modernas.	China	Estudo: 10 crianças. Estudo 02: 383 crianças de escolas primárias.	física, social, psicológica	Questionário, entrevista	Preferências dos usuários, atividades domésticas, demarcação dos espaços, controle	Qualitativa
T07	Habitat International	Farkisch, H; Ahmadi, V; Che-Ani, AI	2015	Evaluation of neighborhood center attributes on resident's territoriality and sense of belonging a case study in Boshrooyeh, Iran	Focar na percepção dos residentes e o favorecimento de um senso de territorialidade em contextos físicos e psicológicos.	Irã	174 entrevistados que moravam em um centro urbano.	física, social, psicológica	Observação, questionário	Preferências dos usuários, controle	Qualitativa
T08	TerraPlural.	Maia, R. S.	2012	Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares	Abordar a casa dos segmentos populares nas suas múltiplas dimensões – objetiva/subjetiva/intersubjetiva – demonstrando como suas velhas e novas funções revelam-se por intermédio das territorialidades que emergem em seu contexto	Brasil	Moradores do bairro com casas populares.	Física, psicológica	Análise documental, entrevista, observação, análise de fotos	Significado de lar, organização espacial, elementos arquitetônicos	Qualitativa
T09	Journal of Housing and the Built Environment	Kintrea, K; Bannister, J; Pickering, J	2010	Territoriality and disadvantage among young people: an exploratory study of six British neighbourhoods	Explorar as fontes, as características e os impactos da territorialidade entre os jovens em bairros desfavorecidos e considerar até que ponto a territorialidade é uma fonte distinta de desvantagem.	Reino Unido	55 adultos e jovens entre 11 e 20 anos em seis vizinhanças britânicos.	física, social, psicológica	Entrevista, grupo focal e mapas mentais.	Entorno, interações sociais	Qualitativa
T10	Culture & Psychology	Giorgi, S; Padiglione, V; Pontecorvo, C	2007	Appropriations: Dynamics of domestic space negotiations in Italian middle-class working families	Investigar, por meio do estudo etnográfico de oito famílias italianas, as maneiras como os membros da família traçam as barreiras entre os espaços das casas, os apropria e os personaliza.	Itália	8 famílias compostas por pai, mãe e pelo menos dois irmãos.	física, social, psicológica	Observação, análise de fotos, vídeos, entrevistas	Organização espacial, objetos pessoais, interações sociais, significado de lar	Etnográfica
T11	Environment and Behavior	Gosling, SD; et al.	2005	The personal living space cue inventory - An analysis and evaluation	Apresentar e avaliar um novo instrumento, o Inventário de vestígios de Espaço Pessoal (PLSCI), projetado para documentar de forma abrangente as características do Espaço de Vida Pessoal (PLS)	EUA	Revisão da literatura e 396 universitários	Física, psicológica	Matriz de escolhas e teste de validação do instrumento.	Traços de personalidade, objetos pessoais	Elaboração de método
T12	Journal of Environmental Psychology	Dunstan, F; et al.	2005	An observation tool to assist with the assessment of urban residential environments	Relatar a construção de um instrumento de pesquisa, conhecido como Ferramenta de Avaliação do Ambiente Residencial (REAT), com base em observações em 51 áreas residenciais diferentes dentro de um bairro em Gales do Sul.	País de Gales	1.058 entrevistados (647 famílias) em 51 códigos postais diferentes.	Física, social	Questionário	Entorno, espaço defensável e segurança	Elaboração de método
T13	Environment and Behavior	Brunson, L; Kuo, FE; Sullivan, WC	2001	Resident appropriation of defensible space in public housing - Implications for safety and community	Examinar até que medida os residentes defendem e de que outras formas se apropriam os espaços do entorno da casa relaciona-se às consequências previstas pela teoria do espaço defensável.	EUA	91 moradores de habitação social.	física, social, psicológica	Questionário	Entorno, interações sociais	Qualitativa
T14	Série: Textos de alunos de Psicologia Ambiental	Paiva, D. S.; Mendes, G. R.	2001	"Onde se pode ficar nu" – Territorialidade e privacidade na Casa do Estudante Universitário da UnB.	Verificar comportamentos e percepções de privacidade territorialidade dos moradores no ambiente da Casa do Estudante Universitário(CEU) da UnB, levando em conta as diferenças entre apartamentos, em função da convivência em grupo e da arquitetura do espaço	Brasil	87 moradores de residências estudantis.	física, social, psicológica	Questionário	Percepções dos usuários, demarcação dos espaços controle, interações sociais	Qualitativa

Fonte: elaboração própria, 2021 - Adaptado de: Cooke; Smith; Booth (2012)

Apêndice C: Síntese qualitativa das publicações sobre o tema-chave da AGLOMERAÇÃO

AGLOMERAÇÃO											
N ^o	Publicação	Au tor	A no	Título	Objetivo	Localização	S	PI	D	E	R
							Amostra	Dimensões da privacidade	Instrumentos	Avaliação	Tipo de pes-quisa
A01	Journal of Environmental Psychology	Fornara, F., et al.	2022	Space at home and psychological distress during the Covid-19 lockdown in Italy	Explorar a relação entre casa aglomeração, satisfação residencial e estresse percebido durante um período de confinamento	Italia	1354 adultos com idade entre 18 e 82 anos	Física, psicológica	Questionário	Densidade, estresse, satisfação dos usuários	Qualitativa
A02	Urban Studies	Wang, X.; Liu, T.	2022	Home-made blues: Residential crowding and mental health in Beijing, China	Examinar a relação entre aglomeração residencial e depressão em moradores formalmente registrados no país	China	4.061 adultos, entre 18 e 59 anos, com residência formal em Pequim.	Física, psicológica	Questionário	Densidade, estresse, tipologia habitacional, entorno	Qualitativa
A03	Journal of Environmental Psychology	Thornock, C. M. et al	2019	There's no place like home: The associations between residential attributes and family functioning	Examinar as maneiras pelas quais os elementos reais e percebidos do ambiente doméstico espacial predizem o funcionamento familiar	EUA	164 famílias cujos filhos frequentavam a pré-escola.	física e psicológica	Questionário	Densidade, interações sociais, suporte social	Qualitativa
A04	Environment and Behavior	Rollings, KA; Evans, GW	2019	Design Moderators of Perceived Residential Crowding and Chronic Physiological Stress Among Children	Examinar a relação entre densidade no interior residências e a aglomeração percebida pelas crianças e investigar o potencial dos atributos de projeto para atenuar os efeitos adversos da aglomeração percebida na saúde mental e no estresse fisiológico das crianças	EUA	341 crianças de baixa e média renda e suas mães	física e psicológica	Entrevista, observação, análise sintática	Densidade, estresse, organização espacial, elementos arquitetônicos	Qualitativa
A05	Urban Health	Chambers, E. C.; Bafna, S; Machry H.	2018	The Association Between Apartment Layout and Depressive Symptomology among Hispanic/Latino Residents in Low-Income Housing: the AHOME Study	Examinar a relação entre o layout do apartamento e a prevalência de sintomas depressivos entre residentes hispânicos / latinos do estudo AHOME.	EUA	291 moradores hispânicos / latinos de apartamentos individuais de baixa renda	física, social e psicológica	Questionário, análise sintática	Depressão, suporte social, organização espacial, desordem	Qualitativa
A06	Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science	Fisher-Gewirtzman, D	2017	The impact of alternative interior configurations on the perceived density of micro apartments	Examinar o impacto de configurações alternativas de interiores na densidade percebida de micro apartamentos por meio de um experimento de realidade virtual em uma visualização controlada em laboratório	EUA	105 universitários	física e psicológica	Experimento controlado, questionário	Percepção dos usuários, densidade, organização espacial, elementos arquitetônicos	Estudo experimental
A07	Psychology. Journal of the Higher School of Economics.	Khachaturova, MR; Nartova-Bochaver, SK	2017	The home environment as a resource of coping behaviour in youth	Testar se uma imagem positiva do ambiente doméstico está ligada à escolha de estratégias de enfrentamento eficientes e seus marcadores são a funcionalidade e relevância do ambiente doméstico, bem como o apego ao lar	Rússia	344 universitários de Economia	psicológica	Questionário	Traços de personalidade, apego ao lar, percepções dos usuários e estratégias de enfrentamento	Qualitativa
A08	Psicothema	Tomas, R; Amerigo, M; Garcia, JA	2016	Bio-psycho-social correlates of the perceived crowding in different contexts	Analisar a experiência de aglomeração por meio de uma abordagem biopsicossocial do comportamento humano, reunindo empiricamente diferentes dimensões analisadas separadamente pela literatura.	Espanha	761 adultos da população em geral	Social, psicológica	Questionário, cartões de imagens	Densidade, traços de personalidade, bem estar, controle	Qualitativa
A09	Journal of Environmental Psychology	Campagna, G	2016	Linking crowding, housing inadequacy, and perceived housing stress	Explicar como a inadequação da habitação afeta as experiências relacionadas ao estresse dos moradores	EUA	1.668 universitários em uma grande área metropolitana	Física, psicológica	Questionário	Estresse, densidade, elementos arquitetônicos, satisfação dos usuários	Qualitativa
A10	Environment and Behavior	Amole, D	2005	Coping strategies for living in student residential facilities in Nigeria	Examinar as estratégias de enfrentamento utilizadas por estudantes em habitações de alta densidade.	Nigéria	1,124 estudantes morando em habitações estudantis	física, social, psicológica	Questionário	Satisfação dos usuários, controle, estratégias de enfrentamento.	Qualitativa
A11	Journal of Environmental Psychology	Gomez-Jacinto, L; Hombradas-Mendieta, I	2002	Multiple effects of community and household crowding	Analisar os efeitos interativos da densidade da comunidade e da densidade domiciliar em dois aspectos muito importantes da vida urbana: estresse psicológico e satisfação residencial; mediados pelo suporte social e comunitário, respectivamente.	Espanha	450 residentes em área urbana.	física, social, psicológica	Questionário	Densidade, satisfação dos usuários, estresse, interações sociais.	Qualitativa
A12	Merrill-Palmer Quarterly	Corapci, F; Wachs, TD	2002	Does parental mood or efficacy mediate the influence of environmental chaos upon parenting behavior?	Examinar se a baixa eficácia e o humor negativo dos pais agem para mediar as relações entre o caos ambiental e o comportamento dos pais	EUA	57 bebês caucasianos	física, social, psicológica	Questionário, observação	Densidade, atividades domésticas, interações sociais e percepções dos usuários.	Qualitativa
A13	The Journal of Social Psychology	Sinha, SP; Nayyar, P	2000	Crowding effects of density and personal space requirements among older people: The impact of self-control and social support	Investigar o impacto da percepção de apoio social e autocontrole para atenuar os efeitos de aglomeração da densidade entre pessoas mais velhas	India	300 idosos, em famílias de alta e baixa densidade	física, social, psicológica	Questionário, simulação de distância pessoal.	Densidade, preferências dos usuários, controle, interações sociais	Qualitativa
A14	Journal of Personality and Social Psychology	Evans, GW; Lepore, SJ; Allen, KM	2000	Cross-cultural differences in tolerance for crowding: Fact or fiction?	Examinar criticamente se as culturas diferem em sua tolerância para aglomeração.	Trans-cultural	464 famílias há, no mínimo 6 meses, na residência atual e há 2 anos, no país.	física, social, psicológica	Entrevista	Cultura, entorno, elementos arquitetônicos, estresse, estratégias de enfrentamento	Qualitativa

Fonte: elaboração própria, 2021 - Adaptado de: Cooke; Smith; Booth (2012)

Apêndice D: Síntese qualitativa das publicações sobre o tema-chave da SOLIDÃO

SOLIDÃO

Nº	Publicação	Autor	Ano	Título	Objetivo	Localização	S	PI	D	E	R
							Amostra	Dimensões da privacidade	Instrumentos	Avaliação	Tipo de pesquisa
S01	British Journal of Social Psychology	Sawyer; Fardghassemi; Joffe.	2022	How the home features in young adults' representations of loneliness: The impact of COVID-19	Explorar a associação entre a solidão e o lar para obter uma compreensão de como o lar se apresenta nas representações de solidão dos jovens adultos tanto antes e durante a pandemia da COVID-19	Reino Unido	48 adultos jovens antes e 35 durante a pandemia	Social, psicológica	Entrevista, questionário	Entorno, interações sociais, significado de lar	Qualitativa
S02	British Journal of Health Psychology	Merino, M.D. et al.	2021	What makes one feel eustress or distress in quarantine? An analysis from conservation of resources (COR) theory	Identificar quais variáveis que, em uma situação de confinamento sob ameaça de COVID-19, preveem o bem-estar ou o estresse.	Espanha	839 adultos durante o período de isolamento social em casa	Social, psicológica	Questionário	Traços de personalidade, atividades domésticas, suporte social	Quantitativa
S03	Cienc. Saúde Coletiva	Bezerra et al.	2020	Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19	Descrever, a partir da percepção dos respondentes, aspectos relacionados ao comportamento das pessoas e como estas estão sendo afetadas durante o isolamento social da COVID-19	Brasil	16.440 adultos durante o período da pandemia.	Física, psicológica	Questionário	Estresse, horas de sono, satisfação dos usuários atividade física, elementos arquitetônicos e densidade	Quantitativa
S04	J. Health Biol Sci.	Silva et al. al	2020	Influência das condições de bem-estar domiciliar na prática do isolamento social durante a Pandemia da Covid-19	Avaliar a influência de elementos de bem-estar domiciliar na prática do isolamento social durante a pandemia da COVID-19	Brasil	16.440 adultos durante o período da pandemia.	física	Questionário	Horas de sono, atividade física, elementos arquitetônicos, presença de idosos	Quantitativa
S05	Social Science & Medicine	Buecker, S. et al.	2020	Changes in daily loneliness for German residents during the first four weeks of the COVID-19 pandemic	Investigar mudanças nas médias de solidão diária e quais grupos sociodemográficos são particularmente suscetíveis a aumentos na solidão diária	Alemanha	4.844 adultos durante o período de isolamento social em casa	Social, psicológica	Registro diário	Atividades domésticas, suporte social	Quantitativa
S06	Journals of Gerontology: Psychological Sciences	Losada-Baltar, A. et al.	2020	"We Are Staying at Home." Association of Self-perceptions of Aging, Personal and Family Resources, and Loneliness With Psychological Distress During the Lock-Down Period of COVID-19	Analisar os riscos relacionados ao surto de COVID-19 para explicar a solidão e estresse nas pessoas expostas ao isolamento social.	Espanha	1.310 adultos durante o período de isolamento social em casa	Social, psicológica	Questionário	Medo de infecção, estresse, suporte social	Quantitativa
S07	Ecological Applications	Soga, M., et al.	2020	A room with a green view: the importance of nearby nature for mental health during the COVID-19 pandemic	Determinar a associação entre saúde mental e duas medidas de experiências da natureza	Japão	3.000 adultos	Física, psicológica	Questionário	Percepção de bem estar, entorno	Qualitativa
S08	Healthcare	Takashima, r. et al	2020	Perception of COVID-19 Restrictions on Daily Life among Japanese Older Adults: A Qualitative Focus Group Study	Examinar as percepções de idosos residentes na comunidade sobre como o COVID-19 restringia suas vidas cotidianas.	Japão	24 residentes de áreas urbanas e rurais	Social, psicológica	Grupo focal	Medo de infecção, atividades domésticas, interações sociais	Qualitativa
S09	Psychological Science	Matthews, et al.	2019	Loneliness and Neighborhood Characteristics: A Multi-Informant, Nationally Representative Study of Young Adults	Investigar como as características da vizinhança onde os jovens vivem relacionam-se com seus sentimentos de desconexão social, usando um grupo contemporâneo e nacionalmente representativo de residentes do Reino Unido	Reino Unido	2.066 crianças gêmeas.	Física, psicológica	Observação, questionário, entrevista	Entorno, interações sociais, depressão	Qualitativa
S10	Personality and Social	Arpin, SN; Mohr, CD; Brannan, D	2015	Having Friends and Feeling Lonely: A Daily Process Examination of Transient Loneliness, Socialization, and Drinking Behavior	Explorar, pela metodologia de processo diário, as associações temporais entre aumentos na solidão e subsequentes resultados de saúde e comportamento social, consistente com categorias conhecidas de respostas à solidão.	EUA	49 adultos residentes em área metropolitana.	Social, psicológica	Questionário	Suporte social, interações sociais, consumo álcool	Qualitativa
S11	The Journal of Psychology	Ruiz-Casares, M	2012	When It's Just Me at Home, It Hits Me That I'm Completely Alone: An Online Survey of Adolescents in Self-Care	Explorar as experiências de solidão dos adolescentes em autocuidado e os seus sentimentos de isolamento e solidão nesse contexto	Canadá	272 entrevistados com idades entre 10 e 17 anos que ficam em casa sozinhos	Social, psicológica	Questionário	Satisfação dos usuários, estabilidade emocional e estratégias de enfrentamento.	Qualitativa
S12	PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO	Vasconcelos, B. R.; Próchno, C.; Silva, L.	2012	Lofts: Habitações para Além do Contexto Moderno	Dialogar, a partir de perspectivas críticas acerca das implicações que emergem da resignificação do espaço da casa, locus das relações interpessoais contemporâneas	Brasil	-	física, social, psicológica	Pesquisa documental	Tipologia habitacional, significado de lar, interações sociais.	Revisão da literatura.
S13	Computers in Human Behavior	Stepanikova, I; Nie, NH; He, XB	2010	Time on the Internet at home, loneliness, and life satisfaction: Evidence from panel time-diary data	Examinar se a solidão e a satisfação com a vida estão associadas ao tempo gasto em casa em várias atividades na Internet	EUA	13.776 estadunidenses de 18 a 70 anos.	Dimensão social e psicológica	Questionário	Satisfação com a vida, atividades domésticas (internet)	Qualitativa

Fonte: elaboração própria, 2023. Adaptado de: Cooke; Smith; Booth (2012)

Apêndice E: Levantamento de trabalhos acadêmicos sobre APO e habitação vertical produzida pelo mercado imobiliário a partir dos anos 2000

Autor	Ano	Título	Objetivo	Instrumentos APO	Instituição	Publicação
Londe	2001	A aplicação do QFD no projeto da edificação	*	*	UF RJ	Doutorado
Santos Filho	2002	Avaliação do impacto da implantação do sistema da qualidade nas empresas certificadas em Maceió: um enfoque na avaliação pós-ocupação	Aliar a aplicabilidade e da APO (avaliação pós-ocupação) na avaliação dos impactos da implantação do Sistema da Qualidade nas empresas certificadas em Maceió	Questionário	UF PB	Mestrado
Cardoso	2003	Avaliação da satisfação de usuários de imóveis residenciais: uma comparação entre incorporação pública e privada em Belém	Avaliar e analisar a satisfação de usuários residenciais de edificações multifamiliares, levando em conta a correlação de perfil socioeconômico, do processo de mobilidade residencial e dos atributos determinantes da tomada de decisão destes usuários.	Levantamento geral de dados, questionários e entrevista	UF PA	Mestrado
Albuquerque	2004	Para que servem hoje nossas cozinhas? :uma análise de uso das	Analisar cozinhas de apartamentos de condomínios residenciais verticais,	Levantamento geral de dados, questionários e análise de <i>behavior setting</i>	UF RN	Mestrado

		cozinhas do Plano 100	com mesmo projeto e tempos de ocupação diferentes.			
Machado	2005	Avaliação simultânea dos determinantes de satisfação do usuário de imóveis residenciais : estudos de casos no segmento Classe Média da Região Metropolitana do Recife/PE	Avaliar o nível de satisfação dos usuários de imóveis residenciais de classe média por meio da mensuração de determinantes de satisfação das emoções e atribuições emitidas pelo cliente durante a vivência dos estágios do processo de compra.	Entrevista, observação e questionário	UFPE	Mestrado
Duarte	2007	Indicações para o projeto arquitetônico de edifícios multifamiliares: uma análise pós ocupação em Natal/RN	Discutir o projeto de arquitetura de edifícios residenciais multifamiliares, com ênfase para seus espaços de uso privado e comum, tendo como base a análise técnica e a percepção dos moradores.	<i>Walkthrough</i> , questionário e grupo focal	UFRN	Mestrado
Villa	2008	Morar em apartamentos. A produção dos espaços privados e semi-privados nos edifícios	Contribuir para a reflexão sobre o estado da arte da modalidade habitacional apartamento , propondo um método	Levantamento geral de dados, <i>walkthrough</i> , entrevista com pessoa-chave, pesquisa aberta,	USP	Doutorado

		ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto. Critérios para avaliação pós-ocupação	avaliativo da qualidade habitacional que possa retroalimentar projetos futuros.	questionário, grupo focal, análise de usos		
Martyn	2008	Estágios do ciclo de vida familiar e utilização de áreas de lazer de condomínios residenciais	Identificar qual o perfil do usuário e quais atividades que eles desenvolvem nessas áreas, para então poder definir atributos arquitetônicos que garantam o bom desempenho delas.	Levantamento geral de dados, entrevistas com pessoas chave e questionários.	UFAL	Mestrado

Continua...

Continuação...

Salvati		Avaliação pós-ocupação de edifícios residenciais em alvenaria estrutural	Desenvolver um estudo de avaliação pós-ocupação em edifícios residenciais, com sistema construtivo em alvenaria estrutural, visando avaliar a qualidade das edificações em uso e as reais necessidades dos ocupantes, identificando maneiras de melhorar futuros projetos e	<i>Walkthrough</i> , questionário	UF S M	Mestrado
---------	--	--	---	-----------------------------------	--------------	----------

			desempenho das edificações.			
Ga viã o		Muito além do pavimento térreo. As áreas de lazer no mercado imobiliário em São Paulo	Muito além do pavimento térreo. As áreas de lazer no mercado imobiliário em São Paulo	Questionário, entrevista e grupo focal.	U SP	Mes trad o
M en do nç a		Apartamentos mínimos contemporâneos: análises e reflexões para obtenção da sua qualidade	Analisar as inadequações geradas pela minimização de apartamentos, seus efeitos sobre os modos de morar, apresentando recomendações que norteiem a melhoria da qualidade funcional desses espaços.	Levantamento geral de dados, pesquisa de perfis familiares e questionário com análise de usos	UF U	Mes trad o
Br an dã o		Espaço doméstico em edifícios multifamiliares: uma percepção do setor de serviço contemporâneo em apartamentos de alto padrão em Maceió.	Estudar a formatação do setor de serviços em apartamento de alto padrão, em decorrência das modificações culturais e tecnológicas do espaço doméstico, através da análise arquitetônica e comportamental de usuários de apartamento de alto padrão.	<i>Walkthrough</i> , mapa comportamental, mapa visual, poema de desejos, entrevista	UF AL	Mes trad o
Co ut o		A influência dos fatores extrínsecos no risco de queda de idosos em ambientes domiciliares: um estudo à luz da arquitetura de interiores	Identificar e mapear influência dos fatores extrínsecos no risco de queda de idosos em ambientes domiciliares	Entrevista e <i>walkthrough</i>	UF JF	Mes trad o

Fonte: elaboração própria, 2021.

OBS.: As buscas realizadas no BDTD, em janeiro de 2021, foram feitas com as combinações das seguintes palavras-chaves: “Avaliação pós ocupação”+“habitação”; “Avaliação pós ocupação”+“apartamento”; “Avaliação pós ocupação”+“mercado imobiliário”; “Avaliação pós ocupação”+“residencial”; “APO + habitação”; “APO + apartamento”; “APO + mercado imobiliário”; APO + “residencial”.

Apêndice F: TCLE para entrevista com os especialistas

TCLE ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS (FORMATO ONLINE)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário/a, da pesquisa de Doutorado: “Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)”, sediada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). A pesquisa atende às normas da Resolução CNS Nº 510/2016 e está sendo conduzida pela arquiteta Msc. Priscila Ferreira de Macedo, sob a orientação da Profª Drª Sheila Walbe Ornstein (FAU USP) e a co-orientação da Profª Drª Gleice Azambuja Elali (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Ela tem como objetivo entender a privacidade habitacional em apartamentos reduzidos e de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação entre comportamento dos usuários e ambiente construído.

Sua participação não é remunerada, nem obrigatória, e consistirá em responder às perguntas da entrevista a respeito de suas percepções sobre privacidade em projetos habitacionais. A entrevista será respondida de forma online para aqueles que já tem acesso à internet, logo, não haverá nenhum tipo de despesa adicional decorrente da sua participação na pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 20 a 30 minutos. Como benefício direto de seu envolvimento com a pesquisa, o participante poderá desenvolver senso crítico sobre a privacidade no ambiente doméstico, o que poderá ser útil para ampliar as discussões sobre ambiente e comportamento em projetos habitacionais. Como benefício indireto, vislumbra-se, ainda, a potencial importância das informações prestadas para o processo de projeto de empreendimentos habitacionais similares.

Os riscos, quanto a participação na pesquisa, são mínimos, relacionados a algum desconforto ao responder as perguntas ou fadiga devido a exposição ao monitor do computador ou do celular. A qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo. O roteiro das entrevistas será enviado por meio eletrônico ao participante, que responderá às perguntas em arquivo digital. Para garantir o anonimato do participante, apenas as pesquisadoras terão acesso às entrevistas e os dados decorrentes serão arquivados e guardados de modo seguro. Os dados obtidos pela pesquisa são confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da sua participação. Os resultados obtidos pela pesquisa serão publicados na tese ou em trabalhos acadêmicos correlatos, sem qualquer identificação do participante, referindo-se a eles sempre por pseudônimos. A tese resultante da pesquisa será disponibilizada no banco de teses da USP e o link de acesso será encaminhado ao condomínio para acesso pelos interessados. Caso venha a sofrer qualquer tipo de dano associado ou decorrente de sua participação na pesquisa, o

participante terá garantido seus direitos à indenização e à assistência prestada pelo pesquisador, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário.

Para dúvidas ou assistência à danos, basta entre em contato com: a pesquisadora, Priscila Macedo, por celular: _____ ou por e-mail: priscilamacedo@usp.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, endereço Rua: Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba, CEP: 03828-000, Cidade/UF: São Paulo/SP, Prédio I1 | Sala T14, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, por telefone: (11) 3091-1046 e email: cep-each@usp.br.

Solicitamos que o entrevistado, imprima o termo e o envie escaneado, por e-mail, para a pesquisadora. Sugerimos que salve e/ou imprima uma via deste termo e guarde-a (em meio físico ou digital) assinada, para sua segurança e eventuais contatos com a pesquisadora.

Caso concorde em participar da pesquisa, marque a declaração de anuência abaixo e assine no local indicado.

() DECLARO que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Pesquisadora responsável

Assinatura do entrevistado

Apêndice G: Entrevista online autorrespondida com especialista

Projeto de pesquisa: de Como a privacidade se expressa no ambiente doméstico? Proposta de um modelo de avaliação da privacidade habitacional, em curso no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP sob a orientação da Profa Sheila Walbe Ornstein e a coorientação da Profa Gleice Azambuja Elali.

Pesquisadora responsável: Priscila Ferreira de Macedo

Caro/a consultor,

Agradeço antecipadamente sua disponibilidade para colaborar com esta pesquisa, que passo a explicar brevemente.

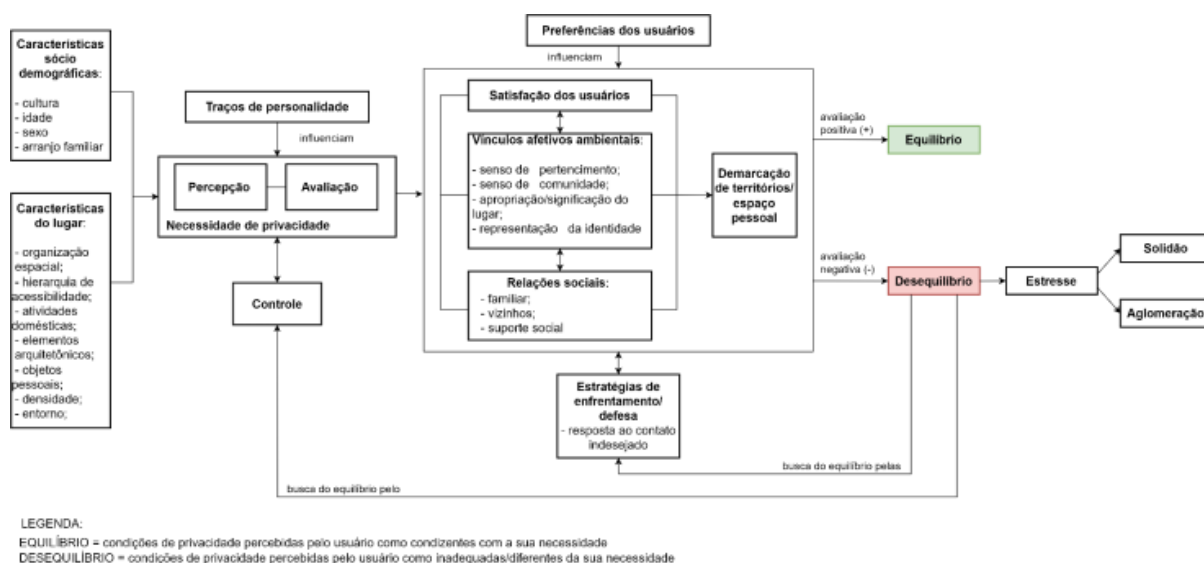
A busca por privacidade tem reflexos no comportamento sócio espacial humano e em nossa moradia, de modo que, a casa tem sido entendida como núcleo da vida privada, oferecendo a possibilidade de convivência familiar e garantia da privacidade para o indivíduo. Ao discutir a privacidade habitacional sob essa ótica, a tese em andamento se propõe a construir um modelo de avaliação da privacidade habitacional aplicável, especialmente, a apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário. O enfoque prioriza a identificação dos modos como a privacidade se expressa no ambiente, abrangendo questões ligadas ao espaço pessoal, à territorialidade, aos sentimentos de aglomeração e de solidão. Para tanto, desenvolvemos um modelo conceitual que, considerando os constructos e relações encontradas na revisão sistemática da literatura (RSL) sobre a privacidade habitacional, servisse de guia para a escolha dos parâmetros e procedimentos necessários à avaliação da privacidade em habitações, aplicáveis a diferentes contextos e objetivos.

Sobre a construção do modelo conceitual (Figura 1), a RSL sobre privacidade habitacional demonstrou que as avaliações abordaram especialmente: a caracterização do lugar, os aspectos sócio demográficos, as relações sociais, os vínculos afetivos ambientais e o equilíbrio das barreiras interpessoais. Quanto aos parâmetros de avaliação foram identificadas três dimensões principais: física, social e psicológica. A física abrangeu: organização espacial, elementos arquitetônicos, o entorno, densidade, objetos pessoais, tipologia habitacional. A social compreendeu: interações sociais, cultura, hierarquia de acessibilidade, atividades domésticas, controle, demarcação de espaços, estratégias de enfrentamento. Na psicológica encontraram-se: satisfação e preferência dos usuários, estresse, significado de lar, suporte social e traços de personalidade.

Diante dessas variáveis, a revisão apresentada demonstrou que as características sócio demográficas e do lugar, juntamente aos traços de personalidade dos indivíduos, definem a situação existente/contexto. Esta, por sua vez, determina a percepção de privacidade dos indivíduos, que associada à sua avaliação pelos atores envolvidos, estabelecem as necessidades de privacidade no espaço doméstico.

Sob essa ótica, os principais requisitos determinantes do valor da privacidade habitacional relacionaram-se tanto ao controle existente no ambiente, como à satisfação dos usuários, os vínculos afetivos ambientais e as relações sociais existentes, cuja valoração pode ser mediada pelas preferências dos envolvidos, estando também correlacionadas mutuamente às estratégias de enfrentamento/defesa. Essa relação mútua existe no sentido que, a satisfação, a criação de vínculos e as relações sociais instigam os comportamentos territoriais de defesa e enfrentamento contra contato/acessos indesejados, que, por sua vez, servem à proteção dos vínculos e relações existentes. Além disso, como resultado desse processo, quando as percepções e avaliações da privacidade são positivas, o sistema está em equilíbrio e o ambiente e as relações decorrentes da sua vivência estão condizentes com o nível desejado de privacidade dos indivíduos. Entretanto, quando são negativas, ocorre-se o desequilíbrio entre os desejos dos moradores e o que se espera das habitações e suas relações, incorrendo-se ou em estresse, que gera percepções de aglomeração ou solidão, ou na busca por equilíbrio, através das estratégias de enfrentamento utilizadas para lidar com a situação estressora ou pelo reajuste das condições de controle do ambiente e, conseqüentemente, das necessidades de privacidade.

Figura 1: Modelo conceitual da privacidade habitacional



Fonte: elaboração própria, 2023.

No tocante aos procedimentos de avaliação (Quadro 1), os resultados da RSL e as pesquisas brasileiras relacionadas à APO em habitações, evidenciaram 04 procedimentos principais para avaliação da privacidade: 1) questionário (centrado na pessoa); 2) entrevistas (centrado na pessoa); 3) análises técnicas (centrado no ambiente); 4) *walkthrough* (centrado na relação pessoa-ambiente). Na tentativa de combinar os achados dos estudos centrados na pessoa e no ambiente, o modelo proposto buscou trazer uma visão integrada da privacidade, que pudessem subsidiar as escolhas para elaboração de diagnósticos sobre a privacidade habitacional em diferentes contextos e enfoques. Nesse sentido, além da escolha dos eixos temáticos e objetivo/foco do estudo, o modelo divide-se em

etapas que se vinculam à escolha dos atores envolvidos, escalas de abrangência, dimensões da privacidade, parâmetros e procedimentos de avaliação.

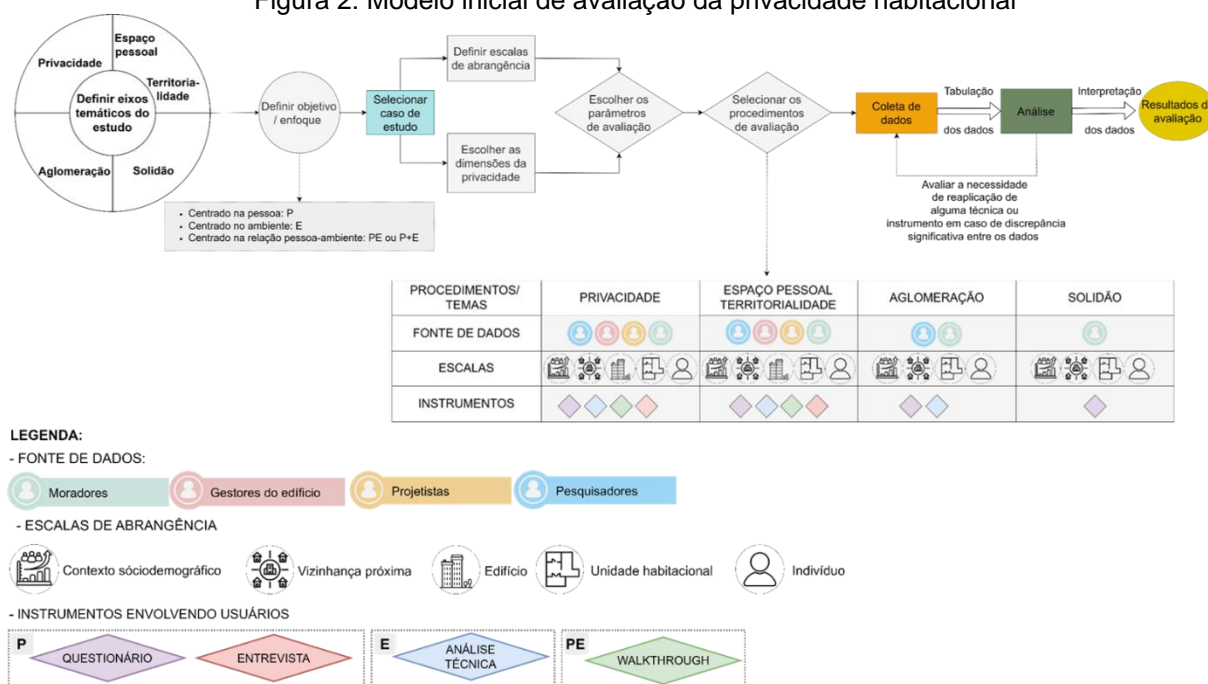
Quadro 1: Resumo das variáveis necessárias à avaliação da privacidade habitacional



Fonte: elaboração própria, 2023.

A partir dessas escolhas, os pesquisadores poderão definir os instrumentos necessários à avaliação da privacidade, que por meio da coleta, tabulação e análise de dados, forneça os resultados e discussões necessários ao diagnóstico da privacidade nos casos de estudos selecionados. Nesse sentido, o modelo proposto nessa investigação e suas etapas encontram-se demonstrados a seguir (Figura 2):

Figura 2: Modelo inicial de avaliação da privacidade habitacional



Fonte: elaboração própria, 2023.

Diante deste quadro geral, pedimos sua contribuição avaliando o modelo proposto quanto a:

1. Há algum parâmetro que poderia ser acrescentado ou retirado?
2. Há algum instrumento que poderia ser melhorado, acrescentado ou retirado?
3. Os parâmetros de avaliação da privacidade habitacional foram adequadamente identificados?
4. Os procedimentos de avaliação são adequados aos diferentes atores, escalas e parâmetros envolvidos na privacidade habitacional?
5. Pode ser utilizado por moradores, projetistas e/ou gestores para análise da privacidade em habitações?
6. Pode auxiliar a delimitação de medidas comportamentais que amenizem eventuais problemas detectados no campo da privacidade habitacional nesse tipo de empreendimento?
7. Pode subsidiar o desenvolvimento de soluções de projeto ou de gestão do espaço a serem utilizadas em empreendimentos semelhantes?

Apêndice H: Resumo dos comentários do painel de especialistas

Abrangência	Parâmetros que poderiam ser acrescentados/ retirados	Incluir outros agentes do mercado imobiliário.
		Deixar claro os parâmetros dos elementos arquitetônicos, como ruído distância entre janelas vizinhas.
		Destacar mais as dinâmicas familiares e o que seria o “contato desejado”.
		Delimitar o alcance do termo parâmetro e avaliar a pertinência dos atores e escalas enquanto parâmetros.
		Esclarecer os limites, alcances e as associações entre um parâmetro e outro.
		Evitar usar a palavra parâmetro para designar uma variável.
		Acrescentar o foco (geral/específico) da experiência, as questões gerais refletem a síntese.
		Delimitar claramente quem são os potenciais clientes dos resultados e analisar se esses resultados são úteis a eles.
		Identificar com clareza quais dados serão coletados e como esses dados poderão contribuir para os objetivos propostos.
		Esclarecer os itens hierarquia de acessibilidade, traços de personalidade, objetos pessoais, elementos arquitetônicos.
		Especificar melhor os itens de avaliação, especialmente, da avaliação física.
		Verificar a redundância de parâmetros (exemplo: organização espacial e tipologia).
		Incluir dimensões da privacidade (virtuais).
		Investigar as distâncias entre as pessoas e entre as fontes de ruídos, relacionadas principalmente à privacidade visual e acústica.
	Instrumentos que poderiam ser melhorados, acrescentados ou retirados/	Questionários: observar itens e escalas de valores das respostas.
		Entrevistas: verificar o que deseja de fato levantar.
		Walkthrough: delimitar adequadamente a finalidade do estudo e a técnica de aplicação do instrumento.
		Walkthrough: detalhar melhor como “identificar as relações afetivas”
		Evitar instrumentos que dependam totalmente de verbalizações.
		Esclarecer os limites, alcances e as associações entre um parâmetro e os instrumentos.
		Revisar o termo análise técnica
		Avaliar possibilidade futura de uso de games para questionários e entrevistas
	Adequação dos parâmetros	Acrescentar entrevistas em grupo ou grupos focais.
		Delimitar quais membros das famílias/moradores serão avaliados.
		Os parâmetros são muito abrangentes e parecem assumir caráter mais subjetivo.
		Os grandes temas estão corretos, mas falta uma lista de parâmetros.
		Explicitar o que se espera “ler” em cada parâmetro.
		Criar uma lista de variáveis para cada escala.
		Destacar os achados da RSL.
		Identificar e sintetizar os “Indicadores de desempenho”, que, se for conveniente, podem ser divididos em critérios (qualitativos) e requisitos (quantitativos).
Avaliar a condição de vida atual e anterior dos moradores.		
As áreas comuns devem ser melhor investigadas.		

Continua...

Continuação...

Operacionalidade	Procedimentos de avaliação	Detalhar os questionários e demais instrumentos.
		Delimitar os objetivos e limites de cada análise e explicitar como eles se relacionam ou caracterizam a privacidade.
		Considerar questões relacionadas aos prazos e custos para escolha dos procedimentos.
		Avaliar a consulta apenas dos moradores.
		É preciso ter cuidado para que a avaliação não seja muito extensa/ampla, mas ao mesmo tempo ter dados específicos e aprofundados sobre o recorte temático.
		Diferenciar a avaliação física e a verificação das preferências/opiniões de usuários, delimitando o conjunto de procedimentos de cada abordagem.
		Propõe-se montar um “memorial de aplicação”.
		Deve haver um diagnóstico contundente, baseado no cruzamento de informações obtidas na “Avaliação Física” e na “Verificação das preferências/opiniões de usuários”.
		Testar o modelo por meio de estudos pilotos
Replicabilidade	Uso por moradores, projetistas e/ou gestores para análise da privacidade em habitações	Se o foco for a unidade habitacional (apartamento), o roteiro parece amplo demais e pouco objetivo.
		Desde que refinado em seus conteúdos e delimitado em suas abrangências.
		O interesse pelos resultados e suas formas de apresentação e informações podem ser diferente para os diferentes atores.
		Depende do tipo e qualidade das respostas obtidas.
		A linguagem para moradores deve ser sempre mais simples.
Validade empírica	Delimitação de medidas comportamentais que amenizem eventuais problemas detectados	Esta pergunta deve ser direcionada à especialista psicólogo.
		Improável. O conhecimento produzido nos meios acadêmicos, quando acontece, chega filtrado e distorcidos pelos conflitos de interesses da sociedade.
		A delimitação de medidas comportamentais soa como atitude autoritária.
		Induzir comportamentos pode ser uma tarefa muito complicada.
		Seria mais viável delimitar proposições/recomendações que subsidiem soluções projetuais adaptadas ou amenizem os problemas da privacidade.
		Poderiam contribuir, talvez, para delimitar regras condominiais
		É necessário avaliar como parametrizar tais comportamentos e como apresentar as orientações.
Validade empírica/ importância	Subsidiar o desenvolvimento de soluções de projeto ou de gestão do espaço em empreendimentos semelhantes	Ampliando o foco sim.
		Dependerá dos parâmetros arquitetônicos e urbanísticos detalhados no levantamento e nos questionários e entrevistas.
		Desde que, ajustado a acordos e pactos de interesses, dentro dos limites das, quase sempre estreitas, possibilidades humanas de negociação.
		Desde que haja uma interseção entre o conhecimento gerado e profissionais interessados.
		Depende da tipologia habitacional considerada.
		Depende do tipo e qualidade das respostas obtidas e do interesse no acesso a essas informações.

Fonte: elaboração própria (2023), a partir dos comentários dos especialistas.

Apêndice I: Checklist para walkthrough da vizinhança próxima

ENTORNO		
Avalie a qualidade do (a)...	Nota (1-5)	Comentários
... legibilidade do acesso		
... transição entre público e privado		
... manutenção das calçadas		
... manutenção das vias		
... iluminação pública		
... estacionamento		
Identifique a presença de...	Resposta	Comentários
... lixo		
... vandalismo		
... arborização		
... espaços públicos de permanência		
... manifestações patológicas no muro		

OBS.: NOTA 1-5 (1- péssimo; 2- ruim; 3- regular, 4- bom ;5- excelente)

Apêndice J: Checklist para walkthrough das áreas de uso comum

ÁREAS DE USO COMUM		
Avalie a qualidade do (a)...	Nota (1-5)	Comentários
... legibilidade dos acessos às torres		
... legibilidade dos acessos aos equipamentos de uso comum		
... manutenção das calçadas		
... manutenção das vias		
... manutenção das áreas verdes		
... acessibilidade universal		
... iluminação das áreas externas		
... estacionamento		
... condições de implantação das torres		
... sombreamento das áreas externas de uso comum		

OBS.: NOTA 1-5 (1- péssimo; 2- ruim; 3- regular, 4- bom ;5- excelente)

Apêndice K: Questionário aplicado aos moradores

QUESTIONÁRIO COM MORADORES

(tempo previsto para resposta: 15 a 30 minutos)

Projeto de pesquisa:

Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios clube de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)

Pesquisador responsável:

Priscila Ferreira de Macedo

DADOS SÓCIO DEMOGRÁFICOS								
1. Qual a sua idade? (em anos)								
2. Qual o seu sexo?	<input type="checkbox"/> Feminino		<input type="checkbox"/> Masculino			<input type="checkbox"/> Prefiro não informar		
3. Quantas pessoas moram com você?								
4. Sua posição no grupo familiar:	<input type="checkbox"/> Chefe da família (a principal fonte de renda da casa é sua)				<input type="checkbox"/> Não chefe da família			
5. Para quem marcou não chefe da família , qual sua posição em relação ao chefe:	<input type="checkbox"/> Cônjuge/ parceiro	<input type="checkbox"/> Filho (a)	<input type="checkbox"/> Neto (a)	<input type="checkbox"/> Pai/ mãe	<input type="checkbox"/> Amigo (a)	<input type="checkbox"/> Enteado (a)	<input type="checkbox"/> Outro parente: _____	<input type="checkbox"/> Outro. Quem: ____
6. Quem mora com você?	<input type="checkbox"/> Pai	<input type="checkbox"/> Esposo/ parceiro	<input type="checkbox"/> Filho Quantos _____	<input type="checkbox"/> Avô	<input type="checkbox"/> Irmão Quantos _____	Enteado Quantos _____	<input type="checkbox"/> Outro parente: _____	<input type="checkbox"/> Outro. Quem: ____
	<input type="checkbox"/> Mãe	<input type="checkbox"/> Esposa/ parceira	<input type="checkbox"/> Filha Quantos _____	<input type="checkbox"/> Avó	<input type="checkbox"/> Irmã Quantas _____	Enteada Quantas _____	<input type="checkbox"/> Amigo Quantos _____	<input type="checkbox"/> Animal de estimação
7. Existem funcionários que trabalham no apartamento?	<input type="checkbox"/> Sim, diarista (1-2 vezes na semana)		<input type="checkbox"/> Sim, mensalista que dorme no apartamento		<input type="checkbox"/> Sim, mensalista que não dorme no apartamento		<input type="checkbox"/> Não	

8. Sobre a propriedade, o apartamento é:	<input type="checkbox"/> Alugado	<input type="checkbox"/> Emprestado	<input type="checkbox"/> Financiado (se ainda pagar parcelas)	<input type="checkbox"/> Próprio	
9. Há quanto tempo você mora aqui?					
10. Em qual andar você mora?					
11. Qual é sua tipologia de apartamento	<input type="checkbox"/> 49,61m ² sem jardim	<input type="checkbox"/> 55m ² sem jardim	<input type="checkbox"/> 67,35m ² sem jardim	<input type="checkbox"/> 89,19m ² sem jardim	
	<input type="checkbox"/> 49,61m ² com jardim	<input type="checkbox"/> 55m ² com jardim	<input type="checkbox"/> 89,19m ² com jardim	<input type="checkbox"/> duplex com 129,97m ²	
12. Para quem marcou 89,19m² ou acima, o cômodo reversível é:	<input type="checkbox"/> Dependência de serviço		<input type="checkbox"/> Escritório		
VOCÊ E SUA RELAÇÃO COM O LUGAR EM QUE MORA					
13. Assinale em que nível você se identifica com as características pessoais a seguir:					
Eu me vejo como uma pessoa que...	Discordo completamente	Discordo um pouco	Nem concordo, nem discordo	Concordo um pouco	Concordo completamente
...é reservada					
...é confiável					
...tende a ser preguiçosa					
...é relaxada, administra bem o estresse					
... gosta de sair					
... tende a encontrar falhas nas pessoas					
...sempre faz seu trabalho completo					
...fica nervosa com facilidade					
...tem uma imaginação ativa					
14. Como você descreve o lugar onde você "se sente em casa"?					
15. O apartamento sofreu reformas (por reforma entenda qualquer alteração no projeto inicial, incluindo mudança no uso de algum ambiente ou nos acabamentos) ?	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		

PERCEPÇÕES DE PRIVACIDADE NO INTERIOR DA HABITAÇÃO								
16. Para você a privacidade na sua casa, associa-se a (escolha no máximo 3 opções):								
<input type="checkbox"/> Ficar sozinho	<input type="checkbox"/> Agir como quiser	<input type="checkbox"/> Organizar os objetos como quiser	<input type="checkbox"/> Refletir sobre o passado	<input type="checkbox"/> Pensar sobre o futuro	<input type="checkbox"/> Outro: _____			
<input type="checkbox"/> Controlar com quem interagir	<input type="checkbox"/> Relaxar	<input type="checkbox"/> Sentir-se confortável	<input type="checkbox"/> Sentir-se acolhido/a	<input type="checkbox"/> Estar em família	<input type="checkbox"/> Outro: _____			
17. Quando está em casa e quer ter privacidade , em geral você (escolha no máximo 3 opções):								
<input type="checkbox"/> Vai para o seu quarto	<input type="checkbox"/> Pedir para as outras pessoas saírem de casa	<input type="checkbox"/> Sai de casa	<input type="checkbox"/> Fica sozinho em ambiente diferente do quarto	<input type="checkbox"/> Põe um fone de ouvido	<input type="checkbox"/> Fica no celular/computador	<input type="checkbox"/> Outro: _____		
18. Qual seu grau de satisfação com a privacidade no interior da sua casa?		<input type="checkbox"/> Totalmente insatisfeito (a)	<input type="checkbox"/> Insatisfeito (a)	<input type="checkbox"/> Indiferente	<input type="checkbox"/> Satisfeito (a)	<input type="checkbox"/> Muito satisfeito (a)		
19. Com que frequência você se sente incomodado(a) em casa , em relação à(ao):				Nunca	Rara-mente	Às vezes	Com frequência	Sempre
Presença de pessoas que moram com você.								
Presença de visitantes.								
Barulho das pessoas que estão dentro do apartamento.								
Barulho da vizinhança.								
Sentir-se observado/a pelas pessoas que estão dentro do apartamento.								
Sentir-se observado/a pelas pessoas de fora.								
Cheiros indesejados.								
Temperatura inadequada								
Falta de espaço								
20. O que você faz quando sente algum dos incômodos anteriores? (marque até 3 opções)								
<input type="checkbox"/> Fecho a porta.		<input type="checkbox"/> Fecho a cortina.		<input type="checkbox"/> Me retiro do espaço.		<input type="checkbox"/> Coloco fones de ouvidos.		
<input type="checkbox"/> Reclamo verbalmente.		<input type="checkbox"/> Mudo a expressão facial.		<input type="checkbox"/> Não faço nada.		<input type="checkbox"/> Outro _____.		

PERCEPÇÕES DE AGLOMERAÇÃO E SOLIDÃO NO INTERIOR DA HABITAÇÃO					
21. Considerando o último mês e o ambiente onde mora, responda com que frequência você sentiu que a área interna do seu apartamento	Nunca	Rara- mente	As vezes	Com frequência	Sempre
tinha privacidade suficiente					
ofereceu as condições físicas adequadas às suas necessidades					
permitiu que conseguisse realizar as atividades que desejava					
ofereceu espaço suficiente para você					
apresentou incômodos e distrações, vindos das pessoas que estão dentro de casa , com os quais você não consegue lidar					
apresentou incômodos ou distrações vindos da vizinhança , com os quais você não consegue lidar					
permitiu que você ignorasse o que estava acontecendo em casa					
permitiu receber outras pessoas					
possibilitou a organizar os objetos do modo como você deseja					
22. Considerando o último mês e o ambiente onde mora, responda com que frequência você sentiu-se:	Nunca	Rara- mente	As vezes	Com frequência	Sempre
sem suporte da família ou amigos					
excluído(a) em relação à sociedade					
isolado(a) das outras pessoas					
<p>Agradecemos a sua participação.</p> <p>Esta pesquisa poderá ter uma segunda etapa, que acontecerá por meio de entrevista sobre as condições de privacidade em seu apartamento. A entrevista poderá ser presencial ou remota, dependendo da situação da pandemia, terá duração aproximada de 30 minutos, e acontecerá num dia e horário adequados ao entrevistado.</p> <p>Caso tenha interesse em participar, por favor deixe um e-mail ou telefone para futuro contato: _____</p>					

Apêndice L: Roteiro da entrevista com moradores**ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MORADORES**

Projeto de pesquisa: Como se encontra a privacidade em pouco espaço?
Um estudo exploratório em condomínios clube de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)

Pesquisador responsável: Priscila Ferreira de Macedo

1. Você considera que tem privacidade suficiente no interior do seu apartamento?
2. Sobre os incômodos relacionados à privacidade, em quais atividades percebe os maiores incômodos, em relação à barulhos, cheiros, presença de pessoas, pessoas olhando da janela?
3. Em quais horários esses incômodos são mais frequentes?
4. Em qual lugar da sua casa, você passa mais tempo?
5. E em qual local você se sente mais à vontade? Por que?
6. Quais objetos são indispensáveis para você nesse local? E quais os principais incômodos que percebe?
7. Como você resolve os conflitos gerados pelos incômodos de privacidade com as pessoas que moram com você?
E com os vizinhos?
8. Como é sua relação com seus vizinhos?
Em que a sua vizinhança te ajuda? Em que ela te atrapalha?
9. Se você pudesse fazer alterações no interior do seu apartamento, o que mudaria? E no condomínio?
10. Sobre o período de quarentena, quais mudanças ocorreram na rotina de atividades da sua família?
11. Você considera que os incômodos e conflitos familiares, aumentaram ou diminuíram durante a pandemia da COVID-19? E no condomínio?
12. A pandemia da COVID-19 alterou algo na sua percepção sobre privacidade em casa? O que?
13. Há mais alguma coisa que ache importante comentar?

Apêndice M: Roteiro da entrevista com pessoas chave da administração do condomínio

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PESSOAS CHAVE

Projeto de pesquisa: Como se encontra a privacidade em pouco espaço?
Um estudo exploratório em condomínios clube de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)

Pesquisador responsável: Priscila Ferreira de Macedo

1. Há quanto tempo você trabalha nesse condomínio?
2. Você mora nele? Se sim, desde quando?
3. Quais são os espaços de uso comum mais utilizados pelos moradores, hoje em dia?
4. O condomínio precisou fechar os espaços de uso comum durante a pandemia da COVID-19?
5. Quais eram os espaços mais utilizados pelos moradores, antes da pandemia da COVID-19?
6. Quais são as principais reclamações feitas pelos moradores?
7. E sobre a privacidade, quais são as reclamações mais recorrentes relacionados a barulho, cheiro, presença de pessoas indesejadas ou pessoas olhando da janela?
8. Considerando todas as reclamações do condomínio, você acha que as de privacidade são mais ou menos frequentes?
9. Em quais locais as pessoas se sentem mais incomodadas?
10. Em quais horários essas reclamações mais acontecem?
11. Em toda a vida em coletividade são comuns pequenos conflitos, e, em condomínios, geralmente a administração acaba precisando contornar essas situações. No seu caso, já presenciou ou sobe de algum conflito entre moradores relacionado ao uso dos espaços comuns?
12. O condomínio já precisou tomar alguma medida relacionada às queixas de privacidade? Se sim, considera que as medidas foram efetivas?
13. Você identifica a formação de grupos específicos relacionadas ao uso dos espaços comuns?
14. Considerando sua percepção sobre as relações entre os moradores, como você avalia o senso de comunidade do condomínio?
15. Há mais alguma coisa que ache importante comentar?

Apêndice N: Roteiro da entrevista com projetista**ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PROJETISTAS**

Projeto de pesquisa: Como se encontra a privacidade em pouco espaço?
Um estudo exploratório em condomínios clube de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)

Pesquisador responsável: Priscila Ferreira de Macedo

1. Há quanto tempo você atua no mercado imobiliário?
2. Trabalha com habitação multifamiliar vertical desde o início da sua atuação?
3. De quantos projetos habitacionais multifamiliares você já participou?
4. Considerando a organização espacial das unidades, quais são os principais critérios considerados para posicionamento dos cômodos?
5. Como você define a privacidade habitacional?
6. Considerando apenas a unidade, como a privacidade é tratada nos seus projetos?
7. Em edifícios multifamiliares de torres múltiplas, quais são os principais critérios utilizados para implantação das torres e dos equipamentos das áreas comuns?
8. Como é tratada a privacidade na implantação do edifício?
9. Você considera que a pandemia da COVID-19 mudou sua percepção sobre privacidade na hora de projetar novos espaços habitacionais?
10. Considerando o projeto habitacional tanto da unidade, como da implantação das torres e áreas comuns, quais mudanças você enxerga após a pandemia da COVID-19.
11. Há mais alguma coisa que ache importante comentar?

Apêndice O: TCLE para questionário com moradores (formulário online)

TCLE QUESTIONÁRIO COM MORADORES (FORMULÁRIO ONLINE)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa de Doutorado: “Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)”, sediada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). A pesquisa atende às normas da Resolução CNS Nº 510/2016 e está sendo conduzida pela arquiteta Msc. Priscila Ferreira de Macedo, sob a orientação da Profª Drª Sheila Walbe Ornstein (FAU USP) e co-orientação da Profª Drª Gleice Azambuja Elali (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Ela tem como objetivo entender a privacidade habitacional em apartamentos reduzidos e de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação entre comportamento dos usuários e ambiente construído.

Sua participação não é remunerada, nem obrigatória e consistirá no preenchimento de um questionário a respeito de suas percepções sobre privacidade na sua moradia. As questões serão autorrespondidas nesta plataforma online, de modo que, não haverá nenhum tipo de despesa adicional decorrente da sua participação na pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 15 a 30 minutos. Como benefício direto de seu envolvimento com a pesquisa, o participante poderá desenvolver senso crítico sobre a sua moradia atual, o que poderá ser útil em futuras reformas para melhoria do arranjo espacial do interior do seu apartamento e das áreas comuns. Como benefício indireto, vislumbra-se, ainda, a potencial importância das informações prestadas para o processo de projeto de empreendimentos habitacionais similares.

Os riscos, quanto a participação na pesquisa, são mínimos, relacionados a algum desconforto ao responder as perguntas ou fadiga devido a exposição ao monitor do computador ou do celular. A qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo. Para garantir o anonimato dos participantes, os questionários não serão identificados. Após recebidos eles serão arquivados e guardados de modo seguro pelas pesquisadoras. Os dados obtidos pela pesquisa são confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da sua participação. Os resultados obtidos pela pesquisa serão publicados na tese ou em trabalhos acadêmicos correlatos, sem qualquer identificação do participante. A tese resultante da pesquisa será disponibilizada no banco de teses da USP e o link de acesso será encaminhado ao condomínio para acesso pelos interessados. Caso venha a sofrer qualquer tipo de dano associado ou decorrente de sua participação na pesquisa, o participante terá garantido seus direitos à indenização e à assistência prestada pelo pesquisador, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário.

Para dúvidas ou assistência à danos, basta entre em contato com: a pesquisadora, Priscila Macedo, por celular: (84) 99827-6008 ou por e-mail: priscilamacedo@usp.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, endereço Rua: Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba, CEP: 03828-000, Cidade/UF: São Paulo/SP, Prédio I1 | Sala T14, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, por telefone: (11) 3091-1046 e email: cep-each@usp.br.

Sugerimos que salve e/ou imprima este termo e guarde (em meio físico ou digital) uma via assinada, para sua segurança e eventuais contatos com a pesquisadora.

Caso concorde em participar da pesquisa, marque a declaração de anuência abaixo.

() DECLARO que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Pesquisadora responsável

Assinatura do entrevistado

Apêndice P: TCLE para questionário com moradores (formato presencial)**TCLE QUESTIONÁRIO COM MORADORES (FORMULÁRIO FÍSICO)**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa de Doutorado: “Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)”, sediada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). A pesquisa atende às normas da Resolução CNS Nº 510/2016 e está sendo conduzida pela arquiteta Msc. Priscila Ferreira de Macedo, sob a orientação da Profª Drª Sheila Walbe Ornstein (FAU USP) e co-orientação da Profª Drª Gleice Azambuja Elali (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Ela tem como objetivo entender a privacidade habitacional em apartamentos reduzidos e de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação entre comportamento dos usuários e ambiente construído.

Sua participação não é remunerada, nem obrigatória e consistirá no preenchimento de um questionário a respeito de suas percepções sobre privacidade na sua moradia. As questões serão autorrespondidas neste formulário entregue no seu apartamento, de modo que, não haverá nenhum tipo de despesa adicional decorrente da sua participação na pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 15 a 30 minutos. Como benefício direto de seu envolvimento com a pesquisa, o participante poderá desenvolver senso crítico sobre a sua moradia atual, o que poderá ser útil em futuras reformas para melhoria do arranjo espacial do interior do seu apartamento e das áreas comuns. Como benefício indireto, vislumbra-se, ainda, a potencial importância das informações prestadas para o processo de projeto de empreendimentos habitacionais similares.

Os riscos, quanto a participação na pesquisa, são mínimos, relacionados a algum desconforto ao responder as perguntas ou fadiga devido a exposição ao monitor do computador ou do celular. A qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo. Para garantir o anonimato dos participantes, os questionários não serão identificados. Após recebidos eles serão arquivados e guardados de modo seguro pela pesquisadora. Os dados obtidos pela pesquisa são confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da sua participação. Os resultados obtidos pela pesquisa serão publicados na tese ou em trabalhos acadêmicos correlatos, sem qualquer identificação do participante. A tese resultante da pesquisa será disponibilizada no banco de teses da USP e o link de acesso será encaminhado ao condomínio para acesso pelos interessados. Caso venha a sofrer qualquer tipo de dano associado ou decorrente de sua participação na pesquisa, o participante terá garantido seus direitos à indenização e à assistência prestada pelo pesquisador, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário.

Para dúvidas ou assistência à danos, basta entre em contato com: a pesquisadora, Priscila Macedo, por celular: (84) 99827-6008 ou por e-mail: priscilamacedo@usp.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, endereço Rua: Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba, CEP: 03828-000, Cidade/UF: São Paulo/SP, Prédio I1 | Sala T14, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, por telefone: (11) 3091-1046 e email: cep-each@usp.br.

O termo será assinado em duas vias, uma afixada ao formulário e que será devolvida às pesquisadoras e outra ficará com o participante. Sugerimos que guarde (em meio físico ou digital) esta via assinada, para sua segurança e eventuais contato com a pesquisadora.

Caso concorde em participar da pesquisa, marque a declaração de anuência abaixo e assine no local indicado.

() DECLARO que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Pesquisadora responsável

Assinatura do entrevistado

Apêndice Q: TCLE para entrevista com morador (formato presencial)**TCLE ENTREVISTA COM MORADORES (FORMATO PRESENCIAL)**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário/a, da pesquisa de Doutorado: “Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)”, sediada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). A pesquisa atende às normas da Resolução CNS Nº 510/2016 e está sendo conduzida pela arquiteta Msc. Priscila Ferreira de Macedo, sob a orientação da Profª Drª Sheila Walbe Ornstein (FAU USP) e a co-orientação da Profª Drª Gleice Azambuja Elali (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Ela tem como objetivo entender a privacidade habitacional em apartamentos reduzidos e de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação entre comportamento dos usuários e ambiente construído.

Sua participação não é remunerada, nem obrigatória, e consistirá em responder às perguntas da entrevista a respeito de suas percepções sobre privacidade em sua moradia e nos seus espaços de uso comum. A entrevista será respondida de forma presencial, em seu apartamento ou condomínio, de modo que, não haverá nenhum tipo de despesa adicional decorrente da sua participação na pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 30 a 60 minutos. Como benefício direto de seu envolvimento com a pesquisa, o participante poderá desenvolver senso crítico sobre a sua moradia atual, o que poderá ser útil em futuras reformas para melhoria do arranjo espacial do interior do seu apartamento e das áreas comuns. Como benefício indireto, vislumbra-se, ainda, a potencial importância das informações prestadas para o processo de projeto de empreendimentos habitacionais similares.

Os riscos, quanto a participação na pesquisa, são mínimos, relacionados a algum desconforto ao responder as perguntas ou fadiga devido a exposição ao monitor do computador ou do celular. A qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo. As entrevistas serão gravadas e ao aceitar participar, o entrevistado concede às pesquisadoras direito de uso de som e imagem (sem identificação do participante) para fins de publicações acadêmicas. Para garantir o anonimato do participante, apenas as pesquisadoras terão acesso às entrevistas e as gravações feitas serão arquivadas e guardadas de modo seguro. Os dados obtidos pela pesquisa são confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da sua participação. Os resultados obtidos pela pesquisa serão publicados na tese ou em trabalhos acadêmicos correlatos, sem qualquer identificação do participante, referindo-se a eles sempre por pseudônimos. A tese resultante da pesquisa será disponibilizada no banco de teses da USP e o link de acesso será encaminhado ao condomínio para acesso pelos interessados. Caso venha a sofrer qualquer

tipo de dano associado ou decorrente de sua participação na pesquisa, o participante terá garantido seus direitos à indenização e à assistência prestada pelo pesquisador, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário.

Para dúvidas ou assistência à danos, basta entre em contato com: a pesquisadora, Priscila Macedo, por celular: (84) 99827-6008 ou por e-mail: priscilamacedo@usp.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, endereço Rua: Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba, CEP: 03828-000, Cidade/UF: São Paulo/SP, Prédio I1 | Sala T14, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, por telefone: (11) 3091-1046 e email: cep-each@usp.br.

O termo será assinado em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e a outra para o participante. Sugerimos que guarde (em meio físico ou digital) sua via assinada, para sua segurança e eventuais contato com a pesquisadora.

Caso concorde em participar da pesquisa, marque a declaração de anuência abaixo e assinhe no local indicado.

DECLARO que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Sobre **os registros fotográficos ou de vídeos solicitados e produzidos por você** no interior da sua residência, assinale sua autorização quanto ao uso das imagens (sem identificação) na tese ou em publicações acadêmicas correlatas:

AUTORIZO o uso dos registros fotográficos. NÃO AUTORIZO o uso dos registros fotográficos

Pesquisadora responsável

Assinatura do entrevistado

Apêndice R: TCLE para entrevista com pessoa chave (formato presencial)

TCLE ENTREVISTA COM PESSOAS CHAVES (FORMATO PRESENCIAL)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário/a, da pesquisa de Doutorado: “Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)”, sediada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). A pesquisa atende às normas da Resolução CNS Nº 510/2016 e está sendo conduzida pela arquiteta Msc. Priscila Ferreira de Macedo, sob a orientação da Profª Drª Sheila Walbe Ornstein (FAU USP) e a co-orientação da Profª Drª Gleice Azambuja Elali (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Ela tem como objetivo entender a privacidade habitacional em apartamentos reduzidos e de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação entre comportamento dos usuários e ambiente construído.

Sua participação não é remunerada, nem obrigatória, e consistirá em responder às perguntas da entrevista a respeito de suas percepções sobre privacidade nos espaços de uso comum do edifício. A entrevista será respondida de forma presencial em local escolhido pelo participante (preferencialmente no condomínio), logo, não haverá nenhum tipo de despesa adicional decorrente da sua participação na pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 30 a 60 minutos. Como benefício direto de seu envolvimento com a pesquisa, o participante poderá desenvolver senso crítico sobre as áreas comuns, o que poderá ser útil em futuras reformas para melhoria do arranjo espacial dessas áreas. Como benefício indireto, vislumbra-se, ainda, a potencial importância das informações prestadas para o processo de projeto de empreendimentos habitacionais similares.

Os riscos, quanto a participação na pesquisa, são mínimos, relacionados a algum desconforto ao responder as perguntas ou fadiga devido a exposição ao monitor do computador ou do celular. A qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo. As entrevistas serão gravadas e ao aceitar participar, o entrevistado concede às pesquisadoras direito de uso de som e imagem (sem identificação do participante) para fins de publicações acadêmicas. Para garantir o anonimato do participante, apenas as pesquisadoras terão acesso às entrevistas e as gravações feitas serão arquivadas e guardadas de modo seguro. Os dados obtidos pela pesquisa são confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da sua participação. Os resultados obtidos pela pesquisa serão publicados na tese ou em trabalhos acadêmicos correlatos, sem qualquer identificação do participante, referindo-se a eles sempre por pseudônimos. A tese resultante da pesquisa será disponibilizada no banco de teses da USP e o link de acesso será encaminhado ao condomínio para acesso pelos interessados. Caso venha a sofrer qualquer tipo de dano associado ou decorrente de sua participação na pesquisa, o participante terá garantido seus direitos à indenização e à assistência prestada pelo pesquisador, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário.

Para dúvidas ou assistência à danos, basta entre em contato com: a pesquisadora, Priscila Macedo, por celular: (84) 99827-6008 ou por e-mail: priscilamacedo@usp.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, endereço Rua: Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba, CEP: 03828-000, Cidade/UF: São Paulo/SP, Prédio I1 | Sala T14, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, por telefone: (11) 3091-1046 e email: cep-each@usp.br.

O termo será assinado em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e a outra para o participante. Sugerimos que guarde (em meio físico ou digital) sua via assinada, para sua segurança e eventuais contato com a pesquisadora.

Caso concorde em participar da pesquisa, marque a declaração de anuência abaixo e assine no local indicado.

() DECLARO que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Pesquisadora responsável

Assinatura do entrevistado

Apêndice S: TCLE para entrevista com projetista (formato presencial)

TCLE ENTREVISTA COM PROJETISTAS (FORMATO PRESENCIAL)

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário/a, da pesquisa de Doutorado: “Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)”, sediada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). A pesquisa atende às normas da Resolução CNS Nº 510/2016 e está sendo conduzida pela arquiteta Msc. Priscila Ferreira de Macedo, sob a orientação da Prof^a Dr^a Sheila Walbe Ornstein (FAU USP) e a co-orientação da Prof^a Dr^a Gleice Azambuja Elali (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Ela tem como objetivo entender a privacidade habitacional em apartamentos reduzidos e de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação entre comportamento dos usuários e ambiente construído.

Sua participação não é remunerada, nem obrigatória, e consistirá em responder às perguntas da entrevista a respeito de suas percepções sobre privacidade em projetos habitacionais multifamiliares. A entrevista será respondida de forma presencial em local escolhido pelo entrevistado, logo, não haverá nenhum tipo de despesa adicional decorrente da sua participação na pesquisa. O tempo de resposta é de aproximadamente 20 a 30 minutos. Como benefício direto de seu envolvimento com a pesquisa, o participante poderá desenvolver senso crítico sobre os ambientes, o que poderá ser útil em futuras reformas para melhoria do arranjo espacial das áreas comuns. Como benefício indireto, vislumbra-se, ainda, a potencial importância das informações prestadas para o processo de projeto de empreendimentos habitacionais similares.

Os riscos, quanto a participação na pesquisa, são mínimos, relacionados a algum desconforto ao responder as perguntas ou fadiga devido a exposição ao monitor do computador ou do celular. A qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo. As entrevistas serão gravadas e ao aceitar participar, o entrevistado concede às pesquisadoras direito de uso de som e imagem (sem identificação do participante) para fins de publicações acadêmicas. Para garantir o anonimato do participante, apenas as pesquisadoras terão acesso às entrevistas e as gravações feitas serão arquivadas e guardadas de modo seguro. Os dados obtidos pela pesquisa são confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo da sua participação. Os resultados obtidos pela pesquisa serão publicados na tese ou em trabalhos acadêmicos correlatos, sem qualquer identificação do participante, referindo-se a eles sempre por pseudônimos. A tese resultante da pesquisa será disponibilizada no banco de teses da USP e o link de acesso será encaminhado ao condomínio para acesso pelos interessados. Caso venha a sofrer qualquer tipo de dano associado ou decorrente de sua

participação na pesquisa, o participante terá garantido seus direitos à indenização e à assistência prestada pelo pesquisador, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário.

Para dúvidas ou assistência à danos, basta entre em contato com: a pesquisadora, Priscila Macedo, por celular: (84) 99827-6008 ou por e-mail: priscilamacedo@usp.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, endereço Rua: Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba, CEP: 03828-000, Cidade/UF: São Paulo/SP, Prédio I1 | Sala T14, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00, por telefone: (11) 3091-1046 e email: cep-each@usp.br.

O termo será assinado em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e a outra para o participante. Sugerimos que guarde (em meio físico ou digital) sua via assinada, para sua segurança e eventuais contato com a pesquisadora.

Caso concorde em participar da pesquisa, marque a declaração de anuência abaixo e assine no local indicado.

() DECLARO que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Pesquisadora responsável

Assinatura do entrevistado

ANEXOS**Anexo 1: Carta de apresentação da pesquisa ao condomínio**

São Paulo, 28 de julho de 2020

Prezada sra Síndica,

Na qualidade de orientadora no programa de doutorado em curso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo [FAU USP], da arquiteta Priscila Ferreira Macedo, número USP: 10839050, cuja pesquisa tem como título "COMO SE ENCONTRA A PRIVACIDADE EM APARTAMENTOS COMPACTOS? Um estudo sobre o ambiente construído e o comportamento dos usuários em apartamentos contemporâneos com dimensões reduzidas", solicito a gentileza para que a doutoranda considere como estudo de caso o conjunto edificado e as áreas externas do condomínio sob a sua responsabilidade.

A Priscila ingressou no doutorado na FAU USP em 2019 e a previsão é que a pesquisa de campo tenha início em março de 2021, após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa.

Todos os instrumentos a serem utilizados na pesquisa de campo tais como formulários de questionários e roteiros de entrevistas serão previamente apresentados ao síndico(a), para ciência.

A pesquisa, de caráter exclusivamente acadêmico, seguirá rigorosamente os preceitos éticos definidos no Comitê de Ética em Pesquisa / Plataforma Brasil ao qual ela estará vinculada, relativamente ao anonimato dos usuários / moradores que fornecerem informações e contribuições para a pesquisa. Também será garantido o anonimato em relação ao nome do condomínio.

Informamos ainda que no caso desta pesquisa, a co-orientadora é a Profa Gleice Azambuja Elali, docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, email gleiceae@gmail.com.

Entendemos que a pesquisa poderá trazer resultados de interesse para a gestão do condomínio e a tese, na sua versão final, torna-se-á pública e será enviada no formato pdf ao síndico(a).

Agradecemos desde já a sua contribuição e a dos demais usuários e moradores do condomínio esta atividade acadêmica e também nos colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais pelo email [sheilawo@usp.br] e celular 11-972852875.

Atenciosamente

Sheila Walbe Ornstein
Orientadora

Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Anexo 2: Carta de aceite do condomínio

CARTA DE ACEITE

Declaramos, para os devidos fins que se fizerem necessários, que concordamos em disponibilizar, como estudo de caso, o conjunto edificado e as áreas externas do condomínio

, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada "COMO SE ENCONTRA A PRIVACIDADE EM APARTAMENTOS COMPACTOS? Um estudo sobre o ambiente construído e o comportamento dos usuários em apartamentos contemporâneos com dimensões reduzidas" sob a responsabilidade da doutoranda PRISCILA FERREIRA DE MACEDO e orientação das professoras do utoras Sheila Walbe Ornstein e Gleice Azambuja Elalino programa de doutorado em curso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo [FAU USP], pelo período de execução previsto no referido projeto.

Anexo 3: Parecer consubstanciado do CEP, com aprovação da pesquisa (página inicial e final)

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Como se encontra a privacidade em pouco espaço? Um estudo exploratório em condomínios clube de torres múltiplas produzidos pelo mercado imobiliário em Natal (RN)

Pesquisador: PRISCILA FERREIRA DE MACEDO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 48070221.4.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.842.512

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa de Doutorado atrelada ao Programa de Pós graduação da FAU-USP. Partindo da premissa que o projeto original dos apartamentos reduzidos ofertados pelo mercado imobiliário apresenta mecanismos insuficientes de controle da privacidade e não atende às demandas de privacidade dos diferentes usuários, essa pesquisa tipo estudo de caso, com dados qualitativos e quantitativos visa responder: - Quais características do ambiente construído e do comportamento dos usuários são relevantes para a privacidade em apartamentos?. Serão entrevistados por via on line 200 pessoas sendo 180 moradores do condomínio habitacional com torres múltiplas, localizado na cidade de Natal e 20 servidores desse condomínio. A pesquisa tem como desfecho primário apontar as características do ambiente construído e do comportamento dos usuários que são relevantes para a obtenção da privacidade em apartamentos. E ainda, subsidiar algumas lacunas da literatura existente e discutir soluções para os problemas identificados, a partir da criação de um manual de recomendações, que ao definir diretrizes projetuais sobre os mecanismos de controle da privacidade em apartamentos com dimensões reduzidas, poderão favorecer a qualidade dos produtos habitacionais e a consequente satisfação dos usuários.

Endereço: Av. Arlindo Bétio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 4.842.512

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário

- Entender a privacidade habitacional em apartamentos reduzidos e de torres múltiplas, produzidos pelo mercado imobiliário, a luz da relação entre o comportamento dos moradores e as características do ambiente construído.

Objetivos Secundários

- Entender o significado da privacidade na habitação em apartamentos com dimensão reduzida, sob a ótica da literatura existente e da percepção do usuário;
- caracterizar os moradores e o ambiente em uso (do interior dos apartamentos e das áreas de uso comum) do condomínio do caso de estudo selecionado, considerando também as relações de vizinhança existentes;
- tipificar os problemas de invasão de privacidade, especialmente relacionados às percepções de aglomeração e solidão, reconhecendo os recursos de controle existentes no ambiente e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos usuários;
- identificar os níveis de privacidade desejada pelos usuários na execução das suas atividades domésticas, reconhecendo também seus espaços pessoais e territórios.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

"Os riscos, quanto a participação na pesquisa, são mínimos, relacionados a algum desconforto ao responder as perguntas ou fadiga devido a exposição ao monitor do computador ou do celular."

Benefícios

"Como benefício direto, a pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de senso crítico sobre a produção atual de apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário, o que poderá ser útil tanto para futuras reformas de melhoria do arranjo espacial do interior dos apartamentos (benefício para os moradores) e das áreas comuns do condomínio selecionado (benefício para a administração do condomínio e moradores), quanto para o processo de projeto de empreendimentos habitacionais similares, dada a importância das informações prestadas."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a área de Arquitetura, Habitação e Urbanismo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 4.842.512

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todos os documentos inseridos na Plataforma Brasil estão de acordo com a Resolução 510/2106 do Conselho Nacional de Saúde-Ministério da Saúde.

Recomenda-se que, uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador responsável deverá fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Projeto Aprovado segundo avaliação ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Observar o campo "Conclusões" do Parecerista.

Projeto aprovado, pois está de acordo com a Resolução CNS Nº 510/2016 relacionada à Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas pelo CEP, conforme Norma Operacional CNS Nº 001/13, item XI.2.d

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1755400.pdf	13/06/2021 20:52:16		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	priscilamacedotclequestonline.pdf	13/06/2021 20:51:41	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	priscilamacedotclequestfisico.pdf	13/06/2021 20:51:30	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	priscilamacedotcleentprojetistaspresenciais.pdf	13/06/2021 20:51:17	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 4.842.512

Justificativa de Ausência	priscilamacedotcleentprojetistaspresencial.pdf	13/06/2021 20:51:17	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	priscilamacedotcleentprojetistasonline.pdf	13/06/2021 20:51:02	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	priscilamacedotcleentpessoaschavespresencial.pdf	13/06/2021 20:50:45	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	priscilamacedotcleentpessoaschavesonline.pdf	13/06/2021 20:50:27	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	priscilamacedotcleentmoradorpresencial.pdf	13/06/2021 20:50:05	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	priscilamacedotcleentmoradoronline.pdf	13/06/2021 20:49:46	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
Outros	priscilamacedoautorizacaocoleta.pdf	13/06/2021 20:48:47	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Outros	priscilamacedocartadeapresentacao.pdf	13/06/2021 20:48:09	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	priscilamacedodeclaracaopesquisadores.pdf	13/06/2021 20:47:43	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	priscilamacedoprojetodepesquisa.pdf	13/06/2021 20:47:29	PRISCILA FERREIRA DE MACEDO	Aceito
Outros	priscilamacedodeclaracaonaoinicio.pdf	09/06/2021 17:39:39	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Outros	priscilamacedoentrevistaprojetista.pdf	09/06/2021 16:28:34	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Outros	priscilamacedoentrevistapessoachave.pdf	09/06/2021 16:28:10	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Outros	priscilamacedoentvistamorador.pdf	09/06/2021 16:22:47	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Outros	priscilamacedoquestionario.pdf	09/06/2021 16:22:05	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Orçamento	priscilamacedoorcamento.pdf	09/06/2021 16:16:11	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Cronograma	priscilamacedocronograma.pdf	09/06/2021 16:14:42	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito
Folha de Rosto	priscilamacedofolhaderosto.pdf	09/06/2021 16:07:50	PRISCILA FERREIRA DE	Aceito

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP



Continuação do Parecer: 4.842.512

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 12 de Julho de 2021

Assinado por:

**Beatriz Aparecida Ozello Gutierrez
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Arlindo Béttio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

CEP: 03.828-000

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br